

Avaliar a Sustentabilidade Social

Contributos para a estruturação e aplicação empírica de um
modelo de avaliação

Candidato: João José de Almeida Martins

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

Avaliar a Sustentabilidade Social

Contributos para a estruturação e aplicação empírica de um
modelo de avaliação

Candidato: João José de Almeida Martins

Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento

Tese de Doutoramento orientada pela Professora Doutora Rosana Albuquerque e pela
Professora Doutora Ana Paula Martinho

2022

RESUMO

A presente tese de doutoramento tem como tema e objeto central o conceito de *sustentabilidade social* e a procura da sua operacionalização num modelo de *avaliação da sustentabilidade social*, orientador e pró-ativo, que avalie, mas também promova, a sustentabilidade das ações planeadas (políticas, planos, programas ou projetos). A partir de uma perspetiva crítica e emancipatória, analisa-se o processo de construção da conceção dominante de *desenvolvimento sustentável*, as suas principais características e as contradições estruturais que comporta. A análise é então centrada na noção de *sustentabilidade social*, em busca de uma clarificação do seu significado. Da análise crítica de várias propostas de definição e de operacionalização da noção, bem como de outras perspetivas, conceções e propostas, como os *direitos humanos*, o *capability approach* de Amartya Sen e Marta Nussbaum, a perspetiva do *buen vivir*, e a atualização do conceito aristotélico de *florescimento* desenvolvida pela corrente do realismo crítico, resultou uma proposta, aberta, de conceção de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano*, e como *processo de cuidar*, compreendendo, necessariamente, uma dimensão atual e uma dimensão utópica, entendendo como utopia, seguindo Karl Mannheim, a procura da concretização de futuros desejáveis, emancipatórios e realizáveis, num horizonte de possibilidades. Esta proposta foi configurada num conjunto de *princípios de sustentabilidade social* e de *objetivos de sustentabilidade social* procurando integrar e expressar a articulação das dimensões *individual e relacional*, de *estrutura e agência*, *objetiva e subjetiva*. Este conjunto de princípios e objetivos, de natureza ética, constitui uma base matricial para a orientação normativa da ação prática e, concomitantemente, de *referencial de valores* para a *avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas*. Tendo como referência o campo da *avaliação da sustentabilidade*, é proposto um modelo de *avaliação e promoção da sustentabilidade social de projetos*, com contributos ao nível dos fundamentos teóricos, do processo metodológico, das dimensões de sustentabilidade social, da definição do âmbito e dos critérios de avaliação.

Palavras-chave: Sustentabilidade, sustentabilidade social, avaliação da sustentabilidade social, desenvolvimento sustentável

SUMMARY

The main object of this doctoral thesis is *the concept of social sustainability* and the search for its operationalization in a model of *social sustainability assessment*, a model not only reactive, but guiding and proactive, which evaluates, but also promotes, the sustainability of planned actions (policies, plans, programs, or projects), from a critical and emancipatory perspective. The process of constructing the dominant concept of *sustainable development*, its main characteristics, and the structural contradictions it entails has been analyzed. The analysis was then centered on the notion of *social sustainability*, in search of a clarification of its meaning. From the critical analysis of various proposals for the definition and operationalization of the notion, as well as other perspectives, conceptions and proposals that, not directly addressing social sustainability, deal, in fact, with its problematics, such as *human rights approach*, *the capability approach* of Amartya Sen and Martha Nussbaum, the perspective of *buen vivir*, and the updating of the Aristotelian concept of *flourishing* developed by critical realism current, resulted a proposal of *social sustainability as a relational process of human flourishing*, and as a *process of caring*, comprising an actual dimension and an utopian dimension, understanding as utopia, following Karl Manheim, the search for the realization of desirable, emancipatory and achievable futures, in a horizon of possibilities. This proposal was configured in a set of principles of *social sustainability* and a set of *social sustainability objectives*, resulting from those principles, presented as an open proposal, and seeking to integrate and express the articulation of the individual *and relational* dimensions, *structure* and agency, *objective* and *subjective*. This set of principles and objectives, of an ethical nature, constitutes a matrix basis for the normative orientation of practical action and, concomitantly, of reference of *values* for the evaluation of the *social sustainability of planned actions*. Based on the field of sustainability assessment, a framework for evaluating and promoting the social sustainability of projects is proposed, with contributions at the level of theoretical foundations, the methodological process, the dimensions of social sustainability, the definition of the scope and the evaluation criteria.

Key words: Sustainability, social sustainability, social sustainability assessment, sustainable development.

Para o André, David, Márcia e Sérgio
e para o Afonso, Francisco, Guilherme, Inês, Mariana, Olívia, Patrícia, Raquel e Rodrigo,
para que façam do futuro um presente sustentável

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Rosana Albuquerque e à Professora Doutora Ana Paula Martinho, pela permanente disponibilidade, capacidade de orientação, paciência, apoio e encorajamento, sem os quais a finalização desta tese não teria sido possível.

Aos que me são mais próximos, pelo apoio e cuidado, e pelo tempo que não lhes dei.

Às gentes e comunidades locais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal, Timor-Leste, e de todas as partes do mundo, sobretudo aos mais carenciados e vulneráveis por, ainda que não o sabendo, me acompanharem ao longo desta demanda e me ajudarem e motivarem a desbravar os caminhos da sustentabilidade socioambiental e do florescimento humano.

Índice

RESUMO	iii
SUMMARY	iv
AGRADECIMENTOS	vi
ÍNDICE DE QUADROS.....	x
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADOS.....	xii
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	7
1. Curta perspectiva histórica sobre a emergência e construção do conceito de <i>desenvolvimento sustentável</i>	9
1.1 O período anterior ao Relatório Brundtland.....	9
1.2 A WCED e o Relatório Brundtland.....	13
1.3 A Conferência do Rio de 1992.....	22
1.4 Da Conferência do Rio até ao presente	23
2. Análise crítica do conceito de desenvolvimento sustentável	31
2.1 A conceção dominante de desenvolvimento sustentável	31
2.2 Conceções alternativas de desenvolvimento sustentável	44
2.2.1 Introdução.....	44
2.2.2 Para além da conceção dominante de DS	45
2.2.3 Conhecer o quê? Como?	54
PARTE II – SUSTENTABILIDADE SOCIAL	61
3. A dimensão social da sustentabilidade	63
4. Breve historial da genealogia e gestação da noção de sustentabilidade social	65
4.1 Sustentabilidade social no seio da problemática do desenvolvimento sustentável	65
4.2 Outros contextos de reflexão sobre a noção de sustentabilidade social	70
5. De que trata, afinal, a sustentabilidade social?	81
5.1 Principais temas e algumas propostas de estruturação	81
5.2 Temas de sustentabilidade social: perspectivas individual, social e integrada.....	90
6. Sustentabilidade, desenvolvimento, bem-estar, florescimento.....	93
6.1 Sustentabilidade e desenvolvimento.....	93
6.2 Sustentabilidade.....	95
6.3 Sustentabilidade social, florescimento, bem-estar, indivíduo e sociedade.....	100

6.3.1	Florescimento humano	100
6.3.2	A perspectiva dos Direitos Humanos.....	102
6.3.3	O capability approach	107
6.3.4	‘Desocidentalizar’ o olhar: duas perspectivas particulares de bem-estar: <i>Buen Vivir</i> e <i>Ubuntu</i>	110
6.3.5	A questão da <i>dignidade</i>	117
6.3.6	Existem valores universais?	121
6.4	Algumas reflexões complementares.....	126
7.	Perspetiva crítica sobre as questões do bem-estar, bem-viver e florescimento.....	129
7.1	Introdução.....	129
7.2	A persistência e agravamento das desigualdades, dos problemas de desenvolvimento e ambientais.....	129
7.3	Desigualdades e justificação ideológica.....	133
7.4	Perspetiva crítica: ideologia e utopia.....	134
7.5	Ideologia e utopia no discurso sobre sustentabilidade	137
7.6	Consequências práticas para os processos de avaliação e deliberação sobre sustentabilidade social.....	139
8.	Estruturação do conceito de sustentabilidade social	141
8.1	(Re)situar a discussão.....	141
8.2	Algumas regras para a estruturação do conceito de sustentabilidade social.....	143
8.2.1	Partir do todo relacional para o particular: a) Partir dos conceitos mais concretos (holísticos e processuais)	145
8.2.2	Partir do todo relacional para o particular: b) Desreificar os conceitos, passar dos substantivos aos verbos, fazer incidir o foco nas dinâmicas relacionais.....	148
8.2.3	Passar dos processos relacionais aos indivíduos. Atualizar a realidade do particular (necessidades, <i>capabilities</i> , direitos humanos).....	149
8.2.4	Considerar as relações estruturais, para lá dos comportamentos e intenções.....	150
8.2.5	Estrutura, cultura e agência.....	159
8.2.6	Definir o normativo orientador da agência: princípios e objetivos para a ação socialmente sustentável.....	164
PARTE III – AVALIAR A SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....		169
9.	Avaliar a sustentabilidade social das ações planeadas	171
10.	Emergência e desenvolvimento dos processos de avaliação ambiental e social	174
10.1	Perspetiva geral.....	174
10.2	Avaliação da sustentabilidade.....	177
10.2.1	Um campo em estruturação	177

10.2.2 Avaliar impactes e avaliar a sustentabilidade. Diferenças de perspetiva, imperativos e objetivos de sustentabilidade, e questões operativas.....	179
10.3 Algumas considerações suplementares sobre os processos de avaliação	190
10.3.1 Avaliar, avaliação, valores.....	190
10.3.2 A avaliação como processo social e complexidade	190
10.3.3 A avaliação como metodologia – aproximação preliminar	191
11. Contributos para um modelo de avaliação da sustentabilidade social	195
11.1 Introdução.....	195
11.2 Discussão prévia: Recolocar a questão de partida da avaliação da sustentabilidade social e discutir a sua legitimidade	197
11.3 Configuração geral do modelo de avaliação.....	199
11.3.1 Nota inicial	199
11.3.2 Perspetiva geral dos processos de avaliação - níveis de análise e intervenção	200
11.4 Operacionalização do modelo de avaliação.....	209
11.4.1 Delimitação do âmbito da análise: nível de projeto e nível conceptual.....	209
11.4.2 O processo metodológico	210
11.4.2.1 Introdução.....	210
11.4.2.2 Algumas considerações sobre a perspetiva estratégica em avaliação da sustentabilidade.....	211
11.4.2.3 Avaliação de impactes sociais ou avaliação da sustentabilidade social?	214
11.4.2.4 Estrutura do processo de avaliação	216
11.4.2.5 Avaliação e ciclo de vida dos projetos	221
11.4.2.6 Estrutura analítica e dimensões de análise da realidade social	224
11.4.2.6.1 Quadro analítico	225
11.4.2.6.2 Dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade.....	233
11.4.2.7 Operacionalização dos critérios de sustentabilidade e indicadores.....	284
11.4.2.8 Avaliação e classificação	286
11.4.2.9 Cumulatividade de efeitos e monitorização	287
11.4.3 Considerações finais	288
12. Conclusões	289
Bibliografia	297

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Sustainable Development Goals	28
Quadro 2.1 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: problemas do presente e visão do futuro que se pretende concretizar	34
Quadro 2.2 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: medidas e meios para concretizar a visão de futuro	37
Quadro 2.3 – Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável: valores subjacentes	42
Quadro 2.4 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: conclusão	44
Quadro 5.1 – Sustentabilidade social: temas tradicionais e emergentes.....	83
Quadro 5.2 – Propostas de estruturação temática do conceito sustentabilidade social	84
Quadro 5.3 – Aspectos substantivos e processuais da sustentabilidade social	88
Quadro 5.4 – Redistribuição dos temas de sustentabilidade social	91
Quadro 7.1 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: utopia e ideologia	138
Quadro 8.1 – As três formas e a dimensão utópica da sustentabilidade social	146
Quadro 8.2 – Subconceitos de tipo relacional	149
Quadro 8.3 – Princípios e objetivos de sustentabilidade social.....	165
Quadro 10.1 – Imperativos de sustentabilidade	179
Quadro 10.2 – Critérios de efetividade da AS	180
Quadro 10.3 – Princípios integrados de sustentabilidade	183
Quadro 10.4 – Regras para a gestão de <i>trade-offs</i>	188
Quadro 11.1 – Envolvimento de partes afetadas e interessadas	208
Quadro 11.2 – Momentos do processo metodológico de avaliação da sustentabilidade social de projetos	219
Quadro 11.3 – Fases do ciclo de vida de projetos	222
Quadro 11.4 – Sustentabilidade social: dimensões e subdimensões de análise	231
Quadro 11.5 – Dimensões de análise e critérios de sustentabilidade social	238
Quadro 11.6 – Operacionalização dos critérios de sustentabilidade social	284

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 6.1 – Dimensão ética da sustentabilidade	98
Figura 6.2 – Perspetiva onto-epistemológica da sustentabilidade	99
Figura 10.1 – Dupla dimensão da avaliação da sustentabilidade social	193
Figura 11.1 – Níveis de integração e análise	201
Figura 11.2 – 1º Nível de avaliação – nível conceptual	202
Figura 11.3 – 2º Nível de avaliação – nível configuracional	206
Figura 11.4 – Quadro analítico de Smyth e Vanclay para a avaliação do impacte social de projetos	227
Figura 11.5 – Estrutura analítica	230

SIGLAS E ACRÓNIMOS UTILIZADOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ADB	Asian Development Bank
AG	Assembleia Geral
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AS	Avaliação da Sustentabilidade
DS	Desenvolvimento Sustentável
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EIB	European Investment Bank
EUA	Estados Unidos da América
G-77	Grupo dos 77
GNI	Gross National Income
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	International Finance Corporation
IIED	International Institute for Environment and Development
IUCN	International Union for the Conservation of Nature
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
RB	Relatório Brundtland
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
SSAF	Social Sustainability Assessment Framework
UE	União Europeia
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNEP	United Nations Environmental Program
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WB	The World Bank
WCED	World Commission on Environment and Development
WCS	World Conservation Strategy
WIR	World Inequality Report
WSSD	World Summit on Sustainable Development
WVS	World Values Survey
WWF	World Wide Fund for Nature

INTRODUÇÃO

A presente Tese de Doutoramento tem como motivação próxima a prática profissional que o doutorando realiza, há mais de 30 anos, no campo das avaliações de impacto ambiental e social - sobretudo de projetos, mas também de planos e programas -, no qual se especializou na avaliação das dimensões social e territorial.

Em qualquer das áreas de avaliação referidas, a problemática da sustentabilidade ambiental e da sustentabilidade social adquiriu, de forma crescente e progressiva, uma presença incontornável e cada vez mais determinante.

Tratando-se de campos complexos e relativamente novos, o trabalho prático nestas áreas, particularmente no que se refere às temáticas da avaliação social e da sustentabilidade social, depara-se com grandes dificuldades, resultantes da escassez de referenciais teóricos e metodológicos, não apenas porque a sua produção a montante (Universidades, Centros de Investigação) é, em Portugal, escassa, mas também porque se trata de um campo relativamente recente, mesmo a nível mundial.

As necessidades empíricas obrigam, assim, a um inevitável autodidatismo, muitas vezes casuístico, com recurso a fontes externas, sobretudo de língua inglesa, procurando adaptações à realidade nacional, por vezes com inevitáveis e necessárias improvisações.

O alargamento, nos últimos 15 anos, do âmbito geográfico do trabalho profissional do doutorando a países de língua oficial portuguesa, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, veio colocar, ainda com maior premência, quer a necessidade de pensar reflexivamente a prática quer de a pensar em termos de sustentabilidade.

Embora o trabalho intenso que caracteriza a área da consultoria deixe escasso tempo livre para a formação/investigação, o doutorando aventurou-se a emergir da *empiria* e procurar refletir sobre a prática, com o objetivo de aferir, melhorar, consolidar modelos teóricos e metodológicos, e requalificar a sua capacidade de intervenção, na medida em que tem consciência de que a sua prática tem efeitos concretos sobre as pessoas e os seus modos de vida.

Neste contexto, a tese de doutoramento que se apresenta tem como tema e objeto central o conceito de *sustentabilidade social* e a procura da sua operacionalização num modelo de

avaliação da sustentabilidade social, um modelo não apenas reativo, mas orientador e pró-ativo, que avalie, mas também promova, a sustentabilidade das ações planeadas (políticas, planos, programas ou projetos). Não se trata, naturalmente, de inventar algo a partir do nada, mas sim de dialogar com outras propostas e modelos, a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, na qual o doutorando se posiciona sem ambiguidades, e que entende, aliás, como a que melhor expressa os valores da sustentabilidade social.

A investigação desenvolvida insere-se, portanto, no campo da *avaliação da sustentabilidade social*.

A relativa novidade do campo e a complexidade dos temas envolvidos, determinou, à partida, uma investigação de natureza eminentemente exploratória, em que a revisão de literatura e do estado da arte, e a reflexão e elaboração críticas a partir dos elementos nela recolhidos constituíram tarefas fundamentais.

Um avaliador, a nível individual ou no contexto de uma equipa, necessita de um mapa ou roteiro que lhe permita orientar-se nos vários níveis de complexidade. Esse mapa ou estrutura conceptual é constituído pelos modelos de avaliação.

Neste sentido, a investigação defrontou-se com algumas questões cruciais, tais como:

- 1) Que modelos de avaliação estão disponíveis para avaliar as dimensões sociais da sustentabilidade (revisão do estado da arte)?
- 2) O que os diferencia?
- 3) Que (eventuais) lacunas apresentam?
- 4) É necessário um modelo estruturado numa perspectiva crítica?
- 5) Que significado e consequências resultam da introdução de uma perspectiva de pensamento crítico na estruturação de um modelo de avaliação da sustentabilidade social?
- 6) Como fundamentar esta perspectiva crítica?
- 7) Como configurar um modelo crítico de avaliação da sustentabilidade social?

O texto que se segue apresenta as respostas a que foi possível chegar, nas contingências de tempo, de espaço e de modo que sempre marcam qualquer processo de investigação, sobretudo quando esse processo de investigação decorre em paralelo com a atividade

profissional, nunca interrompida. Este processo paralelo, que tem tanto de limitador quanto de enriquecedor, constituiu uma opção do doutorando.

Sendo a sustentabilidade social o assunto central da tese, o tratamento do tema não poderia deixar de se iniciar pela sua contextualização no âmbito, mais geral, da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. A Parte I da tese é, assim, dedicada à análise, numa perspetiva crítica, das noções de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.

Procurou-se analisar o processo de construção da conceção dominante de *desenvolvimento sustentável*, as suas principais características e as contradições estruturais que comporta. A análise efetuada forneceu algumas bases para fundamentar a perspetiva de que existe uma contradição dialética entre as preocupações e anseios expressos no conceito de *sustentabilidade*, e corporizados na sua lógica de transformação criativa da realidade, e os constrangimentos colocados pela visão do mundo e ideologia dominantes que consideram indiscutível e insubstituível o atual modo de produção, apropriação, troca e consumo. Estes constrangimentos refletem-se nas limitações da conceção e das políticas de desenvolvimento sustentável, e respetivas orientações programáticas, propostas e medidas de ação que oscilam entre o voluntarismo, a boa vontade e a mera recomendação, e cujos resultados ficam muito aquém das necessidades expressas nas preocupações e anseios de sustentabilidade.

Na Parte II, sem perder a perspetiva geral da sustentabilidade socioambiental, a análise foi centrada na noção de sustentabilidade social, objeto central da tese, procurando, por um lado, compreender como emergiu no âmbito da problemática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável e, por outro, como os temas que mobiliza emergiram também no âmbito de outros campos, mais ou menos próximos ou confluentes. Seguidamente, iniciou-se uma demanda em busca de um entendimento do significado da noção de *sustentabilidade social*. Foram analisadas várias propostas de definição e de operacionalização da noção, bem como outras propostas que, não estando diretamente referidas à sustentabilidade social, abordam, de facto, a sua problemática, como os *direitos humanos*, o *capability approach* de Amartya Sen e Martha Nussbaum, a perspetiva do *buen vivir*, e a atualização do conceito aristotélico de *florescimento* desenvolvida pela corrente

do realismo crítico. Das análises e discussões desenvolvidas, numa perspetiva crítica, resultou uma proposta de conceção de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano* e como *processo de cuidar*, compreendendo, necessariamente, uma dimensão atual e uma dimensão utópica, entendendo como utopia, seguindo Karl Manheim, a procura da concretização de futuros desejáveis, emancipatórios e realizáveis, num horizonte de possibilidades.

Esta proposta foi configurada num conjunto de *princípios de sustentabilidade social* e num conjunto de *objetivos de sustentabilidade social*, resultantes daqueles princípios. Este conjunto de princípios e objetivos, apresentados como uma proposta aberta, procurou integrar e expressar a articulação das dimensões *individual* e *relacional*, de *estrutura* e *agência*, *objetiva* e *subjativa*. Este conjunto de princípios e objetivos, de natureza ética, constitui, conseqüentemente, uma base matricial para a orientação normativa da ação prática e, concomitantemente, de *referencial de valores* para a *avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas*, objeto complementar da tese de doutoramento.

Esta avaliação e a respetiva processualidade são o tema da Parte III. Partindo daquele referencial de valores, pretende-se que cada ação planeada, cada política, cada plano, cada programa, cada projeto, possam ser interpelados de forma a obter resposta às seguintes questões:

- Contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social? De que modo?
Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?
- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado?
O que necessita de ser feito?

Isto implica operacionalizar os princípios e os objetivos de sustentabilidade social em *critérios de avaliação*, e na medida do possível, em *indicadores*. Importa, por outro lado, discutir e definir a *configuração dos processos de avaliação, enquanto processos sociais*.

A perspetiva geral de avaliação ambiental e social com base em princípios e objetivos de sustentabilidade não tem, propriamente, nada de novo e está no centro das perspetivas que emergiram neste primeiro quartel do século XXI e que preconizam a *avaliação da*

sustentabilidade enquanto terceira geração dos processos de avaliação, sucedendo-se à mais antiga e consolidada *avaliação de impacte ambiental e social*, e à já institucionalizada *avaliação ambiental estratégica*. O contributo que se pretende dar situa-se apenas ao nível do conteúdo e objetivos da avaliação da dimensão social da sustentabilidade quer enquanto instrumento de avaliação quer enquanto processo social.

Para concretizar esse contributo são tratados vários aspetos, começando por uma perspetiva geral da emergência de várias gerações de avaliação ambiental e social, seguindo-se uma análise mais detida sobre a perspetiva da avaliação da sustentabilidade. O foco dirigiu-se, então, para as avaliações da dimensão social.

Começa-se por refletir sobre a configuração mais geral dos processos de avaliação, estruturados em dois níveis de análise e ação, interligados, mas distintos, que traduzem a dupla natureza dos processos de avaliação participativos: a de instrumento de análise e avaliação, e a de processo social. Ao primeiro nível, que se designou por *nível conceptual*, colocam-se exigências de tipo analítico, científico e técnico, mas também de tipo ético-normativo. O segundo nível - habitualmente designado por participação pública ou envolvimento de partes afetadas e interessadas, mas que, no presente trabalho, recorrendo ao conceito de *figurações* de Norbert Elias, se preferiu designar por *nível configuracional* - é *emergente* em relação ao primeiro, configurando um processo social de comunicação, discussão e deliberação, estruturado por interesses, valores e poderes, ao qual se colocam exigências de representatividade, informação/comunicação, expressividade, comensurabilidade entre formas e modos de pensar e conhecer, e de deliberação democrática. Considerando a complexidade dos temas, os limites de uma tese de doutoramento e os objetivos específicos do presente trabalho, o *nível configuracional* não foi objeto de aprofundamento. O tema central do capítulo 11 da Parte III é, então, o *nível conceptual*, ou seja, o nível em que, na posição e na perspetiva do avaliador, se estrutura o processo de conhecimento sobre a realidade na qual o projeto se irá inserir e que irá alterar, o nível em que se estruturam os critérios de avaliação que possibilitam determinar o valor positivo, negativo ou neutro das ações avaliadas, numa perspetiva de sustentabilidade social, o nível em que são propostas e estabelecidas ações no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade social.

O objeto das avaliações institucionalizadas da sustentabilidade são as ações planeadas, públicas ou privadas, quer se trate de políticas, planos e programas quer se trate de projetos. Para qualquer um destes tipos de ação, é possível operacionalizar um modelo de avaliação da sustentabilidade social, mas essa operacionalização tem exigências específicas, em função, dos objetivos, da escala de intervenção, e nível de operação.

Assim sendo, embora os princípios e objetivos de sustentabilidade propostos no final da Parte II, também sejam aplicáveis e operacionalizáveis ao nível das políticas, planos e programas, a reflexão sobre a sua operacionalização, feita na Parte III, é direcionada apenas para projetos. Várias razões concorrem para esta opção: a necessidade de restringir e delimitar o objeto, o facto de a avaliação de projetos ser a área preferencial de atividade do autor deste trabalho e, por último, mas de maior importância, porque é ao nível dos projetos que as ações se traduzem e concretizam em efeitos sobre pessoas, grupos e comunidades, e podem promover mudança, a nível individual e social. A análise centra-se, então, nos aspetos que constituem a motivação principal da Parte III: o processo metodológico, o quadro analítico, as dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade social que orientam a avaliação, procurando operacionalizar os princípios e os objetivos de sustentabilidade com os quais se concluiu a Parte II. Tornar estes princípios e objetivos de sustentabilidade social *aplicáveis* em processos de avaliação constitui o principal contributo do presente trabalho, para a *avaliação e promoção* da sustentabilidade social.

A reflexão conclui com uma referência a outros momentos e aspetos do processo de avaliação que não são objeto de aprofundamento, como a questão dos indicadores, a análise de efeitos cumulativos e a monitorização dos processos.

Em síntese, o modelo analisado e proposto no presente trabalho, desenvolve fundamentos teóricos, propõe princípios de sustentabilidade e objetivos de sustentabilidade social, analisa o processo metodológico de avaliação, propõe um quadro analítico, dimensões, subdimensões e critérios de avaliação da sustentabilidade social. As técnicas de avaliação e os processos de participação são abordados, mas não são aprofundados.

No capítulo final é feita uma síntese do percurso efetuado, ao longo do presente trabalho, pelos complexos, mas esperançosos, caminhos da sustentabilidade ambiental e social.

PARTE I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

1. Curta perspectiva histórica sobre a emergência e construção do conceito de *desenvolvimento sustentável*

1.1 O período anterior ao Relatório Brundtland

Na medida em que a relação das sociedades humanas com o ambiente biofísico é inerente à necessidade de produção e reprodução da vida individual e social, as preocupações com os modos e efeitos dessa relação são ancestrais e encontram expressão nas diversas culturas ao longo do tempo (Talbot, 2008; Gibson, 2005).

Até ao advento da modernidade as alterações ambientais de origem antropogénica são, porém, relativamente limitadas e processam-se a um ritmo incremental lento.

A modernidade vem introduzir uma rutura com as formas tradicionais de reprodução social e de relação com a natureza. A articulação do racionalismo, com a lógica de penetração e reprodução do capital na esfera da produção agrícola e, sobretudo, industrial, possibilitada e potenciada pelo desenvolvimento tecnológico, viria a introduzir uma dinâmica de intervenção e instrumentalização antropogénica da natureza e da relação com o *outro* humano, sem precedentes, que não mais pararia de acelerar.

As consequências desta dinâmica começam a fazer-se sentir cedo, com efeitos na transformação do espaço e da paisagem, na poluição de origem industrial, bem como nas relações humanas, progressivamente coisificadas e monetarizadas. Daí que, logo no século XIX, surjam reações a este tipo de desenvolvimento levando à constituição dos primeiros movimentos e organizações de conservação da natureza e às primeiras políticas ambientais conservacionistas.

No século XX, as duas primeiras guerras mundiais e a crise financeira e económica de 1929 não constituíram um contexto favorável, mas no imediato pós-II Guerra Mundial e no dealbar da constituição da Organização das Nações Unidas, é fundada em 1948, por iniciativa da UNESCO, a *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN) composta por representantes de governos e de organizações da sociedade civil.

Na década de 1960, a década de todas as contestações, as questões ambientais reemergem no espaço público, afirmando-se de forma crescente, para não mais abandonarem a boca de cena até aos dias de hoje. Este retorno verifica-se, porém, num contexto sociopolítico e socio-ecológico quantitativa e qualitativamente diferente, na sequência do boom

económico do pós-guerra, de transformações sociais e tecnológicas significativas, contexto que marcaria as condições, a direção e os resultados do debate e, conseqüentemente, a orientação e o conteúdo das políticas ambientais.

Como refere Talbot (2008), de 1955 para cá verificaram-se alterações profundas em diversos parâmetros: a população humana cresceu duas vezes e meia; perdeu-se mais de metade da área coberta por florestas tropicais; os processos de desertificação aumentaram significativamente; a poluição, a alteração de habitats estuarinos e o excesso de capturas alteraram significativamente os habitats marinhos; a perda de biodiversidade tornou-se uma preocupação mundial; os efeitos da poluição química generalizaram-se; a queima de combustíveis de origem fóssil acelerou significativamente, contribuindo decisivamente para o incremento da produção de CO₂ e outros gases com efeito de estufa, provocando o drama global das alterações climáticas. Por outro lado, verificou-se um crescente fluxo de recursos financeiros do primeiro para o terceiro mundo, situando-se na casa das centenas de milhares de milhões de dólares anuais, sem que daí tenham resultado efetivos benefícios para os povos dos países 'recetores', para além de que muitos dos projetos de desenvolvimento em causa não tiveram em conta os impactes ambientais e sociais.

Ou seja, num contexto crescentemente global e globalizado, os problemas ambientais (no sentido restrito de ambiente) e os problemas sociais, nomeadamente em torno da questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento, viriam a assumir incontornável relevância na cena internacional. Não admira, portanto, que estes temas viessem a 'cruzar-se' na problemática do *desenvolvimento sustentável*.

Relativamente ao desenvolvimento, importa referir que os processos de descolonização na Ásia, Indochina e África não vieram apenas questionar a dominação colonial, mas também colocar a questão da dependência, do subdesenvolvimento e do neocolonialismo, comum aos novos países independentes e aos países já descolonizados, nomeadamente da América Latina. Recorde-se que o Grupo dos 77 (G-77), reunindo países do designado terceiro mundo, viria a ser formado em Junho de 1964, no âmbito da *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*.

Embora a ONU, através da UNESCO, tenha tido, como se referiu anteriormente, um papel importante na criação da IUCN, os problemas ambientais apenas surgiram na linha da

frente do sistema da ONU em 1968, quando o governo sueco apresentou uma resolução apelando à realização de uma conferência que discutisse os problemas da degradação ambiental e da necessária cooperação internacional no sentido de mitigar futuros danos (Talbot, 2008). No ano seguinte, a Assembleia Geral da ONU aprovou a realização da *United Nations Conference on The Human Environment* (UNCHE), também conhecida por Conferência de Estocolmo, apontando o canadiano Maurice Strong como Secretário-Geral. A Conferência de Estocolmo viria a ter lugar em Julho de 1972 e marca a institucionalização definitiva da problemática ambiental na cena internacional. No entanto, o caminho até à Conferência não foi nada fácil. Nas reuniões preparatórias assiste-se a uma fratura entre o 'Norte', cujas preocupações se centram nos aspetos biofísicos do ambiente, e o 'Sul' cujas preocupações se centram nas questões sociais e de desenvolvimento. Efetivamente, o G-77 e países do bloco não capitalista, especialmente a China, ameaçaram não participar na Conferência, caso as questões do desenvolvimento não fizessem parte da agenda (Egelston, 2013). Maurice Strong viria a referir na sua autobiografia (referenciada em Egelston, 2013) que procurou articular as questões do ambiente e do desenvolvimento para obter o apoio político necessário para que a Conferência pudesse realizar-se. O Painel de Peritos em Ambiente e Desenvolvimento, que viria a reunir em Junho de 1971, em Founex, na Suíça, procurou refinar esta articulação, no que viria a ser por alguns designado como *ecodesenvolvimento*. Segundo Egelston (2013), o Relatório produzido pelo Painel viria a defender que a produção e o sobreconsumo de bens estavam na origem dos problemas ambientais no Norte, enquanto que a pobreza e o subdesenvolvimento estariam na origem dos problemas ambientais no Sul.

Os resultados da Conferência de Estocolmo de 1972 são ainda hoje objeto de discussão. Springett e Redclift (2015) referem que, apesar dos esforços, por parte do Sul, no sentido de não restringir a conferência às questões da responsabilidade ambiental, alargando-a às questões da justiça social, a agenda da conferência permaneceu baseada numa doutrina neo-maltusiana, pouco atrativa para os representantes dos países em desenvolvimento, nos quais suscitava desconfiança. Egelston (2013) sublinha três aspetos positivos: a criação do *United Nations Environmental Program* (UNEP), a elaboração de um plano de ação para os governos, no sentido da criação de pastas com responsabilidades sobre o ambiente, e a

constituição de um mecanismo global de monitorização, atualmente designado por Earthwatch. O mesmo autor também refere, porém, que a Conferência não se debruçou sobre os problemas socioeconómicos estruturais subjacentes à degradação ambiental, nem sobre alternativas de desenvolvimento relativamente aos projetos de infraestruturas de capital intensivo.

Nos anos seguintes, vários passos são dados, no âmbito do sistema da ONU, na procura da definição do significado da articulação entre ambiente e desenvolvimento. Segundo Egelston (2013), o simpósio, patrocinado pela UNCTAD e a UNEP, sobre utilização de recursos, ambiente e estratégias de desenvolvimento, que teve lugar em Cocoyoc, México, em 1974, viria a introduzir o tema da justiça social, nomeadamente, o acesso a alimentos, vestuário, habitação, saúde e educação, alargando a noção de 'ecodesenvolvimento', saída da Conferência de Estocolmo, no sentido da introdução da questão da satisfação das necessidades básicas.

O termo desenvolvimento sustentável viria a ser utilizado pela primeira vez no texto final da World Conservation Strategy (WCS), publicado em 1980. A WCS resultou da ação conjunta da UNEP, da IUCN e do World Wide Fund for Nature (WWF), tendo como objetivo a elaboração de um documento que constituísse uma orientação para as políticas ambientais a adotar pelos governos. No entanto, e não obstante a ocorrência de evoluções anteriores, como é o caso do simpósio de Cocoyoc, o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado na WCS restringir-se-ia à sustentabilidade ecológica (Lélé, 1991). Embora prefigurando a preocupação com as necessidades das gerações futuras, não viria efetivamente a integrar a noção de satisfação das necessidades básicas (Egelston, 2013), centrando-se numa perspetiva ambiental de conservação dos recursos e elidindo a análise das mudanças sociais e políticas necessárias para a concretização dos objetivos dessa conservação (Springett e Redclift, 2015).

Na sequência de uma recomendação da sessão especial do conselho diretivo da UNEP realizada em Maio de 1982, em Nairobi, dez anos depois de Estocolmo, a Assembleia Geral da ONU viria a aprovar, em 1983, a constituição de uma comissão especial com a missão de articular uma visão de proteção ambiental, a longo prazo, que tivesse em conta, simultaneamente, os diferentes estádios de desenvolvimento dos estados membros,

estabelecendo ainda que o relatório a produzir pela Comissão não teria carácter vinculativo (Egleston, 2013). A Assembleia Geral mandou o então Secretário-Geral Pérez de Cuellar para escolher o presidente e o vice-presidente da Comissão, tendo a escolha recaído sobre Gro Harlem Brundtland, da Noruega, e Mansour Khalid, do Sudão, respetivamente. Como é do conhecimento geral, a comissão viria a ser designada por *World Commission on Environment and Development* (WCED) e o relatório produzido seria publicado em 1987 sob o título *Our Common Future*, também correntemente designado por Relatório Brundtland (RB).

1.2 A WCED e o Relatório Brundtland

Como a própria designação da comissão o indica, a WCED tinha como missão expressa analisar os problemas ambientais e de desenvolvimento, conferindo-lhes, à partida, o mesmo nível de importância, deixando de caber ao desenvolvimento o lugar subalterno que havia ocupado desde a sua emergência, imposta pelo Sul, na Conferência de Estocolmo.

Verifica-se, portanto, que na definição dos objetivos da WCED há uma certa resistência à hegemonia do Norte (Springett e Redclift, 2015) que é também traduzida na composição da própria comissão. Efetivamente, 7 membros (incluindo a presidente) são provenientes de países do 'primeiro mundo' (Alemanha, Canadá (2), Itália, EUA, Japão e Noruega), 4 de países do 'segundo mundo' (China, Jugoslávia, Hungria e URSS), e 12 (incluindo o vice-presidente) são oriundos de países do 'terceiro mundo' (Arábia Saudita, Argélia, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Guiana, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Sudão e Zimbábue) (WCED, 1987).

O facto de a presidente da comissão ser Gro Brundtland não é alheio à importância atribuída às questões de desenvolvimento. Primeira-ministra da Noruega, líder do Partido Trabalhista e vice-presidente da Internacional Socialista, Gro Brundtland tinha colaborado com a *International Commission on International Development Issues*, presidida por Willy Brandt, cujo relatório, publicado em 1980 sob o título *North-South: a Programme for Survival*, analisava as questões do desenvolvimento e as consequências negativas que as mudanças nas relações internacionais e na economia mundial acarretavam para os países em desenvolvimento (ODI, 1980). O relatório abordava também a ligação entre as questões

de ambiente e de desenvolvimento referindo que “(...) it can no longer be argued that protection of the environment is an obstacle to development. On the contrary, the care of the natural environment is an essential aspect of development.” (citado em Talbot, 2008, p. 21).

Na introdução a *Our Common Future*, Gro Brundtland é bem clara a este respeito: “When the terms of reference of our Commission were originally being discussed in 1982, there were those who wanted its considerations to be limited to ‘environmental issues’ only. This would have been a grave mistake. The environment does not exist as a sphere separate from human actions, ambitions, and needs (...)” (WCED, 1987, pp. 6-7).

Da análise que tem vindo a ser feita resulta, assim, com alguma evidência, que todo o processo que conduz à elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável, desde Estocolmo até ao Relatório Brundtland, é um processo de natureza política e que a própria articulação entre ambiente e desenvolvimento resulta de propostas políticas, num contexto de clivagem Norte-Sul e, em certa medida Leste-Oeste, e não de análises científicas ou técnicas, muito embora ao longo do processo não tenha deixado de haver participação de cientistas e técnicos. O Relatório Brundtland é, alias, a primeira tentativa séria de estruturar algumas bases dessa articulação entre ambiente e desenvolvimento.

A natureza política do Relatório Brundtland é assumida pelos próprios responsáveis. Lloyd Timberlake, conselheiro de Gro Brundtland no âmbito de WCED, refere que “Science was not the driving force in the making of the Brundtland Report. Although some premises were delivered by scientists, generally they were not attributed much weight. Nor were the main conclusions scientifically founded (...) The report is a *political* document, not a *scientific* one (...)” (citado em Egelston, 2013, p 86).

Ter presente a genealogia política do conceito de desenvolvimento sustentável é indispensável para entender a sua ambiguidade, contradições, contestabilidade, bem como as dificuldades de operacionalização que implica.

O conceito de desenvolvimento sustentável é o resultado do confronto de dois tipos de preocupações. As economias capitalistas dos países industrializados do Norte dão-se conta, ainda que insuficientemente, da seriedade dos problemas ambientais - entendidos na dupla dimensão da poluição/degradação/destruição ambiental e da finitude dos recursos

naturais – e das ameaças que colocam ao processo de crescimento económico permanente. Daí a necessidade de tomar medidas, eventualmente restritivas, com os inerentes custos económicos e financeiros. Para os países em desenvolvimento e dependentes, do Sul, as preocupações são de natureza social, colocam-se ao nível da satisfação das necessidades básicas (alimentação, habitação, água, energia, saneamento, saúde, educação) e dos bloqueios ao desenvolvimento. Defendem que os problemas ambientais não resultam da industrialização, mas da pobreza, não sendo, deste modo, aceitáveis restrições ao crescimento económico, nem a oneração com custos financeiros, num contexto de endividamento e dependência.

O percurso político de Estocolmo ao Relatório Brundtland vai no sentido de procurar definir uma base comum a estas duas preocupações e, conseqüentemente, de prosseguir, simultaneamente, políticas ambientais e de desenvolvimento, por forma a encontrar soluções para ambas.

Mas, se os problemas de ambiente e os problemas de desenvolvimento têm um ‘nó’ comum, como é ele constituído? Como resolvê-lo? É este ‘nó’ que o Relatório Brundtland procura compreender e desatar. Resta saber se não se trata, afinal, de um verdadeiro nó górdio, que a Comissão não foi capaz de desfazer e continua por resolver até ao presente. O adjetivo “comum” ocupa um lugar estruturante no Relatório Brundtland, desde o título geral, *O Nosso Futuro Comum*, aos títulos de cada uma das 3 partes que compõem o relatório: “Preocupações comuns”, “Problemas comuns” e “Esforços comuns”. Esta afirmação do “comum” sublinha a vontade e postula a necessidade de integração entre questões ecológicas e socioeconómicas, tanto nos países do Norte como nos do Sul quer, ainda, nas relações entre todos os países: “Ecology and economy are becoming ever more interwoven locally, regionally, nationally, and globally into a seamless net of causes and effects” (WCED, 1987, p. 14). Não há, portanto, mais lugar para compartimentos estanques e respostas parcelares para enfrentar uma crise que, sendo múltipla, é única: “Until recently, the planet was a large world in which human activities and their effects were neatly compartmentalized within nations, within sectors (energy, agriculture, trade), and within broad areas of concern (environment, economics, social). These compartments have begun to dissolve. This applies in particular to the various global 'crises' that have seized

public concern, particularly over the past decade. These are not separate crises: an environmental crisis, a development crisis, an energy crisis. They are all one.” (Idem, p.13). Mas qual é a causa comum da(s) crise(s), dos problemas ecológicos e socioeconómicos, dos problemas ambientais e de desenvolvimento?

A resposta dada no Relatório Brundtland é rebuscada, indireta e incompleta. Por um lado, utiliza o argumento circular da inter-determinação entre degradação ambiental e pobreza: “Poverty is a major cause and effect of global environmental problems” (idem, p. 12). Por outro, aponta o sistema económico internacional, como origem do aumento da desigualdade e da pobreza, sistema que, como tal, é necessário retificar: “All nations will have a role to play in changing trends, and in righting an international economic system that increases rather than decreases inequality, that increases rather than decreases numbers of poor and hungry.” (idem, p. 27). Relativamente à origem dos problemas ambientais nos países desenvolvidos, as formulações do relatório são sempre ambíguas e até mesmo eufemísticas: “Environmental concern arose from damage caused by the rapid economic growth following the Second World War (idem, p. 17)”; “Economic activity has multiplied to create a \$13 trillion world economy, and this could grow five to tenfold in the coming half century. Industrial production has grown more than fiftyfold over the past century, four-fifths of this growth since 1950. Such figures reflect and presage profound impacts upon the biosphere (...)” (idem, p. 13); “Thus today's environmental challenges arise both from the lack of development and from the unintended consequences of some forms of economic growth.” (idem, p. 29). Em suma, o crescimento económico acelerado causa impactos ambientais significativos no Norte. A pobreza e o subdesenvolvimento são fatores de degradação ambiental, no Sul. O “sistema económico internacional”, isto é, o modelo que estrutura as relações económicas entre países, causa e aprofunda a pobreza e o subdesenvolvimento do Sul. Porém, o Relatório nunca questiona nem analisa aquilo que está subjacente à tríade de fatores referidos, ou seja, o sistema económico que estrutura o crescimento económico infinito, que estrutura as relações económicas internacionais e que produz, simultaneamente, progresso e degradação ambiental, riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Dito de outro modo, o relatório Brundtland nunca questiona o sistema económico capitalista e as racionalidades que lhe estão

associadas, subsumindo-o como a base 'natural', logo incontestável, do caminho do progresso e do desenvolvimento, embora carecendo de ser retificado por meio de políticas adequadas, complementadas com o desenvolvimento tecnológico.

Dentro destes limites, é um facto, porém, que o relatório apela a mudanças, até porque o tempo urge: "The next few decades are crucial. The time has come to break out of past patterns. Attempts to maintain social and ecological stability through old approaches to development and environmental protection will increase instability. Security must be sought through change." (idem, p. 27).

O que é então necessário mudar e o que há a fazer para mudar? Como se referiu, o Relatório é um documento político, elaborado num contexto de clivagem política, apresentando alguma heterogeneidade e contradições, passagens mais radicais e aspetos mais conservadores. De uma forma geral poderá dizer-se que as propostas programáticas do Relatório ficam aquém dos desafios que resultam do diagnóstico efetuado e dos princípios e objetivos de sustentabilidade definidos.

A definição do conceito de desenvolvimento sustentável é apresentada na Parte I do Relatório, sobretudo no Capítulo 2 *Towards Sustainable Development*.

As primeiras linhas da definição constituem, provavelmente, o trecho mais vezes citado nas últimas décadas. Paradoxalmente, a definição raras vezes é citada na sua totalidade, e é sobre esta que importa refletir. A definição é apresentada no início do capítulo 2 da Parte I do relatório e consta de 3 pontos.

1. Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. It contains within it two key concepts:

- the concept of 'needs', in particular the essential needs of the world's poor, to which overriding priority should be given; and
- the idea of limitations imposed by the state of technology and social organization on the environment's ability to meet present and future needs.

2. Thus the goals of economic and social development must be defined in terms of sustainability in all countries - developed or developing, market-oriented or centrally planned. Interpretations will vary, but must share certain general features and must flow from a consensus on the basic concept of sustainable development and on a broad strategic framework for achieving it.

3. Development involves a progressive transformation of economy and society. A development path that is sustainable in a physical sense could theoretically be pursued even in a rigid social and political setting. But physical sustainability cannot be secured unless development policies pay attention to such considerations as changes in access to resources and in the distribution of costs and benefits. Even the narrow notion of physical sustainability implies a concern for social equity between generations, a concern that must logically be extended to equity within each generation. (WCED, 1987, p. 41).

O desenvolvimento sustentável envolve, então, dois conceitos básicos: o conceito de “necessidades” humanas, particularmente as necessidades essenciais dos mais pobres, e o conceito de “limites”. Este último traduz a noção de que a capacidade do ambiente (aqui na aceção de ambiente biofísico) para proporcionar a satisfação das necessidades humanas é limitada. Trata-se, porém, de uma limitação que não é absoluta pois depende quer do estado da tecnologia disponível quer do estado de “organização social”. Não deixa de ser curioso que, relativamente a esta díade, a questão da tecnologia seja abordada recorrentemente nos debates sobre o desenvolvimento sustentável, o mesmo não acontecendo com a questão da organização social. Ora, esta noção de que uma relação sustentável entre sociedade e natureza depende do tipo de organização social merece ser evidenciada, ainda que reste por clarificar o significado do conceito de “organização social”, que o relatório não analisa de forma sistemática, embora dê algumas pistas, nas conclusões do capítulo 2:

In its broadest sense, the strategy for sustainable development aims to promote harmony among human beings and between humanity and nature. In the specific context of the development and environment crises of the 1980s, which current national and international political and economic institutions have not and perhaps cannot overcome, the pursuit of sustainable development requires:

- a political system that secures effective citizen participation in decision making.
- an economic system that is able to generate surpluses and technical knowledge on a self-reliant and sustained basis
- a social system that provides for solutions for the tensions arising from disharmonious development.
- a production system that respects the obligation to preserve the ecological base for development,
- a technological system that can search continuously for new solutions,
- an international system that fosters sustainable patterns of trade and finance, and
- an administrative system that is flexible and has the capacity for self-correction.

(WCED, 1987, p. 41)

Importa relevar, por outro lado, a interligação dos conceitos de “necessidades” e “limites”, configurando uma interconexão entre duas dimensões de sustentabilidade: a biofísica e a humana. Não parece resultar daqui uma sustentação em 3 ‘pilares’ (ecológico, económico e social), mas antes uma interconexão dinâmica entre as dimensões ecológica e social (no sentido lato do termo) da sustentabilidade, questão que se analisará com mais detalhe noutra parte do presente trabalho.

Uma vez explicitado o âmbito geral do conceito, a definição prossegue, no início do ponto 2. com a afirmação de que, considerando o referido âmbito, “os objetivos do

desenvolvimento económico e social devem ser definidos em termos de sustentabilidade”. Ora, esta proposição reveste-se de uma importância central e é, certamente, uma das mais relevantes de todo o relatório. Desde logo, clarifica as posições relativas dos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. O desenvolvimento económico e social poderá certamente assumir diversas características e trilhar diversas vias. No entanto, apenas será sustentável se for direcionado para a satisfação das necessidades humanas (de forma equitativa como se verá adiante) e se respeitar os limites colocados pelo ambiente biofísico. Ou seja, na relação entre sustentabilidade e desenvolvimento, a sustentabilidade ocupa o lugar de referência, estabelecendo, simultaneamente, os objetivos orientadores e os critérios avaliadores do desenvolvimento. Ora, isto implica uma inversão de paradigma. O desenvolvimento não é considerado um fim, em si mesmo, mas apenas um meio para alcançar a satisfação das necessidades humanas respeitando a natureza. Não é só a racionalidade dos fins que é alterada, é também a racionalidade da relação entre meios e fins que é reformulada: os fins não podem ser alcançados por quaisquer meios. A satisfação das necessidades humanas deve, então, ser conseguida por meios que assegurem a equidade e o respeito pela natureza.

A questão da *equidade* é tratada no ponto 3 da definição. O texto começa por referir que é possível, teoricamente, considerar a sustentabilidade apenas do ponto de vista biofísico. Porém, o que está em causa não é apenas a sustentabilidade biofísica, mas também a sustentabilidade da satisfação das necessidades humanas. Em suma, o que está em causa é a sustentabilidade das relações sociedade-natureza. Ora, esta sustentabilidade implica a noção de equidade. Porquê? Porque, desde que perspectivada do ponto de vista das necessidades humanas, até mesmo uma noção estrita de sustentabilidade biofísica significa que as gerações futuras estarão numa situação de equidade relativamente às gerações contemporâneas, no que respeita ao ambiente biofísico. Ora, logicamente, este ensejo de equidade não pode deixar de estender-se às gerações contemporâneas, não apenas no que respeita ao ambiente biofísico, mas também no que respeita à satisfação das necessidades, logo, no “acesso aos recursos e na distribuição de custos e benefícios”. Em síntese, “necessidades”, “equidade” inter e intrageracional, e “limites” constituem os princípios orientadores de um desenvolvimento que se quer sustentável. E qual é o âmbito

sociogeográfico de aplicação deste desiderato? Como refere o ponto 2 da definição, o âmbito é universal. Abrange todos os países, desenvolvidos e não desenvolvidos, capitalistas e não capitalistas, é para o presente e para o futuro, em comum. É um ensejo da humanidade.

Esta definição é o mais importante legado do Relatório Brundtland. Mais do que um conceito de *desenvolvimento sustentável*, a definição deve interpretar-se como um conceito de *sustentabilidade para o desenvolvimento*. Um conceito que integra uma dimensão utópica, no sentido positivo e afirmativo do termo.

Para além da definição analisada, há outras passagens na Parte I do Relatório que merecem menção. Atente-se na seguinte, a propósito das questões do poder: “environmental and economic problems are linked to many social and political factors. (...) It could be argued that the distribution of power and influence within society lies at the heart of most environment and development challenges. Hence new approaches must involve programmes of social development, particularly to improve the position of women in society, to protect vulnerable groups, and to promote local participation in decision making.” (idem, p. 37).

E, a propósito da satisfação das necessidades humanas, refere ainda o Relatório: “Meeting essential needs depends in part on achieving full growth potential, and sustainable development clearly requires economic growth in places where such needs are not being met. Elsewhere, it can be consistent with economic growth, provided the content of growth reflects the broad principles of sustainability and non-exploitation of others” (idem, p. 42). Esta passagem é tão contraditória quanto interessante. Postula que o crescimento económico é não só compatível como é um fator necessário ao desenvolvimento sustentável, o que constituirá uma das teses centrais da conceção dominante de desenvolvimento sustentável (e também uma das mais contestadas), distinguindo, porém, entre áreas ou locais onde as necessidades básicas ainda não foram satisfeitas e as restantes. Nas primeiras, o crescimento económico é fundamental. Nas restantes o crescimento económico é congruente com o desenvolvimento sustentável, desde que obedeça aos principais gerais da sustentabilidade e da não exploração dos outros. Esta afirmação de que o crescimento económico nos países desenvolvidos é congruente com o

desenvolvimento sustentável desde que não implique a exploração do semelhante não deixa de ser notável. Porém, parece não se aplicar aos países onde as necessidades básicas ainda foram satisfeitas, nos quais a exploração do outro, segundo se subentende, será aceitável.

As contradições que percorrem o Relatório traduzem-se também nos objetivos estratégicos (ou objetivos operacionais, Lélé, 1991), que configuram a mudança no sentido do desenvolvimento sustentável, a implementar dentro de cada país e no âmbito das relações internacionais.

O Relatório distingue entre objetivos de política interna e de política internacional. Os objetivos internos são os seguintes:

1. Reviving growth;
2. Changing the quality of growth;
3. Meeting essential needs for jobs, food, energy, water, and sanitation;
4. Ensuring a sustainable level of population;
5. Conserving and enhancing the resource base;
6. Reorienting technology and managing risk;
7. Merging environment and economics in decision making. (WCED, 1987, pp. 41 e 46)

A nível internacional, o objetivo consiste em “reorientar as relações económicas internacionais” (idem, p. 41), no sentido de um crescimento económico mais rápido, particularmente nos países menos desenvolvidos que devem ver facilitado o acesso dos seus produtos ao mercado internacional, beneficiar de taxas de juro mais baixas, de maiores influxos de capital e de transferência tecnológica.

Juntando a estes oito objetivos, a promoção da participação pública na tomada de decisão, temos um conjunto de nove princípios que, segundo Lélé (1991) representam a conceção mainstream de desenvolvimento sustentável que resulta do RB. Esta conceção tornou-se hegemónica, sendo adotada pela generalidade das instituições internacionais, como a UNEP, Banco Mundial, União Europeia e agências governamentais de desenvolvimento.

Esta conceção hegemónica, em boa medida apenas esboçada no Relatório Brundtland, viria a ser desenvolvida na Agenda 21, aprovada na *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, também designada por Conferência do Rio.

1.3 A Conferência do Rio de 1992

A Conferência do Rio realizou-se cinco anos depois do Relatório Brundtland, de que é corolário e desenvolvimento, e 20 anos depois da Conferência de Estocolmo. Tal como em Estocolmo, Maurice Strong foi o Secretário-Geral.

A clivagem Norte-Sul foi ainda mais marcada do que havia sido em Estocolmo, num contexto em que o conflito Leste-Oeste se desvanecia com a derrocada dos regimes de Leste. Efetivamente, 20 anos passados, os problemas da pobreza, da dívida, do preço das matérias-primas e produtos do Sul não só não tinham sido resolvidos como em grande medida se acentuaram, daí a insistência dos países do Sul na questão do desenvolvimento (Sandbrook, 1992).

A Conferência produziu diversos acordos, incluindo uma declaração de princípios sobre ambiente e desenvolvimento, um conjunto de princípios não vinculativos sobre gestão sustentável das florestas, convenções vinculativas sobre mudanças climáticas e sobre diversidade biológica, e um amplo programa de ação, designado por Agenda 21.

As opiniões sobre os resultados da Conferência são, como seria de esperar, divergentes. Para uns, a Conferência, apesar de todos os compromissos e insuficiências, constituiu um importante marco para o desenvolvimento sustentável (Blewitt, 2015) enquanto que, para outros, a conferência mostrou claramente o hiato entre a capacidade técnico-científica de diagnóstico dos problemas e a timidez e impotência dos decisores políticos, conduzindo à mutilação dos seus principais objetivos (Soromenho-Marques, 1994). Para outros, ainda, a conferência foi em larga medida influenciada pelo mundo dos negócios que em Estocolmo tinha tido um papel limitado, mas que, depois do Relatório Brundtland, assumiu um papel central na preparação da UNCED (Springett e Redclift, 2015). Como tal, o discurso dominante produzido na Conferência assumiu como um dado adquirido que o desenvolvimento económico é condição indispensável (e que, portanto, a ausência de crescimento implica mais pobreza e degradação ambiental) pois só o crescimento económico pode garantir a proteção ambiental e a redução da pobreza (idem). Visto por outro prisma, referia a este propósito Richard Sandbrook, à altura vice-presidente do International Institute for Environment and Development (IIED), que uma das leituras possíveis dos resultados da Conferência seria a de que não se tratou de uma conferência

sobre ambiente, mas sim sobre a economia mundial e a forma como é afetada pelo ambiente (Sandbrook, 1992).

Ou seja, o pressuposto do crescimento económico, que no RB era já claramente afirmado, mas que surgia aí como algo contraditório com o diagnóstico efetuado e com alguns princípios de sustentabilidade definidos, passa agora a constituir um postulado básico. E se o RB poderia ser lido como uma definição orientadora de sustentabilidade para o desenvolvimento, a partir da Conferência do Rio é, indubitavelmente, de desenvolvimento sustentável que se trata, em que o desenvolvimento tem primazia sobre a sustentabilidade. Seja como for, há diversos aspetos que importa relevar nos documentos aprovados, em particular na Agenda 21 que constitui o principal documento resultante da Conferência. A Agenda 21 e as convenções sobre diversidade biológica e alterações climáticas, com todas as suas insuficiências e limitações, constituem um marco e a base de orientação das políticas ambientais desenvolvidas desde então. Poder-se-á dizer que o programa mainstream (Lélé, 1991) esboçado no Relatório Brundtland virá a ser sistematizado e desenvolvido na Agenda 21, programa de ação detalhado, abrangendo as diversas dimensões consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável, desde questões económicas, sociais e ambientais, até aos contextos legislativos, a educação ambiental, o papel da ciência, a organização institucional, a participação pública, a circulação de informação (UN, 1992).

Embora já referidas em documentos anteriores, as dimensões ambiental (biofísica), económica e social são agora claramente referenciadas na Agenda 21, abrindo terreno para a utilização da metáfora dos 'três pilares'. Porém, a proeminência da dimensão do crescimento económico, confere à dimensão económica uma dominância sobre as restantes, traduzida na abordagem dos problemas ambientais sob título de "Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento" (UN, 1992, Seção II) e no facto de a dimensão social parecer ser restringida aos países em desenvolvimento.

1.4 Da Conferência do Rio até ao presente

A Conferência do Rio culmina o processo de construção das fundações da conceção dominante de desenvolvimento sustentável, iniciado vinte anos antes em Estocolmo, e de definição do âmbito e linhas orientadoras das políticas dela resultantes.

No período que se segue à Conferência do Rio, até ao presente, as políticas de desenvolvimento sustentável continuaram a desenvolver-se com base nesta matriz. Porém, o contexto político, social e económico internacional alterou-se significativamente, por comparação com os vinte anos anteriores.

O processo de desagregação do ‘bloco de Leste’ que, em 1992, estava ainda no seu início, evoluiu rapidamente, nos anos seguintes, para a estruturação de economias de mercado e de regimes mais ou menos próximos das designadas democracias ocidentais. A China optou igualmente por uma via de desenvolvimento capitalista controlado. O processo de globalização acentuava-se. O neoliberalismo alastrava de forma triunfante. Afirmava-se o ‘fim da história’.

O séc. XXI veio colocar um travão na euforia. O 11 de setembro e a ameaça terrorista global, o choque da crise financeira e económica iniciada em 2007/2008, vieram mostrar, parafraseando Mark Twain, que o anúncio da morte da história era manifestamente exagerado.

Nos países em desenvolvimento verifica-se uma profunda diferenciação. China, Brasil e Índia protagonizam processos de crescimento económico acelerado que, paradoxalmente, contribuem para amortecer os efeitos das crises económicas e financeiras nos países desenvolvidos. Porém, mesmo neste campo as boas notícias foram de curta duração. A onda de crescimento económico não resolveu os problemas sociais nestes países e os processos de industrialização conduziram a novos problemas ambientais, especialmente na China. O próprio ritmo de crescimento desacelerou e, no caso do Brasil, retrocedeu para uma grave crise social e económica. Os restantes países do ‘terceiro mundo’ continuam a debater-se com sérios problemas de desenvolvimento, particularmente em África. Por outro lado, os problemas ambientais no Norte não são resolvidos e as ameaças e riscos tornam-se definitivamente sérios e globais, como é o caso das alterações climáticas cujos efeitos são cada vez mais evidentes.

É neste contexto geral que decorrem as subsequentes conferências das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, nomeadamente a de 2002 – *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), realizada em Joanesburgo, entre 3 e 14 de Junho –, e a

de 2012 – *United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20*, realizada novamente no Rio de Janeiro, entre 20 e 22 de Junho.

Se, apesar das divergências e contestações, o alcance e amplitude da Agenda 21 tinha suscitado algumas esperanças, aquando da realização da WSSD não só poucas expectativas tinham sido concretizadas como se tornava evidente o acentuar das tendências no sentido da insustentabilidade (Gibson, 2005). A própria Declaração final aprovada na Cimeira reconhece a fratura profunda que divide as sociedades humanas entre ricos e pobres, a distância crescente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, o aprofundamento da crise ambiental (perda de biodiversidade, desertificação, alterações climáticas, poluição do ar e das águas) e os desafios que o acentuar do processo de globalização coloca a todos estes problemas cujo risco de enraizamento é real (UN, 2002, p. 2-3).

Para além da reafirmação enfática dos compromissos estabelecidos no Rio, pouco mais terá resultado da Cimeira de Joanesburgo, para além da especificação de alguns objetivos adicionais e o estabelecimento de algumas parcerias (Gibson, 2005; Blewitt, 2015, Springett e Redclift, 2015). A implementação efetiva da Agenda 21, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (entretanto aprovados na Cimeira do Milénio, realizada em 2002) e do Plano de Implementação aprovado na Cimeira, são os principais desígnios afirmados na Declaração (UN, 2002, p. 4).

É interessante referir, ainda, que na Declaração, a metáfora dos três pilares passa a ser expressamente utilizada, sublinhando a sua interdependência e interdeterminação: “(...) we assume a collective responsibility to advance and strengthen the interdependent and mutually reinforcing pillars of sustainable development - economic development, social development and environmental protection - at the local, national, regional and global levels.” (UN, 2002, p. 1).

Talvez mais do que na Cimeira de 2002, os fracos resultados da Conferência de 2012, Rio+20, foram largamente desapontantes, causando mesmo alguma preocupação geral (Blewitt, 2015, Springett e Redclift, 2015), a que não é alheio o facto de se realizar no contexto da crise económica e financeira internacional, iniciada em 2007. O documento final saído da Conferência – *The Future We Want* (UN, 2012) – consiste em larga medida

num repositório de confirmações e reafirmações de princípios e compromissos estabelecidos em cimeiras anteriores, não havendo novos acordos ou objetivos traçados (Blewitt, 2015). Grande parte do debate terá sido polarizado em torno do tema da “economia verde”, suscitando em muitos participantes a percepção de que o conceito se cristalizava mais em torno do enverdecimento da tecnologia do que na definição de um novo paradigma económico (Blewitt, 2015) ou o receio, nomeadamente por parte do Sul, de que se tratava de uma manobra para substituir o conceito de desenvolvimento sustentável pelo conceito de *modernização ecológica* ou “greener business as usual”, conferindo menor importância às questões sociais (Springett e Redclift, 2015, p. 11).

Efetivamente, o tema da economia verde viria a ser abordado no articulado de *The Future We Want*, embora com o cuidado de o integrar no contexto do desenvolvimento sustentável e de o balizar em função dos documentos aprovados em cimeiras anteriores: “(..) we consider green economy in the context of sustainable development and poverty eradication as one of the important tools available for achieving sustainable development” (UN, 2012, parágrafo 56); “We affirm that policies for green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should be guided by and in accordance with all the Rio Principles, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation and contribute towards achieving relevant internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals.” (idem, parágrafo 57).

Há ainda dois aspetos que importa realçar em *The Future We Want*. Primeiro, a referência ao fortalecimento das três “dimensões” da sustentabilidade (ambiental, económica e social) e à necessidade de as considerar de forma integrada, articulada e equilibrada (UN, 2012, parágrafos 75, 76). Não se trata já apenas da metáfora dos ‘três pilares’ (expressão que não é utilizada, em detrimento do termo dimensões), mas de uma conceção onto-epistemológica. Em segundo lugar, a resolução de estabelecer um processo intergovernamental com o objetivo de definir um novo conjunto de objetivos globais de sustentabilidade, a ser aprovado na Assembleia Geral (UN, 2012, parágrafo 275). Esta viria a ser, embora de forma diferida, a principal medida resultante da Conferência.

Este processo de definição de novos objetivos de sustentabilidade viria a culminar na aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, da Resolução *Transforming our world: the 2030*

Agenda for Sustainable Development, em 25 de Setembro de 2015. Este documento merece particular atenção.

À semelhança da Agenda 21, embora com muito menor dimensão e desenvolvimento, mas de forma mais simples, objetiva e acessível, esta nova agenda não apenas reafirma princípios, compromissos e determinada visão para o desenvolvimento sustentável como, sobretudo, detalha 17 objetivos gerais para o desenvolvimento sustentável, desagregados em 169 objetivos particulares, a atingir até ao ano de 2030.

Um dos aspetos que ressaltam desta resolução é o tom dramático, até pungente, que perpassa ao longo do documento, a forma enfática como os objetivos são afirmados, e o carácter de urgência conferido à sua implementação. Efetivamente, a Resolução coloca como objetivo resolver, no prazo de 15 anos, problemas que não foram solucionados nos 43 anos anteriores, desde Estocolmo, pelo que se torna necessário uma nova abordagem com um alcance sem precedentes. “We are resolved to free the human race from the tyranny of poverty and want to heal and secure our planet” (UN; 2015, p. 1); “We resolve, between now and 2030, to end poverty and hunger everywhere; to combat inequalities within and among countries” (idem, p.3); “This is an Agenda of unprecedented scope and significance” (idem, ibidem); “The challenges and commitments identified at these major conferences and summits [anteriores cimeiras da ONU sobre ambiente e desenvolvimento] are interrelated and call for integrated solutions. To address them effectively, a new approach is needed” (idem, p.4); “We are announcing today 17 Sustainable Development Goals with 169 associated targets which are integrated and indivisible. Never before have world leaders pledged common action and endeavour across such a broad and universal policy agenda” (idem, p. 6); “Seventy years ago, an earlier generation of world leaders came together to create the United Nations (...) Today we are also taking a decision of great historic significance (...) We can be the first generation to succeed in ending poverty; just as we may be the last to have a chance of saving the planet” (idem, p.12); “The future of humanity and of our planet lies in our hands” (idem, ibidem).

O *pathos* do documento exprime-se até na inclusão da expressão “Mother Earth” (oriunda das cosmovisões de povos indígenas): “we reaffirm that the planet Earth and its ecosystems

are our common home, and that ‘Mother Earth’ is a common expression in a number of countries and regions” (idem, p. 13).

A integração e articulação equilibrada entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, económica e social) é recorrentemente reafirmada no documento. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável propostos no documento são reproduzidos no Quadro 1.1. Alguns aspetos merecem ser relevados. Desde logo o carácter ambicioso dos objetivos, considerando que o horizonte temporal de concretização é o ano 2030. Em segundo lugar, a referência à sustentabilidade das cidades. Em terceiro lugar o papel central que, uma vez mais, o crescimento económico e a industrialização ocupam no paradigma do desenvolvimento sustentável (o documento nunca se refere expressamente à ‘economia verde’, o que não deixa de ser curioso, tendo em conta o lugar proeminente que o tema ocupou no Rio+20). Nos objetivos desagregados, o “crescimento sustentado” do Produto Nacional Bruto é enfatizado, referindo-se mesmo que, nos países menos desenvolvidos esse crescimento deve atingir uma taxa mínima de 7% (UN, 2015, p. 19). Por outro lado, é reafirmado o velho ensejo de dissociar (“decouple”) o crescimento económico da degradação ambiental, nomeadamente através da aplicação de programas sobre consumo e produção sustentáveis (idem, p.20). Relativamente à industrialização, é colocado como objetivo aumentar significativamente a participação da indústria na criação de emprego e no produto nacional bruto, assegurando a sua sustentabilidade por meio da requalificação, do uso eficiente dos recursos, da adoção de processos industriais e tecnologias ambientalmente limpos, exigindo, portanto, o “reforço da investigação científica e um upgrade das capacidades tecnológicas dos sectores industriais” (idem, ibidem).

Quadro 1.1 – Sustainable Development Goals

Sustainable Development Goals
Goal 1. End poverty in all its forms everywhere
Goal 2. End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture
Goal 3. Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages
Goal 4. Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all
Goal 5. Achieve gender equality and empower all women and girls
Goal 6. Ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all
Goal 7. Ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all
Goal 8. Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all

Sustainable Development Goals

Goal 9. Build resilient infrastructure, promote inclusive and sustainable industrialization and foster innovation

Goal 10. Reduce inequality within and among countries

Goal 11. Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable

Goal 12. Ensure sustainable consumption and production patterns

Goal 13. Take urgent action to combat climate change and its impacts*

Goal 14. Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development

Goal 15. Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss

Goal 16. Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels

Goal 17. Strengthen the means of implementation and revitalize the Global Partnership for Sustainable Development

* Acknowledging that the United Nations Framework Convention on Climate Change is the primary international, intergovernmental forum for negotiating the global response to climate change.

Fonte: UN, 2015, p.14

Em suma pode dizer-se que *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, expressa bem o máximo que o paradigma dominante de desenvolvimento sustentável pode atingir, dentro dos limites impostos pelas suas próprias contradições internas. Resta saber se este máximo, é suficiente, ou se é necessário um outro paradigma, porque, de facto, o tempo urge e “o futuro da humanidade e do planeta está nas nossas mãos”.

2. Análise crítica do conceito de desenvolvimento sustentável

2.1 A concepção dominante de desenvolvimento sustentável

As análises efetuadas no capítulo 1 do presente trabalho permitiram entender que, embora com influência, certa e inevitável, dos debates travados na sociedade civil e nos contextos políticos de âmbito nacional, o conceito dominante de *desenvolvimento sustentável* (DS) vem sendo construído no âmbito de um processo político desenvolvido no contexto institucional das Nações Unidas, tratando-se, portanto, de um conceito com origem política.

Não se trata de um conceito fixado definitivamente, mas de uma noção em permanente construção, em função dos discursos que expressam e resultam do confronto de diversas posições e interesses sociais, políticos e económicos, e das consequentes deliberações.

Tratando-se de um contexto institucional (ONU) de representação de Estados, as divergências e fraturas que se expressam nos debates traduzem relações de poder e conflitos de interesses entre Estados ou grupos de Estados e, só de forma mediada ou indireta, de relações de poder e de interesses entre classes ou outros estratos ou grupos sociais (grupos de idade, género, etnias, povos). Daí que as principais contradições que se revelam nos debates sejam entre Norte e Sul, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre antigos colonizadores e colonizados.

A concepção dominante de DS traduz, assim, maioritariamente, as posições dos países política e economicamente dominantes no sistema internacional e, concomitantemente, no contexto das nações unidas, ou seja, os países do Norte. No entanto, sendo a Assembleia Geral das Nações Unidas um órgão de representação universal, as resoluções daí emanadas traduzem também compromissos que integram, até certa medida, a expressão dos pontos de vista e interesses não dominantes, nomeadamente, dos países do Sul.

A natureza política (e, necessariamente, ideológica) e o grau de compromisso entre diferentes discursos que consubstancia conferem ao conceito de DS inevitável ambiguidade, contestabilidade, pluralidade de faces, e de interpretações.

Esta ambiguidade é acentuada (e complexificada) pela natureza ideológica (no sentido de ocultadora) das narrativas sobre as origens da crise ambiental e social, tanto no Norte como no Sul.

Mas a sua natureza política implica também uma dinâmica de orientação para a ação, para a configuração e aplicação de medidas e avaliação de resultados. Esta operacionalização exige, por um lado, uma progressiva institucionalização organizacional, tanto a nível estratégico como de implementação da ação e, por outro lado, exige esforços de clarificação do conceito, nomeadamente no âmbito do campo científico.

Posto isto, analisam-se de seguida as principais características da conceção dominante de DS.

Tendo em conta a sua origem e construção política, considera-se ser adequado analisar o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto discurso, mais particularmente como uma forma de discurso político.

Segundo Fairclough e Fairclough (2012), *discurso* é o uso social da linguagem em contextos sociais. Uma característica central do discurso é a produção de significados como elemento do processo social e constitui uma forma de construção de aspetos do mundo, associada a determinada perspetiva social. Discurso político é o discurso associado à política enquanto campo particular de prática social. Para os autores, o primado da política é a tomada de decisão para a ação, nomeadamente em condições de incerteza e desacordo, e tem a ver, fundamentalmente, com escolhas relativamente a como agir para responder a determinadas circunstâncias e acontecimentos, em função de determinados valores e objetivos. Deste modo, o discurso político é fundamentalmente constituído por um processo de *argumentação prática* (“practical argumentation”), um processo que consiste em acolher e fornecer razões para as pessoas aceitarem ou favorecerem determinadas linhas de ação em detrimento de outras. Para além do género argumentativo prático, o discurso político inclui também os géneros narrativo, explicativo e descritivo. Porém, estes últimos têm um papel subordinado, relativamente ao primeiro, uma vez que o propósito do discurso político não é, em última instância, descrever o mundo, mas fundamentar decisões e ações.

A argumentação prática é um objeto linguístico que assume a forma premissas-conclusão. O *raciocínio prático* (“practical reasoning”) é o processo mental que corresponde à argumentação prática enquanto objeto linguístico. A estrutura premissas-conclusão da

argumentação prática é definida do seguinte modo (Fairclough e Fairclough, 2012, capítulo 2):

Premissas circunstanciais (“circumstantial premises”): representam o atual estado de coisas e os problemas que coloca, representam os contextos da ação;

Premissas de objetivos (“goal premises”): descrevem e ‘imaginam’ o futuro estado de coisas que os atores pretendem concretizar ou consideram dever ser concretizado, como resposta aos problemas existentes no atual estado de coisas;

Premissas de valores (“value premises”): representam valores e preocupações (“concerns”) subjacentes aos objetivos dos atores; estes valores e preocupações influenciam também o modo como os atores representam os contextos da ação;

Premissas meios-fins (“means-end premises”): representam a linha de ação proposta como um meio (hipotético) que presumivelmente conduzirá os atores do atual estado de coisas para o futuro estado de coisas que constitui o objetivo;

Conclusão: juízo ou declaração prática acerca do que deve ser feito, o que é bom fazer, o curso adequado, correto, justo, da ação.

A abordagem que se segue utiliza esta estrutura como orientação geral para a análise do conceito de desenvolvimento sustentável enquanto forma de discurso político. Não se pretende, com esta abordagem, reduzir o conceito à sua expressão no género político-argumentativo. O conceito é permanentemente construído com base nos géneros narrativo, explicativo e descritivo, com particular relevância para o discurso científico. Porém, é na dimensão política que se joga a definição e a decisão sobre a forma prática de implementação da ação. Dito de forma mais prosaica, é na dimensão política que se joga a *formulação e resolução prática dos problemas e a avaliação da efetividade da ação*, questões que constituem a preocupação última desta investigação de doutoramento. Torna-se, portanto, indispensável verificar de que modo a dimensão político-argumentativa define os problemas e objetivos que constituem parâmetros orientadores para as restantes dimensões de construção do conceito, nomeadamente a científica.

Como se referiu anteriormente, o conceito de DS resulta de um processo de construção permanente e expressa, na sua forma dominante atual, um compromisso entre uma perspetiva do ‘Norte’ e uma perspetiva do ‘Sul’. O conceito de DS resulta, assim, do

‘acoplamento’ de dois discursos, assumindo o discurso no ‘Norte’ uma posição hegemónica e o discurso do ‘Sul’ uma posição subordinada, mas influente.

Utiliza-se como eixo da discussão o texto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UN, 2015) que constitui uma das mais recentes formulações do conceito/processo de DS.

No Quadro 2.1 são reproduzidos dois excertos do texto da Agenda 2030 que exprimem o *atual estado de coisas* (premissas circunstanciais) e definem a visão de um desejável *futuro estado de coisas* que se pretende concretizar (premissas de objetivos).

O diagnóstico do estado atual de coisas faz ressoar o discurso dos “imensos desafios” colocados pelos problemas sociais e ambientais, repetidas vezes proferido em sucessivos documentos, ao longo das décadas anteriores, e também refere as “imensas oportunidades” que o desenvolvimento registado abriu quer ao nível do progresso na satisfação de necessidades básicas, quer do potencial resultante da era digital, da globalização das redes de comunicação, do progresso científico e da inovação tecnológica. O futuro desejável é prefigurado naquilo que o texto afirma ser uma “visão extremamente ambiciosa e transformadora”.

Em traços largos, esta visão preconiza um mundo futuro em que as necessidades humanas são satisfeitas, os direitos humanos são integralmente respeitados, em que a paz, a segurança, a democracia e a boa governança são asseguradas, em que o crescimento económico é contínuo e benéfico para todos, mas sustentável do ponto de vista ecológico e da gestão dos recursos naturais, permitindo que a humanidade viva em harmonia com a natureza.

Quadro 2.1 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: problemas do presente e visão do futuro que se pretende concretizar

Atual estado de coisas (circunstâncias, contextos, problemas)	Futuro estado de coisas (visão, objetivos, soluções)
<p>Our world today 14. We are meeting at a time of immense challenges to sustainable development. Billions of our citizens continue to live in poverty and are denied a life of dignity. There are rising inequalities within and among countries. There are enormous disparities of opportunity, wealth and power. Gender</p>	<p>Our vision 7. In these Goals and targets, we are setting out a supremely ambitious and transformational vision. We envisage a world free of poverty, hunger, disease and want, where all life can thrive. We envisage a world free of fear and violence. A world with universal literacy. A world with equitable and universal access to quality education at all levels, to health care and social</p>

Atual estado de coisas (circunstâncias, contextos, problemas)	Futuro estado de coisas (visão, objetivos, soluções)
<p>inequality remains a key challenge. Unemployment, particularly youth unemployment, is a major concern. Global health threats, more frequent and intense natural disasters, spiralling conflict, violent extremism, terrorism and related humanitarian crises and forced displacement of people threaten to reverse much of the development progress made in recent decades. Natural resource depletion and adverse impacts of environmental degradation, including desertification, drought, land degradation, freshwater scarcity and loss of biodiversity, add to and exacerbate the list of challenges which humanity faces. Climate change is one of the greatest challenges of our time (...).</p> <p>15. It is also, however, a time of immense opportunity. Significant progress has been made in meeting many development challenges. Within the past generation, hundreds of millions of people have emerged from extreme poverty. Access to education has greatly increased for both boys and girls. The spread of information and communications technology and global interconnectedness has great potential to accelerate human progress, to bridge the digital divide and to develop knowledge societies, as does scientific and technological innovation across areas as diverse as medicine and energy. (UN, 2015, parágrafos 14 e 15)</p>	<p>protection, where physical, mental and social well-being are assured. A world where we reaffirm our commitments regarding the human right to safe drinking water and sanitation and where there is improved hygiene; and where food is sufficient, safe, affordable and nutritious. A world where human habitats are safe, resilient and sustainable and where there is universal access to affordable, reliable and sustainable energy.</p> <p>8. We envisage a world of universal respect for human rights and human dignity, the rule of law, justice, equality and non-discrimination; of respect for race, ethnicity and cultural diversity; and of equal opportunity permitting the full realization of human potential and contributing to shared prosperity. A world which invests in its children and in which every child grows up free from violence and exploitation. A world in which every woman and girl enjoys full gender equality and all legal, social and economic barriers to their empowerment have been removed. A just, equitable, tolerant, open and socially inclusive world in which the needs of the most vulnerable are met.</p> <p>9. We envisage a world in which every country enjoys sustained, inclusive and sustainable economic growth and decent work for all. A world in which consumption and production patterns and use of all natural resources — from air to land, from rivers, lakes and aquifers to oceans and seas — are sustainable. One in which democracy, good governance and the rule of law, as well as an enabling environment at the national and international levels, are essential for sustainable development, including sustained and inclusive economic growth, social development, environmental protection and the eradication of poverty and hunger. One in which development and the application of technology are climate-sensitive, respect biodiversity and are resilient. One in which humanity lives in harmony with nature and in which wildlife and other living species are protected. (UN 2015, parágrafos 7 a 9)</p>

Fonte: UN, 2015

O conteúdo dos textos é bem ilustrativo do efeito de ‘atração universal’ que o conceito de desenvolvimento sustentável exerce. Com a eventual exceção de algum extremismo de direita mais ou menos neoliberal, poucos serão os que não subscrevem, pelo menos em boa parte, quer o diagnóstico quer a visão do futuro desejável, formulados com o grau de generalidade que apresentam.

O problema reside na falta de explicitação, por parte do discurso dominante, dos fundamentos dos problemas atuais e, concomitantemente, dos fundamentos que possibilitem construir o futuro desejável. Efetivamente, tais fundamentos encontram-se

apenas implícitos no discurso e, para serem entendidos, é necessário proceder ao seu desvelamento. Esta operação de desvelamento permite perceber que os fundamentos implícitos da situação atual e da situação futura têm, afinal, uma base comum, o que coloca a questão, pertinente, de saber como se soluciona uma situação problemática com base em fundamentos que a ela conduziram. A falta de explicitação funciona, assim, como um fator de ocultação ideológica desta contradição central, o que se reflete, necessariamente, na configuração das medidas e meios para alcançar o futuro desejável, que assumem uma natureza, por um lado contraditória, por outro profundamente voluntarista, cuja aplicação e concretização assentam, em boa medida, na boa vontade, ainda que se trate de uma boa vontade universal (“Global Partnership for Sustainable Development”). Deste modo, o futuro estado de coisas, que se pretende de urgente concretização, acaba, paradoxalmente, por surgir como uma meta longínqua e difícil de alcançar.

Efetivamente, os problemas elencados no atual estado de coisas surgem como realidades descontextualizadas e quase reificadas, como situações, estados e dificuldades quase comparáveis com as resultantes de catástrofes naturais, sempre imprevisíveis e de origem difusa. Surgem como acontecimentos, aparentemente autónomos, que se constituem, afinal, como obstáculos e fatores de retrocesso relativamente a uma linha de “progresso” que, sem eles, seria contínua. Para encontrarmos alguns nexos de causalidade temos que analisar os implícitos do discurso.

A questão de fundo é saber quais os fatores que estão na origem dos problemas ambientais e sociais (de desenvolvimento), pois só depois de os identificar e compreender será possível agir em conformidade, de modo a concretizar o futuro desejável. Trata-se ‘apenas’ de ‘maus hábitos’, ‘maus comportamentos’, ‘más práticas’, ou trata-se, *não só, mas também*, e de modo *determinante*, de causas estruturais e sistémicas?

Com a relativa exceção do relatório Brundtland, esta questão nunca é direta e explicitamente colocada e analisada nos documentos e resoluções das conferências mundiais de ambiente e desenvolvimento (UN, 1992, 2002, 2012) e também não o é na Agenda 2030.

Neste último caso (como também na Agenda 21), as respostas implícitas encontram-se sobretudo nas medidas práticas, nomeadamente nos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas medidas para a sua concretização.

No Quadro 2.2, coluna da esquerda, são reproduzidos os 17 ODS que, juntamente com as 169 medidas desagregadas, constituem a *premissa meios-fins*, ou seja, o conjunto de meios e ações propostos para passar do atual estado de coisas para o futuro estado desejado. Na coluna da direita são reproduzidas, a título exemplificativo, algumas das medidas ou objetivos desagregados.

Quadro 2.2 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: medidas e meios para concretizar a visão de futuro

Medidas para concretizar a visão (linha de ação proposta, objetivos específicos)	Meios para concretizar os objetivos específicos (linha de ação proposta, meios de ação)
<p>Sustainable Development Goals Goal 1. End poverty in all its forms everywhere Goal 2. End hunger, achieve food security and improved nutrition and promote sustainable agriculture Goal 3. Ensure healthy lives and promote well-being for all at all ages Goal 4. Ensure inclusive and equitable quality education and promote lifelong learning opportunities for all Goal 5. Achieve gender equality and empower all women and girls Goal 6. Ensure availability and sustainable management of water and sanitation for all Goal 7. Ensure access to affordable, reliable, sustainable and modern energy for all Goal 8. Promote sustained, inclusive and sustainable economic growth, full and productive employment and decent work for all Goal 9. Build resilient infrastructure, promote inclusive and sustainable industrialization and foster innovation Goal 10. Reduce inequality within and among countries Goal 11. Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable</p>	<p>[Goal] 8.1 Sustain per capita economic growth in accordance with national circumstances and, in particular, at least 7 per cent gross domestic product growth per annum in the least developed countries [Goal] 8.4 Improve progressively, through 2030, global resource efficiency in consumption and production and endeavour to decouple economic growth from environmental degradation (...) with developed countries taking the lead [Goal] 9.2 Promote inclusive and sustainable industrialization and, by 2030, significantly raise industry’s share of employment and gross domestic product, in line with national circumstances, and double its share in least developed countries [Goal] 9.4 By 2030, upgrade infrastructure and retrofit industries to make them sustainable, with increased resource-use efficiency and greater adoption of clean and environmentally sound technologies and industrial processes, with all countries taking action in accordance with their respective capabilities [Goal] 9.5 Enhance scientific research, upgrade the technological capabilities of industrial sectors in all countries, in particular developing countries (...). [Goal] 12.1 Implement the 10-Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns, all countries taking action, with developed countries taking the lead, taking into account the development and capabilities of developing countries [Goal] 12.2 By 2030, achieve the sustainable management and efficient use of natural resources [Goal] 12.4 By 2020, achieve the environmentally sound management of chemicals and all wastes throughout their life cycle, in accordance with agreed international frameworks, and significantly reduce their release to air, water and soil in order to minimize their adverse impacts on human health and the environment</p>

Medidas para concretizar a visão (linha de ação proposta, objetivos específicos)	Meios para concretizar os objetivos específicos (linha de ação proposta, meios de ação)
<p>Goal 12. Ensure sustainable consumption and production patterns</p> <p>Goal 13. Take urgent action to combat climate change and its impacts</p> <p>Goal 14. Conserve and sustainably use the oceans, seas and marine resources for sustainable development</p> <p>Goal 15. Protect, restore and promote sustainable use of terrestrial ecosystems, sustainably manage forests, combat desertification, and halt and reverse land degradation and halt biodiversity loss</p> <p>Goal 16. Promote peaceful and inclusive societies for sustainable development, provide access to justice for all and build effective, accountable and inclusive institutions at all levels</p> <p>Goal 17. Strengthen the means of implementation and revitalize the Global Partnership for Sustainable Development (UN, 2015, p.14)</p>	<p>[Goal] 12.5 By 2030, substantially reduce waste generation through prevention, reduction, recycling and reuse</p> <p>[Goal] 12.6 Encourage companies, especially large and transnational companies, to adopt sustainable practices and to integrate sustainability information into their reporting cycle</p> <p>[Goal] 12.8 By 2030, ensure that people everywhere have the relevant information and awareness for sustainable development and lifestyles in harmony with nature</p> <p>[Goal 17]</p> <p>Systemic issues</p> <p><i>Policy and institutional coherence</i></p> <p>17.13 Enhance global macroeconomic stability, including through policy coordination and policy coherence</p> <p>17.15 Respect each country's policy space and leadership to establish and implement policies for poverty eradication and sustainable development</p> <p><i>Multi-stakeholder partnerships</i></p> <p>17.16 Enhance the Global Partnership for Sustainable Development, complemented by multi-stakeholder partnerships that mobilize and share knowledge, expertise, technology and financial resources, to support the achievement of the Sustainable Development Goals in all countries, in particular developing countries</p> <p>17.17 Encourage and promote effective public, public-private and civil society partnerships, building on the experience and resourcing strategies of partnerships (UN, 2015, pp. 19-27)</p>

Fonte: UN, 2015

Analisando os 17 ODS ressalta, desde logo, uma certa circularidade do discurso, do tipo 'para eliminar, corrigir ou evitar situações e processos insustentáveis é necessário agir de forma sustentável'. Esta circularidade mantém-se nas medidas desagregadas, embora neste caso seja possível encontrar orientações mais concretas e particularizadas.

Voltando à questão dos fundamentos, para encontrar referências a algumas causas dos problemas ambientais e sociais é necessário analisar os 'negativos' de algumas das medidas centrais. Na medida 8.4 preconiza-se a dissociação ("decouple") entre crescimento económico e degradação ambiental, o que significa, implicitamente, que estes fatores estão associados, ou seja, que o crescimento económico produz ou, pelo menos, tem produzido degradação ambiental. Na medida 9.4 preconiza-se a requalificação ("retrofit") das indústrias para as tornar sustentáveis, o que significa implicitamente, que o não são. A medida 12.1 preconiza a implementação de programas que permitam alcançar padrões de

consumo e produção sustentáveis, o que significa que os atuais padrões de produção económica e de consumo produtivo ou consumo final não são sustentáveis.

Poder-se-ia multiplicar os exemplos ilustrativos de que, no discurso dominante, as relações de causalidade entre sistema económico e insustentabilidade ambiental e social não são suficientemente clarificadas (o mesmo acontece, concomitantemente, com as relações de causalidade entre sistema económico, desenvolvimento e subdesenvolvimento).

Consequentemente, a questão de saber se a relação entre sistema económico e insustentabilidade é de natureza estrutural e sistémica ou apenas acessória, também é apenas respondida de forma implícita e não fundamentada. Efetivamente, se devemos empenhar-nos para dissociar (“endeavour to decouple”) crescimento económico de degradação ambiental é porque tal dissociação é possível, ou seja, é porque a causa última da insustentabilidade não é sistémica, mas apenas o resultado de más práticas ou ações incorretas que, como tal, podem ser corrigidas, pelo menos de forma suficiente para evitar grandes males. Mesmo no Relatório Brundtland, onde estas questões são abordadas de forma mais explícita, os problemas ambientais “resultam quer do subdesenvolvimento quer de consequências não pretendidas de determinadas formas de crescimento económico” (WCED, p.29) que é possível corrigir ou alterar.

Mas este pressuposto nunca é devidamente fundamentado. Constitui em grande medida uma *crença* e colocar em causa a sua plausibilidade é um verdadeiro tabu para o discurso dominante. O atual sistema económico não se discute nos seus fundamentos, na sua lógica inerente e intrínseca de crescimento e reprodução contínua, com crescente e contínuo consumo de recursos e produção de ‘lixos’, nas suas formas de produção e apropriação do produto, de reprodução contínua de desigualdades entre pessoas, grupos sociais e países. É uma realidade eternamente adquirida. Como tal, a única coisa que é possível fazer é tentar corrigir os problemas que coloca. Um sinal, porém, de que mesmo no discurso dominante esta crença é objeto de alguma descrença, traduz-se na forma como conceitos defensivos, como *mitigação*, *adaptação* e *resiliência*, emergiram e vêm ganhando crescente atenção e utilização, no âmbito do discurso dominante, nomeadamente desde o Rio+20. O próprio *pathos* dramático e exortativo da Agenda 2030, já comentado no capítulo

1 do presente trabalho, é revelador das angustiantes incertezas que atravessam o próprio discurso dominante.

Tudo isso se reflete na natureza dos 17 ODS e respectivas 169 medidas que encerram contradições e oscilam entre o puro voluntarismo e a mera recomendação. Para alcançar o desejado futuro estado de coisas, o que é necessário fazer até 2030? Desde logo, assegurar maior crescimento económico e desenvolver a industrialização (objetivos 8 e 9 e respectivas medidas). Mas não será isto um fator de agravamento dos problemas? Não, porque, até 2030, iremos tomar medidas que não apenas irão reverter as tendências e dinâmicas que nos trouxeram até ao *atual estado de coisas*, como irão evitar ou compensar os efeitos do novo surto de crescimento económico e industrialização. Ou seja, em 15 anos, iremos empenhar-nos em alcançar o que não foi alcançado nas últimas décadas, isto é, dissociar o crescimento económico da degradação ambiental (medida 8.4), requalificar as indústrias para as tornar sustentáveis, desenvolvendo a ciência e a tecnologia (medidas 9.4 e 9.5), assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis (objetivo 12) e combater as alterações climáticas e conservar os ecossistemas (objetivos 13, 14 e 15). Para além disso iremos acabar com a pobreza, a fome, assegurar vidas saudáveis e bem-estar para todos, educação de qualidade e igualdade de género (objetivos 1 a 5). E de que modo se consegue concretizar estes objetivos? “Encorajando” as empresas, em especial as de grande dimensão e as multinacionais, a adotar práticas sustentáveis (medida 12.6) e, sobretudo, assegurando a estabilidade macroeconómica global e promovendo uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, congregando Governos, sociedade civil, sector privado e Nações Unidas, bem como multi-parcerias entre stakeholders (objetivo 17 e respectivas medidas).

Analisando o discurso dominante a partir dos seus não-ditos, interditos, forma e contradições não é possível evitar um forte ceticismo quanto à efetiva implementação e concretização do programa de ação da Agenda 2030, bem como dos programas que o antecederam, o que é efetivamente preocupante tendo em conta a seriedade dos problemas em causa e a necessidade urgente de os enfrentar. Os debates, lutas e resistências em torno da implementação de medidas de combate às alterações climáticas constituem um exemplo dos problemas e contradições inerentes à conceção dominante de

desenvolvimento sustentável e à sua efetiva implementação. Em que situação estaremos daqui a menos de 10 anos?

Mas uma perspectiva crítica sobre as medidas da Agenda 2030, bem como dos sucessivos documentos emanados das diversas conferências sobre ambiente e desenvolvimento, implica a sua rejeição global por não irem ao fundo dos problemas? Responder positivamente a esta questão seria, evidentemente, não apenas niilista como, sobretudo, irresponsável. O discurso (e a prática) dominante do desenvolvimento sustentável é intrinsecamente contraditório. Mistura medidas necessárias e urgentes com concepções e ações que constituem obstáculos às primeiras e criam novos problemas. Muitas das medidas definidas ultrapassam os limites do sistema e lutar por concretizá-las constitui não só uma necessidade em si, como contribui para uma revelação e aprendizagem social sobre esses mesmos limites e suas consequências.

Este aspeto contraditório do discurso dominante pode também ser evidenciado analisando os valores subjacentes, pelo que, antes de avançar para a construção da conclusão que resulta das premissas do argumento do discurso do desenvolvimento sustentável, importa ainda identificar quais as *premissas de valores* que estão subjacentes, enquanto “fonte de normatividade” (Fairclough e Fairclough, 2012), à caracterização do estado atual de coisas, à visão de futuro e à definição das ações necessárias para passar de um estado a outro.

Apresenta-se no Quadro 2.3 uma proposta de identificação dos principais valores subjacentes à Agenda 2030. Distingue-se entre valores explícitos, ou seja, valores que estão expressos no texto, e valores implícitos que apenas se encontram subentendidos ou insuficientemente expressos.

Boa parte dos valores explícitos reportam-se à dimensão social, configurando um conjunto de valores definidores do que pode designar-se por *sustentabilidade social*. Encontram-se também os principais valores orientadores das dimensões ambiental e económica. Os valores implícitos traduzem, essencialmente, os ‘interditos’ já discutidos anteriormente e que se reportam à indiscutibilidade e inatacabilidade dos fundamentos do sistema capitalista.

Quadro 2.3 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: valores subjacentes

Valores como razões para a ação
<p>Valores explícitos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Preocupação com a eliminação da pobreza e a satisfação das necessidades básicas (alimentação, saúde, educação, água, saneamento, energia);- Emprego e trabalho decente para todos;- Igualdade de género e <i>empowerment</i> das mulheres;- Libertação do medo e da violência;- Bem-estar físico, mental e social;- Preocupação com a desigualdade no interior de cada país e entre países;- Respeito pelos direitos humanos, e os princípios da dignidade humana, estado de direito, justiça, igualdade e não discriminação;- Democracia, boa governança e tomada de decisão participativa;- Instituições responsáveis e inclusivas;- Respeito pela diversidade de raça, étnica e cultural;- Igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano;- A prosperidade deve ser partilhada;- Mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo;- Proteção e conservação dos ecossistemas, vida selvagem e outras espécies vivas;- Respeitar a natureza, viver em harmonia com a natureza;- Todos os países devem poder usufruir de um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável;- O sistema de comércio internacional deve ser universal, regulamentado, aberto, equitativo, não discriminatório e multilateral;- O desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia são fundamentais para sustentar o crescimento económico e tornar sustentáveis os padrões de produção e consumo. <p>Valores implícitos ou insuficientemente explicitados e fundamentados:</p> <ul style="list-style-type: none">- O atual sistema económico não se discute, na sua essência e fundamentos, e é insubstituível;- O atual sistema económico é bom e deve ser mantido e aperfeiçoado, pois apenas ele pode proporcionar o bem-estar, o desenvolvimento e o progresso;- O atual sistema económico pode ser corrigido de modo a tornar-se social e ambientalmente sustentável.

Fairclough e Fairclough (2012, pp. 176-177) distinguem entre razões (normativas) para a ação, que têm que ver com aquilo que os agentes “querem fazer” (as suas “preocupações reais”), e razões para a ação que têm a ver com aquilo que os atores estão obrigados a fazer (“bound to do”) à luz das ordens morais e institucionais nas quais se encontram integrados. Deste modo, o referencial normativo, pode funcionar quer como premissa motivadora da ação, quer como premissa circunstancial, ou seja, como razão externa constringedora da ação.

Considerando a distinção entre valores implícitos e valores explícitos, feita anteriormente, poderemos dizer que, no discurso dominante do desenvolvimento sustentável, os valores explícitos funcionam, sobretudo, como motivadores da ação, e os valores implícitos funcionam, essencialmente, como constringimento estrutural da ação. Não se pretende

afirmar, com isto, que os valores constrangedores se encontram na Agenda 2030 apenas de forma implícita, mas apenas que os *principais* valores de constrangimento são expressos de forma implícita ou insuficientemente explicitada.

Os valores de constrangimento definem os limites que a prossecução dos valores de mobilização não deve e não pode ultrapassar. Assim sendo, resta considerar que tipo de relação de coerência existe entre estes dois tipos de valores. Há, essencialmente, duas hipóteses. A primeira é a de que não existe contradição fundamental e que, portanto, os valores mobilizadores poderão ser plenamente implementados no contexto dos limites colocados pelos valores de constrangimento. A segunda é a de que existe uma contradição essencial entre os dois tipos de valores, e que, conseqüentemente, os valores de mobilização não podem ser implementados, em coerência e na sua plenitude, dentro dos limites colocados pelos valores de constrangimento estrutural. Nesta hipótese, os valores de constrangimento detêm, portanto, um poder limitador sobre os valores de mobilização. Porém, como não há dinâmica de poder sem dinâmica de contrapoder, esta hipótese permite perspetivar que a ação conducente à prossecução plena dos valores de mobilização pode criar uma dinâmica não apenas de revelação, mas também de deslegitimação dos constrangimentos, ou seja, uma dinâmica emancipatória.

Uma das preocupações centrais da presente investigação de doutoramento consiste, precisamente, em procurar verificar em que medida uma prossecução consistente dos valores da *sustentabilidade social* configura uma dinâmica emancipatória, com repercussões no âmbito mais geral da sustentabilidade socioecológica.

Deste modo, em função do que foi discutido anteriormente, considerou-se, como hipótese orientadora da investigação de doutoramento, que o aprofundamento, desenvolvimento e prossecução dos valores explícitos elencados no Quadro 2.3, nomeadamente os valores configuradores da *sustentabilidade social*, constituem não apenas uma necessidade e uma via para a resolução de problemas, mas comporta também um potencial emancipatório, relativamente aos 'constrangimentos' do sistema.

Para finalizar a análise do discurso dominante, importa agora construir as conclusões que resultam das diversas premissas e nas quais as contradições e justificações de tipo ideológico são patentes. Estas conclusões estão indicadas no Quadro 2.4.

Quadro 2.4 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: conclusão

Conclusões da argumentação
<ul style="list-style-type: none">- O crescimento económico e a industrialização são essenciais para resolver os problemas sociais e de desenvolvimento, bem como os problemas ambientais.- O crescimento económico e a industrialização apenas podem ser proporcionados no âmbito dos processos de produção, reprodução e apropriação do sistema capitalista.- Desenvolvimento sustentável é o crescimento económico e a industrialização depurado das suas práticas ambiental e socialmente insustentáveis.- Esta depuração, para além da implementação de políticas conservacionistas, consegue-se por meio do desenvolvimento tecnológico e da modificação e adoção de práticas e comportamentos, ao nível da gestão dos recursos naturais, da produção, das trocas e do consumo, no sentido da eco-eficiência e da justiça social.- Para tal, é necessário concretizar os ODS e respetivas medidas;- Esta concretização, para ser efetiva, exige uma congregação global de boas vontades e a mobilização de todos numa parceria entre Nações Unidas, governos, sector privado, academias, ONG, bem como em parcerias particulares entre stakeholders, em diferentes contextos e escalas. Exige ainda boa governança a todos os níveis e a participação dos cidadãos nas tomadas de decisão.- O resultado deste percurso e o êxito do processo são incertos, pelo que é necessário adotar medidas de mitigação, adaptação e resiliência, para prevenir e enfrentar, o melhor possível, as consequências de possíveis falhas e insucessos.

A Agenda 2030 constitui o mais recente referencial político geral para a adoção de políticas, a definição de programas e implementação de medidas, quer ao nível das políticas públicas nacionais e sectoriais, quer das relações comerciais internacionais, das práticas empresariais, bem como das políticas e orientações, rumos e escolhas de investigação nas academias.

Este referencial tem não apenas consequências ‘políticas’, mas também consequências epistemológicas. Estas últimas corporizam-se particularmente nas conceções e debates em torno dos três ‘pilares’ ou três dimensões da sustentabilidade, e respetiva articulação, que importa também analisar.

2.2 Conceções alternativas de desenvolvimento sustentável

2.2.1 Introdução

Nos pontos anteriores do presente trabalho procurou-se analisar o processo de construção da conceção dominante de *desenvolvimento sustentável*, as suas principais características e as contradições estruturais que comporta.

A análise efetuada forneceu algumas bases para fundamentar a perspetiva de que existe uma contradição dialética entre as preocupações e anseios expressos no conceito de *sustentabilidade* e os constrangimentos colocados pela visão do mundo e ideologia

dominantes que consideram indiscutível e insubstituível o atual modo de produção, apropriação, troca e consumo. Estes constrangimentos refletem-se nas limitações da concepção e das políticas de desenvolvimento sustentável, e respectivas orientações programáticas, propostas e medidas de ação que oscilam entre o voluntarismo, a boa vontade e a recomendação, e cujos resultados ficam muito aquém das necessidades expressas nas preocupações e anseios de sustentabilidade.

Daí a dinâmica paradoxal que caracteriza as últimas décadas. Por um lado, a crescente importância e atenção, conferidas à problemática ambiental e da sustentabilidade, a nível político e institucional, científico, empresarial, da opinião pública e do cidadão comum. Por outro lado, as evidências de que as situações de insustentabilidade, social e ambiental, não são resolvidas e, em muitos casos, não cessam de agravar-se.

Efetivamente, como lembra Talbot (2008), nos últimos 50/60 anos passou-se de uma situação em que poucos governos dispunham de departamentos ou instituições dedicadas aos problemas ambientais e da sustentabilidade para uma situação em que praticamente todos os governos dispõem deste tipo de organizações, bem como de um vasto corpo de legislação sobre o tema, e de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. As questões ambientais e da sustentabilidade passaram a constituir um tema central nas instituições internacionais, como a UE, a ONU e agências associadas. De escassos acordos internacionais passou-se para um amplo conjunto de acordos e convenções. De meia-dúzia de ONG de ambiente e de desenvolvimento passou-se para milhares de organizações deste tipo.

E, no entanto, os problemas continuam 'aí', bem como a necessidade de os resolver com carácter de urgência, pois, como é referido na Agenda 2030 (UN, 2015, p. 12), "We may be the last [generation] to have a chance of saving the planet".

Importa, pois, enfrentar este paradoxo, este "abismo" entre 'atividade' e falta de resultados (Lélé, 2013), perspetivar formas alternativas de entender a sustentabilidade e de agir em conformidade.

2.2.2 Para além da concepção dominante de DS

Hopwood et al. (2005) consideram o conceito de desenvolvimento sustentável como uma mudança, potencialmente importante, no modo de compreender as relações entre

humanidade e natureza, bem como as próprias relações sociais, implicando uma rutura com a dicotomia entre questões ambientais e socioeconómicas, bem como com a conceção prometaica de que o conhecimento humano e a tecnologia permitiriam superar todos os obstáculos, incluindo os naturais e ambientais, visão estreitamente ligada com o desenvolvimento do capitalismo, a revolução industrial e a ciência moderna.

O conceito de DS resulta, então, da consciência crescente da ligação global entre os problemas ambientais, as questões da pobreza e da desigualdade, e a procura de um futuro saudável para a humanidade. Porém, referem os autores, a forma como o Relatório Brundtland configurou o conceito de desenvolvimento sustentável, articulando a satisfação das necessidades dos pobres e a proteção ambiental, com o crescimento económico, enquanto solução para ambas, viria a impedir um efetivo enfrentamento dos problemas e a criar um campo de ambiguidade, aberto a um amplo leque de interpretações, que oscilam entre a irrelevância atribuída ao conceito e a extrema importância para a humanidade que lhe é conferida.

Os autores abordam as diferentes visões de desenvolvimento sustentável, e procuram mapear a sua distribuição num espaço vetorial, a partir das respetivas posições no que concerne à importância conferida ao bem-estar humano e à igualdade, às preocupações ambientais, e à articulação entre ambas, agrupando as visões em três grandes perspetivas: “status quo”, “reforma” e “transformação”.

Os partidários do *status quo* reconhecem a necessidade de mudanças, mas consideram que os problemas sociais e ambientais são superáveis no contexto da sociedade existente, e que o crescimento proporcionado pela economia de mercado constitui o meio para alcançar a sustentabilidade. Incremento da informação, mudança em valores, desenvolvimento das técnicas de gestão e avaliação (como a avaliação de impacto ambiental, os sistemas de auditoria e gestão ambiental, as análises de custo-benefício) e da tecnologia, no contexto do mercado, constituem os melhores meios para alcançar o desenvolvimento sustentável, nomeadamente no âmbito de parcerias entre governos, mundo empresarial, ambientalistas moderados e cientistas. Esta é a posição dominante nos governos, agências internacionais, mundo empresarial e determinadas correntes de pensamento como a *modernização ecológica*.

Os que se situam numa perspectiva de *reforma* reconhecem a seriedade e premência dos problemas, são críticos das políticas atuais de governos e mundo empresarial, mas não consideram a necessidade de mudanças fundamentais, uma vez que a raiz dos problemas não reside na natureza da sociedade atual, mas em desequilíbrios que nela ocorrem e em lacunas de conhecimento e informação, que podem ser superadas. Mudanças significativas nas políticas e nos estilos de vida serão necessárias, mas poderão ser concretizadas progressivamente e no âmbito das atuais estruturas sociais e económicas. A questão chave consiste em persuadir governos e agências internacionais a introduzir as reformas necessárias, alicerçadas na tecnologia, na boa ciência e informação, em alterações no mercado e em reforma da governança. Segundo os autores, esta perspectiva abrange um amplo leque de pessoas, algumas integradas em organismos governamentais e em agências públicas, mas tem expressão sobretudo nos meios académicos e entre os peritos de ONG *mainstream*, como o *Greenpeace*, *Friends of the Earth* e *Sierra Club*. O foco na tecnologia, na eficiência energética, nas energias alternativas, na economia verde e na internalização dos custos ambientais, a importância central atribuída ao papel dos governos no caminho para o desenvolvimento sustentável, a necessidade de introduzir reformas no sistema político, no sentido de um incremento da democracia e da participação, são algumas das características principais atribuídas à perspectiva reformista. Segundo os autores, o Relatório Brundtland integra-se, de um modo geral, na perspectiva reformista, mas nas propostas concretas e nas medidas preconizadas mantém-se numa perspectiva de *status quo*, nomeadamente ao rejeitar a ideia de que há limites para o crescimento económico. Quanto ao Relatório Meadows (*Meadows et al*, 1972) inserir-se-ia na perspectiva reformista, na medida em que contraria a noção de crescimento sem limites, inerente à economia capitalista, e a concomitante afirmação de que o crescimento é o caminho para melhorar a qualidade ambiental.

Finalmente, os defensores da *transformação* consideram que os problemas ambientais e sociais estão alicerçados em aspetos fundamentais da sociedade atual e no modo como os humanos se inter-relacionam e se relacionam com o ambiente. As reformas não são suficientes, na medida em que grande parte dos problemas reside no âmago das estruturas económicas e sociais cujo foco não é nem o bem-estar humano nem a sustentabilidade

ambiental. Daí a necessidade da ação social e política no sentido da transformação, agregando todos os que estão fora dos centros de poder, como os povos indígenas, os pobres, a classe trabalhadora e as mulheres. Os autores subdividem os 'transformacionistas' em três correntes: os que se preocupam fundamentalmente com o ambiente, como os partidários da ecologia profunda, e secundarizam ou ignoram os problemas sociais; os que se preocupam com os problemas sociais, mas secundarizam os problemas ambientais, como os "socialistas cornucopianos"; e os que procuram articular ambas as dimensões e considerar ambos os tipos de problemas.

Os autores centram a análise nesta última corrente que, por sua vez, abrange um variado leque de pontos de vista. A perspectiva da Ecologia Social e do Naturalismo Dialético, associada ao eco-anarquismo de Murray Bookchin, uma visão que defende a relação dialética entre natureza e humanidade e a necessidade de abordar os problemas ambientais a partir da crítica e da reconstrução social, estruturada numa democracia direta e de base. As correntes ecofeministas que associam os problemas da degradação ambiental com a situação de subordinação das mulheres e, nalguns casos, com as estruturas de dominação e exploração do sistema capitalista. As correntes eco-socialistas que procuram estender a crítica do modo de produção capitalista feita por Marx aos problemas ambientais, articulando a desigualdade social e a degradação ambiental como resultado da exploração das pessoas e da exploração da natureza. Para além destas correntes, a perspectiva transformacionista expressa-se também numa diversidade de movimentos sociais de base, sobretudo do Sul, que articulam lutas sociais, ambientais, económicas e antiglobalização, como é o caso dos movimentos em defesa dos direitos dos povos indígenas que aportam também uma cosmovisão alternativa.

Os autores concluem que a pluralidade de pontos vista evidencia a inexistência de uma conceção unificada de desenvolvimento sustentável, ocorrendo diversos debates e perspectivas em torno da natureza do conceito, das mudanças que é necessário concretizar, dos meios e dos atores que as devem protagonizar. Porém, apesar desta diversidade, o conceito abrange questões-chave para a humanidade, relacionadas com o modo de relação entre humanos, de relação com a natureza e as formas de assegurar vidas que valha a pena

viver. Assim sendo, o conceito não deve ser descartado, uma vez que proporciona uma plataforma útil para debater as escolhas da humanidade.

As posições desenvolvidas em pontos anteriores do presente trabalho, partilham esta convicção dos autores de que há elementos *core* no conceito de sustentabilidade que importa desenvolver, aprofundar e implementar.

Esta é também uma preocupação de Sprigett e Redclift (2015). Para os autores, uma perspetiva crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável implica entendê-lo como um conceito multiplamente construído e fortemente contestado, político e radical. Deste modo, importa verificar se a acusação de vacuidade com que o conceito é qualificado constitui uma forma de obscurecer e silenciar os seus aspetos radicais ou se o conceito não passa, efetivamente, de um mero jargão sem conteúdo.

Ora, para os autores, esta discussão deve abandonar o campo das disputas em torno do estabelecimento de uma definição, uma vez que, tratando-se de um conceito com uma forte componente política e ética, comporta uma complexidade e um conjunto de contradições que não são subsumíveis numa simples definição. Deste modo, centrar aí a discussão resulta ou na procura de uma definição consensual, amplamente determinada pelo poder da conceção dominante, ou uma contínua proliferação de definições que acaba por conduzir o conceito para a indeterminação e o esvaziamento. Ambos os extremos desta oscilação implicam a ocultação do potencial crítico e emancipatório do conceito, ao mesmo tempo que desincentivam a ação prática. Importará então centrar a discussão em torno dos discursos e da ação e não nas definições, perspetiva que permite evidenciar a emergência de conceções que desafiam o controlo e a hegemonia que têm vindo a ser exercidos pelo discurso dominante, procedendo à sua desconstrução e colocando a tónica na necessidade de mudança, bem como na valorização e operacionalização da dimensão emancipatória. Estes discursos emergentes representam uma antítese da moderna metateoria da racionalidade económica, promovida através do desenvolvimento capitalista, à qual contrapõem uma racionalidade baseada na justiça ambiental, na equidade e na racionalidade ecológica. Destes discursos emerge uma narrativa do 'bem-viver', caracterizada pela participação democrática e a democracia deliberativa, bem como uma preocupação acrescida com o bem-estar e sobre aquilo que constitui a felicidade. Esta

perspetiva problematiza e reconstrói o conceito de desenvolvimento sustentável, contrapondo ao discurso dominante, centrado no ambiente, na conservação e na 'ecocracia' do crescimento, um discurso centrado na crise social e na ação humana. A tónica na ação humana implica necessariamente uma democratização dos processos de decisão, o *empowerment*, a construção de poder de baixo para cima, indispensável para uma redefinição das relações de poder sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e o modo como é concretizado.

Este recentrar da discussão, defendido pelos autores, na crise social e na ação humana, parece-nos particularmente importante, na medida em que coloca a tónica num aspeto aparentemente evidente: se são os humanos que causam a insustentabilidade não podem ser outros que não os humanos a resolver o problema. Mas para ir para além da aparência da evidência é necessário considerar se o problema da insustentabilidade está na 'humanidade', enquanto espécie incontornavelmente 'predatória' da natureza, ou, antes, em determinadas formas de relações sociais, historicamente determinadas, que cavam o fosso da diferenciação sociedade/natureza para construir a instrumentalização da segunda.

Este recentrar, tem, por outro lado, consequências de ordem ontológica, epistemológica e metodológica. Em primeiro lugar, o centro da análise passa a não residir nem nas relações sociedade/natureza, nem nas relações sociais, mas sim no modo (e no tempo) como as relações sociais e as relações sociedade/natureza se interdeterminam. Nesta perspetiva, a dicotomia antropocentrismo/ecocentrismo perde sentido e deve ser superada. Em segundo lugar, a problemática da sustentabilidade social está no centro da problemática da sustentabilidade em geral, mas tão só e apenas se não desconectar os aspetos sociais dos problemas ambientais e se souber construir-se numa perspetiva socio-ecológica.

As preocupações sobre a construção de uma alternativa crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável são também desenvolvidas por Lélé (1991, 2013) que, porém, coloca a tónica na necessidade de descer da teoria para a prática e a ação pragmática. Para Lélé, a rejeição da limitada e limitadora conceção dominante de DS e a proposta de conceções alternativas têm emanado, fundamentalmente, de diversos grupos da sociedade civil e de alguns meios académicos, e apresenta diferenciações quer a nível

das preocupações normativas quer dos quadros analíticos. O autor defende a necessidade de superar a incapacidade manifesta de construir uma visão alternativa comum, enquanto condição necessária, embora não suficiente, para tornar exequível a estruturação de uma versão mais substantiva de desenvolvimento sustentável.

O autor classifica as formas críticas de entender o DS em três grandes perspetivas: a perspetiva da “crítica da economia política”, a perspetiva da “crítica da arrogância tecnológica”, e a perspetiva da necessidade da “mudança interior”, a nível ético e cultural (Lélé, 2013, pp. 313-315).

A perspetiva da crítica da economia política constitui, segundo Lélé, a corrente mais forte e mais “óbvia” de crítica à conceção dominante de DS. Inclui várias vertentes, nomeadamente de crítica do capitalismo, do poder de estado e das estruturas coloniais e neocoloniais, convergindo na questão das desigualdades de poder, em várias dimensões. Para esta corrente, a insustentabilidade social e ambiental está ancorada na própria estrutura económica e nas relações de exploração, e respetivo prolongamento nas relações de exploração colonial e dependência neocolonial que importará, portanto, alterar.

Para Lélé, embora a perspetiva da crítica da economia política permita explicar a persistência estrutural da insustentabilidade, não permite, porém, explicar a origem de alguns dos problemas ambientais, nomeadamente os que resultam do triunfalismo científico e tecnológico que reivindica a capacidade de completo domínio da natureza por parte dos seres humanos. Ora, este “reducionismo triunfalista”, embora possa favorecer os interesses económicos dominantes, desempenha um papel relativamente independente do capitalismo em si mesmo.

Finalmente, a terceira perspetiva defende que o problema não reside no ‘exterior’, nas estruturas de poder material ou nas estruturas de pensamento, mas no ‘interior’, ao nível da cultura e dos sistemas de valores dos indivíduos que importa alterar, nomeadamente pela educação ambiental.

Para Lélé, o desafio que se coloca, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, é fazer convergir ou, pelo menos, fazer dialogar estas diferentes correntes, quer a nível normativo quer analítico. O ponto de partida para este diálogo e convergência poderia ser a aceitação de um “quadro normativo alargado”, no qual a noção de sustentabilidade

ambiental inclua não só a sustentabilidade intergeracional, mas também a justiça ambiental intrageracional e a qualidade de vida, e em que a noção de bem-estar inclua não apenas a libertação da privação material, da doença, da ignorância, mas também o proporcionar de um espaço para respeitar e experienciar a natureza, por si mesma, como forma de elevação do espírito humano. Em suma, “o desenvolvimento sustentável tem que ser redefinido como a prossecução, ecologicamente sustentável e socialmente justa, do bem-estar material e não material” (idem, p. 316).

A perspectiva de Lélé, parece-nos apontar claramente para uma conceção integrada e articulada, em que a sustentabilidade ambiental inclui uma dimensão social e a sustentabilidade social inclui uma dimensão ambiental, ou seja, para uma sustentabilidade socio-ecológica.

Mas voltando à questão do diálogo entre as diversas perspectivas críticas de desenvolvimento sustentável, se este pode ser conseguido a nível normativo, já a nível analítico, para Lélé, a convergência torna-se mais difícil, nomeadamente em função de algum pendor dos intelectuais e académicos para um pensamento monodimensional, balizado disciplinarmente, que não se coaduna adequadamente com a realidade e as necessidades práticas, pelo que “é bem possível que os práticos venham a ultrapassar os intelectuais no caminho para alcançar uma síntese” (idem, p. 316). Ou seja, se se considerar o ‘triângulo’ valores-normas / política-deliberação-organização-ação / conhecimento-ciência, é precisamente neste último campo que, para Lélé, parece haver maiores dificuldades em estabelecer as bases para um diálogo crítico.

O ‘programa’ geral proposto por Lélé parece-nos bastante interessante na medida em que expressa a necessidade de construir uma visão crítica de desenvolvimento sustentável, multidimensional e articulada (crítica ética, crítica ecológica, crítica da economia política), necessidade essa que é particularmente sentida na perspectiva da ação prática e, portanto, por parte daqueles que se defrontam com os problemas e as necessidades de resolução de problemas práticos, numa perspectiva de sustentabilidade. Ora, esta é precisamente a exigência de base que se coloca ao nível da definição e implementação de políticas de sustentabilidade e, concomitantemente, à avaliação da sustentabilidade, objeto central da presente investigação.

Em síntese, das posições dos autores, resumidas anteriormente, retiramos três ideias centrais: i) o potencial emancipatório do conceito de sustentabilidade; ii) a necessidade de transformação das estruturas e relações sociais e das relações sociedade-natureza, no sentido da sustentabilidade social e ecológica, ou seja, socio-ecológica; iii) a necessidade de articular, em torno de um 'programa' para a ação, as diversas perspectivas críticas relativamente à conceção dominante de desenvolvimento sustentável e, fundamentalmente, a necessidade de construir alternativas na prática e na ação.

Estas três ideias centrais permitem-nos estruturar um novo patamar para o desenvolvimento da discussão que tem vindo a ser desenvolvida no presente trabalho, em torno da estruturação de uma perspectiva crítica de desenvolvimento sustentável.

Esta discussão comporta várias dimensões prático-conceptuais interligadas e com áreas de sobreposição que devem ser entendidas numa perspectiva dinâmica e relacional (relações sociais, relações sociedade/natureza):

- i) A dimensão das *necessidades*. A noção de necessidades (*needs*) constitui uma pedra angular do conceito de desenvolvimento sustentável definido no Relatório Brundtland. Esta noção, sem a qual a correlata noção de *equidade* perde substância, carece de clarificação, tal como acontece com esta última (*equidade* ou *igualdade*?). Em ambos os casos, é uma tarefa cujo tratamento tem um lugar privilegiado no campo da *sustentabilidade social*.
- ii) A dimensão da *sustentabilidade ecológica* e do significado que, nesta dimensão, assume a noção de *sustentar, cuidar*.
- iii) A dimensão *ética*, dos valores e normas que orientam a perceção e construção da realidade, a consubstanciação das preocupações e a definição dos anseios, dos objetivos últimos da ação, e que definem o referencial para avaliar os resultados.
- iv) A dimensão *política*, estruturada em relações de poder, englobando as sub-dimensões organizacional, deliberativa e de configuração e planeamento da ação prática.
- v) A dimensão *pragmática*, do *como fazer*, em função dos objetivos, momentos e circunstâncias.

vi) A dimensão de *conhecimento* (filosófico, científico, comum) *do que existe e como existe*, de modo a sabermos *como fazer*, o que *decidimos* fazer, porque consideramos que *deve* ser feito.

As duas primeiras dimensões não pertencem à mesma ordem lógica das restantes, uma vez que é a partir da aplicação articulada destas últimas que se constroem respostas às questões colocadas pelas duas primeiras.

Não cabe, evidentemente, no contexto deste trabalho, nem sequer da tese de doutoramento, uma discussão de todas estas questões, mas importa considerar alguns aspetos relevantes para o prosseguimento da investigação.

2.2.3 Conhecer o quê? Como?

Ao longo do presente trabalho tem sido dada maior atenção à dimensão política e, de forma ainda limitada, à dimensão ética, do conceito de sustentabilidade. Para concluir a Parte I deste trabalho, e antes de iniciar uma primeira abordagem ao conceito de sustentabilidade social, que será o tema da Parte II, importa analisar, de forma sintética, algumas questões da dimensão do *conhecimento*, e alguns dos principais problemas que aí se colocam.

Uma das questões centrais que a emergência da problemática ambiental veio (re)colocar na ordem do dia foi a necessidade de entender as relações humanidade/natureza de forma holística, dinâmica e articulada. Esta necessidade está bem presente no cerne do conceito de desenvolvimento sustentável. Mesmo nas versões mais *mainstream*, a natureza, o ambiente, não podem continuar a ser meramente objetificados, como fonte permanente e inesgotável de recursos e depósito de lixos. No mínimo, há que entender suficientemente as interações e suas consequências, por forma a manter a sustentabilidade daquelas funções ou 'serviços'.

Ora, este parece ser o campo privilegiado para o conhecimento de tipo científico. Porém, também aqui, as perspetivas ideológicas, as concepções do mundo e de racionalidade influenciam ou determinam as opções, os processos e os limites da investigação.

Na concepção *mainstream* de desenvolvimento sustentável a abordagem da articulação das relações humanidade/natureza constrói-se, de forma privilegiada, em torno da metáfora dos 'três pilares' (ecológico, económico e social), seja na versão, mais simples, da imagem

de três pilares que suportam a sustentabilidade, seja em versões mais dinâmicas, como o triângulo cujos vértices são as três referidas dimensões ou a dos três círculos que se intersejam, até versões mais sofisticadas, como a multiplicação de círculos intersejados, resultante da integração de outras dimensões como a política, a institucional, a cultural, ou como a imagem do 'prisma da sustentabilidade' que coloca as diversas dimensões de sustentabilidade numa configuração tridimensional (Dalal-Clayton e Sadler, 2014).

A crítica das debilidades e limitações da conceção baseada na metáfora dos 'três pilares', há muito vem sendo feita no contexto dos debates sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (Giddings et al. 2002; Gibson, 2005, 2006).

Uma das principais linhas de argumentação crítica incide sobre a natureza e consequências da separação, autonomia e articulação limitada entre os 'pilares'.

Seja qual for o seu grau de sofisticação, a metáfora dos 'três pilares' traduz uma conceção em que a ontologia se reduz, em grande medida, à epistemologia. A realidade é concebida como sendo constituída por três grandes esferas relativamente autónomas: ecológica, económica e social. A sustentabilidade é definida em cada uma delas e a sustentabilidade global resulta dos contributos de cada uma das esferas, sendo que os ganhos de sustentabilidade numa das esferas podem implicar perdas noutra(s), como resultado das interações que se estabelecem entre elas. Estas interações não são propriamente concebidas de forma holística e sistémica, mas exercendo-se em determinadas áreas de 'sobreposição' ou 'interseção', em determinadas circunstâncias e através de determinados 'canais'.

A perspetiva dos 'três pilares' é cómoda porque corresponde a três campos (ambiental, económico e social), tradicionalmente estabelecidos, no que respeita à definição de políticas públicas, pesquisa académica e investigação especializada (Gibson, 2005). Esta perspetiva de relativa autonomia e interação limitada tem, porém, uma dupla implicação: a montante, desvia as atenções ou subvaloriza a consideração e análise das interconexões entre as diversas dimensões; a jusante, facilita e incentiva uma dinâmica de compartimentação na análise e tratamento das questões da sustentabilidade (Giddings et al., 2002; Gibson, 2005).

Desta dupla implicação derivam, por sua vez, diversas consequências. Desde logo, a lógica paradoxal que consiste em afirmar o ideal da interconexão, mas, na prática, perpetuar a fragmentação e as lógicas de especialização disciplinar e os interesses que lhe são inerentes, desencorajando a inovação substantiva (Gibson, 2005, 2006).

Neste contexto, a ciência pode continuar a trabalhar predominantemente de forma tradicional, dentro do paradigma reducionista, do determinismo, objetivismo, universalismo, positivismo; na especialização, na partição analítica do todo nas suas componentes, no sentido do controlo, apropriação e manipulação do objeto.

Por outro lado, a separação favorece o desenvolvimento desigual dos pilares, com predomínio de uns e subalternização de outros, bem como a assunção de uma lógica de *trade-offs* entre os três sectores (Giddings et al., 2002; Gibson, 2005, 2006). Ora, numa sociedade dominada pela hipertrofia da economia associada ao crescimento económico contínuo, e em que os problemas ambientais surgem como limite e ameaça a esse crescimento, não admira que os pilares económico e ambiental (biofísico) sejam priorizados, embora com predominância do primeiro sobre o segundo, nos debates sobre desenvolvimento sustentável (Giddings et al., 2002).

Nesta perspetiva, a esfera económica e o crescimento económico assumem um lugar central, na sua interação com a esfera ecológica, nomeadamente através das designadas 'externalidades'. A dimensão social é geralmente subalternizada. Recorde-se como elementos desta dimensão (necessidades, equidade) foram introduzidos por pressão política, ao longo do processo de construção do conceito de desenvolvimento sustentável que desemboca no Relatório Brundtland, processo já analisado anteriormente no presente trabalho.

A perspetiva dos 'pilares' não concebe, nem procura entender, a realidade na sua história e no seu devir, mas traduz a convicção de que a natureza, dimensão e características do sistema económico, tal como existe, é uma realidade natural e eterna. Os 'pilares' são o que são, a realidade é o que é, pelo que não interessa indagar se podem ou devem deixar de ser, se já foram outra coisa ou podem passar a sê-lo. O que importa é entender a melhor maneira de manter e assegurar o crescimento económico.

Mas trata-se de um crescimento económico de tipo capitalista, especialmente na sua pulsão neoliberal, em que tudo é passível de mercantilização e redutível a capital económico, e em que as relações sociais e o ambiente são concebidos, descritos e reduzidos ao estatuto de ‘capital’, ‘social’ ou ‘natural’, e à provisão de ‘serviços’ (Giddings et al., 2002).

Uma das expressões paradigmáticas desta redução emerge nas discussões em torno das conceções de sustentabilidade ‘fraca’ versus sustentabilidade ‘forte’ e do modo como a primeira defende que a sustentabilidade é alcançável desde que o ‘stock’ de capital total se mantenha ou aumente, uma vez que os diversos ‘capitais’ são ‘convertíveis’, ou seja, que as perdas de ‘capital’ em determinado(s) pilar(es) são substituíveis por ganhos de ‘capital’ noutro(s) (Dalal-Clayton e Sadler, 2014). E ainda que as conceções de sustentabilidade ‘forte’ neguem esta possibilidade de substituição, reduzir a discussão à questão unidimensional e economicista dos ‘capitais’ não pode senão desviar-nos (e alienar-nos) dos caminhos da sustentabilidade.

Ora, o conceito de sustentabilidade não emerge para justificar o que existe. Muito pelo contrário, é construído em reação e como tentativa de resposta a situações e tendências que se revelam como ecológica e socialmente inoportáveis e que importa enfrentar e resolver. Trata-se, portanto, de um conceito crítico (Gibson, 2006).

Esta perspetiva crítica não pode deixar de exercer-se nos domínios ontológico e epistemológico, e ao nível das respetivas consequências metodológicas, pelo que importa ir para além da rigidez dos ‘pilares’ e conceber a realidade nas suas articulações e interdeterminações, por forma a entender as raízes dos problemas e procurar soluções.

Dito de outro modo, considerando que a compreensão dos eventos concretos exige um duplo movimento concreto→abstrato, abstrato→concreto (Sayer, 2010), a conceção dos ‘pilares’, numa perspetiva de sustentabilidade, constitui uma forma insuficiente e limitada de abstração do concreto. A seriedade, persistência e agravamento dos problemas socio-ecológicos exige formas mais ricas de abstração que possibilitem uma melhor aproximação à complexidade do concreto.

Ora, como referem Giddings et al. (2002), a conceção dos ‘pilares’ constitui uma forma de abstração que minoriza a mudança permanente e reforça a conceção do mundo como algo

de estático, em que as estruturas e prioridades dominantes sempre existiram e continuarão a existir. E, mais do que evidenciar as interconexões, a concepção dos pilares tende a reforçar a autonomia e separação entre economia, sociedade e natureza.

Este problema não é resolvido pela adição de novos 'pilares' (cultural, institucional, político...), mas exige a compreensão de que todos se encontram incluídos numa relação de interdependência socio-ecológica (Gibson, 2006).

A abstração nos 'pilares' (seja qual for o seu número) pode ser útil para identificar a existência e inter-implicação de diversos fatores, mas não pode consistir num movimento de reificação. A aproximação ao concreto exige a sua relativização, redinamização e inter-relacionamento no contexto das totalidades em que se inserem.

Nesta perspetiva, conceber a economia como um subsistema da sociedade e esta como um subsistema do ambiente global (imagem de três círculos concêntricos), pode constituir um ponto de partida para uma concepção alternativa aos 'pilares' (Giddings et al., 2002; Gibson, 2005).

Porém, mesmo esta perspetiva apresenta limitações e deve ser melhorada:

An improvement would be to remove the separation of the economy from other human activities. This separation inflates the importance of the market, assumes it is autonomous and does not focus primarily on meeting of human needs whether by the market or other means. We would suggest that human activity and well being, both material and cultural, should be viewed as interconnected and within the environment. Humanity's well being depends on the environment, although we should recognize that the natural world, although it would change without humans, would survive without us. The same cannot be said for humanity. The boundary between the environment and human activity is itself not neat and sharp; rather it is fuzzy. There is a constant flow of material and energy between human activities and the environment and both constantly interact with each other". (Giddings et al., 2002, p. 193).

Os autores propõem, portanto, um 'movimento' de descentramento da 'economia' e de recentramento no bem-estar material e cultural, num contexto de reconhecimento da integração e dependência relativamente à natureza. Este recentramento é justificado do seguinte modo:

Defining the aim as human well-being would encourage seeing discrimination in any form as contrary to sustainable development, rather than as at present, as undesirable but justified by gains elsewhere. Instead of having a priority on the economy, which is a means to an end, the

focus should be on human provisioning and satisfying needs, which may be done in many more ways than those described within economy.” (Ibidem).

Na sequência lógica da sua argumentação, os autores defendem, então, a necessidade de as teorias de desenvolvimento sustentável adotarem uma perspectiva holística e integrada, sistêmica, que considere a complexidade, as interações e as propriedades emergentes. Chamam, porém, a atenção para um ponto crucial. O foco no bem-estar humano, em respeito pela natureza, e a adoção de perspectivas sistêmicas não esgotam as necessidades de reconfiguração das perspectivas alternativas de desenvolvimento sustentável, uma vez que subsiste a necessidade de integração da dimensão ética. Ou seja, é necessário definir valores e orientações que estabeleçam as referências para a definição de prioridades e as tomadas de decisão. “Sustainable development needs to be based on principles that would apply to all issues whether they are classified as environmental, social, economic or any mix of the three” (Giddings et al. 2002, p. 194).

Ou seja, tanto os processos de conhecimento como os processos de ação prática (deliberação, decisão, ação, avaliação), numa perspectiva de sustentabilidade, têm que ser orientados por um sistema de valores que importa estabelecer e definir. Não basta, portanto, adotar perspectivas sistêmicas que reduzam a complexidade dos sistemas socioecológicos a modelos mensuráveis. É necessário trazer a terreiro as dimensões e implicações normativas da complexidade (Audouin et al. 2013; Cilliers e Preiser, 2010).

Midgley (1992, p. 149) vai mesmo mais longe, introduzindo também a dimensão da subjetividade: “If systems scientists are to deal adequately with complexity, they will have to look at *object relations, moral decision making, and subjectivity* [itálico nosso]. Moreover, complex interrelationships among these forms of complexity will often have to be explored.”

As perspectivas sistêmicas têm vindo a fazer o seu caminho, também no campo da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Aliás, a emergência da problemática ambiental e o desenvolvimento do pensamento complexo, nas últimas décadas, não é simples coincidência, nem se trata de meras realidades paralelas (Audouin, 2009, 2013; Midgley, 1992). A humanidade debate-se com problemas que não pode enfrentar sem (re)construir o pensamento e o conhecimento complexo (Morin, 2008, 2011), sem recuperar a ‘alma’ holística que ‘vendeu ao diabo’ em troca da omnisciência instrumental

da racionalidade cartesiana e da ciência moderna. A revalorização contemporânea das “epistemologias do sul” (Santos, 2012), das cosmovisões dos povos indígenas que nunca perderam essa ‘alma’ não traduz senão uma das vias nessa demanda.

Que não há pensamento crítico sem conhecimento complexo e dinâmico não é novidade, como há muito o mostrou Karl Marx, a quem faltou, olhando retrospectivamente, fazer acompanhar a crítica da economia política por uma ‘crítica da ecologia política’, embora, ao contrário dos que se limitam a colar-lhe o ápodo de prometeísmo, seja possível encontrar na sua obra alguns esboços desta crítica (Bensaid, 2002).

A importância central do pensamento complexo para a presente investigação, quer aos níveis ontológico e epistemológico quer, particularmente, a nível metodológico e prático foi estabelecida desde início. No entanto, este não é ainda o momento para avançar nesta direção, uma vez que nos parece necessário, primeiramente, atacar a questão da sustentabilidade por outra frente, e efetuar uma primeira abordagem exploratória da problemática da *sustentabilidade social* que será o tema da Parte II deste trabalho.

PARTE II – SUSTENTABILIDADE SOCIAL

3. A dimensão social da sustentabilidade

Na literatura sobre o conceito de *sustentabilidade social* surgem, de forma recorrente, ao longo do tempo, diversas considerações sobre o estágio menos desenvolvido e o estatuto menor ou subalterno da dimensão social, relativamente às dimensões económica e ambiental da sustentabilidade. Estas afirmações podem resumir-se nos seguintes aspetos:

- A dimensão social foi integrada tardiamente nos debates sobre desenvolvimento sustentável, inicialmente dominados por questões ambientais e económicas (Litig e Grießler, 2005; Collantonio, 2011; Eisenberg e Jabareen, 2017) e, apesar da crescente atenção que lhe é conferida a partir dos anos 1990, permanece uma dimensão subalternizada, tratada frequentemente como o parente pobre ou elo mais fraco do desenvolvimento sustentável (Litig e Grießler 2005; Collantonio e Dixon, 2011; Böstrom, 2012; Dalal-Clayton e Sadler, 2014).
- Embora se verifique uma progressiva emergência de produções, continua a haver escassez de trabalhos teóricos e empíricos sobre sustentabilidade social, e o conceito permanece difuso, insuficientemente teorizado, excessivamente simplificado e limitado por constrangimentos teóricos e metodológicos (Litig e Grießler 2005; Collantonio e Dixon, 2011; Murphy, 2012; Boyer et al., 2016; Eisenberg e Jabareen, 2017; Missimer et al., 2017).
- A indefinição do conceito de sustentabilidade social traduz-se numa ausência de consenso relativamente ao seu âmbito (inclusivamente no que se refere ao próprio termo 'social'), significado e 'natureza' (analítica, política, normativa?) e na emergência de uma pluralidade crescente de interpretações, em função das visões do mundo, perspetivas disciplinares, prioridades socioculturais e particularidades da investigação (Collantonio e Dixon, 2011; Manzy et al., 2011; Böstrom, 2012; Murphy, 2012; Dalal-Clayton, 2014; Boyer et al., 2016).
- Estes aspetos concorrem para a dificuldade de desenvolver conhecimento cumulativo, com os diversos autores a propor-se colmatar, por si próprios, as lacunas existentes (Collantonio e Dixon, 2011; Manzy et al., 2011; Eisenberg e Jabareen, 2017).
- Apesar destas dificuldades, começa a verificar-se maior consenso no que respeita à identificação dos principais temas que compõem a sustentabilidade social, incluindo o

reconhecimento da emergência de novos temas relativamente a temas mais tradicionais (Collantonio e Dixon, 2011; Manzy et al., 2011; Böstrom, 2012; Murphy, 2012; Dalal-Clayton, 2014; Boyer et al., 2016; Missimer et al., 2017).

Alguns autores chamam a atenção para o facto de, embora num estágio formativo, o desenvolvimento da problemática da sustentabilidade social poder informar-se em tradições de investigação mais amadurecidas, que lhe são afins, nomeadamente em torno do bem-estar humano, como é o caso do desenvolvimento humano e do bem-estar comunitário (Magis e Shinn, 2009) e da qualidade de vida (Pinto, 2004).

Tendo presente este pano de fundo, iremos tratar os seguintes aspetos:

- 1) Genealogia da noção de *sustentabilidade social* no contexto da problemática do desenvolvimento sustentável.
- 2) Afinidades, articulação e influência de outras tradições de reflexão sobre o desenvolvimento humano, as necessidades e a qualidade de vida.
- 3) As especificidades da perspectiva da sustentabilidade e os contributos desta especificidade para a problemática geral do bem-estar e do florescimento humano.

4. Breve historial da genealogia e gestão da noção de sustentabilidade social

4.1 Sustentabilidade social no seio da problemática do desenvolvimento sustentável

Como se referiu na primeira parte desta investigação, a dimensão social, pela via das discussões em torno do tema do desenvolvimento, integrou, desde início, o debate em torno do desenvolvimento sustentável.

No entanto, a inclusão do social e dos problemas do desenvolvimento não foi linear nem ‘pacífica’ uma vez que, em grande medida, resultou de pressão dos países do ‘Sul’ e alguns países do antigo ‘segundo mundo’, conforme ilustrado na preparação da Conferência de Estocolmo de 1972 (Egelston, 2013). Os resultados desta Conferência seriam, porém, muito limitados, na perspetiva das questões sociais e de desenvolvimento (Egelston, 2013; Springett e Redclift, 2015) que permaneceram relativamente marginalizadas até à década de 1980, não sendo integradas na primeira formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, expresso no texto final (publicado em 1980) da World Conservation Strategy, promovida pela UNEP, IUCN e WWF (Lelé, 1991; Egelston, 2013; Springett e Redclift, 2015). A mais notável exceção a esta tendência de relativa marginalização dos problemas sociais e de desenvolvimento, durante a década de 1970, é constituída pela Declaração de Cocoyoc, de 1974, já anteriormente referida. Esta declaração foi adotada no *Symposium on Patterns of Resource Use, Environment and Development Strategies*, promovido pela UNEP e pela UNCTAD, realizado em Cocoyoc, México, entre 8 e 12 de Outubro de 1974. O simpósio reuniu numerosos especialistas de diversas proveniências e orientações. Não se tratou, portanto, de uma conferência intergovernamental e a declaração nunca foi submetida a aprovação nos órgãos das Nações Unidas.

A declaração constitui um marco na redefinição das finalidades do desenvolvimento enquanto desenvolvimento humano e não “desenvolvimento de coisas” e define o âmbito da noção de *necessidades* humanas. Embora estabelecendo como prioridade a satisfação das necessidades básicas (alimentação, habitação, saúde, vestuário e educação), o texto alarga o âmbito das necessidades a satisfazer pelo desenvolvimento:

Development should not be limited to the satisfaction of basic needs. There are other needs, other goals, and other values. Development includes freedom of expression

and impression, the right to give and to receive ideas and stimulus. There is a deep social need to participate in shaping the basis of one's own existence, and to make some contribution to the fashioning of the world's future. Above all, development includes the right to work, by which we mean not simply having a job but finding self-realization in work, the right not to be alienated through production processes that use human beings simply as tools (CD, 1974, p. 3).

A Declaração de Cocoyoc, para além de conceber as necessidades humanas como indo para além das necessidades básicas, incluindo o direito ao trabalho, o desenvolvimento e a realização pessoal, bem como necessidades sociais de interação, participação e intervenção na construção do futuro, tem, sobretudo, o mérito de afirmar a centralidade da satisfação das necessidades humanas como objetivo do desenvolvimento (ODI, 1978; TESE, 2008).

Nas “sugestões para a ação”, o texto da declaração antecipa orientações que terão ressonância no Relatório Brundtland e, efetivamente, apenas viriam a ser adotadas nas políticas de desenvolvimento sustentável, depois da Conferência do Rio de 1992:

We call on political leaders, Governments, international organizations and the scientific community to use their imagination and resources to elaborate and start implementing, as soon as possible, programmes aimed at satisfying the basic needs of the poorest peoples all over the world, including: wherever appropriate, the distribution of goods in kind. These programmes should be designed in such a way as to ensure adequate conservation of resources and protection of the environment. (CD, 1974, p. 4-5).

Em suma, a Declaração de Cocoyoc sustenta pela primeira vez, com clareza, na cena institucional internacional, a noção de que as questões de ambiente e desenvolvimento não podem ser separadas e de que o objetivo do desenvolvimento é a satisfação das necessidades humanas e não o crescimento económico, por si. A incomodidade e resistência suscitadas por este tipo de afirmações, à época, é bem ilustrada pelo facto de Henry Kissinger, então Secretário de Estado dos EUA, alguns dias depois do Simpósio, ter criticado o conteúdo político e social da Declaração, protestando pelo facto de o documento ir para além das questões estritamente ambientais, pretendendo “relacionar tudo com tudo”, e sublinhando que o mandato da UNEP se restringia às questões ambientais (UNCTAD, 2011, p. 88).

Efetivamente, estes temas apenas viriam a ser retomados em 1982, no âmbito das discussões preliminares da Comissão Brundtland e, posteriormente, materializadas no Relatório da Comissão, em 1987.

O Relatório Brundtland (WCED, 1987), para além de afirmar a inseparabilidade das questões de ambiente e desenvolvimento, viria a retomar a centralidade do conceito de necessidades, como objetivo do desenvolvimento. No entanto, o âmbito do conceito de necessidades é restringido às *necessidades básicas*, às quais se junta a *participação* e a *equidade* intra e intergeracional. Este conjunto de noções, articuladas pelo conceito de *sustentabilidade* (que postula a submissão do desenvolvimento, por um lado, aos limites impostos pelos recursos e pelos sistemas biofísicos e, por outro, à satisfação das necessidades humanas) constitui o principal legado do Relatório que, porém, postula que a resolução dos problemas ambientais e de desenvolvimento só pode ser alcançada pelo crescimento económico.

Esta noção base do conceito de desenvolvimento sustentável viria a ser desenvolvida e sistematizada nos documentos produzidos na Conferência do Rio de 1992 (UNCED).

Independentemente da discussão sobre o alcance e limites dos resultados da Conferência, importa referir que os documentos produzidos constituem um marco na problemática do desenvolvimento sustentável, estruturando a matriz de desenvolvimento posterior do conceito e da definição de políticas e ações práticas no âmbito do sistema das Nações Unidas e da generalidade das organizações internacionais de cooperação e desenvolvimento.

Na perspetiva do tema da sustentabilidade social importa relevar alguns aspetos.

Pela primeira vez é expressamente referida a existência de uma dimensão social do desenvolvimento sustentável, na Seção I da Agenda 21 (UN, 1992), juntamente com uma dimensão económica e uma dimensão ecológica.

É reafirmada a centralidade das necessidades humanas e da equidade intra e intergeracional, no Princípio 3 da Declaração do Rio (UN, 1992a).

O âmbito do conceito de necessidades é, em grande medida, limitado às necessidades básicas (alimento, habitação, saúde, educação), sendo conferida prioridade ao combate à fome e à pobreza.

No entanto, alguns temas que já surgiam no Relatório Brundtland, embora de forma pouco assertiva, são agora colocados expressamente na ordem do dia, como é o caso dos direitos das mulheres e dos povos indígenas (Princípios 20 e 22 da Declaração e Seção I da Agenda 21). Neste âmbito, temas como a *organização*, a *participação*, o *empowerment* de indivíduos e comunidades, o respeito pela *integridade cultural*, são afirmados como princípios básicos e objetivos a alcançar. O Anexo III do Relatório da UNCED à AG das Nações Unidas, dedicado ao tema das florestas, refere que “A gestão dos recursos e áreas florestais deve ser desenvolvida por forma a satisfazer as *necessidades sociais, económicas, ecológicas, culturais e espirituais* das gerações atuais e futuras” (UN, 1992b).

Estamos, portanto, já muito longe das questões estritamente ambientais, como preconizado por Henri Kissinger. Porém, o tratamento destes temas é muito centrado nas seções da Agenda 21 dedicadas ao combate à pobreza e à satisfação das necessidades básicas, explícita ou implicitamente, nos países ou regiões mais desfavorecidos e vulneráveis, como se os problemas de discriminação de género ou de minorias étnicas não se colocassem nos países ‘desenvolvidos’. Esta ‘contenção’ do tratamento de temas mais ‘avançados’ no âmbito dos países menos desenvolvidos permaneceu, até hoje, uma tendência das políticas de desenvolvimento sustentável.

O terceiro aspeto que importa evidenciar é o facto de a Conferência do Rio alargar a todo o sistema das Nações Unidas e respetivas agências e programas, nomeadamente UNEP, UNDP e UNCTAD, o comprometimento na aplicação da Agenda 21 e na implementação do desenvolvimento sustentável (Seção IV, capítulo 38 da Agenda 21).

Esta transversalidade, que seria alargada a outras organizações e instituições internacionais, como a União Europeia, viria, portanto, e simultaneamente, a disseminar e a universalizar o conceito de desenvolvimento sustentável e a criar uma pluralidade de fontes, processos de discussão e contributos sobre a substância e a operacionalização do conceito e, concomitantemente, da dimensão social, apesar da sua relativa menorização, como analisado no início deste texto.

O ponto que, porém, interessa desde já marcar reside no facto de os temas que integram o conceito de sustentabilidade social não constituírem, em si mesmos e de um modo geral, uma novidade resultante dos debates em torno do desenvolvimento sustentável. As

discussões em torno das necessidades humanas, do que constitui o ‘bom viver’ em sociedade, radicam em tradições seculares e milenares. O que há de novo é a sua reelaboração por mediação do conceito de *sustentabilidade*. Em que medida esta reelaboração é mais ou menos significativa e significativa, é uma das preocupações da presente investigação.

Antes de nos centrarmos nesta questão, importa ainda verificar que contributos gerais para a configuração da sustentabilidade social foram surgindo, no âmbito do sistema das Nações Unidas, desde a Conferência do Rio até à atualidade.

A *World Summit on Social Development*, de 1995, a *Millennium Declaration*, de 2000, e os decorrentes *Millennium Development Goals*, a *World Summit on Sustainable Development*, de 2002, a *Declaration on the Rights of Indigenous Peoples*, de 2007, a United Nations Conference on Sustainable Development – Rio+20, de 2012, e a *2030 Agenda for Sustainable Development*, de 2015, e os decorrentes *Sustainable Development Goals*, contam-se entre os principais momentos deste processo que abrange os últimos 30 anos. Com avanços e recuos, com maior ou menor alargamento do âmbito, com maior ou menor ênfase conferida a determinados aspetos, questões que não cabe neste momento particularizar e aprofundar, destes eventos e dos documentos neles produzidos emergiram um conjunto de temas que permitem definir a configuração do que, neste contexto, pode ser entendido como a dimensão social da sustentabilidade.

De forma sintética, importa relevar o seguinte:

- A prioridade é consistentemente conferida à satisfação das *necessidades básicas* (alimento, habitação, saúde, educação), com grande enfoque nos mais pobres e vulneráveis.
- Para além disso, é também conferida uma importância central à questão dos direitos das mulheres. Temas como *não discriminação, igualdade, dignidade, respeito, liberdade, participação e empowerment* surgem frequentemente neste contexto.
- A questão dos direitos dos povos indígenas tem importantes desenvolvimentos, nomeadamente a partir da *Declaration on the Rights of Indigenous Peoples*, de 2007. É um contexto onde emergem temas que vão muito para além das *necessidades básicas* ou do *direito à terra* e aos *recursos*, como é o caso do *bem-estar, justiça,*

dignidade, não discriminação, direito à diversidade, identidade cultural, pertença, integridade, autonomia, autodeterminação, participação, liberdade, segurança.

- Temas como *coesão social, inclusão, capital social, equidade, justiça, dignidade, solidariedade, segurança, bem-estar, liberdade, participação, governança*, são também utilizados em contextos mais globais.

- Verifica-se, porém, uma distância considerável entre o desenvolvimento destes temas ao nível da afirmação de princípios e direitos, e a sua operacionalização e integração em políticas concretas e materialização em ações programadas. Neste particular, o foco incide sobre a satisfação de necessidades básicas dos mais pobres e vulneráveis.

A emergência e existência de todo este manancial de temas e o trabalho desenvolvido em torno de cada um deles, não deram, porém, lugar a uma elaboração sistemática e global do conceito de sustentabilidade social ou, se se preferir, de configuração da dimensão social da sustentabilidade. Eis-nos regressados, portanto, ao ponto de partida, ou seja, às questões de indefinição, sub-teorização e menorização da dimensão social da sustentabilidade.

Antes de avançar nesta questão e de a articular com a questão anteriormente deixada em suspenso, relativamente à reelaboração destes temas por mediação do conceito de sustentabilidade, interessa analisar os principais filões de reflexão sobre estes temas, que embora se cruzem e relacionem, sejam influenciados e influenciem o debate sobre desenvolvimento sustentável, se desenvolvem noutros contextos.

4.2 Outros contextos de reflexão sobre a noção de sustentabilidade social

Magis e Shinn (2009) identificam três tradições de investigação e prática onde têm vindo a ser dados contributos importantes para a sustentabilidade social:

- O Desenvolvimento Humano (nomeadamente no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento);
- A Sustentabilidade (nomeadamente em torno das Conferências das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento);
- A tradição das Comunidades Sustentáveis e do Bem-Estar Comunitário, reportando-se aqui sobretudo à tradição do *American Community Movement*.

Segundo os autores, estas três correntes, embora com identidade própria, emanam das mesmas raízes, desenvolveram-se no mesmo período temporal e em direções muito similares. Nestas tradições, identificam a emergência de quatro grandes grupos de princípios caracterizadores da sustentabilidade social:

- **Bem-Estar Humano**, que inclui *necessidades básicas* (alimentação, educação, saúde, saneamento, abastecimento de água e habitação), a *erradicação da pobreza*, o direito ao trabalho e a uma *vida produtiva, necessidades sociais, culturais e espirituais*, a *segurança* e o *empowerment*.
- A **Equidade**, onde se incluem a garantia de *oportunidades económicas* e *oportunidades políticas*, a redução das *disparidades económicas e nos níveis de vida*, equidade no *acesso à justiça*, e de expressão de *valores sociais e culturais*.
- **Governo Democrático**, incluindo *instituições e leis democráticas*, a *transparência*, as *liberdades políticas*, os *direitos civis*.
- **Sociedade Civil Democrática**, incluindo a *participação democrática*, a *autodeterminação*, a *identidade cultural* e a *identidade nacional*, as *liberdades políticas*, o *empowerment*, a *expressão de minorias, de mulheres e jovens*, o *envolvimento do público*, *tomadas de decisão públicas* informadas pelo *diálogo* e a *participação*, a *inclusão* e a *integração social*.

Nesta perspetiva, os autores propõem e defendem que o *bem-estar humano*, a *equidade*, o *governo democrático* e a *sociedade civil democrática* constituem os quatro princípios estruturantes do conceito de sustentabilidade social, questão a que voltaremos noutra seção.

Das três tradições acima referidas, a da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável já foi tratada nas seções anteriores. Importa agora dedicar alguma atenção às perspetivas do Desenvolvimento Humano e do Bem-Estar.

Desenvolvimento Humano

No âmbito do desenvolvimento humano ou do “desenvolvimento centrado nos humanos”, Magis e Shinn (2009) identificam três abordagens: a das *Necessidades Básicas*, a do *Desenvolvimento Humano*, protagonizada por Mahbub ul Haq e desenvolvida no âmbito do UNDP, e a das *Liberdades*, em torno das concepções de Amartya Sen.

Necessidades Básicas

O pano de fundo e o impulso para a emergência e desenvolvimento da perspectiva das necessidades básicas é o mesmo já referido aquando da análise da emergência do conceito de desenvolvimento sustentável: a constatação do facto de o crescimento económico sem precedentes, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, não ter resolvido os problemas da pobreza, da desigualdade, da iliteracia e da saúde que, contrariamente, se agravaram, sobretudo nos países do terceiro mundo menos desenvolvidos. Esta constatação viria a motivar a consciência da necessidade de uma mudança do foco ou dos objetivos do desenvolvimento: do crescimento económico, em si, para as pessoas e a satisfação das suas necessidades (Streeten e Burki, 1978; ODI, 1978; Streeten et al. 1981).

Alguns dos principais pontos de referência da emergência e desenvolvimento da perspectiva das necessidades básicas são, entre outros, a Declaração de Cocoyoc, de 1974, o relatório da Conferência Mundial para o Emprego, da Organização Internacional do Trabalho, de 1976 (ODI, 1978), e os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Banco Mundial que culminam na edição da obra *First Things First: Meeting Basic Human Needs in the Developing Countries*, em 1981 (Streeten et al. 1981).

Embora faça referência às necessidades “não-materiais” (satisfação com o *emprego, autodeterminação, autoconfiança, liberdade política, participação* nas tomadas de decisão, *identidade cultural, sentido de propósito* na vida), o foco da ‘corrente’ das *Basic Needs* é a satisfação das *necessidades básicas* (alimento, água, abrigo, saneamento, saúde, educação) e, dentro destas, a prioridade é conferida às “*core basic needs*” (alimento, água, abrigo e saneamento) (Streeten, 1978; Streeten et al. 1981, Magis e Shinn, 2009).

Como vimos, a noção de necessidades básicas viria a ser integrada no Relatório Brundtland, em 1987, como um dos temas centrais do conceito de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento Humano

A perspectiva do *desenvolvimento humano* foi em grande medida impulsionada por Mhabub ul Haq, no âmbito do *United Nations Development Program* (UNDP). Esta perspectiva

engloba a perspectiva das necessidades básicas¹, mas procura ir mais além, integrando também influências das teorias de Amartya Sen.

Do trabalho desenvolvido nesta área viria a resultar a criação do índice de Desenvolvimento Humano e a publicação dos Relatórios sobre Desenvolvimento Humano, que têm vindo a ser elaborados no âmbito do UNDP desde 1990 até ao presente.

Na esteira da perspectiva das Necessidades Básicas, o Desenvolvimento Humano parte da reafirmação de que o foco do desenvolvimento são as pessoas e não o crescimento económico. Mas, o modo como a questão das necessidades é considerada, sofre uma mutação dinâmica, passando de uma abordagem ‘recetiva’ de satisfação de necessidades, para uma perspectiva de aquisição de *capacidades* (saúde, conhecimento, competências, por exemplo), de *escolhas* e de *uso* dessas capacidades (emprego, atividades produtivas, atividade política, lazer) e, inerentemente, de *equidade de oportunidades* (UNDP, 1990; Haq, 1995).

Segundo Haq (1995), o novo paradigma compreende quatro dimensões essenciais: *equidade, sustentabilidade, produtividade e empowerment*.

Equidade, definida como igual acesso a oportunidades; *Sustentabilidade*, na aceção de sustentabilidade das oportunidades humanas, definida como “a sustentação de todas as formas de capital – físico, humano, financeiro e ambiental”; *Produtividade*, entendida como “elemento essencial do paradigma do desenvolvimento humano”, exigindo “investimento nas pessoas e um ambiente macroeconómico que possibilite que atinjam o seu máximo potencial”; *Empowerment*, na medida em que “o paradigma do desenvolvimento humano não é paternalista, nem se baseia nos conceitos de caridade e bem-fazer” e o seu foco consiste “no desenvolvimento protagonizado pelas pessoas, que devem participar nas atividades, eventos e processos que dão forma à sua vida” (Haq, 1995, pp. 16-20).

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (UNDP, 1990) define as principais linhas desta conceção, assumindo uma perspectiva liberal de desenvolvimento humano enquanto capacitação e liberdade de escolha, numa economia de mercado, em função das

¹ Mahbub ul Haq foi um dos autores da referida obra *First Things First: Meeting Basic Human Needs in the Developing Countries* (Streeten et al, 1981) e Paul Streeten viria a colaborar com ul Haq, tendo prefaciado o seu livro *Reflections on Human Development* (Haq, 1995).

necessidades e interesses do indivíduo: “Human development is the process of enlarging people’s choices (...) No one can guarantee human happiness and the choices people make are their own concern (...) Human freedom is vital for human development. People must be free to exercise their choices in properly functioning markets” (UNDP, 1990, p. 1).

Os processos de desenvolvimento devem, porém, criar um ambiente favorável (“conducive environment”) para que as pessoas possam, individual e coletivamente, desenvolver o seu potencial e ter razoáveis oportunidades de ter uma vida criativa e produtiva, de acordo com as suas necessidades e interesses. Nesta perspetiva, o que está em causa é mais do que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do que o rendimento e a riqueza, do que a produção de mercadorias e a acumulação de capital (idem, ibidem).

Daí a necessidade de criar um novo índice para medir o desenvolvimento - o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – que, para além do rendimento, agregue outros indicadores, como a esperança de vida, a literacia e o controlo sobre os recursos para desfrutar uma vida decente. O Relatório reconhece algumas limitações do IDH, não apenas no que respeita ao mesmo tipo de limitações colocadas por outros índices, nomeadamente o facto de as médias nacionais esconderem a forma de distribuição a nível regional e local, mas também pelo facto de permanecer por definir uma medida quantitativa para a liberdade humana (idem, ibidem).

Esta lacuna viria a manter-se ao longo do tempo, alegadamente devido à oposição de alguns governos autoritários, bem como às dificuldades inerentes à construção de um indicador sobre liberdade humana (Magis e Shinn, 2009).

Paul Streeten (1995) viria também a reconhecer não apenas as limitações de ocultamento ao nível da distribuição geográfica das desigualdades, mas também ao nível das discrepâncias relativas às diferenças de género, idade, nível de vida, etnia e crenças religiosas, aspetos que, na sua opinião, podem ser superados pela desagregação do índice, pelo menos em alguns países. Streeten defenderia também que a questão das liberdades e direitos humanos pode ser objeto de acompanhamento complementar por meio de outros índices.

Efetivamente, embora o índice global não tenha superado estas limitações, os Relatórios de Desenvolvimento Humano, sobretudo a nível regional e nacional, viriam a desenvolver

e integrar outros índices que permitem dar conta de algumas das referidas discrepâncias (Lengfelder e Cazabat, 2016).

O IDH viria a ser objeto de alterações, em 2010 (UNDP, 2010), sobretudo no que respeita à determinação do indicador de rendimento, substituindo o PIB pelo Rendimento Interno Bruto (Gross National Income – GNI) como uma das dimensões do IDH, juntamente com os Índices de Educação e de Esperança de Vida.

Importa, ainda, referir que o Relatório de 2014 (UNDP, 2014) viria a acolher dois novos temas – *vulnerabilidade* e *resiliência*, relevantes para a problemática da sustentabilidade social que, entretanto, haviam emergido no debate sobre desenvolvimento sustentável.

Abordagem das Liberdades

Sob a designação de *freedoms approach*, Magis e Shinn (2009) referem-se às teorias de Amartya Sen sobre desenvolvimento humano, mais frequentemente designadas como *capability approach*.

As teorias de Sen e o seu desenvolvimento por Martha Nussbaum constituem um contributo muito relevante para a problemática da sustentabilidade social, pelo que serão objeto de análise mais detalhada noutra capítulo do presente trabalho. No contexto ‘panorâmico’ do presente capítulo pretende-se apenas dar conta das suas linhas gerais.

Como se referiu, a influência de Sen na abordagem do Desenvolvimento Humano da UNDP, analisada no ponto anterior, é reconhecida, embora, para alguns autores, aquela não tenha efetivamente integrado as premissas centrais do *capability approach* (Dean, 2009; Nussbaum, 2011).

Sen integrou o painel de consultores dos Relatórios do Desenvolvimento Humano desde a primeira edição, em 1990. O Relatório de 2000, cujo tema central é *direitos humanos e desenvolvimento*, inclui um *glossário sobre direitos humanos e desenvolvimento*, onde consta a seguinte entrada:

Functionings, capabilities and freedom: The functionings of a person refer to the valuable things that the person can do or be (such as being well nourished, living long and taking part in the life of a community). The capability of a person stands for the different combinations of functionings the person can achieve. Capabilities thus reflect the freedom to achieve functionings. In that sense, human development is freedom (UNDP, 2000, p. 17).

Esta entrada introduz e sintetiza a tríade de conceitos que estrutura o *capability approach* de Amartya Sen: *funcionalidades, capacidades e liberdade*.

Sen define *funcionalidades* como “as várias coisas que as pessoas valorizam fazer ou ser”, podendo variar desde as “mais elementares, como estar adequadamente alimentado e liberto de doenças evitáveis, até atividades e estados pessoais muito complexos, como ser capaz de participar na vida da comunidade ou ter auto-respeito” (Sen, 1999, p. 75).

“As *capacidades* de uma pessoa referem-se às combinações alternativas de *funcionalidades* que lhe é possível alcançar. As *capacidades* constituem, assim, uma espécie de *liberdade*: a liberdade substantiva de alcançar combinações alternativas de funcionalidades (ou, dito de modo menos formal, de poder alcançar diversos estilos de vida)” (idem, *ibidem*).

Veja-se, portanto, que não apenas já não se trata da simples satisfação de necessidades básicas, como é introduzida uma dimensão de *agência* ativa, de exercício de liberdade de orientação e escolhas. O exercício desta liberdade depende das capacidades de que uma pessoa dispõe para alcançar e usufruir funcionalidades e combinações de funcionalidades, e o desenvolvimento e exercício das capacidades depende da liberdade de acesso, fruição ou exercício de funcionalidades.

Como refere Nussbaum (2011, p. 20), as capacidades “não são apenas competências residentes no interior das pessoas, mas também liberdades ou oportunidades criadas pela combinação entre as competências pessoais e o ambiente político, social e económico”.

Sen sempre rejeitou apresentar ou desenvolver uma lista das funcionalidades e capacidades consideradas importantes para o desenvolvimento humano, argumentando que, sendo as funcionalidades coisas que as pessoas *valorizam* fazer ou ser, a sua definição deve ser feita por cada pessoa e não pré-definida e, muito menos, imposta.

Esta posição de individualismo ético traduz uma dimensão de incompletude do *capability approach* na medida em que aquilo que as pessoas valorizam e consideram relevante pode ser determinado por estruturas de dominação, desigualdade e discriminação, e nem todas as liberdades humanas são igualmente valorizáveis (Deneulin e Shahani, 2009).

Marta Nussbaum procurou ultrapassar esta posição, defendendo a possibilidade e a necessidade de fixar um conjunto de capacidades essenciais transcendendo as valorizações

individuais, alicerçando esta possibilidade no conceito de *dignidade*, o que permite, por exemplo, atribuir capacidades a pessoas que não estão em condições de as valorizar, como é o caso da atribuição do direito à educação a pessoas com insuficiências cognitivas significativas que poderão não valorizar a educação como necessidade a satisfazer. Nesta perspetiva, Nussbaum defende que o foco do *capability approach* reside na “proteção de áreas de liberdade tão fundamentais que a sua remoção faz com que a vida não seja merecedora numa perspetiva de dignidade humana”, pelo que a questão de base que se coloca é a de saber “o que é necessário para que a vida seja merecedora da dignidade humana” (Nussbaum, 2011, pp. 31-32). Nesta perspetiva, qualquer “ordem política decente deve assegurar a todos os cidadãos pelo menos um limiar mínimo de dez capacidades centrais” (idem, pp. 33-34): *Vida* (tempo de esperança de vida normal); *saúde física*; *Integridade física*; *sentidos, imaginação e pensamento*; *emoções*; *razão prática*; *afiliação*; *outras espécies* (relação com); *recreação*; *controlo sobre o seu ambiente* (político e material).

Marta Nussbaum, embora mantendo-se dentro de uma perspetiva liberal, aprofunda e leva muito mais longe os conceitos de desenvolvimento humano e de capacitação. Noutro ponto do presente texto analisar-se-á com mais detalhe a referida ‘listagem’ de capacidades, bem como algumas críticas que a abordagem das capacidades tem suscitado, quer na versão de Amartya Sen quer na de Marta Nussbaum.

Bem-estar comunitário e qualidade de vida

Prosseguindo com a análise panorâmica sobre as fontes, tradições e contributos para o conceito de sustentabilidade social, debruçamo-nos agora sobre a tradição do bem-estar comunitário e qualidade de vida.

Magis e Shinn (2009, pp. 29-30) reportam esta tradição, fundamentalmente, ao *American Community Movement* que, não constituindo um movimento homogéneo, integra uma diversidade de movimentos auto-organizados em torno dos temas do *bem-estar*, da *qualidade de vida* e das *comunidades sustentáveis*.

Da análise dos indicadores utilizados pelos diferentes componentes deste ‘movimento’, os autores identificam quatro princípios estruturadores: *comunidades habitáveis* (*livable communities*), *equidade*, *sociedade civil democrática*, *governança democrática*.

O tema das *comunidades habitáveis*, centrado no bem-estar humano, inclui necessidades básicas, como educação, saúde, acesso a bens e serviços públicos, emprego, transportes e habitação.

A *equidade* inclui a igualdade de acesso à justiça para todos os grupos e estratos económicos, bem como para as gerações futuras.

A *governança democrática* refere-se a um tipo de governo que promove a participação da comunidade no discurso público, bem como na configuração, implementação e avaliação das políticas públicas.

A *sociedade civil democrática* traduz-se no diálogo público e na tomada de decisão informada, na colaboração para a construção de resultados desejados pela comunidade e na integração social intencional dos residentes, na sua plena diversidade.

Segundo os autores, estes processos democráticos desencadeiam um ciclo virtuoso, reforçando competências e conhecimento, relações sociais, mais e melhor comunicação, maior capacidade de iniciativa, e crescente capacidade adaptativa ou resiliência, elementos necessários para o sucesso das comunidades e um continuado desenvolvimento do capital social.

A reflexão e as práticas em torno do tema das comunidades urbanas sustentáveis não se limita, porém, ao *american community movement*, desenvolvendo-se de forma alargada, nomeadamente noutros países americanos, como o Canadá (City of Vancouver, 2005), bem como na Europa (Manzi et al., 2009; Collantonio e Dixon, 2011).

No Canadá, as autoridades municipais da cidade de Vancouver promoveram um plano de desenvolvimento social, em 2005, no âmbito do qual foi desenvolvido um modelo de análise e promoção da sustentabilidade social. Este modelo assenta em três componentes e quatro princípios orientadores (City of Vancouver, 2005, p. 3):

- Componentes de sustentabilidade social:

- * *Necessidades básicas* (tais como habitação e rendimento suficiente, enquanto condições necessárias e prévias ao desenvolvimento de capacidades);
- * *Capacidade individual ou humana* ou oportunidades de aprendizagem e autodesenvolvimento;

* *Capacidade social ou da comunidade* para o desenvolvimento de organizações comunitárias, redes de relações e desenvolvimento da interação.

- Princípios orientadores de sustentabilidade social:

* *Equidade*;

* *Inclusão social e interação*;

* *Segurança*;

* *Adaptabilidade*.

No âmbito da União Europeia, as discussões em torno destes temas remontam ao início da década de 1990, com o Livro Verde sobre Ambiente Urbano (CCE, 1990) e o Projeto das Cidades Europeias Sustentáveis, iniciado em 1993 na sequência do Livro Verde.

No relatório deste projeto (EGUE, 1996) o tema da *qualidade de vida* é colocado no centro da problemática da sustentabilidade, nele confluindo os diversos aspetos (económicos, sociais e ecológicos) que configuram essa sustentabilidade. Articulada no contexto da noção de *qualidade de vida*, a dimensão social da sustentabilidade urbana é estruturada nos temas *bem-estar, saúde e habitação*.

No âmbito do *bem-estar*, são considerados subtemas como o direito à habitação, água e saneamento, educação e formação profissional, emprego criativo, e as questões da pobreza, exclusão social, acesso à informação, participação e identidades.

O tema da *saúde* é configurado na sua aceção mais ampla, incluindo determinantes sociais, políticas, culturais e económicas.

A questão da *habitação* é também considerada nas suas diversas dimensões: equipamento social, bem social ou coletivo, um elemento da comunidade e do tecido social, um abrigo, um fator de criação de comunidades e não apenas de espaços e equipamentos físicos.

Refletindo sobre o contexto da definição e desenvolvimento de políticas de sustentabilidade no Reino Unido, Manzi et al. (2009, p. 18) propõem o seguinte conjunto de temas para a construção de agendas locais de sustentabilidade social:

- Promover a habitabilidade e o bem-estar

- Apoiar a participação e o *empowerment*

- Encorajar a coesão e integração social

- Integrar serviços fundamentais, como habitação, planeamento, educação, transporte e saúde
- Facilitar parcerias e colaboração na provisão de serviços
- Assegurar a segurança e a proteção contra perigos ambientais
- Promover o acesso às comunicações e às tecnologias de informação
- Proporcionar condições de igualdade de oportunidades para todos.

Também no Reino Unido, Colantonio e Dixon (2011), propõem um *Social Sustainability Assessment Framework (SSAF)*, estruturado em torno de seis princípios e objetivos, e dez dimensões de análise/avaliação, desagregadas em mais de 6 dezenas de subdimensões e mais de 100 indicadores da natureza quantitativa ou qualitativa.

Os princípios e dimensões propostos são os seguintes (Colantonio e Dixon, 2011, p. 216):

- Princípios orientadores e objetivos gerais:
 - * Equidade intra e intergeracional;
 - * Reconhecimento e preservação da diversidade;
 - * Proteção e promoção da saúde e segurança;
 - * Princípios da incerteza, precaução e subsidiariedade.
- Dimensões de sustentabilidade social:
 - * Habitação, educação, emprego, saúde e segurança, demografia;
 - * Integração e coesão social;
 - * *Empowerment* e participação;
 - * Identidade/imagem/património cultural;
 - * Capital social;
 - * Bem-estar.

5. De que trata, afinal, a sustentabilidade social?

5.1 Principais temas e algumas propostas de estruturação

A revisão feita nas seções anteriores, embora muito longe de ser exaustiva, é suficientemente ilustrativa de alguns dos problemas colocados pelo conceito de sustentabilidade social, conforme referido no capítulo anterior.

A enorme diversidade de temas envolvidos, a sua complexidade, a pluralidade de perspectivas e propostas de estruturação (diferentes de autor para autor) traduzem problemas de indefinição relativamente ao âmbito, significado e natureza do conceito (ou conglomerado de conceitos) de sustentabilidade social.

Embora seja notória a recorrência de alguns temas centrais, o número de temas envolvido é significativo, colocando mesmo em causa a exequibilidade de uma análise sistemática do conceito e, conseqüentemente, da sua operacionalização.

Colantonio e Dixon (2011) identificam cerca de 30 temas-chave, distribuídos por várias fontes e autores.

Considerando dimensões, temas e subtemas (a distribuição dentro desta hierarquia varia de autor para autor) identificámos mais de 50 temas (ver, mais adiante, o Quadro 5.4), numa 'lista' que não se pretende exaustiva.

Das análises anteriores resulta também, porém, que a diversidade de temas (que, aliás, apresentam constantes interligações e áreas de sobreposição) e a pluralidade de abordagens não transforma a área da sustentabilidade social numa nova Babel. Não há incomensurabilidades nos diferentes discursos e concepções, e as diversas propostas de estruturação dos conceitos envolvidos, embora heterogéneas, têm elementos comuns e são produtoras de sentido, no âmbito do discurso geral sobre sustentabilidade social.

A forma mais produtiva de avançar nestas dificuldades consiste efetivamente no trabalho não apenas de distinção, mas, sobretudo, de estruturação dos conceitos, estruturação essa que, por seu lado, não pode limitar-se à lógica dos discursos, mas alargar-se aos referentes, à realidade que lhes está subjacente.

Na sequência da abordagem de pendor mais panorâmico efetuada nas seções anteriores, procuraremos na presente secção, desenvolver uma aproximação mais analítica ao conceito de sustentabilidade social, nomeadamente em torno de diferentes propostas de

estruturação do conceito, algumas das quais já apresentadas anteriormente, na sua generalidade.

Proceder à estruturação dos conceitos implica, necessariamente, estabelecer e utilizar critérios de classificação e estruturação. Analisaremos vários dos critérios utilizados na literatura, nomeadamente, um critério temporal descritivo (temas tradicionais, temas emergentes), um critério substantivo (temas chave e temas complementares), um critério funcional (temas substantivos, temas operativos).

Temas tradicionais e temas emergentes

Colantonio & Dixon (2011) identificam na literatura sobre sustentabilidade social vários temas centrais para a operacionalização do conceito, como se referiu anteriormente. A perspetiva cronológica é um dos critérios que utilizam nessa identificação, distinguindo entre os temas mais tradicionais e os que emergiram mais recentemente no discurso sobre sustentabilidade (Quadro 5.1).

Ao longo das últimas décadas, temas como as necessidades básicas, a redução da pobreza, a equidade, os direitos humanos, as questões de género, foram sendo complementados por outros de natureza mais intangível e complexa, pouco suscetíveis de medição quantitativa, como coesão social, identidade, sentimento do lugar, capital social, *empowerment*, bem-estar, felicidade, qualidade de vida.

Ou seja, a evolução cronológica da emergência dos temas no discurso sobre sustentabilidade parece ser concomitante com o aumento da sua complexidade e a maior dificuldade de desenvolver abordagens e operacionalizações meramente ou predominantemente quantitativas.

Os autores chamam a atenção para o facto de mesmo no caso em que os temas emergentes são mais suscetíveis de quantificação, a sua análise e tratamento terem vindo a integrar, de forma crescente, uma perspetiva mais qualitativa, como é o caso do estudo dos fluxos migratórios, em que se passou da simples produção e análise de dados estatísticos, para a caracterização dos migrantes de acordo com as suas perceções, histórias, escolhas e expectativas.

Esta evolução cronológica, no sentido da complexificação, não deixa de ser interessante e contraditória com os processos de desenvolvimento de áreas de investigação científica que

tendem a evoluir no sentido da constante ‘simplificação’, pela decomposição do objeto por via da abstração analítica. No sentido contrário, o conceito de sustentabilidade social parece cada vez englobar mais coisas e maior complexidade.

Quadro 5.1 – Sustentabilidade social: temas tradicionais e emergentes

Temas tradicionais	Temas emergentes
<ul style="list-style-type: none"> - Necessidades básicas, incluindo habitação e saúde ambiental - Educação e competências - Emprego - Equidade - Direitos humanos e questões de género - Pobreza - Justiça social 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças demográficas (envelhecimento, migração e mobilidade) - Integração e coesão social - Identidade, sentimento do lugar e cultura - <i>Empowerment</i> e participação - Saúde e segurança - Capital social - Bem-estar, felicidade e qualidade de vida

Fonte: Colantonio e Dixon (2011)

Temas-chave, temas complementares e subtemas

A diferenciação entre temas chave e temas complementares, e respetiva desagregação em subtemas, numa perspetiva de operacionalização, constitui um passo adiante na procura de uma estruturação substantiva do conceito de sustentabilidade social.

Na literatura é possível encontrar uma variedade de propostas, tão diversas quanto a diversidade de autores e os contextos em que se pretende aplicá-las. No quadro seguinte são apresentadas, a título ilustrativo, várias propostas, incluindo algumas já referidas anteriormente.

Embora todas se centrem na identificação de temas-chave, o seu grau de organização e complexificação é muito variável. Podemos encontrar simples listagens (Manzi et al., 2010), propostas de estruturação hierárquica (Magis e Shinn, 2009; Murphy, 2012; Lamorgese e Geneletti, 2015; Eisenberg e Jabareen, 2017) e distinção entre princípios orientadores e dimensões de operacionalização (City of Vancouver, 2005; Colantonio e Dixon, 2011; Lamorgese e Geneletti, 2015; Eisenberg e Jabareen, 2017).

As propostas de Lamorgese e Geneletti, e Eisenberg e Jabareen, apresentam algumas particularidades que importa evidenciar.

Ambas tratam a dimensão social da sustentabilidade no contexto geral da sustentabilidade sócio-ambiental, não considerando a sustentabilidade social como ‘pilar’ autónomo ou isolado.

Ambas o fazem, porém, a partir de um princípio estruturante relativamente redutor. No caso de Lamorgese e Geneletti, o conceito de *equidade*, transformado, paradoxalmente, num ‘superconceito’ cujo âmbito vai muito para além do significado próprio e da sua potencialidade operativa. No caso de Eisenberg e Jabareen, o conceito de *risco*, com base nas conceções de *sociedade de risco* em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, autores nos quais Eisenberg e Jabareen expressamente se apoiam. Afirmar que “o *Risco* constitui o fundamento ontológico da estruturação do conceito de sustentabilidade social” (Eisenber e Jabareen, 2017, p. 12) parece-nos uma perspetiva muito limitada e definida pela negativa, ao invés de considerar que tal fundamento ontológico reside na necessidade de desenvolvimento ou florescimento humano que, como se viu nas secções anteriores, está no âmago do debate sobre sustentabilidade social.

Ainda no caso de Lamorgese e Geneletti importa também ressaltar que a proposta é apresentada não num contexto de mera discussão conceptual sobre a dimensão social da sustentabilidade, mas antes no âmbito da discussão sobre processos de avaliação da sustentabilidade. Daí a configuração em torno de uma extensa lista de critérios.

Quadro 5.2 – Propostas de estruturação temática do conceito de sustentabilidade social

Autor	Proposta de estruturação do conceito de sustentabilidade social
City of Vancouver (2005)	<ul style="list-style-type: none"> - Componentes da sustentabilidade social: <ul style="list-style-type: none"> * <i>Necessidades básicas</i> (tais como habitação e rendimento suficiente, enquanto condições necessárias e prévias ao desenvolvimento de capacidades); * <i>Capacidade individual ou humana</i> ou oportunidades de aprendizagem e autodesenvolvimento; * <i>Capacidade social ou da comunidade</i> para o desenvolvimento de organizações comunitárias, redes de relações e desenvolvimento da interação. - Princípios orientadores de sustentabilidade social: <ul style="list-style-type: none"> * <i>Equidade</i>; * <i>Inclusão social e interação</i>; * <i>Segurança</i>; * <i>Adaptabilidade</i>.
Magis e Shinn (2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Constituintes primários da sustentabilidade social: <ul style="list-style-type: none"> * <i>Bem-estar humano</i> individual e social (satisfação de necessidades básicas; liberdades políticas, económicas e sociais; vida saudável e criativa; alargamento permanente do leque de escolhas; segurança; garantia de respeito pelos direitos humanos); * <i>Equidade</i> (inter e intrageracional; redução de desigualdades);

Autor	Proposta de estruturação do conceito de sustentabilidade social
	<ul style="list-style-type: none"> * <i>Governança democrática</i> (democracia e governo democrático, participação e responsabilidade partilhada); * <i>Sociedade civil democrática</i> (ativismo cívico; participação na tomada de decisão; contrapoder democrático)
Manzi et al (2010)	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a habitabilidade e o bem-estar - Apoiar a participação e o <i>empowerment</i> - Encorajar a coesão e integração social - Integrar serviços fundamentais, como habitação, planeamento, educação, transporte e saúde - Facilitar parcerias e colaboração na provisão de serviços - Assegurar a segurança e a proteção contra perigos ambientais - Promover o acesso às comunicações e às tecnologias de informação - Proporcionar condições de igualdade de oportunidades para todos.
Colantonio e Dixon (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios orientadores e objetivos gerais: <ul style="list-style-type: none"> * Equidade intra e intergeracional; * Reconhecimento e preservação da diversidade; * Proteção e promoção da saúde e segurança; * Princípios da incerteza, precaução e subsidiariedade. - Dimensões operativas de sustentabilidade social: <ul style="list-style-type: none"> * Habitação, educação, emprego, saúde e segurança, demografia; * Integração e coesão social; * <i>Empowerment</i> e participação; * Identidade/imagem/património cultural; * Capital social; * Bem-estar.
Murphy (2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos centrais do pilar social da sustentabilidade: <ul style="list-style-type: none"> * <i>Equidade</i> (nacional, internacional e intergeracional; distribuição justa de fatores de bem-estar e de oportunidades; redução de vulnerabilidades, promoção de fatores de adaptabilidade); * <i>Consciencialização sobre a sustentabilidade</i> (promover a consciencialização pública sobre as questões da sustentabilidade; encorajar padrões de consumo alternativos; desafiar o paradigma tradicional de crescimento e incluir conceções não materiais de felicidade); * <i>Participação</i> (alargamento da participação nos processos de decisão, nomeadamente aos grupos com menos poder); * <i>Coesão social</i> (criar oportunidades para a promoção da coexistência harmoniosa).
Lamorgese e Geneletti (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Quatro perspetivas ou dimensões do conceito de <i>equidade</i>: <ul style="list-style-type: none"> * <i>Equidade na perspetiva das oportunidades</i> (qualidade e nível de vida aceitáveis para todos; equidade de oportunidades para todos, particularmente para os mais vulneráveis). Critérios: <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente limpo e saudável. • Acesso a bens básicos (água, habitação decente, etc.). • Acesso a transportes, serviços e equipamentos para todos

Autor	Proposta de estruturação do conceito de sustentabilidade social
	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar funcionalidades e serviços nas comunidades, e disponibilizá-los a toda a gente. • Contribuir para garantir oportunidades para as mulheres e para os habitantes de comunidades distantes e de pequena dimensão. • Ter em consideração os conceitos de comunidade e de valores coletivos. • Promover a inclusão social. • Tomar decisões que favoreçam ganhos líquidos na promoção da qualidade de vida. <p>* <i>Equidade na perspetiva da justiça distributiva</i> (distribuição justa e proporcionada de benefícios e desvantagens). Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar uma distribuição equilibrada de ganhos e perdas. • Atuar sem ignorar os impactes externos das decisões, desde a escala de bairro à escala global. • Garantir uma probabilidade igual de ser atingido por mudanças ambientais significativas e uma distribuição equilibrada e justa de custos e benefícios resultantes de tais mudanças. • Evitar iniquidades na distribuição da exposição a riscos para a saúde, tendo em conta a exposição humana ao perigo e diferenças de vulnerabilidade entre grupos sociais. • Assegurar a aceitação social. • Evitar iniquidades nos impactes das políticas ambientais e discriminação na aplicação da regulamentação. • Evitar iniquidades na capacidade das pessoas influenciarem as decisões que afetam o seu ambiente. • Promover a representação direta dos interesses dos grupos desfavorecidos. • Reduzir o fosso entre as áreas mais deprimidas e as restantes. <p>* <i>Equidade na perspetiva da justiça distributiva entre gerações</i>. Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar a manutenção, a longo prazo, do capital disponível de recursos não renováveis. • Preservar a integridade dos sistemas ecológicos e respetivas funções de suporte de vida. • Manter e reforçar a resiliência dos sistemas Socio-ecológicos. • Avaliar os efeitos sociais e ambientais e a sua duração. • Priorizar a proteção ambiental e a integridade ecológica de modo a que qualquer mudança no status quo resulte em benefícios ambientais. • Considerar seriamente a opção de não implementação nos casos em que haja muita incerteza científica sobre os aspetos particulares de determinada proposta ou quando as consequências da proposta superam os benefícios. • Adotar medidas que minimizem o uso de recursos e energia, minimizar emissões e a produção de resíduos, maximizar a reutilização. • Adotar o princípio da precaução de modo a evitar que qualquer grupo, definido espacial, social ou temporalmente, assuma o fardo das mudanças ambientais de forma injusta e desnecessária. • Adotar uma perspetiva de sustentabilidade forte, evitando decisões que implicam um decréscimo de capital natural para as gerações futuras.

Autor	Proposta de estruturação do conceito de sustentabilidade social
	<ul style="list-style-type: none"> • Combinar as questões sociais, ambientais e económicas de um modo mais objetivo. <p>* <i>Equidade na perspetiva da justiça para um mundo imperfeito</i> (abordagem comparativa e aplicação de escrutínio crítico na avaliação para a identificação das principais sinergias, conflitos e <i>trade-offs</i>). Critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer limiares de demarcação entre impactes aceitáveis e impactes não aceitáveis. • Justificar e assumir a responsabilidade nas situações de <i>trade-off</i>. • Implementar medidas de adaptação e mitigação. • Evitar a ‘dissonância cognitiva’ nos casos em que há incompatibilidade entre crenças e comportamentos. • Construir o ‘sentido de lugar’ e a proteção do património cultural das comunidades e regiões. • Desenvolver as relações de confiança e um sentido comum de responsabilidade. • Estruturar uma base económica mais diversificada e gerir o ritmo e a escala do desenvolvimento. • Contribuir para a melhorar as condições de vida das gerações futuras.
Eisenberg e Jabareen (2017)	<p>- Conceito de sustentabilidade social e respetivas funções e práticas (meio urbano):</p> <p>* <i>Segurança</i> (o Risco é o fundamento ontológico para um quadro de sustentabilidade social. Segurança para os humanos e não humanos é o requisito fundamental da sustentabilidade e da sustentabilidade social). Principais componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas de adaptação para lidar com o risco e as incertezas; • Matriz de vulnerabilidade urbana: compreender as dimensões demográfica e social do risco. <p>* <i>Equidade</i> (a injustiça social, económica e ambiental coloca em risco a sociedade bem como os esforços para lidar com as ameaças e incertezas resultantes das alterações climáticas. Políticas mais justas e menos desigualdade reduzem a alienação das pessoas relativamente aos espaços em que vivem e promovem a sua capacidade para lidar com as vulnerabilidades e promovem o desenvolvimento de objetivos ambientais exequíveis). Principais componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento, redistribuição e participação. <p>* <i>Eco-prosumption</i> (refere-se aos modos de produção e aquisição de valores, de forma social e ambientalmente responsável, e consiste na responsabilidade da sociedade em reduzir riscos futuros e ajudar a mitigar os esforços locais e globais). Principais componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Medidas mitigadoras. <p>* <i>Formas urbanas sustentáveis</i> (a forma física do meio urbano é crucial para concretizar as agendas social, da sustentabilidade e da segurança). Principais componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compactação; • Usos do solo mistos • Diversidade • Energia limpa • <i>Design</i> para aproveitamento solar passivo • ‘Enverdecimento’ (<i>greening</i>) • Transportes sustentáveis • Reutilização e requalificação

Temas substantivos e temas processuais

As classificatórias apresentadas anteriormente, apesar da sua diversidade de enfoques e de fundamentos teóricos (muitas vezes apenas implícitos) constituem contribuições na procura da estruturação do conceito de sustentabilidade social ou da dimensão social da sustentabilidade.

No entanto parece não serem suficientes para pôr ordem no relativo 'caos' temático e na clarificação dos fundamentos de seleção e organização dos temas.

Nesta perspetiva, e analisando as questões sociais concretas que são consideradas em estudos empíricos e debates em torno da noção de sustentabilidade social, Boström (2012) refere que muitos dos problemas e desafios com que se defronta esta problemática resultam da insuficiente atenção conferida à distinção entre aspetos substantivos e processuais ou procedimentais. Os temas ou aspetos substantivos definem *o que* deve ser feito, ou seja, os objetivos da sustentabilidade social. Os temas processuais definem *como* fazer o que deve ser feito e que meios utilizar.

Embora esta distinção esteja presente ou, pelo menos, subjacente, em algumas propostas anteriormente analisadas (City of Vancouver, 2005; Colantonio e Dixon, 2011; Lamorgese e Geneletti, 2015; Eisenberg e Jabareen, 2017), é Boström quem centra deliberadamente a discussão neste aspeto.

A distribuição dos temas pelas vertentes substantiva e processual, proposta por Boström, é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 5.3 – Aspetos substantivos e processuais da sustentabilidade social

Aspetos substantivos: que objetivos a sustentabilidade social se propõe atingir?	Aspetos processuais: como alcançar o desenvolvimento sustentável?
<ul style="list-style-type: none">- Necessidades básicas, tais como alimentação, habitação, rendimento, e necessidades alargadas, tais como recreação e autorrealização.- Justiça inter e intrageracional, em várias dimensões (género, raça, classe e etnia), incluindo uma justa distribuição dos rendimentos e uma justa distribuição dos aspetos ambientais positivos e negativos.- Igualdade de direitos, incluindo direitos humanos, direitos de uso e posse da terra, e direitos dos povos indígenas.- Acesso a infraestruturas sociais, mobilidade, serviços locais, equipamentos, áreas verdes, etc.;- Emprego e outras questões relacionadas com o trabalho, facilitadoras das pequenas empresas de base local.	<ul style="list-style-type: none">- Acesso à informação sobre os riscos dos projetos de sustentabilidade.- Acesso à participação e tomadas de decisão, em diferentes etapas do processo e ao longo do tempo.- Comunicação proactiva e envolvimento dos <i>stakeholders</i> ao longo de todo o processo.- <i>Empowerment</i> para ser parte do processo (consciencialização, educação, relacionamento, compensação económica).

Aspetos substantivos: que objetivos a sustentabilidade social se propõe atingir?	Aspetos processuais: como alcançar o desenvolvimento sustentável?
<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de aprendizagem e autodesenvolvimento. - Capacitação das comunidades para o desenvolvimento da sociedade civil e do capital social. - Segurança (por exemplo, económica, ambiental). - Efeitos sobre a saúde dos trabalhadores, consumidores e comunidades. - Coesão social, integração e interação. - Diversidade cultural e tradições. - Sentimento de ligação à comunidade, pertença e identidade. - Reconhecimento social. - Qualidade da habitação e dos espaços públicos. - Qualidade de vida, felicidade e bem-estar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na configuração e definição dos problemas, incluindo definição de critérios, âmbito e questões de justiça. - Monitorização dos processos de definição de políticas, planeamento e definição de <i>standards</i>. - Responsabilização nos processos de governança e gestão de políticas, planeamento e definição de <i>standards</i>.

Fonte: Boström (2012)

A distinção entre temas substantivos e processuais parece ser heurística e operativamente interessante. No entanto, a proposta de distribuição apresentada por Boström não deixa de suscitar alguns problemas. O *empowerment* e a participação, por exemplo, são meros aspetos instrumentais ou não serão também objetivos de sustentabilidade? Estes temas, bem como a justiça social, a igualdade de direitos, a coesão social, entre outros, e a própria satisfação de necessidades alargadas, constituem fins em si mesmos ou não terão um carácter ‘processual’ relativamente a conceitos mais substantivos como *qualidade de vida, bem-estar, felicidade e florescimento*?

A distinção entre temas substantivos e processuais tem, efetivamente, o mérito de focar a discussão num ponto de articulação axial entre várias questões fundamentais: i) ‘Quais são (devem ser) os nossos objetivos de sustentabilidade?’; ii) ‘Que condições e ações são necessárias para os concretizar?’

A resposta a estas questões é, porém, mais complexa do que a fornecida por Boström. Exige uma ampliação de perspetiva e a formulação de outras questões que lhes são antecedentes, nomeadamente:

- Que necessidades é preciso satisfazer para evitar o sofrimento e assegurar o florescimento humano?
- Tais necessidades são meramente individuais ou têm também uma natureza social?
- Que tipo de estruturas sociais, que formas de organização social, que processos de conhecimento e de agência são necessários para concretizar a satisfação dessas necessidades de forma socialmente sustentável?

- Que tipo de relações sociedade-natureza é necessário estabelecer para concretizar a satisfação dessas necessidades de forma ambientalmente sustentável?

Estas questões estão no cerne da problemática da sustentabilidade e não é possível responder-lhes sem ultrapassar algumas dicotomias clássicas como indivíduo e sociedade, razão e valores, sociedade e natureza, entre outras. Esta necessidade de ultrapassar ou superar o pensamento dicotómico tem uma base ontológica, não é apenas de natureza epistemológica.

5.2 Temas de sustentabilidade social: perspetivas individual, social e integrada

Voltando aos temas de sustentabilidade social, mas tendo em mente as questões colocadas anteriormente, podemos verificar que grande parte dos temas é formulada na perspetiva do indivíduo. Outros são formulados numa perspetiva social, isto é de interação e de relações socialmente estruturadas. A ligação entre as duas dimensões nem sempre é claramente estabelecida, e poucas vezes é articulada (Litig e Grießler 2005). No entanto, alguns (poucos) dos temas de sustentabilidade social, implicam efetivamente uma perspetiva holística e integrada entre indivíduo e sociedade, e mesmo entre sociedade e natureza.

No quadro seguinte apresenta-se uma arrumação dos temas identificados ao longo do presente texto, sem qualquer preocupação de aprovação ou apreciação crítica do valor de cada um deles. Também não consideramos relevante discutir, neste momento, se a distribuição apresentada é rigorosa, se não haverá temas colocados na dimensão individual que caberiam na dimensão social e vice-versa. Aliás, há temas repetidos que têm uma aplicação individual e grupal ou coletiva, como vulnerabilidade, resiliência, identidade, *empowerment* e outros. Pelo contrário, o que interessa discutir é, precisamente, a íntima relação entre aspetos individuais e aspetos sociais e a necessidade de os conceber de forma articulada ou mesmo integrada.

É precisamente nesta perspetiva que consideramos os temas, ou conglomerados de temas, cujo tratamento aponta nesse sentido: *bem-estar, qualidade de vida, felicidade, florescimento, bem-viver*. Consideramos que estes temas têm um potencial estruturador do conceito de sustentabilidade social e que a sua ‘exploração’ numa perspetiva dinâmica e articulada permite avançar na clarificação e estruturação do conceito.

A distribuição apresentada no Quadro 5.4 não constitui uma proposta alternativa às propostas de estruturação anteriormente analisadas. Trata-se de uma mera distribuição não crítica de temas, noções ou conceitos. Como todas as distribuições, é fixista e tendencialmente reificadora. Constitui, portanto, apenas uma etapa ou um portal para aceder a outra dimensão de análise, mais holística e necessariamente dinâmica e processual.

Quadro 5.4 – Redistribuição dos temas de sustentabilidade social

Temas de Sustentabilidade Social	
Perspetiva individual (necessidades básicas e alargadas, direitos)	
Alimentos	Mobilidade
Habituação	Oportunidades de aprendizagem
Emprego/rendimentos	Oportunidades de autodesenvolvimento
Saúde	Capacitação
Educação	Alargamento de escolhas
Segurança	Acessos aos recursos, à informação e à tecnologia
Água e saneamento	Vida criativa
Ambiente saudável	Recreação
Afeto	Propriedade
Sociabilidade	Dignidade
Relações com significado	Participação
Identidade	<i>Empowerment</i>
Vulnerabilidade	Adaptabilidade
Direito à diferença	Resiliência
Reconhecimento	
Perspetiva social (estruturas, relações e dinâmicas sociais, económicas e políticas)	
Inclusão social	Resiliência
Coesão social	Equidade
Interação	Igualdade
Redes de relações	Justiça
Capital social	Vulnerabilidades
Parcerias	Governança democrática
Identidades e valores coletivos	Sociedade civil democrática
Diversidade	Empowerment das comunidades
Vitalidade social	Envolvimento e participação
Adaptabilidade	Responsabilização partilhada
Perspetiva global e articulada (relacional) das dimensões individual e social	
	Felicidade
	Qualidade de vida
	Bem-estar
	Bem-viver
	Florescimento

6. Sustentabilidade, desenvolvimento, bem-estar, florescimento

A discussão desenvolvida no presente texto conduziu-nos do particular para o geral, de uma ampla 'nuvem' de temas para alguns temas considerados estruturantes, como bem-estar, florescimento e bem-viver.

A etapa seguinte consiste no movimento oposto: a exploração crítica destes temas estruturantes, de modo a avançar na integração estruturada de outros temas e subtemas, tendo como horizonte a operacionalização do conceito de sustentabilidade social.

Aqui chegados, constatamos, portanto, que a problemática contemporânea da sustentabilidade social e da sustentabilidade, em geral, comporta o cruzamento de duas preocupações: i) uma preocupação com o bem-estar e o florescimento humano que é milenar (na tradição ocidental remonta, pelo menos, aos filósofos gregos, como Platão e, sobretudo, Aristóteles); ii) uma preocupação, mais recente, com a *sustentabilidade* das ações humanas.

Pensar o bem-estar e o florescimento numa perspectiva de sustentabilidade só faz sentido se esta última aportar algo de novo ou diferente e positivo, para a discussão, deliberação e ações práticas, no sentido da concretização do bem-estar e do florescimento.

Não cabe, naturalmente, no âmbito da presente investigação, uma análise aprofundada destas duas preocupações. Importa, porém, considerá-las nalguns traços essenciais que permitam orientar e conferir uma determinada linha de coerência a uma proposta de operacionalização do conceito de sustentabilidade social.

6.1 Sustentabilidade e desenvolvimento

Tornou-se já ocioso chamar a atenção para a universalidade e ubiquidade contemporâneas dos termos *sustentabilidade*² e *desenvolvimento sustentável*, bem como para a impossibilidade de qualquer tentativa de análise exaustiva do tema, tão extensa é a produção sobre o mesmo.

Parece ser também relativamente consensual considerar que diferentes pessoas e instituições tendem a entender e estruturar o conceito de sustentabilidade de forma diferente (Bond e Morrison-Saunders, 2013).

² A pesquisa do termo '*sustainability*' num dos mais utilizados motores de busca da internet, resultou em 849 milhões de referências, produzidas em 0,56 segundos.

Deste modo, a abordagem que é feita seguidamente apenas se focaliza em determinadas linhas de entendimento do conceito, em função das particularidades e objetivos da presente investigação.

É muito frequente encontrar na literatura (incluindo o Relatório Brundtland), como pressuposto implícito ou explícito, ou como dado adquirido, a afirmação de que *sustentabilidade* e *desenvolvimento sustentável* são sinónimos ou conceitos intermutáveis (WCED, 1987; Bond e Morrison-Saunders, 2013; Disterheft, et al., 2013).

Ao contrário, e embora relevando a ligação intrínseca entre *desenvolvimento* e *sustentabilidade*, no presente texto pretende-se sublinhar a diferença e identidade específica de cada um dos conceitos, única forma de evidenciar o efetivo alcance da sua articulação.

Identificar sustentabilidade com desenvolvimento sustentável é conceptualmente redutor e pode ser ideologicamente mistificador, na medida em que tal operação de ‘fusão’ resulta na ‘evacuação’ de importantes especificidades, dinâmicas e ‘energias’ próprias de cada um dos conceitos.

Recorrendo à astronomia, poderemos considerar que sustentabilidade e desenvolvimento formam um *sistema duplo* de estrelas, girando no espaço e no tempo, em função uma da outra, intrinsecamente ligadas pelos respetivos campos gravitacionais, mas constituindo entidades autónomas.

É necessário, portanto desconstruir a ligação entre sustentabilidade e desenvolvimento, para a reconstruir sob outra forma.

Quando se subentende, afirma, ou se dá como adquirido que ‘desenvolvimento’ significa (ou apenas pode significar) crescimento económico, no sentido em que tem sido considerado nos últimos 200 anos, isto é, como forma de reprodução infinita de capital e concomitante expansão permanente dos mercados e do consumo de produtos, recursos e energia, tal é ideologicamente mistificador.

Efetivamente, enquanto que, para uns, só há duas alternativas: desenvolvimento capitalista ou desenvolvimento capitalista sustentável, para outros, desenvolvimento capitalista sustentável é um oxímoro, ou seja, uma contradição básica entre os termos e, portanto, para haver sustentabilidade é necessário outro tipo de desenvolvimento.

“Os objetivos de desenvolvimento económico e social têm que ser definidos em termos de sustentabilidade”, diz-nos o Relatório Brundtland (WCED, 1987:41), distinguindo claramente “sustentabilidade” de “desenvolvimento económico” e estabelecendo uma ordem de prevalência da primeira relativamente ao segundo. Igualar sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no sentido acima referido, é também iludir esta relação de prevalência funcional, em que os valores e a racionalidade substantiva da perspetiva de sustentabilidade condicionam e orientam os desígnios da racionalidade instrumental do “crescimento económico”.

Esta inversão de prevalências é um ponto chave para a avaliação da sustentabilidade.

Desconstruir o termo desenvolvimento sustentável, implica, portanto, e por seu lado, desconstruir o conceito de desenvolvimento, distinguindo entre desenvolvimento económico e desenvolvimento humano. Ou, raciocinando por ordem inversa, indagando que tipo de *desenvolvimento* é esse que ‘merece’ ser *sustentado* ou cuidado de forma *sustentável*. Ou, ainda, colocando diretamente a questão: que tipo de desenvolvimento possibilita o florescimento humano (de todos os humanos)? Responder a esta questão implica, por seu turno, clarificar o que se entende por florescimento humano e, concomitantemente, o que se entende por sustentabilidade social.

Antes de abordar a questão do florescimento é necessário, porém, explorar ainda determinados aspetos chave da noção de sustentabilidade.

6.2 Sustentabilidade

O que é que a noção de sustentabilidade aporta de relevante para o debate sobre desenvolvimento e florescimento humano?

Responder a esta questão exige uma operação prévia de *desreificação* do conceito de sustentabilidade.

Norbert Elias insistiu repetidamente nas dificuldades epistemológicas resultantes da tendência redutora inerente aos processos de abstração e construção de conceitos e na necessidade de superar essas limitações. O pensamento humano, na procura de entender o real na sua complexidade e mutabilidade procura captar a realidade fixando-a em conceitos, o que tende a favorecer a redução de processos e relações a coisas estáticas, num fenómeno que designou de *redução processual* (Elias, 2004, 2011). A redução

processual tem, naturalmente, a sua expressão ao nível da linguagem, nomeadamente na construção de substantivos abstratos que, não designando nomes de coisas como os substantivos concretos, mas sim ações, qualidades, estados ou noções, integram, porém, a categoria geral das palavras que designam seres. A construção de substantivos abstratos a partir de verbos (que indicam ações praticadas por, ou entre, determinados sujeitos) ilustra particularmente o processo de transformação das ações e interações em estados, das dinâmicas em algo estático, coisificado.

Regressando à discussão, o substantivo sustentabilidade traduz a qualidade de algo que é sustentável. O adjetivo sustentável que, funcionalmente, indica aquele estado ou qualidade, deriva, por sua vez, do verbo sustentar que traduz linguisticamente a ação de suportar, segurar, manter, apoiar, alimentar, cuidar, ajudar a florescer, no espaço e no tempo.

Sustentável é, portanto, a qualidade de toda ação, a atividade ou processo que suporta, apoia, mantém, alimenta, sustenta, protege, cuida, assegura de forma durável, determinado(s) ente(s), estrutura(s) ou processo(s). Ora, este tipo de ações implica necessariamente uma consideração especial para com aquilo que é apoiado, suportado, mantido. Em suma, implica reconhecimento (no sentido de conferir a outrem um estatuto de entidade com direitos), consideração, respeito, eventualmente afeto, por esse *Outro* (algo ou alguém), relativamente ao qual é assumida a *responsabilidade* de sustentar.

A sustentabilidade não é, portanto, uma 'coisa', mas sim a configuração processual de determinado(s) tipo(s) de relação(ões) alicerçada(s) em determinado tipo de valores éticos. A sustentabilidade não é algo de estático, mas um processo relacional social e socio-ecológico que se atualiza permanentemente, no espaço e no tempo, nos ciclos curtos e nos ciclos longos, nos ciclos socio-históricos e nos ciclos biofísicos, nas gerações contemporâneas e entre gerações. É um processo vivo, relacional e necessariamente construído coletivamente, orientado por uma racionalidade substantiva que tem como fins o bem-estar ou florescimento humano, numa relação de respeito e equilíbrio com a natureza.

A sustentabilidade deve, portanto, ser permanentemente entendida e reconstruída na sua forma adjetiva e, sobretudo, na sua forma verbal, isto é, ativa.

Esta perspectiva permite-nos identificar melhor o contributo específico da noção de sustentabilidade para o debate sobre o desenvolvimento, nomeadamente as suas dimensões ética, relacional e processual.

A perspectiva de Christian Becker (2012) parece-nos um interessante ponto de partida para analisar estes aspetos.

A partir de uma perspectiva filosófica e considerando as discussões suscitadas pelo tema nas últimas décadas, Becker identifica três grandes componentes que configuram o significado essencial do moderno conceito de sustentabilidade.

O primeiro é o significado mais próximo da raiz etimológica do termo, a noção de **sustentação**, de *cuidar*, de capacidade de *continuar*, de *manter* (no sentido de proporcionar *mantimentos*) determinada entidade, processo ou sistema. Becker refere que este é o sentido de sustentabilidade a que a ciência tradicionalmente se refere, e releva que pode ter dois tipos de interpretação. Pode ser entendido como a capacidade de determinada entidade, processo ou sistema se manter por si próprio, ou como a capacidade dos seres humanos manterem determinada entidade, processo ou sistema.

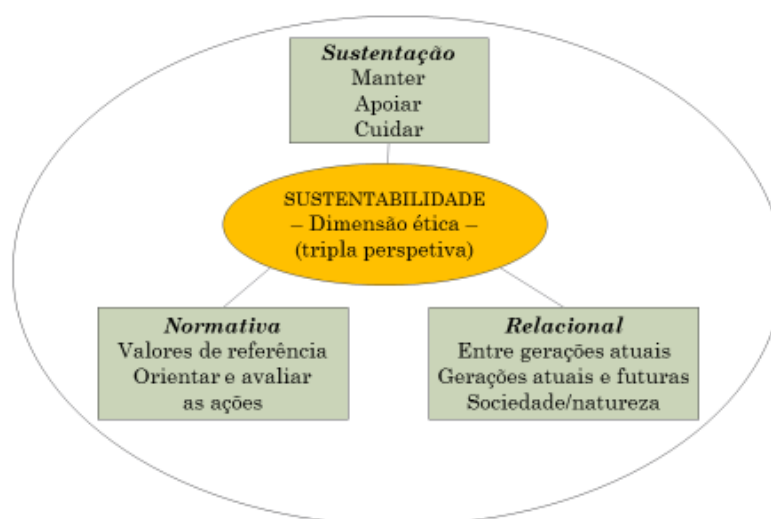
A noção de sustentação tem, porém, como subjacente e inerente, o significado de **orientação**, de natureza normativa e avaliativa. A perspectiva da sustentabilidade implica uma valoração positiva, relativamente a algo pelo qual se deve pugnar, prosseguindo objetivos fundamentais cuja concretização deve orientar as ações humanas. Ou seja, nem tudo deve ser sustentado e mantido (estados de dor, subjugação, discriminação, violência, por exemplo), mas apenas aquilo que 'merece' ser sustentado, cuja sustentação consubstancia um valor positivo em função de determinados princípios e critérios de valorização. Estamos, então, no reino dos valores e não apenas dos factos, o que coloca particulares problemas à ciência normal que tradicionalmente separa factos de valores. Esta dimensão normativa é, necessariamente, orientadora, mas também avaliadora, no sentido de verificar se, e em que medida, as ações se desenvolvem no sentido adequado e com os efeitos positivos pretendidos.

Finalmente, Becker sublinha o sentido **relacional** do conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade ou insustentabilidade das ações humanas resulta do tipo e da qualidade das relações entre gerações contemporâneas, entre estas e as gerações futuras, e entre os

humanos e a natureza. Estas três formas de relação estão interligadas e a perspectiva de sustentabilidade deve verificar-se em todas elas, ou seja, é necessário que as relações entre gerações contemporâneas sejam sustentáveis, que as relações entre sociedade e natureza sejam sustentáveis, e que as relações com as gerações futuras também o sejam, isto é, que o legado que lhes deixamos favoreça as possibilidades de as relações futuras entre gerações e entre estas e a natureza serem sustentáveis.

A Figura 6.1 representa graficamente o modo como esta perspectiva é interpretada no presente texto.

Figura 6.1 – Dimensão ética da sustentabilidade (baseada em Becker, 2012)



A figura pode ser lida do seguinte modo: para que determinada entidade, processo ou sistema possa manter-se, alterar-se ou transformar-se, de forma sustentável, é necessário que as relações estabelecidas com essa entidade, processo ou sistema, e as relações estabelecidas no âmbito dessa entidade, processo ou sistema, sejam sustentáveis, no presente e no futuro, isto é, na perspectiva da ação humana, que sejam orientadas por princípios e critérios de sustentabilidade, e avaliadas em função desses princípios e critérios.

Aqui chegados, torna-se evidente que uma das questões nodais da sustentabilidade reside na definição e no conteúdo dos princípios, objetivos e critérios de sustentabilidade, ou seja, na construção e operacionalização de referenciais de valores que permitam estabelecer o que é ou não é sustentável e, como tal, importa ou não ser mantido, sustentado, e como

devemos agir e relacionar-nos, socialmente e com a natureza, tendo em conta também as gerações futuras.

Voltando à perspectiva relacional da sustentabilidade, importa notar que nos permite focar um outro aspeto que não é demais evidenciar. As ações humanas não são meramente casuais ou discretas ou caóticas (mesmo quando provocam o ‘caos’), mas resultam de relações estruturadas. As relações sociais e as relações entre sociedade e natureza são dinâmicas e processuais, estruturadas por determinados fatores de natureza social, económica, cultural, política, institucional. Assim sendo, a sustentabilidade ou insustentabilidade das ações humanas está intimamente relacionada com esses modos de estruturação.

É nesta perspectiva que Becker (2012) defende a necessidade de promover uma dupla dinâmica, de formação de “pessoas sustentáveis” e de reconfiguração das estruturas sociais, a nível societal e global, incluindo as estruturas e os processos de produção de conhecimento, no sentido da sustentabilidade.

A perspectiva relacional permite, por outro lado, estabelecer a ponte para uma perspectiva ontológica e epistemológica do conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade implica conceber e entender a realidade nas suas ligações, interdeterminações e dinâmicas de mudança e transformação, como um conjunto de sistemas e subsistemas abertos (Figura 6.2) questão que não iremos desenvolver nesta seção.

Figura 6.2 – Perspetiva onto-epistemológica da sustentabilidade



Uma perspectiva desreificada, sistêmica, relacional, dinâmica e ética conduziu-nos, portanto, a uma concepção de sustentabilidade enquanto *processo de cuidar*. Antes de analisar com maior detalhe que formas, modos, dinâmicas e estruturas de cuidar são necessárias, importa refletir sobre aquilo que importa sustentar, apoiar, cuidar, isto é, o bem-estar, o florescimento humano.

6.3 Sustentabilidade social, florescimento, bem-estar, indivíduo e sociedade

6.3.1 Florescimento humano

A expressão *florescimento humano* integra atualmente os discursos de diversos campos do pensamento e da ciência, desde a filosofia às ciências sociais, passando pela neurociência (ver, por exemplo, Damásio, 2017).

O conceito vem sendo trabalhado, numa perspectiva neo-aristotélica, por várias correntes, entre as quais o realismo crítico (Sayer, 2011; Archer, 2017; Gorsky, 2017).

Embora haja outras traduções possíveis para o conceito aristotélico de *eudaimonia*³, segundo esta corrente, a expressão *florescimento humano* expressa de forma mais adequada o conceito aristotélico do que os termos bem-estar ou felicidade, sobretudo devido às conotações que estes últimos adquiriram nos tempos modernos. Enquanto que felicidade sugere sobretudo “experiências emocionais positivas” e bem-estar evoca um “estado de espírito passivo”, em Aristóteles *eudaimonia* significaria mais do que prazer, na medida em que implica também a atualização de capacidades especificamente humanas como o uso da razão e a ética, e significa mais do que bem-estar, na medida em que *eudaimonia* não é um modo passivo de ser e estar, mas envolve ação, *atividade*, física, racional, e relacional (Gorski, 2017).

Mas, em que consiste, efetivamente, o florescimento? Como definir o conceito? É possível operacionalizá-lo?

Para Sayer, mais do que uma questão de possibilidade, trata-se de uma necessidade e uma inevitabilidade, na medida em que não é possível construir uma perspectiva crítica sem avaliar o que é ‘bom’ ou o que é ‘mau’, ou seja, sem ter alguma concepção sobre o que é o

³ Os termos *eudemonia* e *eudemonismo* existem no léxico da língua portuguesa. Porém, a sua aplicação não resolve o problema semântico. António Caeiro, na sua tradução da *Ética a Nicómaco* (Aristóteles, 2012), opta por traduzir *eudaimonia* por *felicidade*.

florescimento, o bem-estar ou o mal-estar⁴: “A ciência social crítica necessita de reconhecer uma premissa frequentemente ocultada ou recalcada – que as suas avaliações das práticas implicam uma conceção de florescimento humano” (Sayer, 2011, p. 245). Para Sayer, esta conceção, de natureza avaliativa, ética, não deve, portanto, limitar-se aos discursos filosóficos, políticos ou do quotidiano, mas deve ser assumida pelas próprias ciências sociais, sob pena de não entenderem efetivamente o seu objeto de estudo. E, para o fazerem, é necessário superar dicotomias como factos/valores, ciência/ética, positivo/normativo.

Definir e operacionalizar o conceito de florescimento coloca, porém, problemas significativos e efetivas dificuldades. Estabelecer determinada conceção de florescimento implica descartar o relativismo cultural puro. Mas, como fazê-lo sem cair numa conceção fixista da natureza humana, no essencialismo, no etnocentrismo?

Dito de outro modo, como construir uma conceção de florescimento que seja suficientemente universal e tenha suficiente legitimidade para sustentar processos e formas de avaliar aquilo que favorece ou contraria o florescimento humano e, conseqüentemente, sustentar e legitimar prescrições sobre o modo como devemos agir, em conformidade?

Se há aspetos do conceito de florescimento que podem efetivamente variar em função das pessoas e das culturas, há outros “que são tão evidentes que seria absurdo negá-los” (Sayer, 2011, p. 230), como é o caso dos Direitos Humanos, pelo que uma hipótese de sustentar a referida legitimidade seria restringir-nos apenas a esses aspetos evidentes ou cuja justificação resulta de um amplo consenso social. No entanto, refere Sayer, o discurso dos Direitos Humanos é insuficiente na medida em que, por muito consensual que seja, necessita de justificação para os seus fundamentos e, por outro lado, porque, enquanto expressão característica do discurso liberal da modernidade, “privilegia o indivíduo e negligencia a relacionalidade da vida social”. Ora, uma conceção individualista do bem, apenas alicerçada no respeito pela autonomia individual, “implica uma visão abertamente negativa da dependência relativamente aos outros, assume que todos os

⁴ Sayer utiliza os termos ‘bem-estar’ e ‘florescimento’ de forma semelhante, atribuindo a ‘bem-estar’ o sentido de ‘florescimento’, “com as suas conotações de atividade, em vez de ‘felicidade’, que conota meramente um estado de espírito” (Sayer, 2011, p. 234).

indivíduos são adultos competentes, negligencia a nossa necessidade de cuidados e ignora a importância que a formação de relações e ligações de respeito, amizade e amor tem para o nosso bem-estar” (id., p.233).

Em síntese, do ponto de vista ontológico, o *florescimento* é um *processo*, de natureza eminentemente ativa (produtiva, criativa) com uma dupla e indissociável dimensão: *individual e relacional*; do ponto de vista da agência, da orientação da ação e da sua avaliação, é um processo eminentemente *ético*.

Mas, considerando as dimensões individual e relacional, quais são as condições, os aspetos e fatores constituintes do bem-estar, do florescimento humano? Que tipo de legitimação convocam? Existem fatores e valores universais?

Nas seções seguintes analisam-se algumas das principais perspetivas sobre estas questões, nomeadamente, os Direitos Humanos, o *Capability Approach*, as perspetivas particulares do *buen vivir* e do *ubuntu*, e uma perspetiva transversal que apela à constituição de uma Declaração Universal do Bem-Estar. Analisa-se também o conceito de dignidade e o lugar que ocupa na estruturação da noção de bem-estar.

6.3.2 A perspetiva dos Direitos Humanos

Numa apresentação usual, embora não consensual, são geralmente referidas várias gerações, na genealogia dos direitos humanos.

Uma primeira, emergindo no final do século XVIII, no contexto da ascensão da classe burguesa, da difusão do pensamento das Luzes, e das revoluções burguesas. Embora haja textos fundadores anteriores, nomeadamente nos Estados Unidos e em Inglaterra, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em França, constitui um momento marcante de afirmação de direitos humanos abstratos, cobrindo liberdades individuais e liberdades políticas (Gaillard, 2012).

Uma segunda geração, emerge no período imediato ao final da II Guerra Mundial, acrescentando às liberdades individuais e direitos políticos, os direitos económicos, sociais e culturais. Apenas três anos após a sua fundação, a Organização das Nações Unidas (ONU) viria a adotar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH). Ao transpor o conceito de direitos humanos para a escala supranacional, é uma nova era que se inicia, com a DUDH como pedra angular de um verdadeiro direito internacional dos direitos

humanos (Gaillard, 2012), embora só em 1966 sejam adotados os primeiros textos jurídicos vinculativos.

A terceira geração de direitos humanos emerge no final da década de 1970 abrangendo os também designados “direitos de solidariedade” que incluem, entre outros os direitos à paz, ao desenvolvimento, ao ambiente e o direito ao uso do património comum da humanidade (Gaillard, 2012).

Embora a DUDH não constitua, em si, um tratado vinculativo, muitas das suas disposições são consideradas como tendo carácter de lei consuetudinária internacional (UN, 2000).

O corpo legislativo vinculativo é constituído por um diversificado conjunto de tratados, entre os quais:

- Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, (1966);
- Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966);
- Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948);
- Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951);
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965);
- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979);
- Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Punições Desumanos e Degradantes (1984);
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989);
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990);
- Convenção Internacional sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (2006).

A defesa dos direitos humanos está ainda consignada num vasto conjunto de declarações, recomendações, princípios, códigos de conduta e orientações que, embora não sendo legalmente vinculativos, têm força moral e proporcionam orientação prática para a conduta dos Estados.

É o caso dos designados ‘direitos de terceira geração’ que se encontram ainda num processo de afirmação no contexto internacional. O *Direito ao Desenvolvimento* (Resolução 41/128, adotada na AG de 9/12/1986) e o *Direito à Paz* (Resolução 71/189, adotada na AG de 19/12/2016) foram já objeto de Declarações aprovadas por Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata-se, no entanto, de instrumentos não vinculativos.

Embora já se encontre consignado em leis fundamentais de mais de 100 países, entre as quais a Constituição Portuguesa (Artigo 66º - Ambiente e Qualidade de Vida, no âmbito dos direitos e deveres sociais), o *Direito a um Ambiente Saudável* não foi ainda objeto de Resolução por parte da ONU. Em março de 2012, o Conselho para os Direitos Humanos estabeleceu um mandato para o estudo das obrigações relacionadas com o direito à fruição de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, e promover boas práticas relacionadas com a integração da perspectiva dos direitos humanos na formulação de políticas ambientais. Do primeiro mandato, cujo relator foi John Knox, resultou um conjunto de 16 princípios estruturantes e orientadores. Em 2018, o Conselho prolongou o mandato, nomeando David R. Boyd como relator especial.

Os direitos humanos objeto de convenções são garantias legais universais de proteção de indivíduos e grupos contra ações que interferem com as liberdades fundamentais e a dignidade humana, obrigando os Governos a fazer determinadas coisas e impedindo-os de fazer outras (UN, 2000). Entre as principais características e princípios dos direitos humanos contam-se os seguintes (UN, 2000; DIHR, 2020):

- São internacionalmente garantidos;
- São legalmente protegidos;
- Têm como foco a dignidade do ser humano;
- São universais e inalienáveis (aplicam-se a todos os seres humanos);
- São interdependentes e indivisíveis (não são hierarquizáveis, a implementação de cada um facilita a implementação dos outros e a privação de cada um afeta todos os outros);
- São iguais e não discriminatórios (são usufruídos por todos, independentemente da nacionalidade, local de residência, sexo, origem étnica, cor da pele, religião, língua ou qualquer outro estatuto).

Para Maschi (2016), os valores fundamentais dos direitos humanos são a *dignidade*, a *valorização* e o *respeito* por todas as pessoas, o *valor intrínseco* de cada pessoa, os *deveres dos Governos* relativamente aos direitos dos seus cidadãos, e os *deveres dos cidadãos* perante os direitos dos outros cidadãos. Para além dos princípios de universalidade, não discriminação, indivisibilidade e interdependência, Maschi sublinha o princípio da *participação* nas decisões que podem infringir os direitos de cada um; o princípio da *responsabilidade* dos Governos na criação de mecanismos de prestação de contas sobre a aplicação e reforço dos direitos humanos; e o princípio da *transparência*, consubstanciado na obrigação dos Governos comunicarem à sociedade civil todas as informações e tomadas de decisão que podem afetar os direitos humanos.

A perspetiva de bem-estar dos direitos humanos é, portanto, uma perspetiva de direitos e liberdades, e das respetivas garantias.

Direitos: Vida; alimentação, habitação e vestuário adequados; segurança social; saúde; educação; condições de trabalho justas e favoráveis; propriedade; igual proteção perante a lei; julgamento justo; nacionalidade; procurar e obter asilo; voto e participação no governo; participação na vida cultural; desenvolvimento.

Liberdades: Associação, expressão, reunião e deslocação; pensamento, consciência e religião; *contra a tortura e o tratamento ou castigo cruel e desumano; contra a escravidão e servidão; contra prisão arbitrária; contra a discriminação; contra a interferência arbitrária com a privacidade, a família, a habitação ou correspondência; contra o genocídio; contra os desaparecimentos forçados.*

A utilização de uma perspetiva de direitos humanos para avaliar o bem-estar tem um grande apelo, em função não apenas da sua universalidade, mas sobretudo do elevado grau de legitimidade jurídica, política e social de que gozam.

Deste modo, qualquer conceção de bem-estar e de avaliação da sua concretização não pode deixar de considerar os direitos humanos, nas suas diversas gerações (Sayer, 2011, Kemp & Vanclay, 2013; Maschi, 2016; Smyth & Vanclay, 2017; Austin, 2020; DIHR, 2020).

Coloca-se, porém, o problema de saber se a perspetiva dos direitos humanos é suficiente para considerar o bem-estar e o florescimento humano em toda a amplitude das suas múltiplas dimensões.

Como refere Austin (2020), a matriz dos direitos humanos é o liberalismo, na aceção clássica do conceito, e o valor central do liberalismo são as liberdades individuais.

Os direitos humanos emergem da luta para proteger os indivíduos do poder arbitrário, particularmente dos Estados; porém, enquanto discurso característico da modernidade liberal, confere prioridade ao indivíduo, negligenciando a relacionalidade da vida social e as responsabilidades de cada para com os outros, pelo que é necessário contextualizá-los e complementá-los com uma conceção mais rica sobre o que é necessário e exigível para o florescimento humano, desafiando o liberalismo (Sayer, 2011).

Mas será que a problemática dos direitos humanos e a própria DUDH não abrirão alguma porta neste sentido?

Paquerot (2012) chama a atenção para o artigo 28 da DUDH, pouco referenciado na doutrina e não retomado explicitamente em nenhuma das convenções. Refere o artigo 28 que “Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e liberdades enunciados na presente Declaração”. Para Paquerot, o conteúdo do artigo, embora expresso em termos de direitos, deve antes ser lido do ponto de vista das obrigações e deveres, corolário essencial dos direitos, uma vez que “(...) obriga todo o ‘fazedor de ordem’ a assegurar-se de que essa ordem permite que os direitos se tornem aí plenamente efetivos” (idem, p. 135).

Ora, considerando que determinada ordem social e determinada ordem internacional implicam determinado tipo de relações sociais e de relações internacionais, então, segundo o artigo 28, a efetivação dos direitos humanos depende da configuração das relações sociais e das relações internacionais. Já não se trata, portanto, apenas, de direitos individuais, mas sim da adequação das estruturas sociais. E as obrigações dos Governos não se ficam pelo assegurar dos direitos individuais, mas também pelo assegurar de que as estruturas sociais são as adequadas para a concretização de cada um e de todos os direitos humanos, uma vez que são indivisíveis e interdependentes.

Segundo Paquerot (idem, pp 143-144) “As contradições entre a manutenção de uma ordem previamente existente que se tenta refundar desde o final da Segunda Guerra Mundial,

mas não transformar, e a vontade de instauração de uma nova ordem cujo fundamento seria a DUDH, estão no centro das contradições do sistema internacional”.

É também na perspectiva das obrigações que Paquerot aborda os chamados direitos de terceira geração. A *paz*, o *ambiente* e o *desenvolvimento* constituem, portanto, não apenas direitos, mas também obrigações, na medida em que constituem condições necessárias para a concretização de todos os outros direitos. E, concomitantemente, para serem concretizados necessitam de uma ordem social e internacional adequada, ou seja, de estruturas sociais adequadas.

Aqui chegados, reencontramo-nos com o fio da problemática e das contradições do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade ambiental e social, dos Objetivos do Milénio e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – 2030, bem como com a necessidade de ‘estruturas sociais sustentáveis’, questões já abordadas noutra parte deste trabalho, e a que voltaremos mais adiante.

6.3.3 O capability approach

Como referido em secção anterior deste trabalho, Amartya Sen sempre rejeitou, no âmbito do *capability approach*, apresentar ou desenvolver uma lista das *funcionalidades* e *capacidades* argumentando que, sendo as funcionalidades coisas que as pessoas *valorizam* fazer ou ser, a sua definição deve ser feita por cada pessoa e não ser pré-definida ou, muito menos, imposta.

Sem sair de uma perspectiva liberal, Marta Nussbaum procurou ir além das limitações individualistas desta posição, defendendo a possibilidade e a necessidade de fixar um conjunto de *capacidades* essenciais, transcendendo as valorizações individuais, alicerçando esta possibilidade no conceito de *dignidade*. Só assim se torna possível, por exemplo, considerar as capacidades de pessoas que não estão em condições de as valorizar, como é o caso da atribuição do direito à educação a pessoas com insuficiências cognitivas significativas que poderão não valorizar a educação como necessidade a satisfazer. Nesta perspectiva, Nussbaum defende que o foco do *capability approach* reside na “proteção de áreas de liberdade tão fundamentais que a sua remoção faz com que a vida não seja merecedora, numa perspectiva de dignidade humana”, pelo que a questão de base que se coloca é a de saber “o que é necessário para que a vida seja merecedora de dignidade

humana” (Nussbaum, 2011, pp. 31-32). Deste modo, segundo Nussbaum, qualquer “ordem política decente deve assegurar a todos os cidadãos pelo menos um limiar mínimo de dez capacidades centrais”. Estas capacidades assumem, portanto, o estatuto de *direitos* (Robeyns, 2017). As dez capacidades são as seguintes:

1. *Vida (Life)*. Poder viver até ao final de uma vida humana com duração normal; não morrer prematuramente ou antes de a vida ficar tão limitada que não valha a pena viver.
2. *Saúde física (Bodily health)*. Poder ter boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; ter alimentação adequada; ter habitação adequada.
3. *Integridade física (Bodily integrity)*. Poder movimentar-se livremente de lugar para lugar; estar em segurança relativamente a assaltos violentos, incluindo violência sexual e violência doméstica; ter oportunidades de satisfação sexual e de escolha em matéria de reprodução.
4. *Sentidos, imaginação e pensamento (Senses, imagination and thought)*. Poder utilizar os sentidos, a imaginação, o pensamento e a razão – e fazê-lo de uma maneira “verdadeiramente humana”, uma maneira informada e cultivada por uma educação adequada, incluindo, mas de forma alguma limitada a estes aspetos, literacia e matemática básica e formação científica. Poder usar a imaginação e o pensamento em articulação com a experiência e produzir trabalhos e eventos da sua escolha, religiosos, literários, musicais e outros. Poder usar a mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão, quer no que respeita ao discurso político quer ao artístico, e liberdade de prática religiosa. Poder ter experiências de prazer e evitar dor não benéfica.
5. *Emoções (Emotions)*. Podermos ligar-nos a coisas e pessoas exteriores a nós; amar aqueles que nos amam e se interessam por nós, sofrer pela sua ausência; de um modo geral, amar, sofrer, ter saudades, gratidão e raiva justificada. Não ter o desenvolvimento emocional diminuído pelo medo e pela ansiedade. (Apoiar esta capacidade significa apoiar formas de associação humana que possam mostrar-se cruciais para o seu desenvolvimento).
6. *Razão prática (Practical reason)*. Ser capaz de formar uma conceção do bem e envolver-se numa reflexão crítica acerca do planeamento da sua própria vida. (Isto implica a proteção da liberdade de consciência e de observância religiosa).
7. *Afiliação (Affiliation)*. (A) Ser capaz de viver com e para os outros, reconhecer e mostrar preocupação por outros seres humanos, envolver-se em diversas formas de interação; ser capaz de imaginar a situação do outro. (Proteger esta capacidade significa proteger as instituições que constroem e alimentam essas formas de afiliação, e também proteger a liberdade de reunião e de discurso político). (B) Possuir as bases sociais do autorrespeito e não-humilhação; poder ser tratado como uma pessoa digna cujo valor é igual ao das outras. Isto implica medidas de não discriminação com base na raça, sexo, orientação sexual, etnia, casta, religião ou nacionalidade.
8. *Outras espécies (Other species)*. Ser capaz de viver preocupando-se, e em relação, com os animais, as plantas, e o mundo da natureza.
9. *Divertir-se (Play)*. Ser capaz de rir, divertir-se, desfrutar atividades recreativas.
10. *Controlo sobre o seu ambiente (Control over one’s environment)*. (A) *Político*. Ser capaz de participar efetivamente nas escolhas políticas que governam a vida de cada um; ter o direito de participação política, proteção da livre expressão da opinião e de associação. (B) *Material*. Poder ter propriedade (tanto da terra como de bens móveis), e deter direitos de propriedade numa base igual à dos outros; ter o direito de procurar emprego numa base igual à dos outros; estar livre de busca e apreensão injustificadas. No trabalho, poder trabalhar como um ser humano, exercendo a razão prática e envolvendo-se em

relações com significado e de reconhecimento mútuo com outros trabalhadores.
(Nussbaum, 2011, pp 33-34)⁵

Apesar do estatuto de *direitos* que lhe atribui, Nussbaum considera esta lista como aberta a alterações e aprofundamentos. No entanto, o número de capacidades mantém-se o mesmo e a sua definição tem-se mantido sem alterações fundamentais, desde a sua apresentação, em *Women and Human Development: The Capabilities Approach* (Nussbaum, 2000).

Efetivamente, enquanto condições para alcançar o bem-estar, ou como aspirações e direitos, as dez capacidades podem considerar-se incontroversas, com exceção, como bem nota Sayer (2011), da capacidade 10 (B), no que respeita à propriedade privada. Não tanto a propriedade privada de bens móveis ou de habitação, por exemplo, mas a propriedade da terra e a propriedade de meios e fatores de produção⁶.

Porém, quando nos deslocamos da perspetiva das liberdades, aspirações e direitos dos indivíduos, para a perspetiva da sua concretização prática, alguns problemas começam a surgir, não só com a lista de Nussbaum, mas com o *capabilities approach*, em geral.

A lista de Nussbaum é construída na perspetiva liberal do indivíduo autónomo e da liberdade de escolha individual, que caracteriza o *capabilities approach*, e não na perspetiva da solidariedade e da necessidade de pertença (Dean, 2009).

A questão da igualdade/desigualdade é menorizada, em detrimento da liberdade de escolha. Se as capacidades são consideradas como a liberdade de acesso a coisas que estão formalmente disponíveis, sem ter em conta se estão disponíveis para todos, então ficam reduzidas à igualdade de oportunidades, o que pode limitar-se a uma igualdade de oportunidades de competir por determinadas posições em estruturas de desigualdade (Sayer, 2011).

Como refere Dean, relativamente ao *capability approach*, em geral:

Dentro do espaço das capacidades há três questões principais que a perspetiva do indivíduo tem dificuldade em ver e que são raramente discutidas. Primeiro, e em qualquer evento, os seres humanos não podem ser livres da sua dependência em relação a outros seres humanos. Segundo e terceiro, sob as relações de produção capitalistas, os indivíduos não podem

⁵ Esta lista apresenta alterações, em algumas das capacidades, comparativamente com a lista apresentada em Nussbaum (2000, pp 78-80), mas não são alterações de fundo.

⁶ É, no mínimo, muito discutível que a propriedade da terra ou a propriedade de uma fábrica, por exemplo, seja indispensável para o bem-estar de cada um dos oito mil milhões de habitantes do planeta, para além de ser praticamente inexecutável, inútil e até mesmo absurdo.

permanecer livres nem de controlos hegemónicos sobre a sua participação na vida pública, nem das consequências diretas ou indiretas da exploração do trabalho humano”. Dean (2009, p.5).

Ou seja, como refere Sayer (2011), uma das grandes limitações do *capability approach* é não ser mais do que um conjunto de critérios normativos que ajudam a entender em que medida determinados constituintes básicos de bem-estar estão presentes ou ausentes numa determinada população, nada dizendo, porém, sobre as causas e razões que levam a que esses constituintes de bem-estar estejam ou não presentes.

Num artigo em que analisa a obra de Amartya Sen *The Idea of Justice* (Sen, 2009), Deneulin refere que

Avaliar estados de coisas em termos de liberdades individuais e esperar que a razão possa conduzir a um estado melhor não é suficiente. O que é necessário é uma análise sobre a justiça das estruturas económicas, sociais e políticas constitutivas da vida humana, vividas em comum com outros seres humanos e com o ambiente. Deneulin (2010:17).

Austin (2020), bem como Dean (2009), Deneulin (s/d) e Sayer (2011) chamam, porém, a atenção para o facto de o *capabilities approach*, em geral, e Nussbaum, em particular, perfilharem também a tradição aristotélica que valoriza o ser social. No caso da lista de capacidades, a capacidade 7 – *Afiliação* – ilustra esta preocupação, pelo que Nussbaum irá mais longe do que a simples perspetiva individualista-liberal.

Porém, ainda assim, a dimensão social da *Afiliação* é perspetivada a partir do ponto de vista do indivíduo e das opções individuais.

Outra questão levantada, relativamente à lista de Nussbaum, é a de saber se estas capacidades não refletem apenas os valores das sociedades ocidentais modernas e, conseqüentemente, se seria correto avaliar sociedades não ocidentais com base nelas (Sayer, 2011).

É, portanto, o momento de procurar ‘desocidentalizar’ o olhar, analisando brevemente as perspetivas do *buen vivir* e do *ubuntu*.

6.3.4 ‘Desocidentalizar’ o olhar: duas perspetivas particulares de bem-estar: *Buen Vivir* e *Ubuntu*

6.3.4.1 *Buen Vivir*

Conceções e caminhos do Buen Vivir

O *Buen Vivir* traduz um corpo plural de ideias e práticas sociais e políticas que têm vindo a emergir e a desenvolver-se na América Latina, nomeadamente no Equador e Bolívia.

Apoiado na cosmovisão dos povos indígenas, este movimento tem vindo a construir-se como reação e alternativa aos conceitos tradicionais de desenvolvimento (Gudynas, 2011), tanto na sua vertente centrada no crescimento económico contínuo como na conceção instrumental das relações humanas e com a natureza, que lhe é inerente.

Buen Vivir é a articulação possível, em língua castelhana, de um conjunto diversificado de termos indígenas andinos que, tendo muito em comum, não são totalmente sobreponíveis. Expressões como ‘sumak kawsay’ (bom viver), na língua quéchua, ‘suma qamaña’ (viver bem), em aimara, ou outras como ñandereko (vida harmoniosa), teko kavi (vida boa), ivi maraei (terra sem mal) e qhapaj ñan (caminho ou vida nobre), encontram-se atualmente vertidas nas Constituições do Equador e da Bolívia, como expressões de *Buen Vivir* (Gudynas, 2011).

Acosta (2010) define *Buen Vivir* como uma proposta em construção que, no plano das ideias, põe em causa o conceito ocidental de bem-estar e, no campo das lutas, confronta a colonialidade do poder. Para Acosta, embora o conceito tenha raízes profundas no mundo indígena, também se apoia em alguns princípios filosóficos universais, nomeadamente aristotélicos, marxistas, ecológicos, feministas, cooperativistas, humanistas.

Gudynas (2011) sublinha também esta construção da noção de *Buen Vivir* que não decorre de uma recuperação ‘pura’ dos saberes e cosmovisões indígenas, mas de uma reconstrução dessas cosmovisões e saberes, por parte de intelectuais de origem indígena, como resposta aos problemas atuais que os povos enfrentam. Mas esta reconstrução exprime precisamente a atualidade e a projeção no futuro da noção de *Buen Vivir*, uma vez que não se trata de um “regresso ao passado, mas sim da construção de um futuro que é distinto do que é determinado pelo desenvolvimento tradicional”.

A emergência do conceito e a sua expressão nas Constituições da Bolívia e do Equador não é, naturalmente, separável do contexto histórico de dominação neocolonial destes países e da América Latina em geral, e das lutas que, durante décadas, os povos indígenas vieram travando contra os efeitos devastadores, nos seus modos de vida, provocados pela avidez ‘extracionista’ do capitalismo internacional e dos seus ‘representantes’ locais, lutas que assumiram diversas formas ao longo do tempo, em função das possibilidades abertas pelos contextos políticos, desde a organização em federações camponesas, nos anos 1960, até à

constituição de movimentos sociais indígenas e sua entrada na cena política e na luta eleitoral, a partir da década de 1990.

Deneulin (2012) resume as noções centrais do conceito de *Buen Vivir*, em seis dimensões:

- Conceção não linear de progresso;
- Reconhecimento da natureza como sujeito;
- Vivência harmoniosa com os outros seres humanos e a natureza;
- Inseparabilidade das dimensões material e espiritual da vida;
- Contextualidade;
- Utopia.

Importa analisar com mais detalhe algumas destas dimensões. Desde logo, a conceção da natureza como sujeito.

No *Buen Vivir*, conceber a natureza como sujeito é mais do que desobjetificá-la ao nível das relações de apropriação instrumental, é mais do que atribuir-lhe direitos numa inter-relação entre iguais, é concebê-la como entidade viva da qual fazemos parte, e na qual fomos criados, é entendê-la como *Pachamama*, como terra-mãe (Gudynas, 2011).

Trata-se, portanto, de uma perspetiva que ‘sana’ o corte ontológico introduzido pela racionalidade cartesiana, entre o ser pensante e a *res extensa*, entre sujeito e um objeto tornado ‘coisa’, manipulável, explorável, numa relação que não está sujeita a qualquer tipo de supervisão ética, uma vez que as ‘coisas’ não têm personalidade nem direitos.

Esta conceção de natureza introduz, desde logo, uma rutura com as conceções de desenvolvimento que assentam numa visão antropocêntrica, e numa visão da natureza e dos ecossistemas como ‘capital natural’ cujo destino é ser domado, explorado e mercantilizado (Acosta, 2010). Para ultrapassar este “(...) Divórcio profundo entre a economia e a natureza, há que resgatar as verdadeiras dimensões da sustentabilidade. Esta exige uma nova ética para organizar a própria vida. (...) A realidade mostra-nos até à saciedade que a Natureza tem limites. E esses limites, aceleradamente alcançados pelos estilos de vida antropocêntricos, particularmente exacerbados pelas necessidades de acumulação do capital, são cada vez mais evidentes e insustentáveis.” (Acosta⁷, 2010, p.18).

⁷ Alberto Acosta foi um ativo promotor do *Buen Vivir*, nomeadamente como presidente da Assembleia Constituinte do Equador.

Consequentemente, o que está em causa no *Buen Vivir* é um conceito alternativo de desenvolvimento, que não coloca no centro das atenções o crescimento económico e o mercado, a obsessão pelo consumo, a reprodução contínua do capital e o fim último do lucro, mas sim a solidariedade, a construção de um sistema económico justo, democrático participativo e solidário, que elimine a pobreza, promova a inclusão e a equidade, assegure a todos o direito a uma vida digna, uma qualidade de vida e um bem-estar que não assentam apenas em bens materiais e em rendimentos, mas também nos afetos, na felicidade, na espiritualidade e no respeito pela natureza.

Ora, a este tipo de desenvolvimento - que tem como objetivo a vivência harmoniosa com os outros seres humanos e a natureza, e a inseparabilidade das dimensões material e espiritual da vida - são estranhas as concepções de progresso linear, uma vez que se trata de um processo em permanente construção e reprodução, que tem que ser realizado em cada momento.

É um desenvolvimento que, intrinsecamente, rejeita a catalogação dos seres humanos e os povos em ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’, feita a partir dos critérios dos ‘desenvolvidos’, isto é, da acumulação de capital, do consumismo, da exploração do trabalho, da unidimensionalidade humana, do colonialismo, da coisificação e exploração da natureza.

É um desenvolvimento que se pretende construir como utopia realizável. “Na Constituição de Montecristi⁸ (...) encontramos esboços de uma utopia por construir. Uma utopia que implica a crítica da realidade (...) uma opção alternativa coletivamente imaginada, politicamente conquistada e construída, a ser executada por meio de ações democráticas, em todos os momentos e circunstâncias.” (Acosta, 2010, p. 31).

Mas esta utopia tem que ser construída na diversidade das utopias. Não pode ser imposta através da hegemonização de um modelo, porque os povos são diversos e as concepções de *Buen Vivir* podem divergir em função da sua contextualidade cultural, histórica, social, política e ecológica. A ideia de ‘sumak kawsay’ não pode ser transplantada para outros países da América Latina ou do mundo (Gudynas, 2011).

⁸ Constituição do Equador.

Rejeitando a cultura dominante, as utopias constroem-se, porém, na diversidade e no diálogo intercultural. “É necessário que o Buen Vivir se construa num duplo processo: por um lado a descolonização dos saberes para abandonar a superioridade ocidental e, por outro lado, respeitar a diversidade das restantes culturas, sem a hierarquia de uma sobre outra.” (Gudynas, 2011, p.12).

Buen Vivir e sustentabilidade

O *Buen Vivir* é um espelho onde nos olhamos no *Outro*, um espelho com a característica excecional de nos refletir permanentemente a imagem do *Outro* que há em nós, na sua/nossa intrínseca e ontológica dimensão social-natural, diferente da caricatura de outro objetificado, unidimensional e subalterno que o capitalismo/colonialismo e a sua estratégia hegemónica pretenderam afirmar como ‘universal’. Mas é também um espelho que nos desafia a atravessar ‘para o outro lado’ e a construir, na dificuldade das contradições permanentes, um mundo de equidade e justiça socio-ecológica.

Na ideia de *Buen Vivir* encontramos um conceito de sustentabilidade de uma enorme atualidade. Sustentabilidade, equidade, igualdade, liberdade, participação, solidariedade, completude, respeito e comunhão com a natureza encontram-se numa relação de sinonímia.

Mas a rejeição do conceito de ‘desenvolvimento’ assente no crescimento económico orientado e submetido ao fim último da reprodução infinita do capital, leva à concomitante rejeição de conceitos, como ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘capitalismo verde’, que não afetem os processos de reprodução e revalorização do capital, e assentem no mercantilismo ambiental e na confiança desmedida na ciência e na técnica (Acosta, 2010). A sustentabilidade implica a transição de uma conceção antropocêntrica para uma posição de “sócio-biocentrismo”, pelo que, quando muito, “O tão propalado conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ apenas pode ser aceite como uma etapa de transição para um paradigma distinto do capitalista, no qual são intrínsecas as dimensões de equidade, liberdade, igualdade, incluindo, inerentemente, a sustentabilidade ambiental.” (ibidem, p. 34).

Há, portanto, na conceção do *Buen Vivir* uma clara desconexão entre sustentabilidade e desenvolvimento que implica, simultaneamente, uma desambiguação do conceito de sustentabilidade, recolocando-o agora numa perspetiva socio-ecológica.

Voltando às questões do desenvolvimento e da justiça, Deneulin (2012) refere que o *Buen Vivir*, para além de algumas similitudes, apresenta diferenças significativas com o paradigma do *desenvolvimento humano* e com a *Ideia de Justiça* de Amartya Sen.

O *Buen Vivir* não procura novas formas ou índices para medir o desenvolvimento existente, exige alternativas de desenvolvimento. O seu foco central não é atingir estados ou objetivos (tal como os estabelecidos por medidas), mas sim alterar a distribuição do poder e a forma como a economia e a sociedade estão estruturadas. E quando há metas a atingir, estas não são estabelecidas por ‘doadores’ e de forma igual para todos os países, como acontece com os Objetivos do Millennium, mas sim definidas democraticamente pelos povos. O paradigma do desenvolvimento humano é antropocêntrico e assenta numa ética individualista, enquanto que o *Buen Vivir* é biocêntrico e eticamente relacional (Deneulin, 2012).

Relativamente à ideia de justiça de Amartya Sen, Deneulin encontra algumas áreas de confluência com o *Buen Vivir*. Salientamos duas. Ambas as abordagens procuram deslocar o discurso político do desenvolvimento para a justiça. Por outro lado, a articulação entre justiça e bem-viver também poderá ser enquadrada na articulação de justiça com a capacitação para deliberar sobre o que é a vida boa. No entanto, há também claras diferenças. Uma delas consiste no facto do *Buen Vivir* incluir a natureza como um sujeito da justiça, enquanto a perspetiva de Sen permanece fortemente antropocêntrica. Outra diferença de fundo reside no facto de o *Buen Vivir* não se limitar a deliberar sobre o que é uma vida boa, mas também como as pessoas devem relacionar-se umas com as outras e com a natureza. Preconiza uma alteração estrutural das esferas económica, política e social, enquanto que a *ideia de justiça* de Sen permanece fortemente comprometida com uma ética individualista. Para o *Buen Vivir*, a qualidade das relações (sociais, económicas, políticas) é tão ou mais importante do que a realização individual. (Deneulin, 2012).

Em síntese, entre as principais características do *Buen Vivir*, evidenciam-se a sua conceção de *sustentabilidade forte*, de pendor socio-ecológico, assente numa ética relacional

englobando sociedade e natureza, que apela à construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento tradicional centrado na mercantilização da natureza, do trabalho e das relações humanas.

Para Austin (2020), o *Buen Vivir* é uma ontologia alternativa de ser humano, envolvendo uma concepção do bem que é profundamente diferente da maior parte dos valores ocidentais. A concepção do bem é intrinsecamente relacional e o bem-estar é determinado pela qualidade das inter-relações. As relações sociais, as relações com a natureza e as relações com uma dimensão espiritual formam uma totalidade. O presente está profundamente ligado ao passado (antepassados) e às gerações futuras. O bem-estar não é um resultado, mas um modo de viver, num ciclo temporal não-linear. Uma vida boa consiste em coexistir num contínuo de relações de profunda comunhão com os seres humanos, outros seres vivos e o ambiente natural.

6.3.4.2 Ubuntu

O termo *ubuntu* abrange um conjunto de visões com diferentes designações, linguagens e tradições, mas congregando-se em torno de uma mesma visão do mundo, na qual os seres humanos são parte de um todo interligado, constituído por outros seres humanos, o mundo natural e o mundo espiritual (Austin, 2020).

Verificam-se, portanto, semelhanças com as concepções de *buen vivir* referidas anteriormente.

Considerando a estrutura etimológica, *ubuntu* significa *personalidade* (“*personhood*”) ou *humanidade*, o ser-se humano (“*humanness*”) e, embora seja utilizado usualmente nas línguas Nguni da África do Sul, tem termos correspondentes em diversas línguas, por toda a África subsaariana (Hailey, 2008).

O termo é considerado quer como um conjunto de características ou comportamentos (valorização dos outros, bondade, compaixão, entre outras) quer como um paradigma ou sistema de valores mais amplo, sendo crescentemente utilizado como um termo abrangente para caracterizar as normas e valores inerentes a muitas sociedades africanas tradicionais. Enquanto visão do mundo, o termo tenta captar a essência do que significa ser humano. (Hailey, 2008). Segundo este autor, na literatura sobre o *ubuntu* há um acordo generalizado de que representa uma voz alternativa aos discursos filosóficos e teológicos

ocidentais, não se alicerçando na epistemologia cartesiana dominante que estrutura muito do pensamento ocidental. Se no ocidente se pode afirmar ‘penso, portanto sou’, em ubuntu dir-se-á ‘sou porque pertença’. O *ubuntu* serve de base espiritual em muitas comunidades e culturas africanas, e é um conceito multidimensional que representa valores nucleares da ontologia africana, como sejam o respeito pelos seres humanos, o respeito pela dignidade e vida humanas, a partilha coletiva, obediência, humildade, solidariedade, o cuidar, a hospitalidade, interdependência e comunalismo, comportando também uma dimensão espiritual.

Embora a maioria da literatura sobre o *ubuntu* e a sua aplicação prática contemporânea seja neutral ou evidencie o seu lado positivo, Hailey referencia também as análises que chamam a atenção para o seu ‘lado escuro’ e para algumas das possíveis consequências negativas da adoção e promoção dos valores do *ubuntu*. A veneração pela tradição, a reverência pela continuidade, o temor da mudança e o desincentivar da diferença, podem configurar formas de comunitarismo totalitário e de conformidade opressora e punitiva.

Hailey conclui que o *ubuntu* constitui uma visão do mundo particular, um *ethos*, uma filosofia que se alimenta de valores e ideias comunitários cruciais, que parecem ter um apelo universal e tocar profundamente povos de todas as culturas. No entanto, é um conjunto de valores que não pode ser imposto, mas que tem de ser alimentado num processo orgânico e evolutivo.

6.3.5 A questão da *dignidade*

“(…) O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, preâmbulo, 1º parágrafo).

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1º).

A *dignidade* está no centro da noção de direitos humanos e é frequentemente invocada, a vários níveis, desde discursos filosóficos, constituições, convenções, acordos políticos, reivindicações e movimentos sociais, até às relações da vida quotidiana. No entanto, trata-se de um termo ou conceito fugidio e raramente definido (Sayer, 2011; Hicks, 2013).

A sua popularidade e universalidade sugerem que a noção de dignidade tem uma profunda ressonância nas pessoas, embora o conceito liberal e ocidental de dignidade coloque a ênfase na autonomia do indivíduo, ao passo que tradições não ocidentais tendam a ter uma noção mais relacional da dignidade (Sayer, 2011). Em algumas sociedades asiáticas, “a dignidade é um estatuto coletivo que os indivíduos adquirem em virtude da sua pertença a determinada comunidade e de assumirem determinados papéis” (Lee, 2008, p.15, citado em Sayer, 2011, p. 190).

Sayer (idem, p. 192) refere a existência de uma tensão peculiar entre dois usos dominantes da noção de dignidade. O primeiro, considerando a dignidade como algo de intrínseco aos seres humanos e que todos possuem, independentemente da sua situação e comportamento. Esta utilização está presente na Declaração dos Direitos Humanos e, do ponto de vista filosófico, tem a sua principal expressão em Kant. O segundo uso, pelo contrário, concebe a dignidade como algo de frágil e precário, como uma qualidade ou condição precária e vulnerável, que depende do modo como as pessoas agem e como são tratadas pelos outros. No primeiro caso, a dignidade está associada com a autonomia do indivíduo e é considerada como algo quase empírico. No segundo caso está associada com a relacionalidade e é considerada como um ideal, como algo que as pessoas deveriam ter. A dignidade parece pairar, ambigualmente, entre estes dois usos.

Hicks (2013) desenvolveu um modelo de dignidade que procura conciliar estes dois aspetos. Referenciando os filósofos do iluminismo, em particular Kant, a autora considera a dignidade como um direito inato e como um valor intrínseco de que todos os seres humanos estão imbuídos. Ora, este valor intrínseco torna exigível o dever moral de respeitar a dignidade dos outros, independentemente das circunstâncias, das suas qualidades ou suas ações. Quando não o fazemos, estamos não apenas a desrespeitar a dignidade dos outros, mas a violar a nossa própria dignidade.

Esta conceção coloca uma dificuldade particular, considerando que é frequente os seres humanos comportarem-se de maneiras que prejudicam os outros, ou seja, comportam-se de forma pouco respeitável. Para ultrapassar esta dificuldade, Hicks estabelece “uma distinção entre a *pessoa*, que merece respeito, e as *ações* da pessoa, que podem ou não ser merecedoras de respeito” visto que “A importância e o valor intrínseco inatos dos

indivíduos têm que ser honrados, independentemente do que fizeram. Mas não somos obrigados a respeitá-los: têm que conquistar o respeito, através do seu comportamento e das suas acções” (Hicks, 2013, p. 25).

Hicks distingue, portanto, *dignidade*, direito inato, de *respeito*, algo que se conquista em função dos comportamentos efetivos, na dimensão relacional. E esta dimensão relacional assume uma importância central e vital, para os seres humanos, dotados de sentimentos e de capacidade de empatia, “predisposição inata para sentir o que os outros sentem”. “Somos seres sociais que crescem e prosperam quando as suas relações se mantêm intactas; a nossa sobrevivência está inextricavelmente associada à qualidade das nossas relações e o nosso crescimento e desenvolvimento processam-se no contexto dessas relações” (Id, ibid, p.26).

Porém, na relacionalidade humana, a *vulnerabilidade* coexiste permanentemente com o desejo de dignidade: “Devido à primazia das relações, a nossa susceptibilidade face aos outros e ao mundo deixa-nos vulneráveis a danos de todos os tipos e, em última análise, à possibilidade de morte. O sentimento de perda está no centro da vulnerabilidade humana – perda de dignidade, perda da ligação aos outros e perda da própria vida” (Id, ibid. pp. 27-28).

O *modelo de dignidade*, que Hicks vem aplicando em processos de mediação de conflitos, é desenvolvido na perspetiva da psicologia social, que é a sua área de especialidade. O modelo exige que cada um reconheça não apenas a sua dignidade e a dignidade dos outros, mas também o facto de poder ser um violador da dignidade. O modelo exige de cada um uma expansão de si próprio e do ponto de vista egocêntrico, de modo a ser capaz de ter em conta a perspetiva dos outros, quer em termos cognitivos quer ao nível da empatia. Para Hicks, o entendimento da dignidade proporciona melhor qualidade de vida porque “As pessoas estão cansadas de não se sentirem bem consigo próprias, cansadas de manter relações que não funcionam e cansadas de levar vidas sem um significado profundo e sem finalidade. Querem tornar-se aquilo que são capazes de ser” (id., ibid., p.45).

Na operacionalização do seu *modelo de dignidade*, Hicks considera o conceito de dignidade como multidimensional e abrange dez elementos essenciais na relação com o outro (id., ibid., pp. 47-48):

- *Aceitação da identidade*
- *Inclusão*
- *Segurança* [física e psicológica]
- *Reconhecimento*
- *Aprovação*
- *Imparcialidade*
- *Benefício da dúvida* [confiança]
- *Compreensão*
- *Independência* [controlo da própria vida, esperança]
- *Responsabilidade.*

Tal como a lista de capacidades de Martha Nussbaum, em que a dignidade constitui um sustentáculo central, o modelo de dignidade de Hicks apresenta importantes contributos para a noção de bem-estar e florescimento cuja demanda constitui uma das motivações centrais do presente trabalho. No entanto, algumas questões são suscitadas. Será que a *dignidade* é a pedra angular do florescimento, tal como outros consideram ser a *equidade*, para falar apenas de outra das dimensões mais referidas? E bastará uma atitude 'voluntarista', de cada um e de todos, para se alcançar a dignidade, o bem-estar e o florescimento? Ou é necessário considerar as estruturas sociais?

Sayer (2011) relembra que se a dignidade é um conceito da modernidade, um atributo universal e igualitário, contrariando as concepções aristocráticas que reservavam o estatuto de dignidade para uma elite (ainda presente no termo 'dignatário'), as desigualdades continuam a persistir, nomeadamente ao nível da classe, raça e género, colocando dificuldades à manutenção da dignidade e à atribuição de respeito. Para uns é mais difícil manter a dignidade do que para outros. As desigualdades são socialmente produzidas de duas formas. Uma, ao nível das identidades, como é o caso do sexismo, racismo, homofobia, entre outras. Uma segunda, é estrutural às modernas economias quer no que respeita às relações de trabalho quer em relação às hierarquias internas ou desigualdades das organizações económicas. Esta segunda forma de desigualdade pode combinar-se e reconfigurar a primeira, mas pode também existir e persistir na ausência da primeira.

“A dignidade e o respeito – centrais para as políticas de reconhecimento – são inevitavelmente confirmadas ou negadas pela distribuição de recursos e oportunidades; não se trata apenas de modos respeitosos de tratar as pessoas. Se as desigualdades são características estruturais das sociedades, então as pessoas não conseguem sustentar relações de dignidade umas com as outras. O problema pode agravar-se quando, como nas sociedades capitalistas, muitas relações entre pessoas são não apenas desiguais, mas esmagadoramente instrumentais” (Sayer, 2011, p.214). “Os problemas morais da dignidade desigual são primordialmente o produto de estruturas sociais que tornam as vidas das pessoas objetivamente desiguais, no âmbito da sociedade, e não de comportamentos não dignificantes e desrespeitosos, no âmbito de relações interpessoais, efémeras e flutuantes.” (id., ibid., p.215).

Sayer conclui, ainda, que embora a dignidade e o respeito sejam cruciais para o bem-estar, as pessoas necessitam de muito mais, como, por exemplo, contentamento, amor e amizades.

6.3.6 Existem valores universais?

Das análises efetuadas nas secções anteriores emergem, recorrentemente, diversos valores e aspirações. Serão esses valores e aspirações, universais, comuns a todos os seres humanos?

No contexto de um estudo efetuado com o objetivo de identificar as dimensões nucleares e universais do bem-estar humano, Austin (2020) desenvolveu uma investigação extensiva, percorrendo diversas teorias políticas e perspetivas filosóficas sobre bem-estar (aristotelismo, hinduísmo, confucionismo, hedonismo, liberalismo), ao longo da história, consultando leis fundamentais (Constituições e outras) atuais de uma amostra de países de diversos continentes (incluindo as influenciadas pelas conceções de *buen vivir* e *ubuntu*), culturas e matrizes religiosas, e comparando as respostas obtidas, nos diversos continentes, ao inquérito *World Values Survey* (WVS, 2020).

Com esta abordagem extensiva e diversificada, Austin pretendia ultrapassar algumas dificuldades recorrentes na abordagem do bem-estar e de outras conceções normativas. Por um lado, evitar o risco de uma projeção dos valores da modernidade ocidental sobre as sociedades não ocidentais. Por outro lado, identificar a existência de valores universais,

de uma forma pragmática. Em vez de partir de uma discussão abstrata sobre a existência ou inexistência de uma natureza humana, da qual seria difícil sair, Austin parte da hipótese de que se pessoas de diversas latitudes, culturas, línguas e visões do mundo, partilham valores comuns, e se estes valores coincidem com valores expressos em teorias filosóficas sobre o bem-estar, ao longo do tempo, então, isso constitui evidência de que não só há boas razões para valorizar essas coisas, mas também que é *racional* fazê-lo.

Austin, segue aqui a concepção de Amartya Sen, segundo a qual, o bem-estar consiste na *capacidade (capability)* que as pessoas têm para viver as vidas que valorizam e que têm razão para valorizar (Sen, 1999).

Mas não basta que as pessoas valorizem determinada coisa para que essa coisa mereça ser valorizada. Para que isto aconteça é necessário que essa valorização seja eticamente racional, orientada para coisas positivas. É neste sentido que, numa perspectiva de bem-estar, não é racional valorizar o sofrimento, a iniquidade, a opressão, mesmo que haja pessoas que os valorizem (Sayer, 2011).

Esta articulação entre razão e valores (novamente, a superação da dicotomia) é, portanto, fundamental para legitimar socialmente as dimensões de bem-estar, como objetivos comuns a alcançar.

Segundo Austin, a sua investigação permitiu concluir que, da diversidade de perspectivas teóricas, de perspectivas práticas (políticas) e da opinião expressa pelas pessoas no WVS, emerge um conjunto de “esferas de valores” que é comum ou, pelo menos, apresenta grandes áreas de sobreposição.

O conjunto de *esferas de valores* identificado por Austin encontra alguma ressonância na lista de *capacidades* proposta por Martha Nussbaum. Aliás, Austin refere expressamente que os resultados da sua investigação permitem dar suporte à perspectiva de Martha Nussbaum, entre outras.

Essas esferas de valores são as seguintes:

- **Sociabilidade** (relações sociais harmoniosas, com base no respeito mútuo, abrangendo família, amigos, comunidades, e as instituições formais de sociabilidade)
- **Segurança material** (recursos para poder satisfazer as necessidades físicas básicas de alimentação decente, habitação, vestuário, etc.)

- **Proteção e segurança**
- **Bem-estar subjetivo** (prazer, felicidade, satisfação com a vida, bem-estar emocional, autorrespeito)
- **Saúde** (física e mental)
- **Liberdade** (autodeterminação)
- **Trabalho** com significado
- **Repouso e lazer**
- **Educação**
- **Participação política**
- **Participação cultural**
- **Ambiente natural** (envolvimento com o mundo natural)
- **Integridade** (harmonia entre razão prática e ação prática).

Austin considera que duas destas esferas de valores - *sociabilidade* e *integridade* - merecem particular atenção, na medida em que organizam e estruturam todas as outras.

A *sociabilidade* tem particular importância, pelo seu valor intrínseco (é um valor em si própria), mas também pelo seu valor instrumental, por ser indispensável para concretizar todos os outros valores que constituem uma vida humana boa. Sem sociabilidade não é possível cuidar dos outros, sem sociabilidade a saúde física e mental é posta em causa, a exclusão social e a alienação impedem o bem-estar. Em suma, “Ter relações com outros é uma característica definidora do ser humano, como tal, ser um humano, e sê-lo bem, implica ter boas relações com os outros” (...) “A valorização da sociabilidade na vida humana implica uma concepção da pessoa não como um indivíduo solitário definido pela sua independência e autossuficiência, mas como um agente que é o produto de um sistema, multinível, de relações sociais interdependentes, e que está inserido de tal modo nesse sistema que a sua vida e bem-estar dependem dele” (Austin, 2020:104, 105).

No que respeita à *integridade*, a sua importância particular reside na sua centralidade no que se refere à capacidade de deliberação sobre o que é ‘bom’ e, como tal, em agir em função dessa deliberação. Na esteira de correntes aristotélicas, nomeadamente de Martha Nussbaum, Austin define *integridade* como a “harmonia entre razão prática e ação prática” e define *razão prática* como “o processo reflexivo de desenvolver uma concepção do bem,

e de estabelecer planos, projetos e compromissos com base nessa concepção” (Austin, 2020:105). O exercício da razão prática implica uma ampla gama de recursos, incluindo o envolvimento na respetiva configuração social (social, política, cultural, material), se necessário de forma crítica, e a capacidade de discorrer sobre o que é ‘bom’, para a qual a educação fornece os instrumentos. O segundo termo da equação da *integridade* “É a *ação prática* em concordância com a concepção do que é bom, desenvolvida através da razão prática” (id, ibid:106).

Austin sublinha que a investigação desenvolvida permitiu evidenciar que as relações sociais são não apenas elementos constituintes centrais do bem-estar, mas também uma condição necessária para o concretizar, porque são o fundamento da vida humana e, como tal, de uma *boa* vida humana. Na prática, isto significa que as políticas e a política, para promoverem o bem-estar, têm de estar sustentadas numa concepção social do bem, do que é bom, e o seu foco deve consistir na construção de uma infraestrutura de sociabilidade que suporte o bem-estar individual e coletivo, a nível da família, dos círculos de amizade, das relações comunitárias e das instituições sociais e políticas a nível local, nacional e internacional.

Austin esquece aqui, porém, uma dimensão fundamental da sociabilidade. Sem sociabilidade não há trabalho social e sem trabalho social, configurado em determinadas relações de produção, não há produção dos meios da vida humana e produção e reprodução da sociabilidade. O trabalho social é também estruturante das relações entre sociedade e natureza. O ‘esquecimento’ desta dimensão estruturante da vida humana e das relações humanas é frequente, talvez porque ela implica alargar a demanda pela *boa vida humana* a esta dupla questão, incómoda e até ‘subversiva’: *Que tipo de relações de produção é necessário concretizar, de modo a alcançar uma boa vida humana para todos, e uma relação sustentável com a natureza?*

Austin conclui que a evidência da existência de aspetos da vida humana que são universalmente valorizados torna possível avançar para uma “Declaração Universal do Bem-Estar” (id, ibid:107).

A investigação de Austin, cujas conclusões principais temos vindo a analisar, permite marcar alguns pontos importantes, relativamente à questão do bem-estar, do florescimento humano, da sustentabilidade social.

Em primeiro lugar, a evidência da existência, se não de valores universais, pelo menos de valores universalmente valorizados, constituintes e estruturantes do bem-estar humano, individual e social. Se esta universalidade é um facto, então os valores em causa estão universalmente legitimados, também como objetivos a alcançar e a concretizar pelas políticas de desenvolvimento e como critérios de avaliação dessas políticas.

Em segundo lugar, mas talvez ainda mais importante, a evidência de que o bem-estar depende das relações sociais e do seu modo de estruturação. Sem sociabilidade não há bem-estar, porém, nem todas as estruturas e formas de sociabilidade promovem o bem-estar, podendo suceder o contrário.

Tal como Austin, relativamente ao bem-estar, Becker (2012), como analisado em secção anterior deste trabalho, também defende a necessidade de estruturas sociais sustentáveis, isto é, que promovam a sustentabilidade social e ambiental. Não referem, porém, como é que isso se concretiza.

Um terceiro aspeto que importa realçar, é a importância atribuída à dimensão da *integridade*.

A *integridade* é um processo, simultaneamente individual e coletivo, no qual cada um desenvolve a capacidade de construir um conjunto de valores éticos e, sobretudo, a capacidade de deliberar e agir em conformidade com esses mesmos valores.

A nível do indivíduo, trata-se de um processo reflexivo e prático (relacional), contínuo, que pode ter avanços e recuos, mas apenas termina com a morte. Também neste caso, as estruturas sociais podem promover, dificultar ou bloquear este processo.

Outras dimensões são importantes, e mesmo instrumentais, para a construção da *integridade*, como é o caso da *liberdade*, *saúde*, *educação*, *participação política* e *participação cultural*, ou proporcionam o substrato básico, como a satisfação de necessidades básicas (*segurança material*) e o *trabalho*.

Embora esteja incluída na *sociabilidade*, a dimensão do *cuidar* não é suficientemente explicitada por Austin. Efetivamente as sociedades humanas não são apenas constituídas

por adultos, autónomos e reflexivos. As crianças e todos os que, por alguma razão, viram a sua capacidade reflexiva e outras capacidades fundamentais impedidas ou diminuídas, necessitam de apoio e cuidados.

Mas não são apenas estes casos particulares, todos os humanos necessitam de cuidados e o *cuidar* tem um lugar central nas sociabilidades. Como refere Sayer (2012:111), “A nossa natureza como seres humanos consiste em muito mais do que o vivermos em conjunto e tendermos a desenvolver divisão de trabalho. Não apenas na infância, mas também em muitas outras situações das nossas vidas, necessitamos do cuidado dos outros para sobrevivermos à doença, para nos desenvolvermos e florescermos: o cuidar é essencial para a vida humana”.

6.4 Algumas reflexões complementares

A revisão efetuada nas secções anteriores permitiu recolher elementos importantes para a demanda pelo bem-estar e o florescimento humano. Permitiu, também, identificar recorrentes inquietações, insuficiências e ausências.

Uma das questões que parece ter ficado bem evidente é a necessidade de ultrapassar a dicotomia indivíduo/sociedade. Não há bem-estar e florescimento que não sejam sentidos e vividos, necessariamente, a nível individual, tal como não há bem-estar nem florescimento individual fora das estruturas, contextos e processos de socialização e sociabilidade, dos seus estímulos e dos seus condicionamentos ou bloqueios.

Importantes valores e aspirações foram identificados que parecem ser dotados de universalidade, ressoando profundamente na generalidade dos seres humanos.

É o caso da segurança material para satisfação das necessidades básicas, da proteção, da saúde, da educação, do repouso e lazer, dos afetos e do cuidar, mas também, das diversas dimensões da dignidade, do trabalho com significado, da participação política e cultural, da emancipação, da autonomia, e do desenvolvimento e concretização das potencialidades de cada um.

Mas é o caso, igualmente, da valorização das sociabilidades quer como fator de bem-estar, em si próprias, quer como meio para alcançar e construir o bem-estar e o florescimento.

A este propósito, não podemos deixar de sublinhar este estranho paradoxo: quase no final no primeiro quartel do século XXI, quando somos perto de 8 mil milhões de habitantes de

‘uma só Terra’, ligados pelas diversas globalizações, atingidos por pandemias, com um futuro comum ameaçado pela crise climática, continua a ser necessário ‘redescobrir’ e reafirmar a importância e função estruturante das relações sociais e das sociabilidades, em contraposição com as concepções individualistas de sociedade, entendida como um agregado de humanos atomizados ou, no máximo, como uma dinâmica de individualidades ‘empreendedoras’. Em que medida esta estranha e persistente resistência relativamente à sociabilidade, característica da modernidade e levada ao limite pelo neoliberalismo, é concomitante com a insustentabilidade social e ambiental de que padece a modernidade, agravada na modernidade tardia em que vivemos?

Porém, ainda assim, se a valorização das sociabilidades parece ser universal, apenas alguns chamam a atenção para a necessidade de considerar as estruturas sociais que lhes estão subjacentes. Se as redes de relações sociais e as sociabilidades são indispensáveis para o bem-estar e o florescimento, não é menos verdade que a qualidade das relações e das sociabilidades não depende apenas do facto de existirem, nem apenas de valores morais, da vontade individual, da ‘razão prática’ e ‘ação prática’. Essa qualidade, ou seja, se as redes de relações e as relações sociais são um fator de bem-estar ou de mal-estar, é também resultante das estruturas sociais, nomeadamente pela forma como estruturam a produção e reprodução das desigualdades, das relações de dominação e subalternidade, que influenciam, condicionam e, por vezes, determinam a configuração das relações sociais e a natureza das interações.

Importa, ainda, relevar um outro aspeto que surge como amplamente valorizado: o envolvimento com o mundo natural, ou seja, que as relações sociais são inseparáveis das relações com a natureza.

Finalmente, os aspetos discutidos anteriormente suscitam, também, outras questões e inquietações. Se, segundo Austin, estes valores universais persistem ao longo de séculos e até milénios, e atravessam diversas culturas, então, é porque permanecem como um anseio, um objetivo a alcançar, pelo menos para uma grande maioria dos seres humanos. Por que razões o bem-estar humano permanece como utopia? Mais ainda: por que razões, para uma imensidão de seres humanos, o bem-estar permanece como ausência, mesmo no que se refere à satisfação das necessidades mais básicas?

7. Perspetiva crítica sobre as questões do bem-estar, bem-viver e florescimento

7.1 Introdução

Nas secções anteriores foram efetuadas várias revisões de literatura sobre as dimensões e os temas da sustentabilidade social e sobre várias formas e perspetivas de entender o significado das noções de bem-estar, bem-viver e florescimento humano, noções que constituem, segundo o ponto de vista defendido neste trabalho, elementos centrais para a configuração das dimensões e elementos definidores da sustentabilidade social e dos critérios de avaliação da sua concretização prática.

Na presente secção reexaminam-se várias questões fundamentais, de forma mais sistemática, focalizada e crítica, com o objetivo de contribuir para a identificação dos fundamentos e das condições de possibilidade de realização, efetiva e prática, do bem-estar, do bem-viver e do florescimento.

A perspetiva crítica é, aqui, entendida como incluindo:

- A valorização da reflexividade;
- Uma posição crítica sobre determinadas práticas e estruturas sociais;
- Uma crítica de determinadas posições e justificações ideológicas dessas práticas e estruturas.

Neste capítulo são tratados os seguintes aspetos: i) a persistência das desigualdades, dos problemas de desenvolvimento e dos problemas ambientais, como evidências negativas e como fatores de impedimento ou obstáculos à concretização do bem-estar e do florescimento; ii) justificações ideológicas das desigualdades; iii) ideologia e utopia e as aspirações e anseios de realização do bem-estar, como utopia realizável; iv) ideologia e utopia no discurso sobre sustentabilidade; v) consequências práticas da análise crítica efetuada para os processos de avaliação e deliberação sobre sustentabilidade social das ações planeadas.

7.2 A persistência e agravamento das desigualdades, dos problemas de desenvolvimento e ambientais

O Relatório da Desigualdade no Mundo (*World Inequality Report – WIR*), de 2018 (Alvaredo et al., 2018), produzido pelo Laboratório da Desigualdade no Mundo, mostra que, nas

últimas três décadas, a desigualdade dentro de cada país, entre países e entre regiões, tem vindo a acentuar-se de forma expressiva, por vezes dramática, e generalizada, embora com diferenciações significativas. Seguem-se, a título ilustrativo, alguns dos indicadores apresentados no WIR 2018:

- Em 2016, a parte do rendimento nacional que coube aos 10% mais ricos variou entre os 37% (Europa) e os 61% (Médio Oriente);
- No período 1980-2016:
 - O rendimento médio dos 50% com menores rendimentos aumentou 5% nos EUA-Canadá, 26% na Europa, 107% na Índia, 417% na China e desceu -26% na Rússia;
 - O rendimento médio dos 10% mais ricos subiu 123% nos EUA-Canadá, 58% na Europa, 469% na Índia, 1.316% na China e 190% na Rússia;
 - O rendimento dos 0,001% mais ricos aumentou 629% nos EUA-Canadá, 120% na Europa, 3.083% na Índia, 3.752% na China e 25.269% na Rússia.
- No mesmo período 1980-2016, a parte do crescimento do rendimento global capturado por cada um destes grupos foi a seguinte:
 - O grupo dos 50% com menores rendimentos capturou 2% nos EUA-Canadá, 14% na Europa, 11% na Índia, 13% na China e -24% na Rússia;
 - O grupo dos 10% mais ricos capturou 67% nos EUA-Canadá, 48% na Europa, 66% na Índia, 43% na China e 117% na Rússia;
 - O grupo dos 0,001% mais ricos capturou 4% nos EUA-Canadá, 1% na Europa, 3% na Índia, 2% na China e 10% na Rússia.

Estes números são eloquentemente ilustrativos das enormes desigualdades, a nível global, e da crescente divergência entre os que têm menos rendimentos e os que têm mais rendimentos, divergência que se acentua dramaticamente relativamente ao topo da pirâmide.

Considerando a riqueza e não o rendimento, verifica-se que a concentração é ainda mais acentuada. Na China, Europa e EUA, os 10% do topo possuem mais de 70% da riqueza, enquanto que os 50% de baixo possuem 2%, e os 40% do meio possuem menos de 30%.

Verifica-se, também, por outro lado, um aumento dos rendimentos na base da pirâmide, por vezes muito significativo, como acontece na China e na Índia, com a exceção da Rússia onde se verificou um empobrecimento dos mais pobres. Este crescimento quase generalizado foi, porém, insuficiente para retirar da extrema pobreza centenas de milhões de pessoas.

Onde, efetivamente, se verifica igualdade é no padrão de desigualdades. Embora com diferenciações significativas, o padrão de desigualdades é o mesmo, por todo o lado, sejam os 'velhos' países capitalistas ocidentais, as economias, mais ou menos emergentes, do antigo terceiro mundo, as 'novas' economias de mercado resultantes da queda do muro de Berlim e da abertura capitalista da China. O capitalismo globalizado parece ter globalizado também os padrões e as tendências de desigualdade, embora a ritmos diferenciados.

Alargando o período temporal até inícios do século XX (ver, também, Piketty, 2019), verifica-se que as desigualdades decrescem de forma clara na década de 1940, mantendo-se, embora com algumas oscilações, desde o imediato pós-guerra até meados ou finais da década de 1970, e retomando um crescimento efetivo, a partir de então.

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), de 2019, que tem como tema central as desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI, integra (UNDP, 2019, cap. 3) e corrobora alguns dos dados do WIR. Alarga, porém, a análise, numa perspetiva de desenvolvimento.

O RDH refere os notáveis progressos registados nas duas primeiras décadas do século XXI no que respeita à redução da pobreza extrema, e à evolução positiva de outros indicadores, como a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida à nascença, mas sublinha que esta evolução positiva se efetua num contexto de aumento das disparidades e desigualdades e que as carências ao nível da satisfação de necessidades básicas como alimentação, emprego, saúde e educação permanecem inaceitavelmente elevadas e generalizadas. Cerca de 600 milhões de pessoas continuam a viver em situações de extrema pobreza e este número sobe para 1,3 mil milhões (cerca de 17% da população mundial) se se considerar o Índice Multidimensional de Pobreza.

A este propósito, o RDH reconhece que “O mundo não está a caminhar no sentido de as erradicar [as carências básicas], como exigido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UNDP, 2019, p.2).

Por outro lado, se se verifica, apesar de tudo, alguma convergência no que respeita à satisfação das necessidades mais básicas, uma nova geração de desigualdades está a emergir e a aprofundar-se rapidamente, entre países e dentro de cada país, como é o caso do acesso ao conhecimento e às tecnologias.

As desigualdades mantêm-se também persistentes e sistemáticas, em torno de fatores como o género, a etnicidade, a língua ou a casta ou, em certos casos, a localização geográfica.

O RDH chama ainda atenção para as relações de poder e as normas sociais e culturais que promovem comportamentos e perpetuam desigualdades.

Uma das novidades do RDH 2019 é a apresentação de um índice de normas sociais que procura traduzir a relação entre crenças sociais e a igualdade de género em múltiplas dimensões. O resultado da aplicação deste índice mostra que apenas 1 homem em cada 10 e 3 mulheres em cada 10 não revelam alguma forma de preconceito relativamente à igualdade de género. E este preconceito aumentou, entre 2005 e 2014, quer entre os homens quer entre as mulheres.

Outro foco do RDH são os problemas ambientais, nomeadamente, a crise climática e a sua influência nas desigualdades.

Segundo o RDH, entre 2030 e 2050, prevê-se que as alterações climáticas causem 250.000 mortes adicionais, por malnutrição, malária, diarreia e stress de calor e que, em 2050, muitas centenas de milhar, mais, sofrerão com o excesso de calor. As incidências serão mais elevadas nas regiões tropicais, onde se localizam muitos dos países em desenvolvimento e as populações mais pobres, com maior vulnerabilidade e menor capacidade de adaptação e resiliência.

A análise destes dois relatórios, embora numa passagem breve, é suficiente para compreender que o bem-estar, o bem-viver e o florescimento não apenas estão, ainda, muito longe de constituir uma realidade, a nível global e em cada um dos países, sobretudo

para os mais desfavorecidos, como se encontram ameaçados por novos problemas e dinâmicas negativas.

Mas, como sair desta situação? O que fazer, para resolver o problema das desigualdades? Embora reconhecendo, como acima referido, que o mundo não está a trilhar o caminho necessário para resolver os problemas até 2030, como preconizado nos ODS, o RDH acaba por propor respostas semelhantes, embora com algumas nuances e novos matizes. A aposta enfática no crescimento económico e na industrialização, expressa nos ODS (UN, 2015)⁹, dá agora lugar ao desenvolvimento tecnológico, ao aumento da produtividade, da equidade e eficiência dos mercados, complementados por medidas *antitrust*, acesso inclusivo ao capital produtivo, políticas fiscais mais distributivas, transferências sociais públicas e proteção social, e governança democrática e inclusiva.

Resta saber, por um lado, se tal é concretizável de forma generalizada (considerando nomeadamente que, como o RDH refere, cabe a cada sociedade definir e adotar as medidas necessárias) e, por outro, se é suficiente para resolver os problemas, assumindo a perspetiva de colocar as pessoas no centro das tomadas de decisão e no centro das políticas de desenvolvimento, como o RDH preconiza.

Em suma, em coerência com outros documentos produzidos no âmbito das Nações Unidas, para o RDH, as desigualdades e os problemas de desenvolvimento e ambientais não resultam do sistema, mas sim dos seus excessos, aos quais é necessário colocar um freio, e das suas ineficiências que é necessário corrigir.

É, assim, o momento de abordar com mais detalhe o modo como estas questões se colocam ao nível do debate ideológico.

7.3 Desigualdades e justificação ideológica

Thomas Piketty desenvolve em *Capital et Idéologie* (Piketty, 2019) uma extensa e ambiciosa análise histórica das desigualdades e da sua justificação ideológica, ao longo dos tempos, desde as sociedades escravagistas até ao “hipercapitalismo” contemporâneo.

Piketty começa por referir que cada sociedade humana tem de justificar as suas desigualdades, como forma de as legitimar. Assim sendo, “Cada época produz um conjunto

⁹ Ver a análise crítica dos ODS efetuada no capítulo 2.

de discursos e de ideologias contraditórias visando legitimar a desigualdade, tal como existe ou deveria existir, e a descrever as regras económicas, sociais e políticas que permitem estruturar o conjunto. Desta confrontação, que é simultaneamente intelectual, institucional e política, emergem geralmente uma ou várias narrativas dominantes sobre as quais se apoiam os regimes inigualitários em presença”, narrativas essas que, nas sociedades contemporâneas, são as narrativas “proprietarista, do empreendedorismo e da meritocracia”. (Id., *ibid.*, p.13).

Piketty assume utilizar a noção de ideologia de forma “positiva e construtiva”, ou seja, “como um conjunto de ideias e de discursos plausíveis *a priori* visando descrever como a sociedade se deveria estruturar”. Na medida em que uma ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de responder a um conjunto de questões, muito vastas e complexas, relacionadas com a organização desejável ou ideal da sociedade “nenhuma ideologia poderá alguma vez reunir a adesão plena e completa de todos: o conflito e o desacordo ideológico são inerentes à própria ideologia” (Id., *ibid.*, p.16).

Ao utilizar a noção de ideologia de forma “positiva e construtiva”, Piketty opta por não utilizar a noção de ideologia de forma crítica, ou seja, distinguindo entre ‘narrativas’ ocultadoras ou mistificadoras e ‘narrativas’ emancipatórias, em confronto, mas como um debate entre ideias igualmente plausíveis.

É claro que, inevitavelmente, ao longo da obra, Piketty acaba, de alguma forma e em determinadas circunstâncias, por utilizar a noção de ideologia de forma crítica, relativamente à ideologia dominante, ao contrário do que afirma, pelo que a posição “positiva e construtiva” que refere é, ela mesma, ideológica, em coerência, aliás, com a posição ‘positiva’ e ‘construtiva’ que tem relativamente ao sistema capitalista, em geral.

7.4 Perspetiva crítica: ideologia e utopia

Não cabe no presente trabalho uma discussão aprofundada sobre o conceito de utopia. Importa, porém, referir que o sentido de *utopia* convocado no presente trabalho não é o de sociedade ideal projetada num não-lugar e num futuro insondável ou, menos ainda, e pelo contrário, o de um futuro radioso e prometaico ancorado na (omnis)ciência e na infinita capacidade de manipulação tecnológica da natureza (ver, análise crítica, em Soromenho-Marques, 2007, 2017), mas sim no sentido que lhe atribui Karl Mannheim, de

procura, ativa e atual, de concretizar, materializar, futuros desejáveis, num horizonte de possibilidades, com base nas condições objetivas do presente, o que implica uma transformação da ordem e do estado de coisas existente (Mannheim, 1936). É neste sentido que, no presente trabalho se fala de sustentabilidade social e socioambiental como utopia.

Segundo Löwy (2016), foi Karl Mannheim quem formulou, de forma mais pertinente, a distinção entre ideologia e utopia como duas formas fundamentais do imaginário social. Para Mannheim, enquanto os sistemas de representação ideológicos se orientam para a estabilidade e a reprodução da ordem estabelecida, as representações e aspirações utópicas orientam-se para a ruptura dessa mesma ordem.

O utopista será, então, “O defensor de uma ordem social justa e humana que ainda não existe em nenhuma parte (*u-topos*, em grego), é o indivíduo que sonha com uma ‘cidade ideal’ situada no futuro” (Löwy, 2016, p.24).

A posição de Mannheim é, porém, por um lado, mais complexa do que a definição de Löwy deixa perceber e, por outro, mais objetivista, não se ficando pelo ‘sonho’, o que não é de somenos importância. Mannheim entende “[...] como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, quando se transformam em conduta, a abalar, parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevalece no momento” (Mannheim, 1936, p. 173).

Ou seja, embora projetadas no futuro, ‘desejando’ uma ordem não existente, as orientações utópicas, tendem a abalar a ordem existente quando se transformam em condutas. Esta precisão tem toda a importância, na medida em que situa as utopias nas condições objetivas do presente e lhes confere um lugar e um papel na ação prática transformadora. A utopia é, então, algo de realizável. Considerar a utopia como algo de irrealizável é, precisamente, uma posição ideológica, na medida em que procura defender a estabilidade ou reprodução do existente, afirmando como irrealista e irrealizável a hipótese da sua transformação ou, pelo menos, como perigosa e causadora do caos.

Para Mannheim, não basta que as orientações transcendam a realidade para serem utópicas, é necessário que tenham um potencial transformador da realidade existente, ou seja, que sejam realizáveis. É nesse sentido que Mannheim considera que as orientações

que transcendem a realidade, mas não têm potencial transformador, não são utópicas, mas sim ideológicas, na medida em que, em última análise, apenas contribuem para manter a ordem existente.

Mas, por que razão é que as utopias têm um potencial transformador e são realizáveis? Porque emergem das condições objetivas e historicamente determinadas de determinada época: “(...) A relação entre utopia e ordem existente surge como uma relação ‘dialética’. Com isto pretende-se dizer que cada época permite a emergência (em grupos sociais diferentemente situados) das ideias e valores em que se encontram contidas, de forma condensada, as tendências não realizadas e não cumpridas que representam as necessidades dessa época. Estes elementos intelectuais transformam-se, então, no material explosivo para romper os limites da ordem existente. A ordem existente dá origem a utopias que, por sua vez, rompem as amarras da ordem existente, libertando-a para evoluir em direção à ordem de existência seguinte.” (idem pp 222-223).

A dinâmica das sociedades humanas implica e comporta, portanto, esta permanente dualidade dialética, entre ideologia e utopia. Trata-se de um conflito dialético, de ‘unidade opositiva’, que pode assumir a forma de manifestações distintas, em conflito, ou assumir a forma de aspetos distintos, contraditórios, numa mesma manifestação.

É o caso dos conceitos de *desenvolvimento sustentável* e de *sustentabilidade* que incorporam, contraditoriamente, como já se referiu anteriormente e se desenvolverá mais adiante, elementos ideológicos e elementos utópicos.

O resultado desta dinâmica opositiva não está pré-determinado, permanece, sempre, em aberto. Como refere Mannheim:

A única forma pela qual o mundo se nos apresenta é a de possibilidade, ao passo que a forma imperativa, ‘deveria’, nos diz qual dessas possibilidades devemos escolher. [...] Das duas tendências em conflito no mundo moderno – as correntes utópicas, em luta contra a tendência complacente de aceitar o presente – é difícil dizer de antemão qual acabará por vencer, uma vez que o curso da realidade histórica que o irá determinar reside ainda no futuro. Poderíamos mudar toda a sociedade amanhã, caso todos concordassem. O verdadeiro obstáculo é que cada indivíduo se encontra vinculado a um sistema de relações estabelecidas que, em grande parte, entrava a sua vontade. Mas estas relações estabelecidas repousam, em última análise, sobre decisões não controladas dos indivíduos. A tarefa consiste, portanto, em remover esta fonte de dificuldade, revelando os motivos ocultos subjacentes às decisões do indivíduo, e dessa forma colocando-o em condições de realmente escolher. Então, e somente então, as suas decisões procederão *realmente* dele. (Idem, pp 234-235).

Em suma, as utopias são não só realizáveis, como delas depende a evolução das sociedades humanas:

[...] A completa desapareção do elemento utópico do pensamento e da ação humanos [...] ocasionaria um estado de coisas estático em que o próprio homem se transformaria em coisa. Iríamos, então, defrontar-nos com o maior paradoxo imaginável, ou seja, o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, ao ficar desprovido de qualquer ideal, se tornaria numa mera criatura de impulsos. [...] Quando a história vai deixando de ser um destino cego, tornando-se cada vez mais uma criação do próprio homem, o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de moldar a história e, com isso, a capacidade de compreendê-la." (Idem, p. 236).

As utopias não só não são ilusões irrealistas (segundo Manheim, estas enquadram-se no campo ideológico) como, pelo contrário, são, por um lado, fatores de desocultação e revelação e, por outro, fatores de consciencialização e de orientação da ação, no sentido de concretizar, materializar, ideais positivos, progressivos, emancipatórios.

A esfera política é naturalmente o campo privilegiado da *dialética* (no sentido linguístico e no sentido filosófico) entre ideologia e utopia.

A dialética entre elementos ideológicos e utópicos é constante no discurso político, e na convocação dos valores e objetivos que motivam, orientam, direcionam e justificam a ação, como foi exemplificado anteriormente, no capítulo 2, em que se analisou o discurso sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assunto que retomamos na secção seguinte.

É claro que a luta política não se limita aos discursos, e joga-se, de facto, na ação prática, na qual intervêm os condicionamentos impostos pelas estruturas de poder, e as dinâmicas de poder, na sua dialética entre estruturas 'externas' (sociais) e 'internas' (*habitus*), numa dinâmica que tende, em tempos 'normais', a suportar a ideologia e limitar a utopia, e a libertar a utopia, em tempos de crise e/ou rutura.

7.5 Ideologia e utopia no discurso sobre sustentabilidade

Como referido, no capítulo 2 procurou-se analisar as contradições do discurso dominante sobre desenvolvimento sustentável, tomando como exemplo a Agenda 2030 e os ODS que constituem, atualmente, o centro das preocupações e orientações para a ação numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

A distinção que foi feita entre valores explícitos e valores implícitos no discurso da Agenda 2030 e dos ODS, pode agora ser atualizada como distinção entre utopia e ideologia.

Quadro 7.1 – Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: utopia e ideologia

Utopia e ideologia no discurso sobre desenvolvimento sustentável
<p>Valores utópicos (explícitos no discurso):</p> <ul style="list-style-type: none">- Eliminação da pobreza e a satisfação universal das necessidades básicas (alimentação, saúde, educação, água, saneamento, energia);- Emprego e trabalho decente para todos;- Igualdade de género e <i>empowerment</i> das mulheres;- Libertação do medo e da violência;- Bem-estar físico, mental e social;- Eliminar a desigualdade no interior de cada país e entre países;- Respeito pelos direitos humanos, e os princípios da dignidade humana, estado de direito, justiça, igualdade e não discriminação;- Democracia, boa governança e tomada de decisão participativa;- Instituições responsáveis e inclusivas;- Respeito pela diversidade de raça, étnica e cultural;- Igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano;- A prosperidade deve ser partilhada;- Mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo;- Proteção e conservação dos ecossistemas, vida selvagem e outras espécies vivas;- Respeitar a natureza, viver em harmonia com a natureza;- Todos os países devem poder usufruir de um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável;- O sistema de comércio internacional deve ser universal, regulamentado, aberto, equitativo, não discriminatório e multilateral;- O desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia são fundamentais para sustentar o crescimento económico e tornar sustentáveis os padrões de produção e consumo. <p>Valores ideológicos (implícitos ou insuficientemente explicitados e fundamentados):</p> <ul style="list-style-type: none">- O atual sistema económico (capitalismo) não se discute, na sua essência e fundamentos, e é insubstituível;- O atual sistema económico é bom e deve ser mantido e aperfeiçoado, pois apenas ele pode proporcionar o bem-estar, o desenvolvimento e o progresso;- O atual sistema económico pode ser corrigido de modo a tornar-se social e ambientalmente sustentável. <p><i>Corolários dos valores ideológicos:</i></p> <ul style="list-style-type: none">- O crescimento económico e a industrialização são essenciais para resolver os problemas sociais e de desenvolvimento, bem como os problemas ambientais.- O crescimento económico e a industrialização apenas podem ser proporcionados no âmbito dos processos de produção, reprodução e apropriação do sistema capitalista.- Desenvolvimento sustentável é o crescimento económico e a industrialização depurado das suas práticas ambiental e socialmente insustentáveis.- Esta depuração, para além da implementação de políticas conservacionistas, consegue-se por meio do desenvolvimento tecnológico e da modificação e adoção de práticas e comportamentos, ao nível da gestão dos recursos naturais, da produção, das trocas e do consumo, no sentido da eco-eficiência e da justiça social.

Reconvocando Fairclough e Fairclough (2012, pp. 176-177) e a distinção que fazem entre razões (normativas) para a ação, que têm a ver com aquilo que os agentes “querem fazer”

(as suas “preocupações reais”), e razões para a ação que têm a ver com aquilo que os atores estão obrigados a fazer (“*bound to do*”) à luz das ordens morais e institucionais nas quais se encontram integrados, os valores utópicos funcionam, sobretudo, como motivadores da ação, e os valores ideológicos funcionam, essencialmente, como constrangimento estrutural da ação.

Os valores utópicos do discurso dos ODS são utópicos porque são aspirações universais das sociedades humanas e, no entanto, ainda não alcançados de modo satisfatório, mesmo no que se refere às necessidades mais básicas.

E, novamente, nos defrontamos com o paradoxo: os valores utópicos do discurso sobre os ODS gozam de uma vasta consensualidade e, no entanto, permanecem por concretizar. Não serão concretizados em 2030 e, pelo menos em algumas dimensões, parecem cada vez mais inalcançáveis, como se analisou na secção 7.1.

Reconduzindo e delimitando a discussão ao tema da *sustentabilidade social*, verifica-se que: i) os valores da sustentabilidade social são de cariz utópico e, conseqüentemente, emancipatório, em potência e em dinâmica; ii) a sustentabilidade social situa-se no centro da sustentabilidade socioecológica e existe entre ambas uma dinâmica de interdeterminação.

A natureza utópica dos valores da sustentabilidade social está patente nas dimensões sociais dos ODS, ainda que de forma incompleta, como indicado no quadro anterior, bem como em todo o amplo conglomerado de valores referenciado no capítulo 5 deste trabalho, ao qual voltaremos, adiante, no capítulo 8.

7.6 Consequências práticas para os processos de avaliação e deliberação sobre sustentabilidade social

Se os valores da sustentabilidade social desfrutam de uma ampla base de apoio, como alcançar os objetivos? Como agir?

Desde logo, é exigível que cada ação - cada política, cada programa, cada plano, cada projeto - seja interpelada de forma a obter resposta às seguintes questões:

- Contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social¹⁰? De que modo? Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?
- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado? O que necessita de ser feito?

Isto implica, naturalmente definir quais os objetivos de sustentabilidade social e os critérios de avaliação, bem como a configuração dos processos de avaliação. Dito de outro modo, definir *como se estrutura* o conceito de sustentabilidade social e a avaliação da sua concretização prática e atual.

Estes aspetos são analisados na secção seguinte e na parte III do presente trabalho, na qual a configuração do processo de avaliação e a sua operacionalização são desenvolvidos.

¹⁰ A pergunta mais abrangente é, naturalmente, se contribui para a sustentabilidade social e ambiental ou socioambiental. O âmbito deste trabalho é, porém, a sustentabilidade social, ou, melhor dito, a dimensão social da sustentabilidade.

8. Estruturação do conceito de sustentabilidade social

8.1 (Re)situar a discussão

Em função da diversidade e complexidade dos aspetos analisados nos capítulos anteriores, importa fazer algum recuo e (re)definir, sinteticamente, o terreno em que nos situamos.

Em que plano(s) nos situamos quando trabalhamos o conceito de *sustentabilidade social*?

- i) Situamo-nos no plano dos valores.
- ii) Situamo-nos no plano dos valores utópicos, isto é, dos valores que definem os futuros desejáveis e possíveis, no sentido do bem-estar, do bem-viver e florescimento humanos.
- iii) Situamo-nos no plano da reflexividade e da racionalidade ética orientadora da prática e orientada para a mudança, isto é, para a transformação emancipatória.
- iv) Situamo-nos no plano da agência transformadora, por mediação da avaliação da sustentabilidade das ações planeadas.
- v) Situamo-nos, maioritariamente, e em suma, no plano da razão prática, ética, substantiva, não meramente instrumental, a qual, porém, no mesmo ‘movimento’ de superação de dualismos que é inerente a toda a temática da sustentabilidade social e ambiental, implica e não pode deixar de integrar a razão teórica.

Como referem Fairclough & Fairclough (2012, pp 35-36), “o raciocínio prático [*practical reasoning*] é um raciocínio sobre o que fazer”, ao passo que “o raciocínio teórico [*theoretical reasoning*] ou epistémico, é um raciocínio acerca do que é verdadeiro ou falso”. “As razões teóricas são razões para acreditar [*reasons for believing*], ao passo que as razões práticas são razões para a ação [*reasons for action*]”. O exercício da razão teórica e o exercício da razão prática distinguem-se, assim, em função do propósito e, concomitantemente, da conclusão a que chegam. No caso da razão prática a conclusão é de tipo “normativo”, “acerca daquilo que deveríamos fazer ou seria bom fazermos (...), em função das nossas circunstâncias e dos nossos objetivos”. No caso da razão teórica, a conclusão é de tipo “descritivo”, e é “acerca do que é (provavelmente) verdadeiro (...), em função daquilo que conhecemos”.

Os autores sublinham, porém, que esta distinção não implica uma separação dualista entre razão teórica e razão prática, com a primeira tipificando o raciocínio de tipo científico, e a segunda reduzindo-se ao saber prático e às decisões do cotidiano, alheio à teoria. Embora os cientistas utilizem tipicamente a razão teórica, também se envolvem constantemente em raciocínios práticos, no âmbito da atividade científica, nomeadamente para resolução de problemas práticos relacionados e inerentes à investigação. Por outro lado, o raciocínio prático quotidiano recorre frequentemente à teoria, mesmo nas situações mais triviais, como decidir sair de casa com chapéu-de-chuva, em função das previsões meteorológicas. Em suma, “ambos os tipos de raciocínio ocorrem quer em contextos do quotidiano quer em contextos profissionais altamente especializados”.

Esta perspetiva é indicativa da complexidade do que está em jogo, quando se trata de contextos de intervenção prática, como aquele que define o campo de ação da sustentabilidade social (e ambiental) e da sua avaliação, que é tema do presente trabalho. Nestes contextos o uso da razão teórica (compreender, conhecer) é apenas o primeiro passo para o uso da razão prática (decidir o que fazer, com consequências nas pessoas, no ambiente social e natural).

Complexidade essa que é incrementada na medida em que o conceito de sustentabilidade social é holístico, abrangendo a vida humana em toda a sua amplitude, incluindo as relações com a natureza, as estruturas e processos sociais, e a própria personalidade individual, num contexto permanente de mudança, a vários níveis ou escalas, desde a individual à global.

Esta complexidade é expressa por Roy Bhaskar no conceito de “ser social tetra-planar e hepta-escalar”, (Bhaskar, 2010, pp 9-10). Tetra-planar na medida em que “qualquer evento social ocorre pelo menos em quatro dimensões: o das transações com a natureza; o das interações sociais entre humanos; o as estruturas sociais propriamente ditas; e o da estratificação da personalidade incorporada”. Hepta-escalar, na medida em que os sistemas de relações sociais e a agência humana se materializam em sete níveis: i) “sub-individual/psicológico”; ii) “individual ou biográfico”; iii) “micro”, das relações entre pessoas/indivíduos; iv) “meso”, das “relações entre papéis funcionais”; v) “macro”, o nível

de funcionamento de sociedades ou regiões; vi) “mega”, o nível das tradições e civilizações; vii) “planetário (ou cosmológico)”.

A estes quatro planos e sete níveis, Bhaskar acrescenta a dimensão do “discurso”, enquanto simultaneamente “constitutivo e condicionado (ou causalmente afetado) por, e, por sua vez, condicionando (ou afetando causalmente), os aspetos extra-discursivos da vida social enquanto desdobrados no ser social tetra-planar e hepta-escalar”.

Importa, portanto, retomar o tratamento e a compreensão do conceito de sustentabilidade social partindo do discurso para a realidade que, simultaneamente, estrutura o discurso e é o seu objeto, um objeto a transformar.

8.2 Algumas regras para a estruturação do conceito de sustentabilidade social

De tudo o que foi dito anteriormente, resulta que a construção do conceito de sustentabilidade social (como, aliás, de qualquer outro conceito) é, em si mesma, um processo social e uma resultante desse processo social.

No capítulo 5 iniciámos o tratamento específico do conceito de sustentabilidade social. Depois de analisarmos os principais temas e algumas propostas de estruturação e operacionalização, identificámos uma ‘nuvem’ com mais de 50 de temas ou subconceitos que mais frequentemente surgem associados à noção de sustentabilidade social e à tentativa da sua definição, e iniciámos o caminho para a construção de uma proposta alternativa de estruturação do conceito, arrumando, provisoriamente, os temas em três grupos, consoante o foco, ponto de partida ou perspectiva, é o indivíduo, as relações sociais, ou a sua articulação relacional e holística.

Seguidamente, no capítulo 6, o passo seguinte consistiu numa tentativa de desreificar a noção de sustentabilidade, considerando-a não como uma ‘coisa’, mas como uma atividade e um processo. Este movimento de desreificação correspondeu, no plano da linguagem, a uma passagem do substantivo *sustentabilidade* para o verbo *sustentar*, como mediação indispensável para fazer emergir ‘aquilo’ que é o objeto, o ensejo, o objetivo da ação de sustentar, suportar, apoiar, cuidar, e cujo valor é tal que o define como merecendo ser sustentado, apoiado, cuidado. E concluímos que, na esfera humana e social, esse ‘aquilo’ ou ‘isso’ que importa ‘sustentar’, é o *bem-estar*, o *bem-viver*, o *florescer*, dos indivíduos, das comunidades, das sociedades, da humanidade.

Bem-estar, bem-viver, florescer, mais do que outros termos ou expressões, como *felicidade* ou *qualidade de vida*, foram então considerados os termos que expressam do modo mais sincrético, holístico, articulado e processual, a substância e o objetivo da sustentabilidade social ou, melhor dito, do processo de promover e implementar ações, situações e estruturas socialmente sustentáveis.

O processo de operacionalização do conceito de sustentabilidade social passa, então, pela desagregação, exploração e (re)construção destes termos que, constituem, portanto, o ponto de partida e o ponto de chegada, da demanda pela sustentabilidade social.

Não se tem a pretensão (inútil, aliás) de construir um circuito fechado, mas sim um processo aberto, espiralar, na medida em que o bem-estar, o bem-viver, o florescer, traduzem um processo permanente e, como tal, sempre aberto a outras/novas formas, entendimentos, contributos, modos de intervenção e ações.

Iniciámos, então, no capítulo 6, esse périplo, começando pelo conceito aristotélico de *eudaimonia* e passando pela perspectiva dos Direitos Humanos, pelas conceções do *capability approach*, e outras perspectivas mais desocidentalizadas como o latino-americano *buen vivir* e o africano *ubuntu*, terminando no conceito de *dignidade* e na questão, colocada por Austin (2020), da possibilidade de existirem valores universais, alicerces de uma possível “Declaração Universal do Bem-Estar”.

O capítulo 6 foi concluído, porém, com um conjunto de inquietações entre as quais emerge a interrogação: se tais valores, mesmo que não sejam universais, são, pelo menos, persistentes, ao longo de séculos e milénios, por que razão se mantêm como aspirações não concretizadas, para a grande maioria da humanidade, mesmo ao nível das necessidades mais básicas?

Estas inquietações obrigaram a um novo desvio, no percurso, para perspetivar, criticamente, as questões do bem-estar, bem-viver e florescimento (capítulo 7), onde procurámos, em primeiro lugar, ilustrar a manutenção de desigualdades profundas, no presente, quando nos aproximamos do final do primeiro quartel do século XXI. Em segundo lugar, clarificar a função da utopia, enquanto processo de procura e definição de realidades alternativas, possíveis e concretizáveis. Em terceiro lugar, clarificar que, para alcançar a utopia, é necessário superar obstáculos estruturais. Daí que não baste traçar futuros

desejáveis, é necessário agir e mudar, no presente, as práticas sociais e transformar as estruturas sociais. Esta convicção de que *para alcançar futuros sustentáveis é necessário proceder a mudanças nas estruturas sociais* constitui um dos eixos centrais do presente trabalho.

Na presente secção procuramos aprofundar a operacionalização da sustentabilidade social como utopia, enquanto futuro desejável e possível, configurando aquilo que se pretende alcançar.

Para o efeito, estabelecemos um algoritmo para nos orientar nessa estruturação do conceito de sustentabilidade social.

O algoritmo inclui os seguintes passos, desenvolvidos nas secções seguintes:

- 1) Partir do todo relacional para o particular: a) Partir dos conceitos mais concretos (holísticos e processuais).
- 2) Partir do todo relacional para o particular: b) Desreificar os conceitos, passar dos substantivos aos verbos, fazer incidir o foco nas dinâmicas relacionais.
- 3) Passar dos processos relacionais aos indivíduos. Atualizar a realidade do particular (necessidades, *capabilities*, direitos humanos).
- 4) Considerar as relações estruturais, para lá dos comportamentos e intenções.
- 5) Articular estrutura, cultura e agência.
- 6) Definir o normativo orientador da agência: Princípios e objetivos para a ação socialmente sustentável.

8.2.1 Partir do todo relacional para o particular: a) Partir dos conceitos mais concretos (holísticos e processuais)

Em secções anteriores identificámos os termos *bem-estar*, *bem-viver*, *florescer*, como aqueles que melhor expressam o ‘aquilo’ social (individual-coletivo) que se pretende sustentar quando se fala de *sustentabilidade social*, e considerámo-los preferenciais relativamente a outros termos gerais como *qualidade de vida* ou *felicidade*.

Apesar da sua proximidade, aqueles três termos não são, porém, utilizados de forma idêntica no presente trabalho, sendo entendidos como enfatizando determinados aspetos e tendo crescentes graus de abrangência, escala e totalidade, como se indica no quadro seguinte. Não se trata de etapas diferentes de um mesmo processo, mas sim de formas,

mais, ou menos, substantivas, que esse processo pode tomar. Qualquer dessas formas é motivadora da ação utópica, mas é o *florescimento* que expressa o mais elevado grau de utopia.

Quadro 8.1 – As três formas e a dimensão utópica da sustentabilidade social

As três formas e a dimensão utópica da sustentabilidade social				
Sustentabilidade social entendida como:	Bem-estar	I - Estado particular, num determinado momento (atual, recetivo, passivo)	Motivação da ação individual e coletiva, desiderato, objetivo a alcançar, superação das ausências.	U T O P I A
	Bem-viver	II - Estado relacional, em determinado momento e em determinada época, articulando passado, presente e futuro (dinâmico, mas circular)		
	Florescimento	III - Processo relacional ativo, permanente e sem fim (não teleológico, aberto a possibilidades, espiralar) de desenvolvimento, social e ambientalmente sustentável, individual-coletivo (relação dialética), desigual e combinado (a nível do processo histórico individual e do processo histórico coletivo) que inclui satisfação e prazer, exclui o sofrimento, mas não as 'dores de crescimento', a atividade, o esforço, o empenhamento, aberto à mudança, mas integrando, intrinsecamente, a solidariedade e o cuidado (pelo Outro).		

A sustentabilidade social como **bem-estar** convoca um estado particular de satisfação (de desejos, necessidades, aspirações), num determinado momento, centrado no indivíduo, ainda que de âmbito supra-individual. Evoca, porém, como refere Gorsky (2017), “um estado físico passivo” ou, se quisermos, um estado de plenitude em repouso.

A sustentabilidade social como **bem-viver** é entendida aqui no sentido do *buen vivir* latino-americano, analisado em secção anterior. A conceção do bem é intrinsecamente relacional e o bem-estar é determinado pela qualidade das inter-relações. As relações sociais, as relações com a natureza e as relações com a dimensão espiritual formam uma totalidade. O presente está profundamente ligado ao passado (antepassados) e às gerações futuras. O bem-estar não é um resultado, mas um modo de viver, num ciclo temporal não-linear. Uma vida boa consiste em coexistir num contínuo de relações de profunda comunhão com os seres humanos, outros seres vivos e o ambiente natural. (Austin, 2020).

Esta concepção, embora muito próxima da noção de florescimento, sendo ativa por intrinsecamente relacional, evoca, porém, um estado de estase configurada num equilíbrio permanente e eterno. A rotura com o desenvolvimento linear do ‘desenvolvimentismo’, traduz-se numa alternativa de circularidade a-histórica, não compaginável com a realidade social (e natural) que é intrinsecamente processual.

A sustentabilidade social como **florescimento** expressa um processo (permanente e sem fim) sustentável, de desenvolvimento, individual e coletivo, que é desigual e combinado – cada indivíduo, encontra-se, existencialmente, em determinado ponto/momento/estado (idade, género, etnia, região, país, localização geográfica e geopolítica) que é diferente de todos os outros. O mesmo com cada grupo, classe, sociedade. A humanidade é o todo, relacional, desigual, em processo de igualização das condições materiais de existência, igualização essa que, paradoxalmente, não normaliza, mas é condição, e promove a libertação, o desabrochamento, e a diferenciação das potencialidades e das qualidades dos projetos individuais, porque é emancipadora e desalienadora, num contexto de relações de respeito, comunhão e cuidado entre os seres humanos, e de respeito e cuidado pelos outros seres vivos e o ambiente natural. Também aqui é assumida a rotura com o desenvolvimento linear do ‘desenvolvimentismo’, porém, ao invés da circularidade a-histórica, traduz-se num processo espiralar, multidimensional, e social e ambientalmente sustentável.

Em qualquer uma destas formas, a sustentabilidade social constitui-se como **utopia**, como motivação da ação, como aspiração, desiderato, alvo (móvel) a atingir.

Retomamos, então, o florescimento como ponto de partida. Enquanto patamar mais elevado da sustentabilidade social como utopia, o **florescimento** é, assim, o nosso ponto de partida para a estruturação do conceito de sustentabilidade social e será o porto de chegada.

Importa, desde logo, lembrar, porém, que, embora seja importante saber para onde queremos ir e onde queremos chegar, tão ou mais importante é o caminho e o caminhar.

8.2.2 Partir do todo relacional para o particular: b) Desreificar os conceitos, passar dos substantivos aos verbos, fazer incidir o foco nas dinâmicas relacionais

Desreificar os conceitos, passar dos substantivos aos verbos, é uma operação no domínio da linguagem necessária para reconectar com a realidade, numa perspetiva ontológica e não apenas epistemológica (Elias, 2004, 2011). A realidade social é intrinsecamente relacional e processual, ou seja, em permanente mudança, embora, e enquanto realidade social estruturada, o tipo e o alcance das mudanças tenha ritmos, tempos e possibilidades diferenciadas.

Mudar o foco para a relacionalidade possibilita ‘evidenciar evidências’ ocultadas pela reificação operada na linguagem e nos conceitos. Permite, também, desocultar as ‘ausências’ (o que falta e ‘faz falta’, é real, porque existe em potência, como possibilidade, e como tal, pode tornar-se atual). Desocultar abre o caminho para desalienar.

Por exemplo: não há *inclusão social* sem relações sociais que permitam *incluir*, não há *coesão social* sem relações tendentes a *coesionar*, *cooperação* sem *cooperar*, *empoderamento* sem *empoderar*, *dignidade* sem *dignificar*, *igualdade* sem *igualizar*.

Por outro lado, se a realidade é relacional e processual, isso implica a *agência* humana, a qual, ainda que estruturada, não é autómata, nem meramente instintiva, inconsciente/subconsciente, determinada pelo *habitus*, mas implica reflexividade, propósitos, objetivos, ação consciente, interações e intervenções (Archer 2013, Sayer 2011).

O foco na dimensão relacional implica, por outro lado, ‘evidenciar a evidência’ de que as relações sociais não são separáveis do seu *valor/valorização*, e que esse valor/valorização não pode ser medido apenas quantitativamente (número, nível, estrutura das redes de relações), mas também qualitativamente, ou seja, avaliando se tais relações permitem *incluir*, *coesionar*, *cooperar*, *empoderar*, *dignificar*, *igualizar*, *desalienar*.

A expressão dos conceitos nas suas formas verbais, no infinitivo, permite, em suma, captar melhor a sua dimensão relacional e ativa, e o seu horizonte de possibilidades, possibilidades essas que poderão materializar-se de várias formas, expressas nos diversos tempos verbais (presente, futuro, condicional, imperativo...).

Podemos, então, alinhar, na sua forma verbal, os principais subconceitos, de tipo relacional, que compõem o conceito de sustentabilidade social, enquanto florescimento ou processo de *florescer* (ver quadro seguinte).

Quadro 8.2 – Subconceitos de tipo relacional

Subconceitos de tipo relacional	
Interagir	Tratar com justiça
Reconhecer (o <i>outro</i>)	Tratar com equidade
Dignificar, respeitar (o <i>outro</i>)	Construir identidade(s)
Cooperar	Empoderar
Solidarizar	Participar, deliberar, decidir
Partilhar	Responsabilizar
Incluir	Libertar
Cuidar	Desalienar
Desvulnerabilizar	Emancipar
Coesionar	

8.2.3 Passar dos processos relacionais aos indivíduos. Atualizar a realidade do particular (necessidades, capabilities, direitos humanos)

É a partir da dimensão relacional, e não o seu contrário, que melhor se pode valorizar o indivíduo, evidenciar que quem protagoniza as relações são os indivíduos, as pessoas (e não entes descorporizados como as ‘populações’) e que é nos indivíduos que se expressa, a cada momento, a qualidade das estruturas relacionais em que se inserem e a qualidade das relações em que estão envolvidos e protagonizam.

Cada indivíduo, encontra-se, existencialmente, em determinado ponto/momento/estado (idade, género, etnia, país, localização geopolítica, etc.) que, no seu conjunto, é único e diferente de todos os outros. O mesmo com cada grupo, classe, sociedade. A humanidade é o todo desigual, e a sustentabilidade social é um processo de igualização de condições de existência, igualização essa que, paradoxalmente, não normaliza, mas potencia o desabrochamento e a diferenciação das qualidades e dos projetos individuais.

É na perspetiva do particular, como expressão do universal relacional, que é possível exprimir as necessidades *atuais* de pessoas, grupos, comunidades, sociedades.

As *necessidades básicas* (alimentação, abrigo, educação, saúde, segurança, água e saneamento, ambiente saudável), as *capabilities* (no sentido de Martha Nussbaum) e, de uma forma geral, o conjunto dos *direitos humanos*, exprimem-se ao nível das pessoas, dos indivíduos, dos seus interesses e motivações.

Mas considerar essas necessidades e o seu grau de satisfação, as capacidades e os direitos, não pode resumir-se ou focar-se apenas no indivíduo. Em cada momento e em cada circunstância, é necessário perguntar e verificar, não apenas se as estruturas relacionais permitem, favorecem ou impedem a satisfação de necessidades, o exercício dos direitos e das capacidades, o florescimento, mas também se as pessoas, em determinados contextos, em determinados lugares, em determinados momentos, em determinadas relações estão, ou não, num processo de florescimento, e em que medida. E, sobretudo, se não estão, identificar as razões e as causas.

Num mundo profundamente desigual, como é o nosso, estas preocupações devem ser dirigidas, com maior prioridade, para os mais vulneráveis.

8.2.4 Considerar as relações estruturais, para lá dos comportamentos e intenções

Os dois passos anteriores do algoritmo implicam, como se compreende, ir para além do pensamento dicotómico (indivíduo/sociedade, estrutura/agência, factos/valores).

Porém, identificar as razões que conduzem ou favorecem situações de insustentabilidade social, implica também uma ‘regressão’ às relações estruturantes, às estruturas sociais.

Assim, considerar (e valorizar) o indivíduo tem como contraponto a necessidade de ir para além dos comportamentos e intenções dos indivíduos, reverter para as estruturas e para o modo como determinam ou influenciam as ações, com o objetivo de entender melhor, por um lado, os comportamentos e intenções e, por outro, e concomitantemente, identificar e configurar as *ausências* e, conseqüentemente, o sentido da agência, e as medidas e ações necessárias para mitigar, colmatar, suprimir essas *ausências*.

É neste sentido que Sayer (2012) desenvolve a sua apreciação crítica do *capability approach*, observando que esta perspetiva, embora reconheça que a realização das capacidades depende de processos sociais complexos, não se preocupa com os fatores causais que conduzem a que as capacidades estejam presentes ou ausentes em cada situação determinada.

Sayer critica também a tendência, por parte de muita da filosofia política, de abstrair das estruturas sociais e das relações de dominação, e organizar o pensamento em torno da redução da realidade aos indivíduos, adultos, com determinadas responsabilidades, recursos, gostos, preferências e sorte, numa sociedade aparentemente não estruturada.

Sayer defende, assim, que, para entender se os indivíduos têm determinadas capacitações, não basta ter em conta as suas capacidades pessoais, e as suas competências, mas também verificar as “condições externas” nas quais os indivíduos se encontram, isto é, as normas, instituições e estruturas sociais que configuram o contexto e influenciam as suas ideias e ações. Seria, deste modo, possível complementar o *capability approach*, enquanto teoria normativa, com uma perspetiva que integre o entendimento dos “eixos de dominação”, como sejam o *poder* e a *classe social*, entre outros (como as *relações de género*, acrescentamos nós) e a compreensão do modo como as desigualdades, de facto, e de condições de acesso, são estruturalmente (re)produzidas.

Segundo o Banco Mundial (WB, 2021), em 2020, 9,1% da população mundial (mais de 700 milhões de pessoas) encontravam-se abaixo da linha de extrema pobreza (\$1,9/dia). Cerca de 25% (quase 1,95 mil milhões) encontravam-se abaixo da linha de pobreza dos \$3,20, e cerca de 40% (mais de 3,1 mil milhões) encontravam-se abaixo da linha de pobreza dos \$5,50. Apenas 15% destes pobres viviam nos países de rendimento elevado. Estes dados, como outros já tratados noutras secções, revelam uma situação de profundas desigualdades e profundas carências ao nível das necessidades básicas, muito longe do florescimento, portanto.

A compreensão desta situação e das vias para a sua superação não é equacionável apenas, nem principalmente, com base na geografia, nas características pessoais, na sorte, nas competências individuais, no espírito de iniciativa e no (tão em moda) empreendedorismo. É necessário perguntar pelas causas estruturais. E perguntar pelas causas estruturais, é investigar *as estruturas sociais, as instituições, as regras, as convenções, as normas, os valores, os costumes, os processos de habituação (estruturação do habitus), e as práticas sociais* (Fleetwood, 2008).

De que modo é que este complexo estrutural e processual condiciona, influencia, determina o bem-estar, o bem-viver, o florescimento?

A crítica de Marx (Marx, 1976, 1978, 1981; Ollman, 1976; Mandel, 1978; Bensaid, 2002; Harvey, 2011) ao modo de produção capitalista permanece, em muitas dimensões, incontornavelmente atual. A emergência do capital introduz uma mutação ontológica nas relações socioeconómicas ao estabelecer o primado da mercadoria. A lógica de produção

de valores de uso é subalternizada relativamente à lógica de produção de valores de troca. A finalidade principal das relações económicas passa a ser a reprodução do capital. No final do ciclo económico não encontramos o valor de uso, qualquer qualidade, encontramos apenas o valor abstrato, sob a forma 'anónima' e quantitativa de dinheiro e de capital. Para o capital, qualquer valor de uso passa a ser legítimo e legitimável, desde que possibilite a reprodução do capital. Quaisquer meios são bons desde que submissíveis e eficientes para assegurar o termo final, monetário e quantitativo, da equação.

Esta subalternização dos valores de uso e a submissão dos valores morais à reprodução do capital implicam necessariamente transformações não apenas nas relações económicas, mas nas relações sociais em geral, que tendem a ser reduzidas à unidimensionalidade instrumental, quantitativa e monetária.

Mas se o capital, sob a forma mercantil, existe desde a Antiguidade, a sua hegemonia social apenas se torna possível com a penetração na esfera da produção, realizada nos últimos 250 anos. É a partir daí e da enorme aceleração da sua capacidade de reprodução, possibilitada pela mercadorização da força de trabalho e o aumento da produtividade do trabalho em sucessivos saltos tecnológicos, que o capital (que não é uma coisa, mas um processo de relações sociais) domina e reconfigura as relações económicas, no modo de produção capitalista, e faz penetrar a sua lógica em todas as esferas das relações sociais onde estrutura a sua hegemonia e faz imperar a sua 'racionalidade'. As metáforas, tão populares, até em meios científicos, do 'capital natural', 'capital humano', 'capital social', 'capital político', 'capital cultural', e até do 'capital espiritual' são exemplificativas deste processo, em que tudo é valorizado, material e ideologicamente, em termos de capital.

O ciclo de reprodução do capital implica uma lógica expansiva que assenta num duplo movimento: a produção de mercadorias, como meio de materialização, incorporação e apropriação do valor criado pelo trabalho, e a concorrência pelos mercados, uma vez que sem consumo de mercadorias não é possível conservar o capital investido e transformar a mais-valia em capital. Por sua vez, a reprodução cíclica exige uma expansão permanente dos mercados e do consumo, seja pelo aumento do número de consumidores (através da expansão geográfica e o crescimento da população) ou da sua capacidade de consumo, seja pela indução e criação de novas necessidades. Por outro lado, a pressão da concorrência

implica o aumento constante da produtividade do trabalho e a necessidade de desenvolvimento de novos produtos, o que impulsiona o desenvolvimento tecnológico e a necessária 'integração' da ciência e a sua submissão à eficiência e 'performatividade' da tecnologização, como refere Lyotard (1984).

Finalmente, todo este processo só é concretizável por meio de um constante e crescente consumo de recursos materiais e de energia, por um lado, e uma crescente produção de emissões e resíduos, por outro.

Este processo poderoso que transformou a história humana e a face da terra num curtíssimo espaço de tempo, contém, porém, em si, contradições insanáveis que desencadeiam forças cada vez menos controláveis, ameaçando, qual *juggernaut*,¹¹, despedaçar tudo à sua passagem, como refere Giddens (1992).

É um processo que assenta, paradoxalmente, numa racionalidade, simultaneamente, estreita e ilimitada.

Racionalidade estreita, porque se baseia na mera agregação das opções e comportamentos individuais dos agentes económicos cuja regulação global é deixada à 'mão invisível' do mercado. As consequências estruturais desta agregação incontrolada são as crises cíclicas de sobreprodução, em que a destruição de valor, o desemprego, as privações e a fome são originados pela superabundância de mercadorias!... A racionalidade do mercado traduz-se afinal na maior das irracionalidades.

Racionalidade estreita, ainda, porque, como mostrou Max Weber (1990, 1997), inverte meios e fins. A produção e a acumulação deixam de ser meios para satisfazer as necessidades humanas, e são estas que passam a ser meios para a acumulação do capital. O mercado não satisfaz necessidades, mas sim a procura, diz Bensaid (2002). A racionalidade instrumental e formal subalterniza a racionalidade substantiva. A apropriação do valor prevalece sobre os valores. A racionalidade social é submetida e, mesmo, reduzida, à estreiteza da racionalidade do capital.

¹¹ Termo inglês com origem na mitologia hindu (*Jaggannath*, um dos nomes de Krishna, cuja imagem era levada pelas ruas num enorme carro, de difícil controlo, sob o qual crentes se atiravam, sendo esmagados pelas suas rodas, sem que os condutores o conseguissem evitar). Passou a integrar a língua inglesa com o significado de algo de grandes dimensões e poderoso que destrói tudo o que encontra.

Racionalidade ilimitada, por outro lado, porque, como dizia Marx, o capital apenas reconhece como limites o próprio capital. O fim último da reprodução do capital é um afã intrinsecamente ilimitado, é um ensejo perpétuo, cuja lógica assenta numa conceção de disponibilidade ilimitada de matéria e energia, de espaço e de tempo, para a sua reprodução infinita. A esta lógica tudo se submete.

Esta inversão de meios e fins e a assunção do primado da mercadoria e da reprodução do capital como fim último reconfiguram todas as relações sociais e reduzem o valor do ser humano à dimensão do *homo oeconomicus*, ao mesmo tempo que provocam uma transformação profunda e radical nas relações dos seres humanos com a natureza.

A alienação dos produtores em relação ao produto (e à finalidade) do seu trabalho constitui a dimensão simultaneamente ontológica e simbólica do processo de alienação, de perda e estranhamento, como refere Erich Fromm (1956, 2010), dos seres humanos em relação a si mesmos, em relação aos outros, à natureza e ao mundo. A vida humana enquanto totalidade social, económica, cultural, moral e afetiva é desintegrada na tendência para a redução do humano à unidimensionalidade económica do valor abstrato, materializado no dinheiro e afirmado nas manifestações materiais e simbólicas da sua posse, em função do qual tudo o mais tende a perder sentido e a ser desvalorizado.

Mas todo o ‘edifício’ da modernidade, todo este processo acelerado e desigual, como qualquer processo social, não pode manter-se sem se constituir em formas de poder e dominação, e de legitimação.

Por outro lado, como refere O’Connor (1998, p.124) “[Marx and Engels] underestimated the extent to which the historical development of capitalism as a mode of production has been based on the exhaustion of resources and degradation of nature.”. Martinez-Alier (2002, p.31) aponta no mesmo sentido: “Although Marx adopted the notion of ‘metabolism’ (*Stoffwechsel*) to describe human relations with Nature (...) Marxists did not take up the study of human ecology in terms of energy and material flows.”

É um facto que Marx se debruçou fundamentalmente sobre os limites sociais do modo de produção capitalista, os limites que resultam da contradição entre as relações de produção e forças produtivas, não tendo considerado os outros limites, ainda que, ao contrário dos que se limitam a sublinhar a sua faceta prometeica, se encontrem na sua obra diversos

desenvolvimentos nessa direção, nomeadamente no que respeita às trocas materiais entre sociedade e meio natural, ao “metabolismo social”, no âmbito da análise da penetração do capital na agricultura (Marx, 1981, p. 949), mas não no que respeita aos fluxos energéticos. Neste sentido a sua crítica é incompleta.

Como cobrir este *gap*, como articular ou complementar a crítica de Marx e a crítica ecológica?

O'Connor (1998), recorrendo tanto a Marx como a Karl Polany, propõe que a contradição entre forças produtivas e relações de produção seja complementada por uma segunda contradição, entre forças produtivas e “condições de produção”, incluindo assim tanto as relações sociais como as relações com a natureza.

Daniel Bensaid, convocando autores como René Passet, Georgescu-Roegen e Joan Martinez-Alier, recentra a discussão na questão da *incomensurabilidade* entre racionalidade económica e racionalidade ecológica: “(...) The sphere of the market economy is not equivalent to the biosphere: it is only a small bubble whose partial rationality operates to the detriment of the whole” (Bensaid, 2002, p.345).

Recorrendo a René Passet (1979), Bensaid refere que o problema não pode ser resolvido pelo reducionismo de mercado, considerando a realidade concreta e os fluxos monetários como obedecendo à mesma lógica e sendo permutáveis, bastando, portanto, internalizar os custos sociais da degradação ecológica para restaurar a harmonia da regulação do mercado. Tal como a compatibilização entre a otimização do mercado e a reprodução do ambiente natural não pode ser feita na base de uma medida monetária comum, também não pode ser feita considerando a energia como o denominador comum de todas as mercadorias, exprimindo qualquer valor material pela quantidade de energia que contém. Trata-se, portanto, de uma incomensurabilidade monetária, mas também física, como refere Martinez-Alier: “The essential point (...) is that incommensurability applies not only to money value but also to physical reductionism. Can ‘biopiracy’ be reduced to energy calculations?” (2002, p. 217).

Como diz Passet:

The economic sphere and the biosphere have never operated according to the same logic and, while this fact could be ignored as long as the first did not threaten the existence of the second, this is no longer the case today. Into

natural rhythms occurring and harmonizing over millennia (and sometimes millions of years), economic management introduces the rupture of brief maximizations, a rupture whose effects will only be felt in generations to come. (Passet, 1979 *opud* Bensaïd, 2002).

“Capital lives from day to day, on instant gratification, and is reckless of tomorrow” (Bensaïd, 2002, p.344). “Long-range forecasting, an economy of non-renewable resources, the definition of a new mode of consumption – these involve an upheaval in the mode of production itself, and are incompatible with the dictatorship of short-term market criteria.” (idem, p. 346).

A economia é uma parte da totalidade das relações sociais e das relações socio-ecológicas. Portanto a totalidade não pode ser reduzida à lógica de uma parte, tanto mais quanto essa lógica é unidimensional e de curto prazo. É a economia que tem que ser integrada e relativizada nas lógicas da totalidade em que se insere.

A comensurabilidade entre mercadorias é baseada no tempo de trabalho e nos ciclos curtos de reprodução do capital. Esta bitola estreita não serve para medir nem avaliar a multidimensionalidade da vida humana e, menos ainda, a multidimensionalidade da totalidade socio-ecológica e biofísica.

O curto prazo, a navegação à vista do capital, mesmo quando ‘dotada’ de ‘pensamento estratégico’, é incompatível com a integração da temporalidade histórica das culturas humanas e com os ritmos e ciclos longos da natureza.

A crítica ecológica complementa a crítica marxista do capital, na medida em que evidencia que os limites das forças produtivas não se colocam apenas nas relações de produção, mas nos limites impostos pela própria natureza. Como tal, se o primado do capital constitui tanto um acelerador cego e potencialmente apocalíptico da crise ecológica quanto um gigantesco obstáculo à resolução dessa mesma crise, a superação do modo de produção capitalista não resolve, por si só, todos os problemas.

É necessário entender, como refere Bensaïd, que as forças potencialmente produtivas podem transformar-se, quando consideradas noutra registo temporal, em forças destrutivas. A contradição entre forças produtivas e relações de produção é deslocada para o âmago das forças produtivas e vem interpelar as noções de crescimento, desenvolvimento e progresso.

É necessário encontrar uma comensurabilidade, um modo de “tradução” como diria Kuhn (1962), entre economia e ecologia, entre sociedade e natureza.

Deixar cavar o fosso da incomensurabilidade apenas favorece a dilaceração entre antropocentrismo e biocentrismo, e o risco de queda num radicalismo naturalista e anti-humanista ou até mesmo ecofascista.

Para Bensaid, a “crítica da economia política” e a “crítica da ecologia política” podem constituir uma relação fecunda partindo de diferentes temporalidades, relação essa que, na ausência de comensurabilidade monetária, terá que ser conceptualizada e estabelecida em bases éticas, estéticas ou simplesmente políticas. É necessária uma nova forma de economia moral ou social. “Social or moral, this economy cannot be measured in exclusively monetary or energy terms. It endeavours to hold the two ends of the chain through democratic choice” (Bensaid, 2002, p. 354).

A procura de caminhos alternativos para o bem-estar, o bem-viver e o florescimento não pode, porém, limitar-se a uma crítica abstrata do capitalismo. Tem que evitar a sua reificação, os determinismos unilaterais e abordar a realidade concreta, nas suas diferenciações, e na sua processualidade desigual e combinada.

Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2018, p 187 e seguintes) identifica três eixos estruturais de dominação na modernidade: o capitalismo, o colonialismo, e o patriarcado. O colonialismo e o patriarcado são pré-existentes ao capitalismo, mas este último reconfigura-os profundamente ao integrá-los no seu processo de dominação. O colonialismo, no seu sentido amplo, é definido por Santos como um modo eurocêntrico moderno de dominação, baseado na “privação ontológica”, ou seja, “na recusa em reconhecer a humanidade integral do outro”. O colonialismo não terminou com o fim do colonialismo histórico, apenas “mudou de forma”, na medida em que “o capitalismo não consegue exercer o seu domínio senão em articulação com o colonialismo”. Um outro modo eurocêntrico de dominação é o patriarcado que promove a “desvalorização dos corpos, das vidas e do trabalho social das mulheres com base na desvalorização do seu ser social”. Capitalismo, colonialismo e patriarcado assumem diversas formas, no espaço e ao longo do tempo, num processo pleno de tensões, entre modos de dominação e dentro de cada um deles.

David Harvey (2011, p. 139 e seguintes) concebe a “trajetória evolucionária do capitalismo” como desenvolvendo-se em sete “esferas de atividade” distintas, mas em interação dinâmica:

- i) “Tecnologias e formas organizacionais”;
- ii) “Relações sociais”;
- iii) “Disposições institucionais e administrativas”;
- iv) “Processos de produção e de trabalho”;
- v) “Relações com a natureza”;
- vi) “Reprodução da vida quotidiana e das espécies”;
- vii) “Conceções mentais do mundo”.

Segundo Harvey, estas esferas são interdependentes. “Nenhuma domina”, mas também “nenhuma é determinada por todas as outras”, “cada esfera evolui por si, mas sempre em interação dinâmica com as outras”. “Os complexos fluxos de influência que se movem entre as esferas estão sempre a remodelá-las a todas”. Estas dinâmicas podem ser relativamente harmoniosas ou profundamente tensionais, e é possível compreender as crises, “em termos de tensões e antagonismos que surgem entre as diversas esferas de atividade”. A circulação e acumulação do capital não é possível, segundo Harvey, sem “tocar de uma forma ou de outra em todas e cada uma destas esferas” e, “quando se depara com barreiras ou limites no interior de uma esfera ou entre esferas, é necessário descobrir maneiras de contornar ou superar essas dificuldades”. “Cada uma das esferas está sujeita a uma renovação e transformação perpétua, tanto em interação com as outras como por intermédio de uma dinâmica interna que está sempre a criar novidade nos assuntos humanos. As relações entre as esferas não são causais, mas entretecem-se dialeticamente por intermédio da circulação e acumulação do capital”. (idem, *ibidem*).

Os processos sociais não são, portanto, nem lineares, nem unidimensionais, nem determinísticos, nem totalmente intencionais, mas também não são caóticos, nem desestruturados, nem destituídos de intencionalidade e racionalidade.

Tudo o que foi dito anteriormente é suficiente para ilustrar o complexo estrutural em que se movem, comportam, relacionam, atuam e desenvolvem os indivíduos e os grupos sociais.

Uma vez feita essa ‘reversão’ é possível, e necessário, voltar aos indivíduos e aos grupos, na medida que são eles que, enquanto agentes, reproduzem e transformam as estruturas. Importa, portanto, abordar a relação entre *estruturas sociais, cultura e agência*.

8.2.5 Estrutura, cultura e agência

Os conceitos de estrutura e agência, e a relação entre ambas, constituem um dos problemas clássicos das ciências sociais e da sociologia, em particular, e fonte de concepções diversificadas e divergentes.

Porpora (1989, p. 195) identifica as seguintes concepções de *estrutura social*, defendendo a concepção 3 e criticando as restantes:

1. *Padrões de comportamentos agregados que são estáveis no tempo*
2. *Regularidades, de tipo lei, que governam o comportamento dos factos sociais*
3. *Sistemas de relações humanas entre posições sociais*
4. *Regras e recursos coletivos que estruturam o comportamento*

Segundo Porpora, a primeira concepção, que identifica em autores como George Homans e Randall Collins, “reduz a estrutura a um epifenómeno do comportamento humano e conseqüentemente ignora as forças causais independentes inerentes nos sistemas estruturais” (idem, p.209).

Para Porpora, a segunda concepção, tradicionalmente associada a Émile Durkheim e, mais recentemente, à Sociologia Estrutural, “é insustentável porque não existe perspectiva de encontrar regularidades suficientemente fortes para protagonizarem o modelo nomotético de explicação com o qual esta concepção está estreitamente relacionada” (idem, ibidem). Para além disso, este modelo trata os factos sociais como um domínio completamente autónomo relativamente ao nível psicológico e “sem que nada se saiba sobre o que se passa ao nível do ator individual” (idem, p. 198).

A concepção de estrutura enquanto *regras e recursos* é associada a Anthony Giddens. Porpora considera que Giddens confunde “*estruturação cultural*” com “*estruturação social*”, na medida em que *regras e recursos* pertencem à esfera da cultura, integram a subjetividade do ator, e não à esfera da estrutura, ontologicamente independente do ator, “negando que as relações sociais tenham quaisquer propriedades causais independentes” (idem, p. 201). Ora, sendo aceitável que a cultura também estruture e molde o comportamento, tal não deve ser confundido com a estruturação mais fundamental do

comportamento, pelas estruturas sociais, porque as relações sociais têm poderes causais objetivos que lhes conferem “precedência analítica, relativamente às ideologias, normas e regras intersubjetivas, e às ordens simbólicas” (idem, pp. 201-202).

Entender as estruturas sociais como *sistemas de relações humanas entre posições sociais* é, então, a alternativa proposta. Segundo Porpora, esta concepção enquadra-se na tradição marxista e nas concepções da corrente antipositivista da filosofia da ciência, designada de realista ou do realismo crítico, protagonizada Roy Bhaskar, entre outros.

Nesta perspetiva, a estrutura social não é concebida como algo que opera acima dos atores humanos, mas sim como

[...] um nexo de conexões entre eles, afetando causalmente as suas ações e sendo, por seu turno, afetado por estas. Os efeitos causais das estruturas nos indivíduos manifestam-se em certos interesses, recursos, poderes, constrangimentos e predicados, estruturados, que são construídos em cada posição social pela rede de relacionamentos. Estes [*interesses, recursos, poderes, constrangimentos e predicados*] constituem as circunstâncias materiais nas quais as pessoas têm de agir e que as motivam a agir de determinados modos. Ao fazê-lo [*agindo*], alteram os relacionamentos que os interligam, tanto de forma intencional quanto de forma não pretendida. (Idem, p. 200).

A motivação estrutural da ação não implica, porém, determinismo, na medida em que, embora os interesses representem sempre presumíveis motivações para a ação, os atores podem não reconhecer os seus interesses ou até agir contrariamente aos seus interesses, mesmo que os reconheçam. Para além disso, mesmo agindo de acordo com os seus interesses, os atores fazem-no sempre de “modo criativo”.

Em suma, para esta concepção,

[...] Há um caminho causal dialético que conduz da estrutura aos interesses, às motivações, à ação e, finalmente, de novo à estrutura. As relações estruturais e os vários interesses, frequentemente conflitantes, que geram são, ao mesmo tempo, condições materiais motivadoras da ação e consequências intencionais e não intencionais dessa mesma ação. (Idem, ibidem).

Fleetwood (2007), numa linha próxima de Porpora, introduz neste esquema uma mediação, recuperando algo das posições de Giddens (*regras e recursos*), embora, ao contrário de Giddens, mantendo a concepção objetivista das estruturas sociais. Nesta perspetiva, as estruturas, definidas como um “entrelaçado de relações internas entre entidades”(idem, p. 259) têm poderes causais sobre os agentes e as suas práticas, não diretamente, mas sim de forma mediada, influenciando e modelando as “instituições” que Fleetwood define como o conjunto das “regras, convenções, normas, valores e costumes”,

instituições essas que, por sua vez, causam a “emergência de um *habitus*”, ou seja, no sentido de Bourdieu, um sistema de disposições adquiridas, duradouras, produto de toda a experiência biográfica (aprendizagem explícita ou implícita), que funciona como um sistema de esquemas geradores de estratégias e modos de ser e agir (Bourdieu, 1984).

A agência é, assim, definida, indiretamente, em função das estruturas sociais e, diretamente, em função da relação dos atores com as instituições, por meio de três “processos de habituação principais: (i) repetição, regularidade, rotinização e continuidade; (ii) reforço ou incentivo e desincentivo e (iii) intimidade, familiaridade e proximidade”. “A habituação é o processo que liga instituições e agência” e “o processo de habituação é em larga medida inconsciente”. (Idem, pp 259-260).

Neste contexto, como, entender, então, a relação entre agência e estrutura, a ação dos agentes sobre as estruturas? Nesta relação não há nada de semelhante com os processos de habituação acima explicitados. “Os agentes envolvem-se com as estruturas ao entrarem em determinadas relações particulares – relações de classe, relações de gênero, por exemplo”. A relação dos agentes com as estruturas é consciente: “os agentes levam em consideração as estruturas de forma consciente quando deliberam reflexivamente sobre determinado curso da ação”. Esta deliberação reflexiva é feita por meio da “conversação interna” (*internal conversation*), conceito que Fleetwood toma de Margaret Archer. Através da *conversação interna*,

[...] Os agentes conversam, literalmente, com eles mesmos (e por vezes com outros) acerca das suas necessidades, preocupações e das estruturas sociais que podem constrangê-las ou promovê-las. Formulam, então, cursos de ação (falíveis), ou projetos de agência, que pensam poder resultar na satisfação das suas necessidades ou na resolução das suas preocupações. Este processo pode ser resumido dizendo que *a deliberação reflexiva, por meio da conversação interna é o processo que liga estrutura social e agência*. (idem, p. 260).

Há, portanto, uma relação que vai da estrutura, às instituições, ao *habitus*, e às práticas, e uma retroação das práticas sobre o *habitus*, as instituições e a estrutura. Fleetwood não explicita, porém, como tudo isto se processa.

Numa perspectiva de análise da mudança social, na linha do *morphogenetic approach* de Margaret Archer, Porpora (2013) retoma e desenvolve a questão da relação entre estrutura e agência e da mediação cultural entre ambas.

A definição de estrutura é precisada, correspondendo “às relações humanas entre atores – relações como poder, competição, exploração e dependência” (idem, p. 27). Esta

estrutura de relações que, de forma mais precisa, são relações entre posições sociais que os atores ocupam, é “objetiva”, “material”, “extra-discursiva”. A estrutura não deve ser “fundida” com a dimensão cultural que é subjetiva (e intersubjetiva), ideal e discursiva (embora possa traduzir-se em coisas materiais). Porém, embora estrutura e cultura sejam distintas, as relações que constituem as estruturas sociais podem ser, ontologicamente, objetivas, quando os atores não têm consciência da natureza dessas relações (o que pode acontecer no caso das relações de exploração e dependência, por exemplo), ou subjetivas (e intersubjetivas) quando os atores compreendem a natureza e as implicações dessas relações.

Mas não basta distinguir entre estrutura e cultura, é necessário também distinguir entre cultura e agência. Em certa medida “cultura é aquilo que produzimos coletivamente e agência é aquilo que individualmente fazemos com ela” (idem, *ibidem*). A linguagem é um fenômeno cultural emergente (com características específicas próprias), mas é cada indivíduo que fala por meio de determinada língua, como sujeito coerente e escolhendo o que pretende dizer. A importância da distinção é evitar que o sujeito se “dissolva” na cultura, seja reduzido a “subjetividade efêmera”, e evidenciar que “as pessoas são mais do que meros ocupantes inertes de posições subjetivas, que possuem tanto interesses materiais, como convicções idealistas, e que agem de forma mais ou menos coerente com base em ambos” (idem, p. 28).

Quais são, então, o lugar e as possibilidades da agência? Porpora convoca a conhecida frase de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, segundo a qual “os homens [e as mulheres] fazem a sua própria história, mas não em circunstâncias por eles produzidas”. Embora sejam distintas, há, porém, uma relação dialética entre a agência e as circunstâncias estruturais e culturais. “A perspectiva morfogenética traduz o entendimento de que as pessoas agem sempre a partir das circunstâncias estruturais e culturais, que as suas próprias ações contribuem para modificar ou manter”. Há, portanto, “uma dualidade de fontes de motivação [da ação], estruturais e culturais. As motivações estruturais derivam dos interesses construídos nas posições sociais, e as motivações culturais derivam do compromisso das pessoas com valores e das preocupações mais profundas”. (idem, *ibidem*).

Conquanto as pessoas possam agir com base nos seus interesses, fazem-no sempre “de forma culturalmente informada”. Partem das circunstâncias estruturais e culturais e, no decurso da ação, alteram ou mantêm essas circunstâncias. Não o fazem, porém, de forma determinística, mas de forma “criativa”, pelo que a agência não pode ser compreendida com base em leis nomotéticas, como já referido anteriormente. A perspectiva morfogenética articula, assim, dialeticamente, estrutura, cultura e agência. A esta tríade, Porpora sugere que se acrescentem as ‘coisas’, quer as naturais quer as humanamente produzidas, porque essas coisas também desempenham um papel na mudança social.

Esta longa incursão nos domínios da estrutura e da agência é relevante para o contexto do presente trabalho, o qual versa, recorde-se, sobre a avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas (políticas, programas, planos, projetos). Nos processos de avaliação estamos, portanto, em pleno campo da agência, no qual a mediação cultural tem papel central, quer ao nível dos valores convocados e mobilizados como referenciais da avaliação, quer pela importância da mediação discursiva (oral e escrita). Agência essa que, ademais, implica e integra processos participativos, deliberativos, implementação de ações e verificação/correção dos resultados dessas mesmas ações.

A incursão feita anteriormente é também importante para compreender que as ações humanas, embora estruturadas não são determinísticas, unidimensionais e unidirecionais, e que, mesmo no âmbito de um sistema social, como aquele em vivemos, que tende a reduzir as relações humanas a determinada unidimensionalidade, unidirecionalidade, e ao conformismo, existem sempre um horizonte e campos de possibilidades, dentro das circunstâncias estruturais e culturais, para futuros alternativos, porque os processos sociais são contraditórios e dinâmicos, e os projetos utópicos são intrinsecamente constitutivos dos processos sociais.

O capitalismo não deve, portanto, ser reificado ou personificado como um ‘ator perverso’, apesar de todas as perversões que origina, mas entendido com uma estrutura relacional em que todos participamos, embora em posições sociais muito distintas, contribuindo de algum modo para a sua reprodução, mas em que temos também algum poder para o alterar, e que é efetivamente alterado todos os dias, como resultado das ações humanas, intencionais ou não pretendidas, num processo em que conservação e mudança se

articulam dialeticamente, e em que o potencial e os fatores de mudança (que existem nos próprios processos de dominação) devem ser adequadamente valorizados e promovidos, porque “são os humanos que fazem a sua própria história”, mas a utopia só é realizável partindo daquilo que existe.

No dizer de Bhaskar (2010, p. 15), a utopia, a mudança, a agência, é a “ausenciação da ausência” (*absenting of absence*), isto é, a “retificação da ausência (omissões, incompletude)”, dando origem ao “surgimento de novas propriedades ou entidades e o desaparecimento das anteriormente existentes”. A *absenting of absence* “gera uma axiologia de liberdade entendida como dependente da ausenciação de constrangimentos e fontes de determinação não necessárias”. Para Bhaskar, o conceito de *ausência* é central na ideia da contradição, enquanto ontológica e não apenas epistemológica.

Relativamente ao contributo do pensamento crítico para “mudar o mundo”, Bhaskar refere que:

O desenvolvimento integral da teoria da crítica explicativa entende-a como envolvendo um complexo de crítica explicativa, aquilo que tenho designado por utopianismo concreto e uma teoria da transição, em unidade dialética com uma axiologia emancipatória da prática transformativa. Neste conjunto, o utopianismo concreto desempenha um papel crucial. Implica pensar como uma situação ou o mundo poderiam ser de outra maneira, por meio da mudança no uso de determinados recursos ou por meio de uma forma diferente de atuar sob determinados constrangimentos. Este modo de pensar forma a base de uma ética orientada para a mudança, na qual pensamos alternativas ao que existe atualizadas com base em dadas possibilidades, possibilidades que foram atualizadas de um determinado modo, mas poderiam ser (ou deveriam ter sido) desenvolvidas ou atualizadas de outro modo. [...]

Os intelectuais radicais necessitam de mostrar, em detalhe, como os futuros alternativos podem ser coerentemente alicerçados nas estruturas profundas daquilo que existe, naquilo que as pessoas já conhecem e possuem. Sem este exercício, não conseguirão apresentar a mudança como um caso convincente. Com ele, poderá ainda haver um caminho, através do qual, combinando o realismo do intelecto (e não, ao contrário de Gramsci, o pessimismo) com o otimismo da vontade, a humanidade possa alcançar esse futuro em relação ao qual o jovem Marx disse, ‘O mundo há muito sonha com algo de que apenas necessita tomar consciência para o possuir na realidade’. Bhaskar (idem, pp 22-23).

8.2.6 Definir o normativo orientador da agência: *princípios* e *objetivos* para a ação socialmente sustentável

É tempo, então, de dar o último passo do algoritmo, voltando à temática da sustentabilidade social entendida como processo de cuidar e de florescimento humano, partindo daquilo que existe, como refere Bhaskar, e tendo em conta tudo o que foi dito e escrito nas secções anteriores deste trabalho.

Nos processos de avaliação estamos em pleno campo da agência. O caminho percorrido até aqui constituiu um exercício de reflexividade no qual se procurou identificar e racionalizar, ainda que de forma limitada, aquilo que Porpora designa por “circunstâncias estruturais e culturais” nas quais o desiderato utópico da sustentabilidade social enquanto florescimento, tem que saber situar-se e nas quais tem o seu ponto de partida.

Se entendermos os processos de avaliação, neste caso de avaliação da sustentabilidade social, como uma forma crítica de agência, então, há que dar um último passo, que consiste na configuração dos valores orientadores da ação, ação que se pretende tenha um efeito transformador sobre as circunstâncias estruturais e culturais e de progresso no sentido da sustentabilidade social enquanto *florescimento e processo de cuidar*.

Este último passo centra-se, então, nos *princípios e objetivos* que definem *compromissos com valores*, princípios e objetivos *orientadores da ação*, e que devem estar subjacentes a qualquer processo de *desenvolvimento* e, concomitantemente, de avaliação da sustentabilidade social desse desenvolvimento e das ações que o configuram e materializam.

No quadro seguinte é proposto um conjunto de princípios de sustentabilidade social e correlatos objetivos que constituem a matriz orientadora dos processos de avaliação de sustentabilidade social que serão abordados na Parte III deste trabalho.

A partir desta matriz de princípios e objetivos de sustentabilidade, serão, então, definidos e operacionalizados os critérios de avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas.

Como não poderia deixar de ser, a matriz de princípios e objetivos apresentada seguidamente, configura uma proposta permanentemente aberta a evolução e transformação.

Quadro 8.3 – Princípios e objetivos de sustentabilidade social

Princípios de sustentabilidade social	Objetivos de sustentabilidade social
O florescimento humano é o princípio estruturante das sociedades humanas	Promover o florescimento humano
O florescimento humano constrói-se como um processo social, numa relação dialética entre as dimensões individual e relacional	Promover o florescimento humano, a nível individual e relacional, coletivo.

Princípios de sustentabilidade social	Objetivos de sustentabilidade social
O florescimento é um processo de reconhecimento e dignificação do <i>Outro</i>	<p>Promover o reconhecimento do outro enquanto <i>Outro</i>, dotado de personalidade, dignidade, identidade e direitos.</p> <p>Promover a compreensão e o respeito pela(s) identidade(s).</p> <p>Promover o diálogo intercultural.</p> <p>Promover inter-relações socioculturalmente inclusivas e responsáveis.</p>
O florescimento é um processo, relacional, de <i>cuidar</i> .	<p>Identificar vulnerabilidades.</p> <p>Promover inclusões (afetivas, cognitivas, físicas, económicas, sociais, culturais).</p>
<p>O florescimento implica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O reconhecimento, respeito e exercício dos <i>direitos humanos</i>; - A satisfação de necessidades básicas - Desenvolvimento de <i>capacidades</i> fundamentais. 	<p>Promover o diálogo intercultural sobre as concepções de dignidade humana e os direitos humanos.</p> <p>Promover e assegurar o respeito e o exercício dos direitos humanos.</p> <p>Promover a satisfação das necessidades básicas</p> <p>Promover o desenvolvimento de <i>capacidades</i> fundamentais (<i>capabillities</i> de Martha Nussbaum).</p>
O florescimento humano implica o reconhecimento de que a produção (relações) da vida material (economia e tecnologia) é um meio para satisfazer as necessidades humanas, respeitando os limites impostos pela natureza.	<p>Colocar as pessoas no centro e como fim último dos processos de desenvolvimento.</p> <p>Promover a orientação da economia para a resolução dos problemas e necessidades das pessoas e comunidades e não para a obtenção do lucro (desmercantilizar as relações sociais).</p> <p>Respeitar os limites impostos pela natureza.</p>
<p>As comunidades, as sociedades e o mundo globalizado constituem configurações intrinsecamente estruturadas por relações de interdependência e de poder.</p> <p>O mundo da modernidade é estruturado por relações de poder fortemente assimétricas, relações de dominação e exploração (de classe, género, etárias, étnico-culturais, (neo)coloniais).</p> <p>O processo de florescimento exige o reconhecimento/desocultação, identificação e superação das relações de dominação e exploração.</p>	<p>Promover a valorização do trabalho.</p> <p>Promover e assegurar o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o fortalecimento das suas organizações representativas.</p> <p>Promover e assegurar o respeito pelos direitos das mulheres e promover o seu empoderamento.</p> <p>Promover e assegurar o respeito pelos direitos das crianças e dos idosos.</p> <p>Promover e assegurar o respeito pelos direitos das minorias étnicas e dos povos indígenas.</p> <p>Promover e assegurar o respeito pelos direitos dos povos à autodeterminação.</p> <p>Promover processos de participação, de expressão inclusiva e efetiva, discussão e deliberação democrática em todas as esferas da vida social.</p>
Num mundo em que as desigualdades (de poder, de capacitação, de recursos e acesso aos recursos) são profundas, e a diversidade (de género, etária, étnica, cultural, geográfica) deve ser valorizada, o processo de florescimento entende o desenvolvimento humano como desigual e combinado. Cada pessoa, comunidade,	<p>Assegurar a equidade, não apenas como igualdade de oportunidades, mas tendo em conta as desigualdades e assimetrias reais, entre posições sociais e entre indivíduos.</p> <p>Promover a superação de desigualdades e assimetrias.</p> <p>Promover a capacitação dos indivíduos.</p> <p>Promover a inclusão individual e social, com base no respeito e valorização da(s) diversidade(s) e diferença(s)</p>

Princípios de sustentabilidade social	Objetivos de sustentabilidade social
<p>povo, parte de uma posição que é desigual e diferente.</p> <p>A desigualdade deve ser superada, a diferença deve ser valorizada.</p> <p>Equidade não é mera igualdade de oportunidades; implica considerar as diferenças, as desigualdades e, particularmente, as vulnerabilidades.</p>	<p>Compensar as vulnerabilidades.</p>
<p>Num mundo profundamente desigual, o florescimento humano implica a transformação e graduação das redes de interdependência para um nível, <i>emergente</i>, de redes comunitárias, organizadas, com base em relações de solidariedade, interajuda, de cuidado, de expressão de valores culturais e sociais, de criatividade, de participação, deliberação democrática, de empoderamento.</p>	<p>Promover a estruturação de redes comunitárias, organizadas, de relações de solidariedade, interajuda, de cuidado.</p> <p>Promover a dignificação do Outro.</p> <p>Promover o empoderamento das pessoas e comunidades para a participação, discussão e deliberação democrática, sobre a vida comunitária e a intervenção na vida pública.</p> <p>Promover a expressão de valores sociais e culturais, a expressão de identidades.</p> <p>Promover a expressão de minorias, dar voz às vulnerabilidades.</p> <p>Promover a criatividade.</p> <p>Promover a vitalidade comunitária.</p> <p>Promover a responsabilização partilhada.</p>
<p>O processo de florescimento humano é construído pela agência humana sustentada na reflexividade crítica, na razão prática e na deliberação democrática.</p>	<p>Promover a reflexividade crítica, a consciencialização, a autonomia.</p> <p>Promover a construção dos valores éticos da sustentabilidade, e promover a agência em conformidade com esses valores.</p> <p>Promover a avaliação crítica (<i>preventiva, ongoing e consecutiva</i>) dos impactes das ações humanas sobre as pessoas, as comunidades e o ambiente biofísico.</p> <p>Promover a participação e a deliberação democrática em todas as esferas da sociedade.</p>
<p>As relações sociais materializam-se no território. O florescimento humano implica o reconhecimento e respeito pelas identidades territoriais, os sentimentos de pertença, e a valorização simbólica do território.</p>	<p>Promover o respeito pelas identidades territoriais, os sentimentos de pertença e a valorização simbólica e afetiva do território.</p> <p>Assegurar a proteção dos direitos costumeiros sobre a terra.</p> <p>Assegurar a proteção dos territórios com valor cultural e espiritual para as comunidades.</p> <p>Valorizar os conhecimentos tradicionais sobre os territórios de pertença.</p> <p>Promover a coesão territorial, por meio de processos participados.</p>
<p>As relações sociais são mediadas pelas relações com a natureza e as relações com a natureza são mediadas pelas relações sociais.</p> <p>As relações sociais materializam-se nos usos e transformação do território.</p>	<p>Promover a avaliação crítica (<i>preventiva, ongoing e consecutiva</i>) dos impactes das ações humanas sobre o ambiente biofísico.</p> <p>Preservar a integridade dos sistemas ecológicos e respetivas funções de suporte de vida e a sua capacidade de resiliência.</p>

Princípios de sustentabilidade social	Objetivos de sustentabilidade social
<p>O florescimento humano implica o entendimento de que a construção de relações socialmente sustentáveis implica relações sustentáveis com a natureza e uma utilização sustentável do território.</p>	<p>Reduzir o uso de recursos naturais e energia, evitar ou minimizar a emissão de poluentes e a produção de resíduos.</p> <p>Promover e assegurar um uso planeado e sustentável do território.</p> <p>Promover a proteção das comunidades contra riscos naturais.</p> <p>Promover o desenvolvimento da capacidade de adaptação e a resiliência, com base nos princípios de sustentabilidade social.</p>
<p>O florescimento humano implica Relações Internacionais descolonizadas, baseadas na solidariedade, respeito pelos direitos humanos, respeito mútuo, reciprocidade, justiça, sustentabilidade socioambiental.</p>	<p>Promover relações internacionais pacíficas.</p> <p>Promover relações internacionais baseadas na solidariedade, respeito pelos direitos humanos, respeito mútuo, reciprocidade, justiça.</p> <p>Promover políticas, objetivos e ações no sentido da sustentabilidade socioambiental.</p>
<p>O florescimento humano é um movimento permanente de atualização da utopia</p>	<p>Partir da realidade (atual e potencial) e, em cada contexto concreto, estabelecer um programa de transição entre o atual e a utopia.</p>

PARTE III – AVALIAR A SUSTENTABILIDADE SOCIAL

9. Avaliar a sustentabilidade social das ações planejadas

Na Parte I deste trabalho analisámos, numa perspetiva crítica, as noções de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, em geral, tanto nas suas conceções dominantes como em algumas conceções alternativas.

Na Parte II, sem perder a perspetiva geral da sustentabilidade socioambiental, centrámos a análise na noção de sustentabilidade social, objeto específico do presente trabalho, procurando, por um lado, compreender como emergiu no âmbito da problemática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável e, por outro, como os temas que mobiliza emergiram também no âmbito de outros campos, mais ou menos próximos ou confluentes. Seguidamente, encetámos uma demanda em busca de um entendimento do significado da noção de *sustentabilidade social*. Foram analisadas várias propostas de definição e de operacionalização da noção, bem como outras propostas que, não estando diretamente referidas à sustentabilidade social, abordam, de facto, a sua problemática. Das análises e discussões desenvolvidas, numa perspetiva crítica, resultou uma proposta de conceção de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano* e como *processo de cuidar*, compreendendo, necessariamente, uma dimensão atual e uma dimensão utópica. Esta proposta foi configurada num conjunto de *princípios de sustentabilidade social* e num conjunto de *objetivos de sustentabilidade social*, resultantes daqueles princípios. Esse conjunto de princípios e objetivos, apresentados como uma proposta aberta, procuram integrar e expressar a articulação das dimensões *individual* e *relacional*, de *estrutura* e *agência*, *objetiva* e *subjéctiva*. Esse conjunto de princípios e objetivos, de natureza ética, constitui, conseqüentemente, uma base matricial para a orientação normativa da ação prática e, concomitantemente, de *referencial de valores* para a *avaliação da sustentabilidade social das ações planejadas*, objeto específico do presente trabalho.

Esta avaliação e a respetiva processualidade são o tema da presente Parte III. Partindo daquele referencial de valores, e como já referido em secções anteriores, importa que cada ação planeada, cada política, cada plano, cada programa, cada projeto, sejam interpelados de forma a obter resposta às seguintes questões:

- Contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social? De que modo? Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?
- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado? O que necessita de ser feito?

Isto implica, naturalmente operacionalizar os princípios e os objetivos de sustentabilidade social em *critérios de avaliação*, e na medida do possível, em *indicadores*. Importa, por outro lado, discutir e definir a *configuração dos processos de avaliação, enquanto processos sociais*.

Esta perspetiva geral de avaliação ambiental e social com base em princípios e objetivos de sustentabilidade nada tem de novo e é uma prática corrente em processos de avaliação institucionalizados, como a avaliação ambiental estratégica, e está no centro das perspetivas que emergiram neste primeiro quartel do século XXI e que preconizam a *avaliação da sustentabilidade* enquanto terceira geração dos processos de avaliação, sucedendo-se à mais antiga e consolidada *avaliação de impacte ambiental e social*, e à já institucionalizada *avaliação ambiental estratégica*.

Este trabalho insere-se neste contexto geral das avaliações ambientais e sociais e, particularmente, no âmbito da emergência da *avaliação da sustentabilidade*. O contributo que pretende dar é, principalmente, ao nível do conteúdo e objetivos da avaliação da dimensão social da sustentabilidade, integrando os princípios e objetivos de sustentabilidade indicados no final da Parte II.

Para concretizar esse contributo são tratados nos capítulos e secções seguintes vários aspetos e temas. O capítulo 10 é dedicado à identificação do contexto em que se insere o presente trabalho (no âmbito da avaliação), começando por uma perspetiva geral da emergência de várias gerações de avaliação ambiental e social, seguindo-se uma análise mais detida sobre a perspetiva da *avaliação da sustentabilidade*, na qual são abordados alguns dos principais aspetos, propostas, dificuldades e problemas com que se debate esta mais recente geração de processos de avaliação ambiental e social.

No final do capítulo 10 e ainda numa perspetiva contextual, são desenvolvidas considerações suplementares sobre os processos de avaliação, nomeadamente sobre

avaliação e valores, avaliação como processo social e avaliação como metodologia, aspectos que são tratados de forma mais operativa no capítulo 11.

No capítulo 11 é proposto um contributo para os modelos de avaliação da sustentabilidade social e respetiva operacionalização. Enquanto proposta, assume-se como uma de muitas outras possíveis e, enquanto contributo, construiu-se, em larga medida, integrando elementos de outras propostas existentes, procurando acrescentar algo mais, numa perspetiva, crítica, de florescimento humano.

Após recolocar as questões de partida que motivam a avaliação da sustentabilidade social e discutir a legitimidade da sua aplicação, reflete-se sobre a configuração mais geral dos processos de avaliação, estruturados em dois níveis de análise e ação, interligados, mas distintos, que traduzem a dupla natureza dos processos de avaliação participativos: a de instrumento de análise e avaliação, e a de processo social.

A análise centra-se, então, nos aspectos que constituem a motivação principal do presente trabalho: o quadro analítico, as dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade social que orientam a avaliação, procurando operacionalizar, ao nível e escalas da avaliação da sustentabilidade social de projetos, os princípios e os objetivos de sustentabilidade identificados e propostos na Parte II. A Parte III conclui com uma referência a outros momentos e aspectos do processo de avaliação que não foram objeto de aprofundamento, como a questão dos indicadores, a análise de efeitos cumulativos e a monitorização dos processos.

10. Emergência e desenvolvimento dos processos de avaliação ambiental e social

10.1 Perspetiva geral

Os processos de avaliação de impacto ambiental, cuja institucionalização se inicia na década de 1970, viriam a registar a sua principal alteração normativa com a adoção, a nível internacional, do desenvolvimento sustentável como objetivo central, na sequência do Relatório Brundtland, em 1987, e da Cimeira do Rio de 1992, o que levou a uma reorientação dos processos de avaliação que passaram a considerar o desenvolvimento sustentável como seu principal objetivo (Cashmore e Kjørnø, 2013).

O Relatório Brundtland e a sua posterior operacionalização na Agenda 21, aprovada na Cimeira do Rio, vieram introduzir três grandes dimensões de orientação e estruturação das práticas de avaliação.

Uma dimensão onto-epistemológica, corporizada na metáfora dos três pilares da sustentabilidade, considerando as componentes ecológica, económica e social como interligadas e interdeterminantes. Entre estas interdeterminações são reconhecidos os limites colocados ao crescimento económico pelos sistemas biofísicos, os quais resultam do facto de ser limitada a capacidade de os sistemas biofísicos absorverem os efeitos das ações humanas.

Uma dimensão ético-normativa (mas também política), consignando um conjunto de valores que funcionam, simultaneamente como princípios orientadores da ação e como objetivos a assegurar: equidade intra e inter-geracional, justiça, participação, igualdade de género, responsabilidades comuns, mas diferenciadas (Baker, 2006), mas também, e de forma mais ampla, a satisfação das necessidades humanas, em particular as necessidades essenciais dos mais pobres, às quais deve ser dada prioridade (WCED, 1991).

Estas duas dimensões, que estruturam a noção de 'sustentabilidade', definem os parâmetros orientadores da terceira, o desenvolvimento: "os objetivos de desenvolvimento socioeconómico têm que ser definidos em termos de sustentabilidade" (WCED, 1991:54). Dito de outro modo, o desenvolvimento económico tem que ser definido de forma a respeitar os limites colocados pelos sistemas biofísicos e ecológicos, e a

proporcionar a satisfação das necessidades humanas, assegurando a equidade, a justiça, a participação, a igualdade de género, a responsabilidade diferenciada.

Trata-se, pois, de um quadro de análise e ação que defende e preconiza a conciliação entre crescimento económico, preservação ambiental e justiça social, daí a sua ampla popularidade e aceitação. Os problemas surgem quando se procura operacionalizar este quadro, explorar e articular as diversas dimensões, definir objetivos concretos, desenvolver ações e avaliar resultados. As complexidades, contradições, insuficiências e ambiguidades emergem em todas as dimensões, abrindo diversas linhas de investigação, debate e fratura, num processo progressivo de procura de clarificação.

A integração da perspetiva da sustentabilidade nos processos de avaliação ambiental veio transportar uma dupla tensão para o seu interior. Por um lado, elevando a fasquia das avaliações ao colocar objetivos de natureza ético-normativa como alvo a perseguir. Por outro lado, introduzindo incertezas e uma ‘tensão processual’ em função da diversidade de perspetivas, interpretações e reelaborações dos conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, em cada momento e ao longo do tempo. Trata-se, porém, de uma tensão criativa, dinamizada por uma progressiva demanda de clarificação de conceitos e operacionalização de modelos.

No campo das avaliações ambientais este processo dinâmico repercutiu-se na emergência e desenvolvimento de três gerações de modelos de avaliação, nos quais os objetivos de sustentabilidade ocupam um lugar e importância crescentes: a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a Avaliação da Sustentabilidade (AS).

A AIA, emergindo na década de 1970, nos EUA, rapidamente alastrou a sua implantação e institucionalização, constituindo hoje um instrumento consolidado a nível mundial (em Portugal é institucionalizada em 1990). Sobretudo preocupada com a mitigação dos impactes ambientais dos projetos, a AIA é um instrumento preventivo, mas também reativo (Pope et al, 2004) e integra os princípios de sustentabilidade mais como referência geral do que de forma efetiva e operativa. Tal não significa, porém, que as práticas de AIA não possam (e devam) ser melhoradas, incrementando vetores de sustentabilidade no processo de avaliação (Weaver et al., 2008).

A AAE, vocacionada para a avaliação estratégica de planos e programas, e não de projetos, emerge na década de 1990 e tem vindo também a ser objeto de institucionalização crescente (em Portugal é institucionalizada em 2007). Analisando as práticas de AAE, Pope et al (2004:599-600) distinguem entre duas formas de conduzir uma AAE: “*EIA-driven*” e “*objectives-led*”. A primeira forma segue a lógica da AIA, transposta para a avaliação de impactes de políticas, planos e programas. A segunda forma de AAE integra expressamente e de modo mais pró-ativo, objetivos e critérios de sustentabilidade nos seus processos de avaliação.

A AS é um campo emergente e ainda em definição e estruturação que tem vindo a afirmar-se na última década e meia, sob a designação de *sustainability assessment* (Pope et al., 2004, 2005; Gibson, 2005, 2006; Bond et al., 2013; Pope et al. 2017), verificando-se já algumas formas de institucionalização, sobretudo em países anglo-saxónicos (Canadá, Austrália, Inglaterra). A emergência da AS é motivada pela constatação de que, num contexto em que as tendências de insustentabilidade socio-ecológica da ação humana continuam a agravar-se num horizonte temporal progressivamente mais curto, tornando cada vez mais urgente a sua reversão, não basta mitigar efeitos ambientais negativos, é necessário desenvolver processos de avaliação e decisão que assegurem que as ações planeadas são efetivamente sustentáveis. Dando precedência total aos princípios de sustentabilidade e preconizando ganhos líquidos em qualquer dos pilares de sustentabilidade (ecológico, económico e social), recusando *trade-offs* que impliquem perdas significativas em qualquer deles, na AS, a avaliação da sustentabilidade não se encontra apenas implícita, nem constitui uma dimensão entre outras, mas constitui o coração da avaliação.

Não se deve considerar, porém, AIA, AAE e AS como formas ou modelos de avaliação estritamente alternativos ou sucessivos, até porque alguns deles têm âmbitos e objetos diferentes, mas sim como diferentes e gradativos modos de responder aos desafios da sustentabilidade e de incorporação de princípios de sustentabilidade em processos de avaliação ambiental e social.

Finalmente, importa ainda referir que as formas de avaliação da sustentabilidade não se esgotam no âmbito dos processos de avaliação ambiental. Muitas outras formas têm vindo

a desenvolver-se no mundo empresarial, nas instituições de comércio internacional, no desenvolvimento urbano, no desenvolvimento rural, e noutros contextos.

10.2 Avaliação da sustentabilidade¹²

10.2.1 Um campo em estruturação

Designada como a terceira geração da avaliação de impactes (Sadler, 1999), a Avaliação da Sustentabilidade (AS) tem vindo a emergir nos últimos 15-25 anos como forma autónoma de avaliação.

Se considerada como “Qualquer processo que oriente as tomadas de decisão no sentido da sustentabilidade” (Bond e Morrison-Saunders, 2011), estamos perante um instrumento processual que tem como horizonte de aplicação potencial o universo das tomadas de decisão humanas, desde as políticas, planos, programas, e projetos, até às simples escolhas da vida quotidiana (Bond et al, 2012).

Ou seja, o campo de aplicação da avaliação da sustentabilidade não só seria transversal às ações tradicionalmente abrangidas pela avaliação de impactes, incluindo a avaliação de projetos, como poderia ser aplicável a todo o tipo de tomadas de decisão, quer no âmbito das políticas nacionais, quer das relações internacionais, das orientações económico-financeiras, decisões empresariais e organizacionais, e mesmo das decisões individuais.

Entendidos deste modo, os processos de definição, operacionalização e aplicação de referenciais globais e integrados, capazes de impregnar as ações humanas e orientar todas as decisões no sentido da sustentabilidade são, afinal, processos de construção progressiva da utopia, na aceção em que este termo é utilizado no presente trabalho.

Analisando os trabalhos de alguns dos autores que mais se têm debruçado sobre a problemática da AS (Bond *et al.*, 2012, 2013; Gibson, 2005, 2006, 2013; Weaver et al, 2008; Pope et al, 2004; Bond e Morrison-Saunders, 2009; Therivel et al, 2009; Pope et al. 2017), podemos extrair um conjunto de afirmações que permitem sintetizar a evolução e o momento da AS:

¹² Esta análise baseia-se extensivamente num outro trabalho do autor da presente tese de doutoramento (Martins, 2014).

- Nos últimos 15 anos o interesse pela AS tem vindo a aumentar significativamente, traduzindo-se num aumento exponencial das publicações sobre o tema e do número de referências na web.
- No entanto, ainda não se alcançou um consenso universal sobre o que é a AS e o modo como deve ser aplicada.
- O conceito de sustentabilidade é normativo e não pode ser definido de forma única e categórica, pelo que definir o que constitui a sustentabilidade, no contexto de determinado processo de avaliação de sustentabilidade, tem que ser determinado caso a caso (Bond et al, 2012).
- A AS encontra-se numa fase inicial de desenvolvimento, na qual as práticas estão a adaptar-se a novas situações e contextos, não tendo ainda alcançado um patamar em que as metodologias tenham provado funcionar bem (Bond et al, 2012).
- Os casos de institucionalização da AS são ainda muito restritos (Inglaterra, Austrália Ocidental, África do Sul e Canadá) e apresentam diversos tipos de limitações. Nalguns casos ocorrem numa base voluntária (Austrália Ocidental) ou existem como processos cuja designação formal não é avaliação da sustentabilidade (Canadá, África do Sul). Noutros apresentam formas muito variadas de região para região e de projeto para projeto (Canadá), ou o contexto institucional e as práticas limitam os contributos efetivos para a sustentabilidade (Inglaterra).
- Mau grado as diferenças e divergências relativamente ao significado e definição de 'sustentabilidade' e 'avaliação da sustentabilidade', verifica-se um consenso emergente sobre aquilo que é necessário fazer para progredir na direção desejada (Gibson, 2005, 2006, 2013).

Este conjunto de afirmações é ilustrativo das limitações e incertezas, mas também das expectativas, de um campo em estruturação, no qual tem vindo a ser desenvolvido um interessante e estimulante esforço de síntese e consensualização, bem expresso na obra coletiva *Sustainability Assessment, Pluralism, Practice and Progress* (Bond et al., eds., 2013).

Nesta obra, procura-se identificar as características estruturantes da Avaliação da Sustentabilidade, que resultaram dos desenvolvimentos, na teoria e na prática, ocorridos

nos últimos anos, bem como identificar os desafios e lidar com os principais obstáculos que se colocam ao desenvolvimento do campo.

10.2.2 Avaliar impactes e avaliar a sustentabilidade. Diferenças de perspectiva, imperativos e objetivos de sustentabilidade, e questões operativas

A necessidade da Avaliação da Sustentabilidade resulta de duas constatações centrais. Desde logo, a constatação de que, apesar da progressiva institucionalização de políticas e processos de avaliação e gestão ambiental, as tendências de insustentabilidade socio-ecológica da ação humana continuam a agravar-se, num horizonte temporal progressivamente mais curto, tornando cada vez mais urgente a sua reversão; deste modo, para a AS não basta mitigar efeitos ambientais negativos, é necessário desenvolver processos de avaliação e decisão que assegurem que as ações de desenvolvimento são efetivamente sustentáveis. Por outro lado, a constatação de que, para conseguir avanços efetivos no sentido da sustentabilidade, é necessário ultrapassar formas de pensar e agir que provaram ser insuficientes ou desadequadas, designadamente para lidar com a complexidade. Daí a necessidade de considerar as profundas interconexões entre os fatores ecológicos, sociais e económicos, entre as diversas escalas espaciais e temporais, a complexidade dos processos sociais, a determinação das relações de poder e respetivas racionalidades, a especificidade dos contextos e a conseqüente pluralidade de interesses, perspetivas e formas de construção social da realidade.

Nesta perspetiva, vários autores propõem uma estrutura de processo de avaliação da sustentabilidade (Gibson, 2013, Bond *et al.*, 2013) que articula um conjunto de princípios e imperativos de sustentabilidade com vários critérios de efetividade, conforme se indica nos quadros seguintes.

Quadro 10.1 – Imperativos de sustentabilidade

Imperativos de sustentabilidade	Definição
Reverter as tendências de insustentabilidade	A AS aspira a reverter as tendências, que prevalecem, no sentido de uma crescente insustentabilidade. Para tal, insiste em que todos os projetos, planos, programas e políticas devem dar contributos positivos para a sustentabilidade. Mitigar não basta, é necessário reverter a insustentabilidade.
Integração dos fatores que afetam a sustentabilidade	A AS deve assegurar uma consideração integrada dos fatores e dimensões que afetam as perspetivas de um futuro desejável e sustentável, e que estão efetivamente interligados.

Imperativos de sustentabilidade	Definição
Procurar ganhos mútuos entre as diversas dimensões	A AS deve constituir um veículo para evidenciar a interdependência entre ecologia, economia e sociedade, e para encontrar formas de obter ganhos simultâneos e sinérgicos nas três dimensões, por forma a gerar ciclos virtuosos que contrariem os ciclos viciosos da insustentabilidade.
Minimizar os <i>trade-offs</i>	A AS deve procurar minimizar as situações de <i>trade-off</i> ¹³ . Não se trata de contrabalançar ecologia, economia e sociedade, enquanto prioridades que competem entre si.
Respeitar os contextos em que a AS é aplicada	A AS deve assegurar, em todos os casos, que os requisitos gerais de sustentabilidade sejam respeitados. Mas deve também, em cada processo de avaliação respeitar as particularidades do contexto e especificar os critérios concretos para as avaliações e tomadas de decisão, à luz das aspirações e questões-chave, capacidades e preocupações das pessoas e locais envolvidos.
O processo de avaliação deve ser aberto e amplamente participativo	A AS deve ser, no máximo das possibilidades, um processo aberto e amplamente participativo. Por um lado, porque não se trata de um mero exercício técnico, mas de uma questão de escolhas públicas entre opções e objetivos para um futuro sustentável. Por outro, porque o objetivo da sustentabilidade vai para além das capacidades de governos e mercados, e exige o envolvimento ativo dos cidadãos e das organizações da sociedade civil.

Fonte: Gibson (2005, 2006, 2013); Bond *et al.* (2013)

Não basta, porém, definir imperativos de sustentabilidade, é necessário assegurar a sua efetiva aplicação, pelo que a AS deve concretizar um conjunto de critérios que assegurem a efetividade da sua prática.

Quadro 10.2 – Critérios de efetividade da AS

Critérios de efetividade	Definição
Processual	Verifica em que medida os processos de avaliação da sustentabilidade estão em conformidade com os procedimentos e <i>standards</i> institucionalizados, quer ao nível das disposições legislativas e regulamentares, quer ao nível das boas práticas.
Substantiva	Verifica em que medida a AS contribui, efetivamente, para alterar processos, ações ou resultados.
Material	Verifica em que medida (e por quem) os resultados dos processos de AS são considerados como justificando o tempo e os custos envolvidos.
Normativa	Verifica de que modo e em que medida os processos de AS seguem os <i>imperativos de sustentabilidade</i> definidos (ver Quadro 10.1).
Pluralismo	Verifica em que medida as partes afetadas e interessadas são envolvidas no processo de avaliação e ficam satisfeitas com este processo.
Conhecimento / aprendizagem	Verifica de que modo, e em que medida, o processo de AS facilita a aprendizagem instrumental (que conduz a alterações nas políticas de modo a alcançar os objetivos de forma mais eficiente) e a aprendizagem conceptual (que conduz a alterações nas crenças e, portanto, nas formas de conceber as políticas e os meios para as concretizar) por parte dos envolvidos.

Fonte: Bond *et al.* (2012, 2013)

¹³ *Trade-off* não tem um satisfatório equivalente em português. Significa colocar duas coisas numa situação de oposição, implicando que a opção por uma seja sempre feita em detrimento da outra.

Este conjunto de imperativos e critérios, e respetiva articulação, vem (re)colocar toda uma série de questões e problemas complicados, cujo tratamento aprofundado vai para além dos limites do presente trabalho. Importa, no entanto, aflorar algumas das questões mais essenciais, designadamente:

- Abordagem integrada;
- Gestão de *trade-offs*;
- A questão do pluralismo.

i) Abordagem integrada

A abordagem integrada e articulada entre fatores ou dimensões, traduz-se, pelo menos, em três vertentes, elas próprias interligadas:

- A integração/articulação entre dimensões ou 'pilares' (ecológico, social, económico, e outros mais que possam ser definidos);
- A integração/articulação entre escalas espaciais;
- A integração/articulação entre escalas temporais.

A Integração/articulação entre dimensões ou 'pilares'

Trata-se de um problema antigo e recorrente no campo da problemática ambiental que permanece em aberto.

Entre os modelos de representação da realidade como um conjunto de sistemas dinâmicos relativamente diferenciados, mas interligados e interdeterminantes, a metáfora dos três pilares da sustentabilidade (ecológico, social e económico) popularizou-se e tornou-se a forma mais comum de representação, nomeadamente a partir da conferência do Rio de 1992, onde os dois 'pilares' do Relatório Brundtland (ambiente e desenvolvimento) passam a três, por desdobramento do desenvolvimento nas dimensões económica e social.

Esta representação tem sido objeto de diversas variantes, em que a metáfora dos pilares é substituída pela imagem constituída por círculos, com a mesma dimensão ou de dimensão diferente, que se intersectam, ou círculos concêntricos ou formas ovais sobrepostas, com dimensões diferenciadas.

A discussão em torno da adequação destas representações é inconclusiva. A sua utilidade funcional é sublinhada, mas a sua consistência teórica é posta em causa (Litig e Grießler,

2005), nomeadamente relativamente à falta de fundamento para a definição de três pilares ou círculos e não quatro (incluindo o institucional), cinco (incluindo o cultural e institucional) ou mais (político, estético, religioso-espiritual).

A este propósito Pope *et al.* (2004) e Gibson (2005, 2012), entre outros, defendem que a conceção da sustentabilidade com base na metáfora dos pilares ou na imagem de círculos ou ovais, sejam eles dois, três, cinco ou mais, ajudou a sublinhar o facto de haver vários fatores que se intersectam e relacionam. No entanto, tal partição acaba por se revelar uma fonte de problemas porque tende a enfatizar mais os interesses potencialmente competidores do que as inter-relações e interdependências entre dimensões, dificultando as tarefas de integração e promovendo os *trade-offs*. É também prejudicial porque tende a perpetuar a fragmentação entre campos, disciplinas e perspetivas de avaliação, o que é contraproducente. Uma vez que a realidade é integrada, os sistemas globais que importa sustentar não são apenas ecossistemas, são sistemas socio-ecológicos. O desenvolvimento sustentável deve aspirar a preservar e consolidar os sistemas socio-ecológicos, desde o nível da família até aos níveis globais, de forma a serem dinâmicos, adaptáveis, satisfatórios, resilientes e, portanto, duráveis.

A avaliação da sustentabilidade deve, assim, abandonar a perspetiva dos pilares e focalizar-se nos problemas e aspirações que transcendem as fronteiras sociais/económicas/ecológicas.

Neste sentido, Pope *et al.* e Gibson defendem uma abordagem alternativa para a integração entre dimensões na avaliação da sustentabilidade, a partir de um conjunto de princípios de sustentabilidade estabelecidos *bottom-up*, expressando as principais preocupações e objetivos que emergiram das dimensões ecológica, social e económica, e não *top-down*, a partir de cada uma das dimensões.

Tais critérios procuram, portanto, evitar as potenciais linhas de fratura entre pilares ou dimensões, partindo daquilo que deve ser alcançado e do tipo de ações que devem ser desenvolvidas de modo a avançar de forma consistente para sustentabilidade.

Os princípios ou critérios gerais, integrados, de sustentabilidade definidos por Gibson (2005, 2006, 2013) são indicados no quadro seguinte.

Quadro 10.3 – Princípios integrados de sustentabilidade

Princípios de sustentabilidade	Definição
Integridade dos sistemas socio-ecológicos	Construir relações humano-ecológicas que estabeleçam e mantenham a integridade, a longo termo, dos sistemas socio-biofísicos, e proteja as funções de suporte de vida de que dependem o bem-estar ecológico e humano.
Existência de condições necessárias de subsistência e de oportunidades	Assegurar que todas as pessoas e comunidades dispõem do suficiente para uma vida decente e de oportunidades para melhorar, através de meios que não comprometam a subsistência e as oportunidades das futuras gerações.
Equidade intrageracional	Assegurar que a subsistência e as escolhas efetivas para todos são prosseguidas através de meios que reduzam diferenças perigosas de níveis de existência e de oportunidades (e de saúde, segurança, reconhecimento social, influência política, etc.) entre ricos e pobres.
Equidade intergeracional	Favorecer as opções e ações presentes que são mais suscetíveis de preservar ou reforçar as oportunidades e capacidades das futuras gerações viverem de forma sustentável.
Conservação e eficiência no uso dos recursos	Promover uma base mais ampla para assegurar modos de vida sustentáveis, reduzindo as ameaças para a integridade, de longo prazo, dos sistemas socio-ecológicos, através da redução dos danos da extração de recursos, evitando resíduos e reduzindo o consumo global de matéria e energia por unidade de benefício.
Civilidade socio-ecológica e governança democrática	Desenvolver a capacidade, motivação e propensão dos indivíduos, comunidades e outros órgãos de decisão coletiva, no sentido de aplicarem os princípios de sustentabilidade, por meio de deliberações mais abertas e informadas, dando mais atenção ao desenvolvimento da compreensão mútua e da responsabilidade coletiva, e da utilização mais integrada das práticas de tomada de decisão, administrativas, de mercado, tradicionais, coletivas e pessoais.
Precaução e adaptação	Respeitar a incerteza, evitar riscos, ainda que mal conhecidos, de danos sérios ou irreversíveis para os fundamentos da sustentabilidade, planejar para conhecer, projetar para a eventualidade de ocorrerem surpresas, gerir para a adaptação.
Integração das escalas temporais atual e de longo prazo	Tentar respeitar todos os requisitos de sustentabilidade como um conjunto de fatores interdependentes, procurando benefícios mutuamente sustentados.

Fonte: Gibson (2005, 2006, 2013)

Estes princípios definem a orientação geral da avaliação. Nas avaliações de casos específicos será necessário identificar as interligações ocorrentes e as potenciais cadeias de efeitos nas várias dimensões, em função de cada caso concreto e do seu contexto.

Trata-se de uma problemática que ainda não foi consensualizada, como o ilustra o facto de, na obra de síntese já referida (Bond *et al.* eds., 2013), existirem conceções diferenciadas, nomeadamente em Gibson (2013) e Stoegleher e Neugebauer (2013).

A abordagem acima analisada contorna o problema do fracionamento, e contribui para alguma operacionalidade funcional, mas não resolve o problema de fundo que continua em aberto.

Uma abordagem integrada parece-nos implicar também uma prévia desconstrução da metáfora dos três pilares (ver a discussão crítica sobre o tema na secção 2.2.3 do presente trabalho), sobretudo desreificando a economia como um ‘ pilar’ ou esfera autónoma, e reconduzindo-a uma forma particular de relações sociais e de relações entre sociedade e natureza, ou seja, de relações sociais de produção da vida material. Recolocada no seu ‘ lugar’ de forma histórica de relações sociais e da relação entre sociedade e natureza, a sua configuração atual deixa de ser reificada e considerada como uma forma eterna e ‘ natural’, tão natural como a própria natureza, mas como uma forma provisória e historicamente determinada.

Neste sentido, a sustentabilidade social (que inclui a economia) está no centro da sustentabilidade socioambiental.

Por outro lado, as dimensões sociais consideradas no Quadro 10.3 (“existência de condições necessárias de subsistência e oportunidades”, “equidade intrageracional”, “equidade intergeracional”, e “civilidade sócio-ecológica e governança democrática”) são muito limitadas, à luz dos princípios e objetivos de sustentabilidade social, considerados na Parte II deste trabalho.

A integração/articulação entre escalas espaciais

Ter em conta a questão das escalas é incontornável para qualquer processo de avaliação e é crucial para a AS.

O problema das escalas tem que ver com o modo como as interconexões e interações se processam ao longo do território, ou seja, com a amplitude abrangida pelos processos e seus resultados. Mas esta amplitude não se limita à noção de ‘escala-tamanho’. Abrange também as noções de ‘escala-nível’ e ‘escala-relação’ (Howitt, 2013).

Se o que está em causa são sistemas socio-ecológicos complexos e interativos, então a noção de escala não se limita apenas a diferenças ecológicas ou sociológicas entre espaços ou paisagens, mas sobretudo a diferenças e variações ao nível dos ecossistemas, e dos sistemas económicos, sociais e políticos. Ou seja, a noção de escala não é estritamente

espacial, mas integra as noções de escala ecológica, económica, política, social, cultural, porque todas estas dimensões se estruturam em termos de escala.

Também não se trata apenas de uma noção de natureza quantitativa, no sentido em que as situações à escala global têm maior dimensão do que à escala local, mas qualitativa, quer no sentido em que os resultados das interconexões e interações assumem novas qualidades e complexidade, emergentes, a escalas mais amplas, quer no sentido oposto em que a escalas menos amplas ou localizadas há especificidades, ou mesmo fatores únicos que importa levar em conta. É qualitativa, ainda, na medida em que, na dimensão social, há diferenças culturais e diferenças de construção, interpretação e valorização da realidade.

É claro que não basta ter em conta as diferentes escalas. É essencial considerar como as interconexões e interdeterminações se processam entre diferentes escalas, como os processos a escalas mais globais se repercutem localmente e como os processos a escalas mais localizadas se repercutem a escalas mais globais, considerando a interconexão entre as escalas espaciais, sociais, ecológicas.

No âmbito da análise dos sistemas sociais estas questões têm tido expressão em torno de noções como a dos resultados não pretendidos da ação, ou das relações entre indivíduo e sociedade, das identidades locais, entre outras.

Uma vez mais ressalta desta discussão que não é fácil enfrentar a complexidade e menos ainda operacionalizar formas de lidar com ela.

No entanto, é fundamental para a AS que estas questões sejam colocadas e trabalhadas nos processos de avaliação, mesmo que as soluções encontradas não sejam totalmente satisfatórias ou sejam incertas. É que estas questões não são apenas, nem principalmente, de natureza técnica ou metodológica, mas também de natureza política e normativa.

Como refere Howitt (2013), na avaliação da sustentabilidade, quer ao nível da prática quer a nível regulatório, é necessário definir a natureza e os fatores de mudança, em toda uma série de escalas espaciais e de diferenças sociais e ecológicas, pelo que os processos de tomada de decisão devem ter em conta, de forma transparente, dados que permitam estabelecer interconexões a (e em) diversas escalas, nomeadamente ao nível das vulnerabilidades, resiliência, disponibilidades, acessibilidade, entre outros fatores.

Dividir um projeto em dois ou três troços ou duas ou três áreas/partes, para contornar limites regulatórios e legais dos processos de avaliação institucionalizados, ou para reduzir, aparentemente, a magnitude dos impactes é, por exemplo, uma atitude que está nos antípodas da perspetiva da sustentabilidade.

A integração/articulação entre escalas temporais

A questão das escalas temporais está, como é sabido, no centro da definição de desenvolvimento sustentável, nomeadamente em torno das referências à preservação dos recursos e à equidade intergeracional.

Mas, onde e como traçar o horizonte temporal de um processo de avaliação?

A tendência para reduzir os horizontes temporais sustenta-se principalmente no argumento da grande dificuldade ou impossibilidade de prever a evolução de sistemas complexos. Se esta previsibilidade é difícil nos sistemas biofísicos, mais complicada se torna nos sistemas socioeconómicos e socioculturais. Deste modo, alargar o horizonte temporal apenas acrescenta incerteza, e conseqüentemente um maior consumo de tempo e recursos, podendo mesmo pôr em causa o projeto ou ação em questão.

Embora reconheça estas dificuldades, a AS insiste particularmente na necessidade de estender a avaliação tão longe quanto possível na escala temporal, como algo de fundamental para assegurar a sustentabilidade das ações humanas.

Os processos de avaliação devem, portanto, assegurar um sério esforço, ainda que meramente qualitativo, para projetar potenciais configurações futuras. Isto implica, por um lado, articulação entre escalas temporais e espaciais. E, por outro lado, considerando que o que está em causa são, sempre, processos, importa ter em conta o fator *passado*, não apenas no sentido de aprender com casos que tenham ocorrido, mas também com a história dos próprios processos e as tendências nela expressas.

Duas necessidades são inerentes e concomitantes com este esforço. A primeira é uma séria análise de efeitos cumulativos. A segunda é a incontornabilidade de processos subsequentes de monitorização permanente das ações.

Finalmente, a dimensão temporal, convoca, ainda, a temporalidade da própria ação em avaliação, por exemplo, no caso dos projetos, todo o seu ciclo de vida, desde a conceção à desativação. Todos os momentos do ciclo de vida deveriam estar sujeitos a um processo

contínuo e coerente de avaliação, isto é, sem soluções de continuidade, sem fragmentação, incoerência metodológica e avaliativa, ao contrário do que geralmente acontece com os processos de avaliação de impacto ambiental e social institucionalizados.

ii) Gestão de *trade-offs*

A segunda grande questão que emerge com a AS é a centralidade da gestão de *trade-offs* (Gibson 2005, 2006, 2013, Bond *et al*, 2012).

Para a AS, os princípios e critérios de sustentabilidade devem ser considerados no seu conjunto, mas cada um deles é crucial, pelo que a concretização de avanços no sentido da sustentabilidade exige que todos e cada um deles sejam respeitados.

Ou seja, se o objetivo é obter ganhos em todos os 'pilares' ou, pelo menos, assegurar que não há perdas em nenhum deles, então não é permitido contrabalançar efeitos muito positivos numa das dimensões com efeitos negativos significativos noutra dimensão.

Mas, se entre os próprios objetivos de sustentabilidade pode haver conflitualidade, nomeadamente entre objetivos ecológicos, por um lado, e objetivos sociais e económicos por outro, e se é praticamente impossível que qualquer ação não tenha efeitos negativos, como proceder, como definir os limites do aceitável?

Em primeiro lugar, enfrentando estes problemas dentro do próprio processo de avaliação. Os *trade-offs* têm que ver com escolhas. As formas tradicionais de avaliação possibilitam que as escolhas sejam feitas pelos decisores, na fase de aprovação e, por vezes, no segredo dos gabinetes.

Na avaliação da sustentabilidade as escolhas devem ter como horizonte a otimização da obtenção de resultados sustentáveis. Neste sentido devem ser definidas regras que assegurem a sustentabilidade das escolhas.

Gibson (2005, 2006) propõe a adoção de um conjunto de regras básicas para a gestão de *trade-offs* (Quadro 10.4).

Quadro 10.4 – Regras para a gestão de *trade-offs*

Regras	Definição
Ganhos líquidos	Qualquer escolha só é aceitável se proporcionar ganhos líquidos no sentido da concretização dos critérios de sustentabilidade.
Ónus da prova	Escolhas que impliquem compromissos, envolvendo aceitação de efeitos negativos em dimensões de sustentabilidade, são indesejáveis, a menos que se prove o contrário. O ónus da prova cabe ao proponente da escolha (<i>trade-off</i>).
Evitar efeitos negativos significativos	Nenhuma escolha que envolva efeitos negativos significativos, em qualquer das dimensões de sustentabilidade, é aceitável, a menos que todas as outras alternativas sejam piores.
Proteção do futuro	Nenhuma escolha que implique reportar efeitos negativos significativos do presente para o futuro, é aceitável, a menos que todas as outras alternativas sejam piores.
Justificação explícita	Todas as escolhas devem ser explicitamente justificadas, com base na sustentabilidade dos critérios de decisão e tendo em conta as prioridades definidas em função dos contextos específicos.
Processo aberto	As escolhas e compromissos propostos devem ser definidas e justificadas através de processos que incluam um efetivo e aberto envolvimento de <i>stakeholders</i> . Embora o envolvimento de peritos e a aplicação de ferramentas técnicas seja útil, a questão das escolhas é, essencial e incontornavelmente, orientada por valores, pelo que o papel do público é essencial.

Fonte: Gibson (2005, 2006)

iii) A questão do pluralismo

A noção de pluralismo é axial na avaliação da sustentabilidade, enquanto processualidade e enquanto expressão da sua essência. Não se trata apenas de reconhecer a sua importância, mas sobretudo da sua integração enquanto aspeto essencial da(s) prática(s). O pluralismo tem que ver com as diferentes interpretações que existem relativamente a uma série de questões-chave, relacionadas com os resultados da avaliação da sustentabilidade (Bond et al., 2013).

Mas falar de resultados implica falar de noções, concepções e processos. Implica concomitantemente falar de valores, interesses e poder(es). Deste modo, a questão do pluralismo coloca-se, ela própria, numa pluralidade de dimensões.

Desde logo porque o conceito de sustentabilidade é objeto de uma pluralidade de concepções e definições. Trata-se de uma noção muito ampla, englobando dimensões ecológicas, económicas e sociais, relativamente às quais diferentes indivíduos e grupos têm diferentes concepções no que respeita à importância relativa dessas dimensões e às questões que nelas se colocam (Pope e Morrison-Saunders, 2013).

Subsequentemente, tratando-se de um campo ainda em construção, persistem também concepções diferentes relativamente àquilo que a avaliação da sustentabilidade é ou deveria ser, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão.

Mas a questão do pluralismo assume toda a sua importância ao nível do desenvolvimento da prática de avaliação da sustentabilidade. Avaliar se determinada ação é mais ou menos sustentável implica que haja uma definição de critérios de sustentabilidade que seja consensualizada, tendo em conta as características dos contextos específicos e a diversidade de visões do mundo, valores e interesses das partes afetadas e interessadas. Desta forma, a primeira preocupação e necessidade é possibilitar que toda essa diversidade possa emergir e ter expressão, tendo em conta as diferenças de capital económico, político, social e cultural, e as diferenciações de poder que daí resultam. É sabido como muitos processos ditos participativos, acabam por ser determinados pelos que têm mais poder(es) e excluir ou minorizar a participação e efetiva expressão dos que têm menor capital económico, político, social ou cultural, incluindo neste último a capacidade de expressão e comunicação. Assegurar o pluralismo implica, portanto, processos abertos, amplamente participativos, em que os fluxos de informação sejam claros e efetivos, e os fluxos de comunicação se estabeleçam nos dois sentidos. Implica, concomitantemente, a necessidade e a capacidade de gestão de conflitos (O'Faircheallaigh e Howitt, 2013).

É nos processos participativos que o reconhecimento do outro, enquanto *Outro*, dotado de direitos e responsabilidades, assume a sua expressão máxima. Nestes processos não basta a comunicação técnica ou a informação de base científica. É necessário ter em conta os diferentes valores em presença, as diferentes formas de construir a realidade e a diversidade de expectativas que daí resultam.

Mas é também necessário que os processos participativos sejam configurados de modo a terem efetiva influência nas tomadas de decisão. A avaliação da sustentabilidade ambiciona que dos processos de tomada de decisão resultem soluções sustentáveis, numa base de consensualização ampla, ainda que não ótima nem universal, e não que tais processos se traduzam num balanço entre vencedores e vencidos (O'Faircheallaigh e Howitt, 2013)..

Finalmente, o pluralismo tem ainda uma importante vertente de processo de conhecimento e aprendizagem, numa dupla dimensão. Por um lado, no sentido de que o envolvimento do público contribui para a compreensão das especificidades, necessidades e prioridades inerentes a cada contexto e, conseqüentemente, para a especificação dos critérios gerais de sustentabilidade em função desse contexto. Por outro lado, numa perspectiva mais ampla e construtiva, no sentido de uma contínua e crescente apropriação e absorção da perspectiva da sustentabilidade por parte de todos os envolvidos.

10.3 Algumas considerações suplementares sobre os processos de avaliação

Para complementar a análise contextual desenvolvida neste capítulo, importa, ainda, abordar preliminarmente três aspetos: avaliação e *valores*, avaliação como processo social e o confronto com a complexidade, e avaliação como metodologia.

10.3.1 Avaliar, avaliação, valores

“Avaliação é a determinação sistemática do mérito [valor intrínseco], valia [valor extrínseco], probidade, exequibilidade, segurança, significância e/ou equidade de determinado objeto” (Stufflebeam e Corin, 2014:11-12).

“Avaliar é sempre comparar com um modelo – medir – e implica uma finalidade operativa que visa corrigir ou melhorar. O padrão ou modelo a partir do qual se avalia é, em última instância, um valor de referência que, numa situação de planeamento, se encontra geralmente fixado, a partir do diagnóstico da situação inicial, nos objetivos e metas fixadas.” (Guerra, 2000:185).

Estas referências permitem sublinhar alguns aspetos relevantes dos processos de avaliação. Avaliar é formular um juízo sobre algo, com base em determinados valores de referência. A avaliação é algo que se situa, portanto, no domínio dos valores. Porém, a avaliação é também um processo de determinação sistemática (implicando, portanto, um conjunto de procedimentos racionalmente estabelecidos) dos contextos, características, ações e efeitos do objeto (coisa, ação, processo) da avaliação.

10.3.2 A avaliação como processo social e complexidade

Tendo como referência o campo das avaliações ambientais e sociais, a avaliação é, portanto, um *processo* no âmbito do qual se determinam (identificam, analisam,

caracterizam) factos configuradores de determinada ação planeada (política, plano, programa, projeto), no respetivo contexto, que serão submetidos a apreciação, a partir de um referencial de valores, por forma a orientar (ou proporcionar elementos de orientação) determinada tomada de decisão relativamente a essa ação planeada.

Importa relevar alguns aspetos deste processo, incontornavelmente complexo. Desde logo, trata-se de um processo social, como não poderia deixar de ser. Neste processo, os referenciais de valores desempenham uma função determinante. O papel da ciência 'normal' situa-se ao nível do apuramento dos factos, mas a atribuição de valores e a tomada de decisão situam-se nos domínios da ética e da política.

Os processos de avaliação colocam outras limitações à ação da ciência 'normal'. Exigem respostas, por vezes urgentes, com recursos, espaços e tempos limitados, por vezes com insuficiência de dados de base, em relação a factos que muitas vezes exigem previsão, incluindo situações de grande incerteza, e em relação a objetos de análise que têm que ser apreendidos numa perspetiva holística e integrada, a diferentes escalas espaciais e temporais, e em contextos de causalidade complexa.

A proeminência dos referenciais de valores nos processos de avaliação coloca por sua vez, várias questões. Que tipo de valores são incluídos no referencial? Quem define esses valores? Os promotores, os peritos, os decisores, o público afetado e interessado?

Estas questões introduzem diretamente o problema das conceções tecnocráticas ou participativas das avaliações, e das racionalidades que lhes estão subjacentes. Quem participa? Qual o âmbito e a extensão desta participação? Como lidar com a dimensão das relações de poder e hegemonia? Como assegurar a expressão efetiva das diferenças, da diversidade de valores e interesses? A participação limita-se à expressão de opiniões ou intervém na própria construção de referenciais de valores, e mesmo na determinação dos factos a avaliar (conhecimento local, tradicional, comum)? Abrange a determinação de soluções para problemas identificados? Alarga-se à tomada de decisão? Quem decide? Com que legitimidade?

10.3.3 A avaliação como metodologia – aproximação preliminar

Em função da discussão anterior importa agora dirigir a atenção para os desafios e tarefas que se nos colocam se pretendemos avaliar numa perspetiva de sustentabilidade.

Desde logo, importa relevar uma consequência básica da componente normativa da sustentabilidade. Se a sustentabilidade tem um valor positivo, se é algo pelo qual devemos pugnar, se é um objetivo fundamental que deve orientar as ações humanas, se o significado de *orientação* está no coração da sustentabilidade, então, a promoção da sustentabilidade e a avaliação da sustentabilidade não são mais do que duas faces da mesma moeda.

Avaliar a sustentabilidade de determinada ação, determinado projeto, por exemplo, não é apenas verificar se, e em que medida, os efeitos que produz contribuem ou não para a sustentabilidade do 'ambiente'. Muito mais do isso, trata-se de verificar se o projeto *promove* a sustentabilidade (uma vez que a sustentabilidade é algo pelo qual devemos pugnar).

Ora, para que determinado projeto promova a sustentabilidade é necessário que seja concebido, configurado e implementado com esse objetivo. Concomitantemente, a avaliação da sustentabilidade não se focaliza apenas nos efeitos finais de um projeto, mas focaliza-se no próprio projeto, inicia-se no momento da concepção e prossegue ao longo de todo o ciclo de vida, como já referido. Não há soluções de continuidade entre avaliação *ex-ante*, *on-going* e *ex-post*. Trata-se de sucessivos momentos num processo contínuo ao longo do qual se verifica se determinado projeto e as ações que lhe são inerentes são configurados e se desenvolvem de forma adequada, de modo a concretizar os objetivos de sustentabilidade.

Não se trata apenas de identificar e mitigar ou potenciar impactes cuja significância (valor) é determinada no final. Trata-se de integrar objetivos de sustentabilidade (valores) *ab initio*, na concepção do projeto e avaliá-lo em conformidade. Daí que a avaliação deva estar presente desde as fases mais precoces de concepção do projeto.

Numa perspetiva de sustentabilidade, o mérito ou valor intrínseco de um projeto não reside apenas na sua capacidade e eficiência para concretizar as funções para as quais foi tecnicamente desenhado (estabelecer e permitir comunicações, produzir eletricidade, extrair recursos naturais ou outras), mas também no modo como integra e implementa determinados princípios de sustentabilidade.

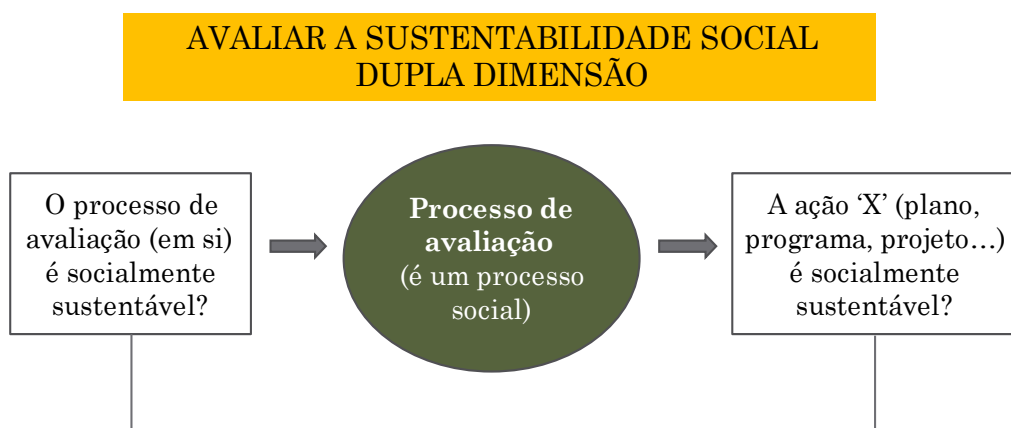
Antes de discutirmos as implicações práticas desta perspectiva, nomeadamente em termos de operacionalização da avaliação (aspetos tratados no capítulo seguinte), importa chamar a atenção para outra implicação da perspectiva da sustentabilidade nas avaliações.

Qualquer avaliação, institucionalizada ou informal, constitui um processo, que se desenrola num espaço e num tempo determinados. Sendo realizado por pessoas em interação é, naturalmente, um processo social, estruturado por determinadas regras, onde se defrontam e articulam diferentes agentes, interesses, valores, objetivos, relações de poder e influência.

Ora, um processo de avaliação da sustentabilidade, para além dos objetivos de natureza avaliativa (verificar se determinada ação é sustentável), não pode deixar de, em si mesmo, constituir um processo sustentável. Tratando-se de um processo social, deverá, então, ser um processo *socialmente sustentável*, isto é, ser configurado e realizado em conformidade com os princípios e objetivos de sustentabilidade.

Esta dupla dimensão das avaliações ambientais e sociais, em geral, e da avaliação da sustentabilidade social, em particular, é representada na Figura 10.1.

Figura 10.1 – Dupla dimensão da avaliação da sustentabilidade social



O que significa dizer que um processo de avaliação deve ser socialmente sustentável? Significa que deve ser concebido, desenvolvido e implementado com base em determinados princípios de *sustentabilidade social*. Deve ser participado, justo, equitativo,

deve permitir e refletir a expressão dos diversos interesses, e ter em conta as vulnerabilidades, as opiniões e formas de pensar, ao longo de todo o processo de avaliação. Importa, agora, refletir sobre as consequências práticas e os modos de operacionalização da avaliação da sustentabilidade.

11. Contributos para um modelo de avaliação da sustentabilidade social

11.1 Introdução

Na presente secção é apresentado e discutido um modelo de avaliação da sustentabilidade social. O termo “modelo” é aqui aplicado no sentido do termo inglês *framework*, isto é, como uma proposta de quadro analítico e estrutura metodológica de análise e intervenção, orientada para a avaliação.

Enquanto proposta, assume-se como uma de muitas outras possíveis e, enquanto contributo, constrói-se, em grande medida, integrando elementos de outras propostas existentes, procurando acrescentar algo mais, numa perspetiva de florescimento humano, tal como extensivamente discutido nas partes I e II deste trabalho.

Após recolocar as questões de partida que motivam a avaliação da sustentabilidade social e discutir a legitimidade da sua aplicação a qualquer tipo de projeto, começa-se por refletir sobre a configuração mais geral dos processos de avaliação, estruturados em dois níveis de análise e ação, interligados, mas distintos, que traduzem a dupla natureza dos processos de avaliação participativos: a de instrumento de análise e avaliação, e a de processo social. Ao primeiro nível, que se designou por *nível conceptual*, colocam-se exigências de tipo analítico, científico e técnico, mas também de tipo ético-normativo.

O segundo nível, que é *emergente* em relação ao primeiro, configura um processo social de comunicação, discussão e deliberação, estruturado por interesses, valores e poderes, ao qual se colocam exigências de representatividade, informação/comunicação, expressividade, comensurabilidade entre formas e modos de pensar e conhecer, e de deliberação democrática. Este processo é habitualmente designado por participação pública ou envolvimento de partes afetadas e interessadas. No presente trabalho, recorrendo ao conceito de *figurações* de Norbert Elias (Elias, 2011; Dunning e Hugues, 2013), preferiu-se designá-lo por *nível configuracional*, de modo a fazer sobressair as características de processo estruturado, em que as interdependências e interações entre pessoas ou grupos, das quais resulta o decurso da ação, são regidas por relações assimétricas de poder(es) (social, económico, cultural, político), num entrançado flexível de tensões.

A identificação e reconhecimento destas assimetrias, respetivas lógicas e condicionamentos que introduzem nestes processos é fundamental para que a interação entre pessoas e grupos seja o mais possível equilibrada e dela possam resultar consensos e acordos.

Considerando a complexidade dos temas, os limites de uma tese de doutoramento e os objetivos específicos do presente trabalho, o *nível configuracional* não foi objeto de aprofundamento.

O tema central do presente capítulo é, portanto, o *nível conceptual*, ou seja, o nível em que, na posição e na perspetiva do avaliador, se estrutura o processo de conhecimento sobre a realidade na qual o projeto se irá inserir e que irá alterar, o nível em que se estruturam os critérios de avaliação que possibilitam determinar o valor positivo, negativo ou neutro das ações avaliadas, numa perspetiva de sustentabilidade social, o nível em que são propostas e estabelecidas ações no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade social. Em suma, o nível em que se configura e concretiza a metodologia de análise e avaliação da sustentabilidade social de projetos, na perspetiva do avaliador.

Neste âmbito, tendo presente e integrando elementos dos processos metodológicos de outras formas de avaliação social e ambiental, como a avaliação de impacte ambiental e a avaliação ambiental estratégica, são feitas algumas considerações sobre a perspetiva estratégica em avaliação da sustentabilidade, são referidas algumas das principais diferenças entre avaliação da sustentabilidade social e a avaliação de impactes sociais, indicam-se os principais momentos do processo metodológico, aborda-se a questão da avaliação ao longo do ciclo de vida dos projetos.

Como repetidamente referido, o objeto da avaliação da sustentabilidade social institucionalizada (e da sustentabilidade em geral) são as ações planeadas, públicas ou privadas, sejam elas políticas, planos, programas ou projetos.

Para qualquer um destes tipos de ação, é possível operacionalizar um modelo de avaliação da sustentabilidade social, mas essa operacionalização tem exigências específicas para cada um deles, em função, dos objetivos e, sobretudo, da escala de intervenção, logo, da escala de análise.

Deste modo, os princípios e objetivos de sustentabilidade indicados no final da Parte II, e as considerações e reflexões feitas nas secções 11.2 e 11.3, que se seguem, são aplicáveis a políticas, planos, programas ou projetos. Porém, a reflexão sobre a sua operacionalização, feita na secção 11.4 e seguintes, é direcionada apenas para projetos, uma vez que, como referido, a sua aplicação a políticas, programas e planos teria que ser operacionalizada de forma diferente, em função da escala e características específicas destes instrumentos de planeamento.

A análise centra-se, então, nos aspetos que constituem a motivação principal da Parte III do presente trabalho: o quadro analítico, as dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade social que orientam a avaliação, procurando operacionalizar, ao nível e escalas da avaliação da sustentabilidade social de projetos, os princípios e os objetivos de sustentabilidade com os quais se concluiu a Parte II.

O capítulo conclui com uma referência a outros momentos e aspetos do processo de avaliação que não são objeto de aprofundamento, como a questão dos indicadores, a análise de efeitos cumulativos e a monitorização dos processos.

11.2 Discussão prévia: Recolocar a questão de partida da avaliação da sustentabilidade social e discutir a sua legitimidade

Como já referido anteriormente, a questão ou questões de partida da avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas, traduzem-se numa interpelação de cada ação planeada, de cada política, plano, programa, projeto, de forma a obter resposta às seguintes questões:

- A ação planeada, em avaliação, contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social, *contribui para o bem-estar e o florescimento humano de indivíduos e comunidades?* De que modo? Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?
- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado? O que necessita de ser feito?

A legitimidade destas questões assenta no pressuposto de que o bem-estar e o florescimento humano constituem um imperativo ético das sociedades humanas, como discutido e estabelecido em secções anteriores, particularmente na Parte II.

Pode argumentar-se, porém, que o bem-estar e o florescimento humano são objetivos que cabem dentro das obrigações e dos pressupostos de intervenção das ações de iniciativa pública, mas não, necessariamente, nas ações de iniciativa privada, na medida em que, numa economia de mercado, os projetos privados têm como objetivo principal a reprodução do capital investido, a remuneração dos investidores, acionistas e outros detentores de capital, sem os quais a economia não funcionaria, não haveria investimento, criação de riqueza e emprego, em suma, crescimento económico e desenvolvimento. Ou seja, se o bem-estar e o florescimento humano poderão ou deverão constituir o desígnio dos projetos de interesse e iniciativa pública, este desígnio não se aplicaria ou, no máximo, apenas se aplicaria de forma secundária ou limitada, aos projetos de iniciativa privada nos quais a lógica e o princípio da remuneração do capital investido e da sua reprodução cíclica são prevaletes.

Reencontramos, portanto, o choque de racionalidades que tem estado presente ao longo deste trabalho, entre uma racionalidade substantiva que coloca o bem-estar humano no centro das preocupações e uma racionalidade formal centrada na lógica de mercado.

Este choque de racionalidades que, como já analisado, se situa no centro da problemática do desenvolvimento sustentável (e no centro da problemática da própria modernidade ocidental), não poderia deixar de surgir também ao nível da avaliação da sustentabilidade, quer se trate de avaliação da sustentabilidade social ou, de forma mais ampla, de avaliação da sustentabilidade socioambiental.

Não vamos retomar esta discussão, mas voltamos a chamar este tema à colação apenas para afirmar o pressuposto de que, se aceitarmos o princípio definido no Relatório Brundtland, segundo o qual “Os objetivos de desenvolvimento económico e social devem ser definidos em termos de sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, orientados para a economia de mercado ou para a economia centralmente planificada (...)” (WCED, 1987, p.41), então, a avaliação da sustentabilidade social (e ambiental) dos projetos, é legítima tanto ao nível dos projetos públicos, como dos projetos de iniciativa privada, sejam estes considerados, ou não, oficialmente (pelos Governos), como de interesse público.

A perspectiva de sustentabilidade social entendida como florescimento humano, sendo emancipatória, pressupõe o primado do bem-estar humano e não o primado da perspectiva do lucro legitimado pela posse de capital (nas suas diversas formas).

Nesta perspectiva, nenhuma ação ou projeto com impacto público (em maior ou menor escala), seja ele de iniciativa pública ou privada, pode eximir-se a uma avaliação da sua sustentabilidade social ou, dito de outro modo, do seu contributo para o bem-estar e o florescimento humano.

Importa e é justo, aliás, sublinhar que esta temática do contributo para o bem-estar humano e o desenvolvimento social tem vindo a ser integrada, ainda que de forma limitada, contraditória e, por vezes, apenas para efeitos de imagem ou marketing, nos princípios e práticas de empresas e organizações empresariais, à escala nacional e internacional, no âmbito de políticas e práticas com diversas designações, mas mais frequentemente designadas por *Corporate Social Responsibility* (Responsabilidade Social das Empresas) que visam a responsabilidade social não apenas interna (relativamente aos trabalhadores), mas também externa quer na relação com parceiros comerciais quer relativamente às comunidades em que se inserem¹⁴. Este não é, porém, o tema do presente trabalho.

Finalmente, importa também referir que as próprias instituições financeiras internacionais (veja-se, por exemplo, as instituições signatárias dos *Princípios do Equador*) e os bancos e agências de cooperação internacional e desenvolvimento (por exemplo, o Grupo Banco Mundial) preconizam e exigem a avaliação da sustentabilidade ambiental e social de projetos privados por elas financiados.

11.3 Configuração geral do modelo de avaliação

11.3.1 Nota inicial

Como já referido, pretende-se dar contributos para a estruturação de um modelo de avaliação da sustentabilidade social que responda a várias exigências e características, consensualizadas no campo da avaliação da sustentabilidade (ver capítulo 10, ver Bond et al, 2013):

¹⁴ A literatura sobre esta temática é crescente e abundante. Ver, por exemplo, Dalal-Clayton e Sadler, 2014, Capítulo 10, para uma perspectiva geral sobre o tema.

- Um modelo aplicável ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos;
- Um modelo processual estruturado e coerente;
- Um modelo orientador e pró-ativo e não apenas reativo;
- Um modelo que, embora centrado na avaliação, constitua também um processo de aprendizagem e promoção da sustentabilidade social e da sustentabilidade em geral;
- Um modelo participativo.

Trata-se de um conjunto de temas muito amplo e complexo que não pode ser tratado na sua totalidade e em profundidade numa só tese de doutoramento.

No âmbito dos limites e objetivos específicos do presente trabalho, **o foco** são as questões relacionadas com a **definição e aplicação, na avaliação, dos critérios de sustentabilidade social**, na sequência dos princípios e objetivos de sustentabilidade social identificados na Parte II.

No entanto, e porque esta dimensão não pode ser devidamente compreendida isoladamente das restantes, será feita também uma abordagem mais geral de outras dimensões do processo de avaliação, de modo a obter uma perspetiva de conjunto.

11.3.2 Perspetiva geral dos processos de avaliação - níveis de análise e intervenção

A configuração de qualquer modelo de avaliação participativo implica considerar, à partida, dois níveis de análise e os respetivos problemas de integração (Figura 11.1).

Estas questões são comuns aos processos de avaliação que implicam envolvimento de partes afetadas e interessadas e o que é dito seguidamente apenas pretende formalizar e esquematizar algumas das principais questões envolvidas, na medida em que também se aplicam à avaliação da sustentabilidade social.

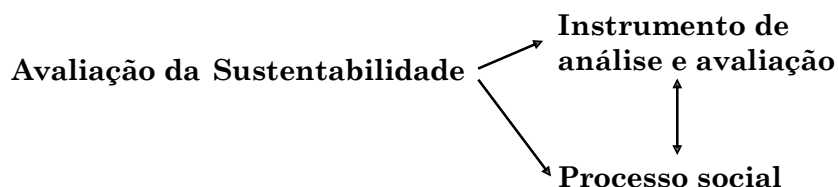
Como já referido no capítulo 10, um modelo de avaliação participativo incorpora uma dupla dimensão:

- i) A de instrumento de avaliação e
- ii) A de processo social.

Figura 11.1 – Níveis de integração e análise

Avaliação da sustentabilidade social

- DOIS NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO
- DUPLO NÍVEL DE ANÁLISE



Estas duas dimensões são indissociáveis, mas têm exigências qualitativamente distintas.

Enquanto *instrumento de análise e avaliação*, coloca exigências de:

- a) Tipo pericial, analítico, científico e técnico;
- b) Tipo ético-normativo.

Enquanto *processo social*, coloca exigências de:

- a) Consideração dos quadros legais e regulamentares aplicáveis ao processo;
- b) Representação e representatividade, dos interessados e afetados;
- c) Identificação e gestão de poderes, subalternidades e vulnerabilidades;
- d) Comunicação e, conseqüentemente, tradução e comensurabilidade entre conhecimento e linguagem técnico-científica e conhecimento e linguagem comum;
- e) Confronto de ideias, perspectivas, interesses;
- f) Deliberação democrática.

Na perspectiva do avaliador ou equipa de avaliação (seja qual for a sua posição no nível configuracional representado na Figura 11.3), esta dupla dimensão implica dois níveis de análise e ação, que designamos de *conceptual* e *configuracional*, e que são discutidos seguidamente.

11.3.2.1 Nível *conceptual*

Este nível incorpora e procura articular uma dimensão científica ou técnico-científica e uma dimensão ética e normativa.

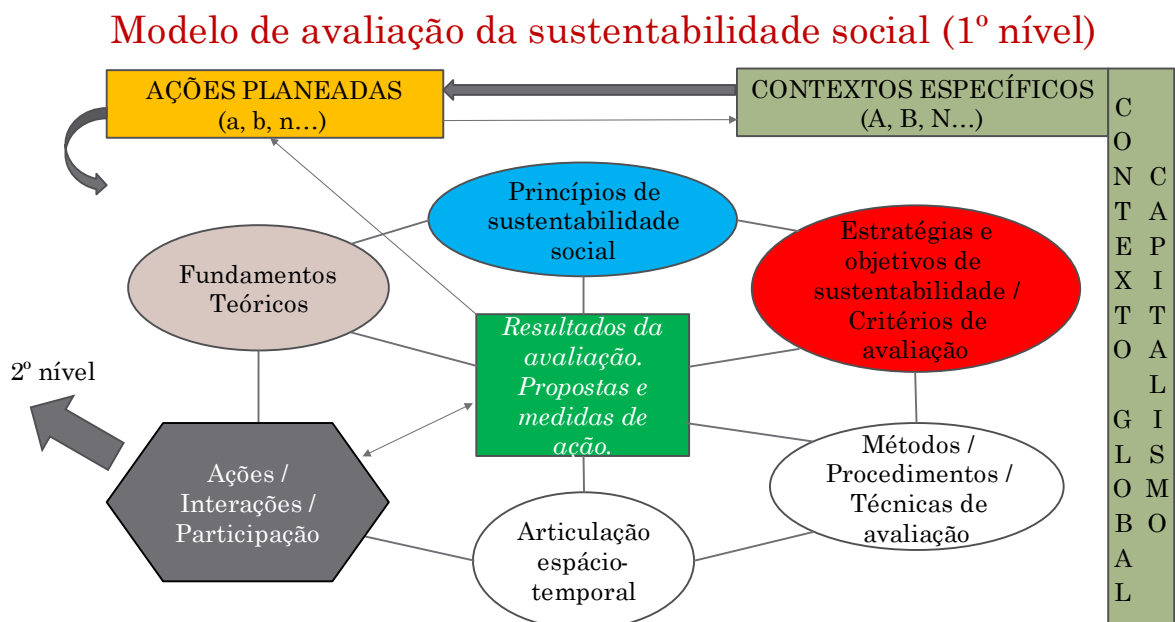
O nível conceptual é o nível em que se estrutura o processo de conhecimento sobre a realidade na qual o projeto se irá inserir e que irá alterar. Nesta perspetiva, trata-se de um nível de ação de tipo científico ou técnico-científico, com as concomitantes exigências de natureza pericial. No âmbito da avaliação da sustentabilidade social, este nível pode convocar o conhecimento pericial de várias (ou todas) as disciplinas das ciências sociais e até mesmo de outras disciplinas.

Mas este é, também, o nível em que se estruturam os critérios de avaliação que possibilitam determinar o valor positivo, negativo ou neutro das ações avaliadas, numa perspetiva de sustentabilidade social. Nesta base, o nível conceptual é também de natureza ética.

Finalmente, em função dos resultados das avaliações, são propostas e estabelecidas ações no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade social. Nesta perspetiva, o nível conceptual é ético-normativo.

A Figura 11.2 constitui uma tentativa de esquematização da complexidade envolvida no nível conceptual.

Figura 11.2 – 1º Nível de avaliação – nível conceptual



A figura deve ser lida do seguinte modo: (i) Considerando determinadas ações (a, b, n), a avaliar (ii) no respetivo contexto global (capitalismo globalizado) e (iii) nos respetivos

contextos específicos (geográficos, políticos, sociais, culturais, institucionais, legais), a avaliação da sustentabilidade social dessas ações é efetuada com base em (iv) princípios, estratégias, objetivos e critérios de sustentabilidade social, estruturados por fundamentos teóricos, (v) operacionalizados por meio de métodos, procedimentos e técnicas de avaliação, (vi) considerando as escalas espaço-temporais pertinentes, e vii) o envolvimento e interação com as partes afetadas e interessadas, conduzindo a (viii) determinados resultados de avaliação e (ix) consequentes propostas de ação no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade das ações avaliadas e dos seus efeitos nos respectivos contextos.

Este processo não constitui, porém, um circuito fechado de ciclo único. Trata-se de um processo iterativo quer por razões internas ao nível conceptual (iteração como um dos meios de lidar com a complexidade) quer por razões 'externas' resultantes da interligação com o nível configuracional. Ou seja, o processo de avaliação, em si, e os respectivos resultados e propostas, têm que ser submetidos à discussão pública, envolvendo os interessados e todos os afetados, e ser aí consensualizados e validados. Dos processos de discussão pública realizados no nível configuracional podem resultar novos dados, elementos, informações, exigências e propostas de ação que retroagem sobre o nível conceptual, exigindo novo(s) ciclo(s) de iteração (ver Figura 11.3).

11.3.2.2 Nível configuracional

É no nível configuracional que a avaliação *emerge* como processo social em toda a sua dimensão, como processo de interação, embora limitado no tempo, no espaço e no âmbito. Antes de analisar este nível com mais algum detalhe importa clarificar os conceitos de *nível* e *configuração*, aqui adotados.

O conceito de *nível* é adaptado da corrente filosófica do realismo crítico. Esta corrente concebe a realidade social e o mundo em geral como ontologicamente estratificados em níveis ou escalas, em que cada nível é irreduzível ao nível mais básico, na medida em que possui *propriedades emergentes* e *poderes causais* que o tornam qualitativamente distinto e irreduzível ao nível de que emerge (Bhaskar, 2010; Sayer, 2010). É neste sentido que os poderes ou as vulnerabilidades de uma comunidade não podem ser reduzidos a uma mera soma dos poderes e vulnerabilidades de cada um dos indivíduos que a constituem.

No caso das avaliações participativas, o nível configuracional, sendo plural, representativo e intrinsecamente interativo, implica o confronto entre uma potencial pluralidade de visões do mundo, racionalidades, sistemas de conhecimento, posições sociais, interesses, valores e verdades (Elling, 2008), que o tornam qualitativamente diferente e irreduzível ao nível conceptual, e com *poderes causais* que podem condicionar e/ou conduzir a conclusões e decisões diferentes das definidas no nível conceptual. Assim, por exemplo, se no nível conceptual predomina o conhecimento de tipo científico ou técnico-científico, no nível configuracional este tipo de conhecimento tem que defrontar-se e relacionar-se com o conhecimento comum e o senso comum.

O conceito de *configuração* é adaptado do conceito de *figurations* de Norbert Elias, entendido como teias de interdependências funcionais entre pessoas, regidas por relações assimétricas de poder(es), num entrançado flexível de tensões, formando padrões dinâmicos e mutáveis, cujo decurso resulta das ações de indivíduos interdependentes (Elias, 2011; Dunning e Hugues, 2013).

Na Figura 11.3 procura-se esquematizar o nível configuracional dos processos de avaliação. Este nível configura-se como uma rede estruturada de interações e interdependências entre os diversos atores e agentes interessados ou afetados pelas ações cuja sustentabilidade está a ser avaliada. A *configuração* é determinada pelos *contextos* (geográficos, políticos, sociais, culturais, institucionais, legais) em que se estrutura.

Os principais atores e agentes são o *promotor* da ação em avaliação, o *avaliador* (ou equipa de avaliação), a *autoridade pública* que regula e supervisiona o processo de avaliação, e as *pessoas, grupos, comunidades* afetadas pela ação e/ou nela interessadas.

Quando o processo de avaliação não está enquadrado no âmbito de processos legalmente institucionalizados, a *autoridade pública* não é incluída.

Entre estes agentes e atores, e no seio de cada um deles, há diversidade de posições sociais e assimetrias de poder (económico, político, social, cultural) que condicionam e determinam: a) o tipo de interação que se estabelece, b) o decurso do processo e c) os resultados/decisões a que se chega (Guerra, 2006). A identificação e reconhecimento destas assimetrias, respetivas lógicas e condicionamentos que introduzem nestes

processos é fundamental para que a interação entre pessoas e grupos seja o mais possível equilibrada e dela possam resultar consensos e acordos.

Nesta interação, defrontam-se diferentes concepções do mundo, valores, racionalidades e, como já referido anteriormente, defrontam-se diversas formas de entender e desenvolver a avaliação ao nível conceptual.

O facto de haver um ator ou agente com o papel, pré-definido e oficializado, de avaliador, não só não impede, como não exime, os restantes atores e agentes de desenvolverem e aplicarem, no todo ou em parte, os seus próprios modelos, princípios, métodos, formas e critérios de avaliação, dos quais podem resultar conclusões e propostas de ação diferentes e até opostas.

Dito de outro modo, cada um dos atores ou agentes faz ou pode fazer, em maior ou menor grau, com maior ou menor pericialidade e profundidade, com maior ou menor volume de recursos, a sua própria avaliação das ações do projeto em causa.

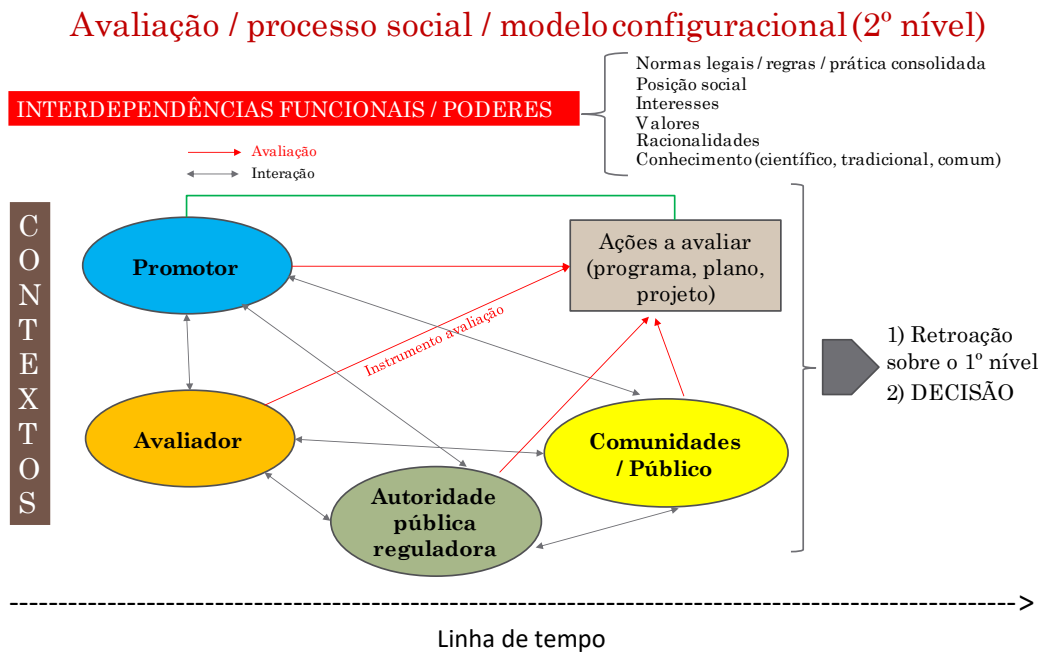
O resultado é um 'confronto de verdades', embora sempre marcado por relações de poder, do qual pode resultar a consensualização total ou parcial ou a discordância, divergência e contestação (social, política).

Este 'confronto' é mais produtivo quando há uma consensualização das metodologias de avaliação entre os diversos atores, o que não é fácil de alcançar. No mínimo, é importante que as diversas metodologias possam ser comensuráveis.

O resultado deste 'confronto' pode originar retroação sobre o nível conceptual, conduzindo a novos ciclos de avaliação que, por sua vez, realimentam novos ciclos de deliberação no nível configuracional, até o processo ser encerrado com a tomada de decisão final sobre a ação em avaliação, por quem tem legitimidade legal para o fazer, geralmente a autoridade pública reguladora e o poder político que a superintende, nos casos em que as avaliações se enquadram em processos legalmente institucionalizados e regulamentados. Tanto estes processos como os processos de avaliação de natureza menos formal (do ponto de vista de exigências e regulamentações legais) podem ser (e são-no frequentemente) concluídos com acordos entre o promotor e as pessoas e comunidades afetadas ou interessadas. As figuras da *Licença Social para Operar* e dos *Acordos de Impactes e Benefícios*, atualmente com aplicação crescente ao nível da avaliação de impacte social de projetos, são uma

expressão destas situações (Vanclay et al, 2015, Jijelava, 2019, Cascadden et al, 2021), embora com limitações (Cameron e Levitan, 2014).

Figura 11.3 – 2º Nível de avaliação – nível configuracional



Verifica-se, portanto, uma articulação iterativa entre o nível conceptual e o nível configuracional, e as iterações, idealmente, só deveriam terminar depois de atingido um consenso, uma vez que o resultado final da avaliação, em termos de tomada de decisão, se joga sempre no nível configuracional, cabendo a última palavra (decisão) à entidade ou entidades que têm poder e legitimidade para decidir.

Se o poder de decisão está, geralmente, consignado no corpo legislativo e regulamentar aplicável ao processo e, em última instância, cabe geralmente ao poder político, a legitimidade da decisão não resulta apenas da legitimidade formal inerente à representatividade da entidade decisora (governo eleito, por exemplo) (Elling, 2008). A legitimidade joga-se também no nível discursivo, no referido confronto de verdades, na argumentação apresentada pelas diversas partes, e joga-se na legitimidade e credibilidade do conhecimento produzido para sustentação das razões aduzidas no discurso, seja esse conhecimento de natureza técnico-científica, seja de natureza tradicional ou baseado no senso comum.

Recorrendo a Boaventura Sousa Santos (2018, 2020), poderemos referir que o que está em causa é também um confronto entre epistemologias e respetiva legitimidade política, social e cultural.

Os processos institucionalizados de consulta pública integram-se nesta tipificação geral. É o caso, como exemplo entre outros, da Avaliação de Impacte Ambiental que, em Portugal, é regulada pelo Decreto-Lei nº 151-B/2013, na sua versão atual. Porém, tal como acontece com o processo de AIA em Portugal, os processos institucionalizados de consulta pública constituem, geralmente, um momento, de natureza legal-regulamentar, do processo, que é muito mais amplo, de envolvimento das partes interessadas e afetadas, e são, geralmente, muito limitados, sobretudo no tempo, mas também na amplitude da participação, no conteúdo processual e na interação entre as partes.

Aquilo que mais importa não é a estrutura formal. Numa perspetiva de sustentabilidade social, o que está em causa, é assegurar que estes processos são socialmente sustentáveis e decorrem como tal, e identificar e aplicar os requisitos que devem cumprir para que tal aconteça.

Neste contexto global, assume particular e crucial importância a representatividade física e discursiva daqueles(as) que têm menos poder, dos(as) vulneráveis e dos(as) subalternos(as).

Por outro lado, a construção de consensos implica a criação e implementação atempada (tão cedo quanto possível e sempre antes de as posições conflituais se radicalizarem ou extremarem) de condições de interação e diálogo construtivo entre as partes envolvidas que permita a identificação e gestão de diferenças e conflitos, a identificação e discussão de alternativas e a promoção de soluções comuns, ainda que parciais (Vasconcelos et al, 2012).

Outro aspeto crucial, num contexto sempre marcado por assimetrias de poder (político, social e cultural), são as condições, a capacidade e a possibilidade dos afetados, sobretudo os mais vulneráveis, influenciarem a tomada de decisão (Pope e Morrison-Saunders, 2013; O’Faircheallaigh e Howitt, 2013).

No quadro seguinte indicamos alguns dos principais princípios e requisitos, com base na abundante literatura atualmente existente sobre os processos de *envolvimento de partes*

afetadas e interessadas, designação que, apesar de limitada, expressa melhor o que está em causa do que expressões como *consulta do público* ou *participação pública*.

São apresentados os principais princípios, atualmente amplamente consensualizados, inclusivamente integrando as melhores práticas de avaliação de agências das Nações Unidas, bem como de instituições financeiras internacionais de cooperação multilateral e desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimento, entre outros.

Como acontece com outros princípios, orientações, salvaguardas e outros documentos normativos, o principal problema reside na sua efetiva aplicação, que fica geralmente muito aquém dos que os princípios e requisitos estabelecem.

Quadro 11.1 – Envolvimento de partes afetadas e interessadas

Dimensões	Princípios e requisitos para um envolvimento socialmente sustentável de partes interessadas e afetadas pelos projetos
Tempos e momentos	O envolvimento de partes interessadas deve ser realizado ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos, da conceção à desativação (EIB, 2020; WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a).
Disponibilização de informação	Os promotores devem disponibilizar aos interessados e afetados toda a informação relevante sobre os projetos, de forma atempada, transparente, acessível e compreensível (WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a; IFC, 2007; André et al, 2006; O’Faircheallaigh e Howitt, 2013).
Participação, representatividade, vulnerabilidades e subalternidades	Deve ser assegurada a participação e representação (e a representatividade) de todos os potencialmente afetados, em particular os mais vulneráveis, marginalizados, com menor poder e/ou capacidade de expressão e reivindicação (EIB, 2020; WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a; IFC, 2007; André et al, 2006; O’Faircheallaigh e Howitt, 2013).
Liberdade e capacidade de expressão e comunicação	O envolvimento das partes interessadas e afetadas deve ser efetuado sem manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação. Devem ser criadas condições para a expressão de todos os pontos de vista, incluindo os daqueles com menor capacidade de expressão (EIB, 2020; WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a; IFC, 2007; André et al, 2006).
Contexto cultural	As partes interessadas e afetadas devem ser envolvidas de forma culturalmente apropriada, tendo em conta os contextos históricos, culturais, políticos e sociais (EIB, 2020; WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a; IFC, 2007; André et al, 2006; O’Faircheallaigh e Howitt, 2013).
Tomada de decisão	O envolvimento das partes interessadas e afetadas deve contemplar o poder de influenciar a tomada de decisão (EIB, 2020; WB, 2017; Vanclay et al, 2015; ADB, 2012a; IFC, 2007; André et al, 2006; O’Faircheallaigh e Howitt, 2013).

11.4 Operacionalização do modelo de avaliação

11.4.1 Delimitação do âmbito da análise: nível de projeto e nível conceptual

Nível de projeto

Como explicado na introdução ao presente capítulo, nesta seção o presente trabalho incide, apenas, no nível de projeto, seja este materializável na construção de determinada infraestrutura (e.g., aeroportos, estradas, linhas elétricas), na exploração de determinado recurso (e.g., mineração), na construção de determinada unidade de produção ou comercialização (e.g., fábricas, superfícies comerciais) e outros tipos de projetos que implicam intervenção no território, ou seja um projeto de natureza ‘imaterial’ (e.g., projetos de educação, de redução da pobreza, de prevenção da violência doméstica).

Para além de necessidades de delimitação de objeto, esta opção prende-se com o facto de o autor do presente trabalho desenvolver a maior parte da sua atividade ao nível da avaliação de projetos, mas também, e sobretudo, porque é ao nível do projeto que as ações se traduzem e concretizam em efeitos sobre pessoas, grupos e comunidades, e podem promover mudança, a nível individual e social. Um projeto pode resultar de determinada política, ser delimitado por determinado exercício de planeamento, e configurado por determinado programa. No entanto, é apenas ao nível do projeto e da sua implementação que os efeitos efetivamente se concretizam e a mudança acontece.

A questão da relação entre a avaliação ao nível de projeto e a avaliação ao nível das políticas, planos e programas tem grande importância, mas não é o objeto do presente trabalho.

Nível conceptual

Considerando os limites de uma tese de doutoramento, e os objetivos específicos do presente trabalho, no âmbito da definição e operacionalização do conceito de sustentabilidade social, o foco da análise é o que se designou por *nível conceptual*, na perspetiva do avaliador, e a operacionalização ao nível dos critérios de sustentabilidade., Desta forma, o que se designou por *nível configuracional* não será objeto de desenvolvimento para além dos aspetos gerais já analisados anteriormente, apesar da importância central nos processos de avaliação.

Esta secção é, portanto, dedicada à operacionalização do que acima se designou de *nível conceptual* da avaliação, ou seja, o nível em que se estrutura o processo de conhecimento sobre a realidade na qual o projeto se irá inserir e que irá alterar; o nível em que se estruturam os critérios de avaliação que possibilitam determinar o valor positivo, negativo ou neutro das ações avaliadas, numa perspetiva de sustentabilidade social; o nível em que, em função dos resultados das avaliações, são propostas e definidas ações no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade social.

Os fundamentos teóricos e os princípios éticos (princípios de sustentabilidade social) foram desenvolvidos nas partes I e II deste trabalho.

É o momento, portanto, de avançar no sentido de operacionalizar os princípios de sustentabilidade social em critérios de sustentabilidade social e de abordar a questão dos indicadores, bem como de configurar a metodologia de avaliação.

Nas subsecções seguintes são abordados os seguintes aspetos:

- i) Descrição da metodologia geral do processo de avaliação;
- ii) Aplicação da avaliação ao longo do ciclo de vida dos projetos;
- iii) Estrutura analítica e dimensões de análise da realidade social em que os projetos se inserem;
- iv) Definição de critérios de sustentabilidade social que permitam operacionalizar a avaliação e discussão sobre a questão dos indicadores.

11.4.2 O processo metodológico

11.4.2.1 Introdução

O processo metodológico encontra-se esquematizado na Figura 11.2, apresentada anteriormente na secção 11.3.1.1.

Na presente secção o processo é explicitado, para o caso da avaliação da sustentabilidade social a nível de projeto.

O processo metodológico baseia-se amplamente nas metodologias consolidadas de avaliação de impactes sociais de projetos, mas integra também alguns elementos da metodologia de avaliação ambiental estratégica, geralmente aplicada a políticas, planos e programas.

A perspetiva estratégica pode considerar-se como a zona de intersecção da aplicação de elementos destas metodologias.

Nas subsecções seguintes são abordadas estas questões. Primeiramente, discute-se de que modo a perspetiva estratégica se integra no modelo de avaliação.

Num segundo momento, discute-se a diferença entre avaliação da sustentabilidade social e avaliação de impactes sociais.

Apresenta-se, seguidamente, a estrutura geral da metodologia de avaliação e as fases que comporta.

Num terceiro ponto abordam-se questões relacionadas com o ciclo de vida dos projetos e a avaliação da sustentabilidade ao longo desse ciclo.

O quarto e o quinto pontos, constituem a parte central deste capítulo e são dedicados à estruturação do quadro analítico, à desagregação das dimensões de sustentabilidade, e à operacionalização da avaliação considerando objetivos e critérios de sustentabilidade.

Num último ponto é feita uma abordagem sucinta à questão dos indicadores e às escalas de avaliação.

11.4.2.2 Algumas considerações sobre a perspetiva estratégica em avaliação da sustentabilidade

A perspetiva estratégica constitui um dos elementos centrais da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de políticas, planos e programas. Como já referido na secção 10.1 deste trabalho, a prática de AAE não é, porém, uniforme, distinguindo-se duas tendências principais, uma que segue a lógica, mais reativa, da metodologia de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), outra que integra expressamente e de modo pró-ativo, objetivos e critérios de sustentabilidade e assume a AAE como instrumento de mudança, no sentido de alcançar padrões mais sustentáveis de comportamento e de desenvolvimento (Pope et al, 2004; Partidário, 2015).

A perspetiva estratégica é particularmente valorizada nesta segunda tendência, na medida em que traduz e expressa o comprometimento da AAE com a promoção dos objetivos de sustentabilidade (Partidário, 2012, 2015, 2020). Para Partidário, “Enquanto a AIA se foca na avaliação dos efeitos do desenvolvimento no ambiente, a AAE foca-se nos efeitos do ambiente no desenvolvimento. Isto significa que estrategicamente o ambiente ajuda a

estabelecer condições para o desenvolvimento, e a AAE deve analisar se estas condições estão a ser consideradas nos processos de desenvolvimento” (Partidário, 2012:20). Para tal, no processo de AAE, devem ser criados “**caminhos para a sustentabilidade**, e **diretrizes** que apoiem esse percurso. Caminhos para a sustentabilidade é o termo usado para exprimir as **opções estratégicas** para o desenvolvimento, que nos ajudam a ir de onde estamos até onde queremos chegar, a nossa visão de futuro” (idem, p. 33). No entanto, Partidário parece reservar esta perspetiva estratégica apenas para a formulação de políticas e objetivos de longo prazo, distinguindo entre “planos e programas com uma natureza estratégica” (aqueles que, entre outros aspetos, são determinados pela visão de um futuro desejável e têm objetivos estratégicos de longo prazo consistentes com essa visão) e “planos e programas sem uma natureza estratégica” (aqueles que têm objetivos imediatos, de curto e médio prazo e são motivados por ações que pretendem resolver problemas concretos imediatos) (idem, p. 9). O corte parece ser ainda mais acentuado no que respeita aos projetos, quando defende a necessidade de mudar de uma cultura de tomada de decisão de tipo operacional, característica do nível de projeto, para uma cultura de tomada de decisão de tipo prospetivo (Partidário, 2015).

É certo que a perspetiva estratégica quando aplicada a escalas mais amplas, como é o caso de políticas e planos, implica uma amplitude de ação e intervenção (geográfica e temporal), que não é comparável com a escala de projeto, mesmo quando se trata de projetos de grande dimensão. No entanto, a procura de concretizar objetivos de sustentabilidade é uma componente central da perspetiva estratégica que, enquanto tal, pode e deve estar presente seja a nível de políticas e planos seja a nível de projeto. O ponto que se pretende aqui marcar, portanto, é o de que não só é possível pensar os projetos estrategicamente, numa perspetiva de objetivos de sustentabilidade, como tal é necessário, se queremos concretizar, efetivamente, as políticas de sustentabilidade, como refere Gibson (2005, 2006, 2012). Dito de outro modo, a escala de projeto implica operacionalidade, mas essa operacionalidade deve ser orientada e aferida por objetivos de sustentabilidade.

Se é criado um hiato entre a tomada de decisão a nível de planeamento sustentável estratégico e a tomada de decisão ao nível do planeamento dos projetos, considerado estes últimos apenas numa perspetiva operacional, então, os objetivos de sustentabilidade

poderão nunca ser atingidos ou, pelo menos, não ser atingidos na sua plenitude, porque é a nível de projeto que tudo se materializa nas pessoas, no território e no ambiente. Políticas e planeamento sustentáveis podem contribuir para, mas não asseguram, só por si, projetos sustentáveis. Para que os projetos sejam sustentáveis têm que ser concebidos e executados numa perspetiva de sustentabilidade. E esta perspetiva tem uma componente estratégica, na medida em que discute e operacionaliza, a nível do projeto, das fases e ações de projeto e da sua materialização no território e no ambiente, a visão e os objetivos de sustentabilidade.

As estratégias de longo prazo não podem concretizar-se sem o seu desdobramento em estratégias de médio e de curto prazo, e da sua materialização nas ações do presente. Estratégia não é 'sinónimo' de longo prazo, é sinónimo de objetivos desejáveis e orientações gerais para os atingir. Os caminhos possíveis para os alcançar são do domínio da tática. O âmbito da perspetiva estratégica depende, assim, da escala geográfica e da escala temporal da ação que estamos a considerar. Permanecendo no campo da terminologia militar, pode falar-se de uma estratégia para a guerra, mas também da estratégia para uma batalha. Passando da terminologia militar para uma terminologia desportiva, pode falar-se numa estratégia para uma prova de ciclismo por etapas, mas também de uma estratégia para cada etapa. Num jogo de futebol a estratégia tem uma escala temporal máxima de 90 ou 120 minutos, a qual pode ser concretizada por meio de um ou vários sistemas táticos. E nada impede que, se necessário, a estratégia possa ser alterada, no decurso dos 90 ou 120 minutos.

Na escala temporal das políticas, os objetivos estratégicos de sustentabilidade são de longo prazo. Na escala temporal dos projetos, os objetivos estratégicos de sustentabilidade são de médio e, sobretudo, de curto prazo. Como refere Gibson (2005:60), "O conceito de sustentabilidade em todas as suas formulações diz respeito tanto ao bem-estar de longo prazo como ao bem-estar de curto prazo".

A perspetiva de sustentabilidade a nível de projeto é, assim, não apenas uma forma de procurar assegurar resultados sustentáveis, como é também uma forma de assegurar continuidade e alguma coerência entre a avaliação de políticas, planos e programas e a avaliação de projetos.

11.4.2.3 Avaliação de impactes sociais ou avaliação da sustentabilidade social?

Da discussão desenvolvida na secção anterior resulta que, à escala de projeto, a avaliação social e ambiental tem que lidar com duas lógicas: uma lógica de sustentabilidade e uma lógica de operacionalidade.

A lógica operacional traduz-se no desenvolvimento e implementação do projeto, considerando os seus objetivos específicos (construir e manter a funcionar uma estrada, por exemplo). Como já discutido anteriormente neste trabalho, a AIA segue esta lógica e intervém de forma preventiva, mas também reativa, avaliando o projeto em função dos seus potenciais efeitos no ambiente (incluindo a dimensão social), preconizando, sobretudo, a definição e aplicação de medidas mitigadoras de impactes negativos, as quais podem traduzir-se (e, frequentemente, se traduzem), em alterações no *design* do projeto. Em função da crescente preocupação sobre as questões da sustentabilidade e dos objetivos de sustentabilidade, a AIA tem vindo progressivamente a considerar também os impactes positivos e a sua maximização. No entanto, esta dimensão continua por desenvolver suficientemente, e os impactes positivos são frequentemente considerados como algo de adquirido, ou como um 'bónus' do projeto, que, como tal, basta enunciar e não é necessário analisar. A análise dos impactes positivos é também frequentemente utilizada para valorizar o projeto, e sustentar a sua importância e necessidade, numa perspetiva de influenciar a tomada de decisão, caso em que a análise de impactes positivos é mais desenvolvida. No entanto, mesmo que a avaliação de impactes positivos seja aprofundada, não deixa de ser uma avaliação de tipo reativo.

A avaliação de impactes sociais, seja ela realizada dentro dos processos de AIA ou autonomamente, segue, em grande medida, a lógica metodológica preventiva/reativa da AIA e reproduz muitas das suas limitações, na perspetiva da concretização de futuros sustentáveis desejáveis. Quando enfatiza a necessidade de maximizar os impactes positivos, a avaliação de impactes sociais dá alguns contributos para a promoção da sustentabilidade, mas tal não assegura que os objetivos de sustentabilidade sejam atingidos e, enquanto prática reativa aos projetos, muitos aspetos de promoção da sustentabilidade ficam de fora, em função do seu alcance ser limitado, relativamente a

questões mais amplas de sustentabilidade social (Colantonio e Dixon, 2011; Aucamp et al, 2011).

A avaliação da sustentabilidade social engloba a análise dos impactos, na medida em que, para que qualquer projeto se torne operacional, isto é, funcione e tenha valor de uso, tem, necessariamente que ter efeitos, positivos ou negativos, no meio social em que se insere e sobre o qual tem influência.

Mas esta análise de impactos é orientada e enquadrada numa análise de sustentabilidade social que analisa o projeto numa perspectiva dos seus contributos para a promoção da sustentabilidade, com base em critérios de sustentabilidade.

O foco da avaliação da sustentabilidade, seja ela social, ambiental ou social e ambiental, é a promoção da sustentabilidade, tal como foi analisado no capítulo 10.

Se o foco é a promoção da sustentabilidade, então, outra diferença fundamental com a avaliação de impactos, é que todos os projetos são suscetíveis de ser avaliados e não apenas aqueles que, pela sua dimensão, localização (por exemplo, numa área sensível) ou características, são suscetíveis de ter impactos negativos significativos.

Quando o foco da avaliação são os impactos negativos e a sua mitigação, como acontece nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, então, os projetos que se afiguram, após exame inicial, não ultrapassar determinados limiares de dimensão, área ou localização, entre outros aspetos, são excluídos da avaliação.

Quando o foco é a promoção da sustentabilidade, então, qualquer projeto, independentemente das suas características, dimensão e localização deve ser avaliado, no que se refere ao modo e à medida pelos quais contribui para a sustentabilidade. E esta avaliação tanto pode ser feita num contexto regulamentado por via legislativa, como pode ser feita por exigência de boas práticas, no interior da organização promotora do projeto. É neste sentido que alguns autores distinguem entre *avaliação da sustentabilidade externa* (legalmente exigida e regulamentada) e *avaliação da sustentabilidade interna* (Pope e Morrison-Saunders, 2013).

Trata-se de uma análise pró-ativa que interpela e interage com o projeto desde a sua conceção até à total desativação (Colantonio e Dixon, 2011; Aucamp et al, 2011). É claro que se um projeto tem impactos negativos, estes têm que ser analisados e mitigados, mas

com base em critérios de sustentabilidade social. Por outro lado, os efeitos positivos não são analisados em termos de impacto, mas em termos de promoção da sustentabilidade, desde a fase de concepção.

Refletindo a partir da sua prática no campo do *Social Impact Assessment* (Avaliação de Impactes Sociais – AIS), Aucamp et al (2011:10) concluem que ir para além da prática tradicional de AIS no sentido da sustentabilidade social é realizável e deveria constituir um objetivo de cada processo de AIS.

Importa referir que os desenvolvimentos teórico-metodológicos operados na última década e as melhores práticas de AIS têm vindo a procurar maximizar o contributo da AIS numa perspetiva de sustentabilidade social, embora ainda dentro da perspetiva da avaliação de impactes (Esteves e Vanclay, 2009; Vanclay e Esteves, 2011 e 2011a; ADB, 2012; Vanclay et al, 2015; Vanclay, 2020).

11.4.2.4 Estrutura do processo de avaliação

A estrutura geral do processo de avaliação da sustentabilidade social segue a estrutura analítica com a configuração apresentada na Figura 11.2 (ver secção 11.3.1.1), a qual incorpora elementos dos processos metodológicos de avaliação de impactes e de avaliação ambiental estratégica, alguns deles há muito consolidados, outros que emergiram mais recentemente.

Como referido na secção 11.3.1.1, o processo de avaliação pode resumir-se do seguinte modo:

- (i) Considerando determinadas ações (a, b, n), a avaliar
- (ii) no respetivo contexto global (capitalismo globalizado) e
- (iii) nos respetivos contextos específicos (geográficos, políticos, sociais, culturais, institucionais, legais), a avaliação da sustentabilidade social dessas ações é efetuada com base em
- (iv) princípios, estratégias, objetivos e critérios de sustentabilidade social, estruturados por fundamentos teóricos,
- (v) operacionalizados por meio de métodos, procedimentos e técnicas de avaliação,
- (vi) considerando as escalas espaço-temporais pertinentes, e
- vii) o envolvimento e interação com as partes afetadas e interessadas, conduzindo a

(viii) determinados resultados de avaliação e a

(ix) consequentes propostas de ação no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade das ações avaliadas e dos seus efeitos nos respetivos contextos.

A primeira característica a sublinhar é o facto de não se tratar de um processo sequencial unidirecional, nem de um processo em ciclo fechado, mas sim de um processo iterativo, isto é, um processo que se desenvolve em espiral, à medida que progride e a informação vai sendo integrada e processada, embora dentro da sua temporalidade específica (prazo pré-estabelecido para a execução da avaliação e para a tomada de decisão sobre o projeto ou sobre a fase específica em que se encontra no seu ciclo de vida).

Como também referido, trata-se de um processo iterativo quer como forma de lidar com a complexidade quer porque o processo de avaliação, em si, e os respetivos resultados e propostas, têm que incorporar o envolvimento dos interessados e afetados.

Este envolvimento é a segunda característica a sublinhar e não deve confundir-se com o envolvimento resultante dos processos legalmente institucionalizados de participação pública ou de participação das partes interessadas, embora deva estar com ele articulado.

A avaliação da sustentabilidade social, tal como a avaliação de impactes sociais implica a compreensão, análise e diagnóstico da realidade social objeto de avaliação. Ora essa compreensão não pode ser construída apenas com base em análises contextuais e com recurso a dados estatísticos e outros tipos de informação secundária. Tem que ser construída com base em informação e dados primários, junto das pessoas, grupos e comunidades. Este envolvimento não deve, porém, ser unilateral, isto é, servir apenas para recolha de informação, mas bilateral, fornecendo informação sobre o projeto, e promovendo uma base de comunicação e discussão sobre o mesmo, e os respetivos objetivos e potenciais efeitos.

Este processo de envolvimento constitui um eixo de articulação entre o *nível conceptual* e o que anteriormente se designou por *nível configuracional*, mas este último é muito mais amplo, na medida em que abrange os próprios processos deliberativos e de tomada de decisão.

Os processos de avaliação seguem uma série de passos metodológicos que não são meramente sequenciais, mas incluem movimentos de retroação e de iteração.

Tomando como exemplo os processos de Avaliação de Impacte Ambiental, estes incluem, tipicamente, os seguintes passos que os autores consideram aplicáveis à avaliação da sustentabilidade (Dalal-Clayton e Sadler, 2014:69):

- *Seleção dos projetos ou ações a avaliar* ou *screening*, no termo em inglês, momento em que se confirma a necessidade de proceder a avaliação do projeto e o nível a que é feita.
- *Definição do âmbito* ou *scoping* da avaliação, que define as questões-chave a incluir na avaliação, bem como as escalas de análise pertinentes.
- *Análise de impactes*, em que é avaliada a significância dos impactes e definidas medidas de mitigação, no caso dos impactes negativos ou de potenciação, no caso de impactes positivos.
- *Tomada de decisão*, em que se definem as condições de aprovação, ou não, do projeto em avaliação, em função das perdas e ganhos.
- *Monitorização* dos impactes e avaliação de resultados.

No quadro seguinte, são apresentados e analisados com mais detalhe os principais momentos do processo metodológico da avaliação da sustentabilidade social.

Como já referido, a estrutura apresentada não é unilinear, mas inclui momentos de retroação e iteração, e resulta de uma adaptação e reelaboração de elementos de estruturas de análise e avaliação existentes em outros modelos de avaliação (Gibson, 2004, 2005; Esteves e Vanclay, 2009; Vanclay et al, 2015; Partidário, 2012; WB, 2017).

Embora partilhe grande parte dos passos apresentados acima, integra outros momentos necessários à aplicação de uma perspetiva de avaliação e promoção da sustentabilidade social. O momento da seleção das ações (*scanning*) não é incluído, como já explicado, na medida em que, numa perspetiva de promoção da sustentabilidade social, todos os projetos são suscetíveis de avaliação.

Quadro 11.2 – Momentos do processo metodológico de avaliação da sustentabilidade social de projetos

MOMENTOS	AÇÕES
Há retroação entre momentos, isto é, a relação entre momentos e respetivas ações é necessariamente iterativa e não meramente sequencial	
Analisar e compreender o projeto	Compreender os objetivos, a funcionalidade, e todas as características principais do projeto. Conhecer a sua localização/localizações.
Determinar a área de intervenção e de influência do projeto	Determinar e delimitar a(s) área(s), geográfica(s) e social(ais), de intervenção e influência do projeto. Isto é, o espaço territorial e social (inclui o económico, o político e o cultural) no qual os efeitos do projeto se fazem sentir ou poderão fazer-se sentir.
Analisar e compreender os contextos	Definir as escalas geográficas e geopolíticas de contexto (o local, a região, o país, o sistema político, a inserção na divisão de trabalho e economia global e no sistema de relações internacionais). Determinar as escalas espaciais (de lugar) e temporais (fatores históricos e tendências) pertinentes para a análise e avaliação, em função dos objetivos e da área de influência do projeto. Identificar as principais características ambientais, territoriais, sociais e culturais, considerando as escalas referidas. Identificar e analisar o <i>corpus</i> legislativo e regulamentar aplicável ou pertinente para a avaliação da sustentabilidade social do projeto.
Envolver os afetados e interessados	Identificar as partes afetadas e/ou interessadas no projeto (pessoas, comunidades, instituições, agentes económicos, organizações da sociedade civil). Estabelecer uma estratégia de comunicação; identificar e operacionalizar os meios e os processos de comunicação a implementar. Definir, consensualizar e implementar os momentos e as formas de envolvimento e participação ao longo do processo de avaliação, e considerando os diversos momentos do processo metodológico.
Analisar e compreender a área de intervenção e influência do projeto	Compreender as principais características geográficas e ambientais. Caracterizar os principais recursos ambientais e naturais, relacionáveis com o projeto. Caracterizar a estrutura do povoamento e as dinâmicas socioterritoriais. Identificar as características da habitação, as redes de infraestruturas, equipamentos e serviços sociais. Caracterizar a estrutura e dinâmicas sociodemográficas. Caracterizar os modos de vida e de produção de meios de vida. Analisar as estruturas sociais, a estratificação social, as redes de relações, as relações de dominação, dependência e subalternidade. Caracterizar as situações, estados e fatores de vulnerabilidade social, e as dinâmicas de inclusão/exclusão. Compreender as principais características e dinâmicas socioculturais. Caracterizar as principais formas de intervenção e participação na vida pública.
Identificar e elaborar o diagnóstico das principais carências e necessidades em termos de bem-estar e florescimento humano	Necessidades básicas (habitação, saúde, educação). Vulnerabilidades. Trabalho e produção de meios de vida. Acesso à cultura. Oportunidades de lazer e recreio. Desenvolvimento pessoal. Liberdade de expressão e intervenção. Respeito pelos direitos humanos.

MOMENTOS	AÇÕES
Há retroação entre momentos, isto é, a relação entre momentos e respectivas ações é necessariamente iterativa e não meramente sequencial	
	Relações de dominação, exploração, subalternização. Dinâmicas e vias de empoderamento e emancipação.
Identificar as dimensões, os meios e a forma pelos quais o projeto pode contribuir positivamente para promover o bem-estar e o florescimento humano na sua área de influência	Verificar de que modo os objetivos expressos de sustentabilidade do projeto podem ser efetivamente assegurados, potenciados e maximizados. Identificar que potencialidades existem no projeto cuja ativação e atualização permitam contribuir para responder a carências, suprir necessidades e promover o bem-estar e o florescimento humano, nas diversas dimensões de sustentabilidade social.
Definir, para o projeto, a estratégia, os objetivos e as ações de sustentabilidade social a implementar	Definir prioridades. Definir as formas, os meios e as ações a implementar. Alocar recursos técnicos, humanos e financeiros.
Definir os critérios de sustentabilidade social para avaliar o projeto	Estabelecer critérios de sustentabilidade e indicadores para aferir e avaliar a performance do projeto em termos de concretização de objetivos de sustentabilidade social.
Identificar e avaliar os riscos e potenciais efeitos negativos do projeto	Identificar e avaliar riscos e potenciais efeitos negativos, considerando as diversas dimensões de sustentabilidade social.
Definir medidas de prevenção de riscos e de mitigação de efeitos negativos	Definir medidas de prevenção de riscos e de mitigação de efeitos negativos.
Analisar e discutir os <i>trade-offs</i> e decidir sobre a viabilidade do projeto	Analisar o balanço entre os contributos do projeto para a promoção da sustentabilidade social e os efeitos contrários ou negativos. Decidir se o nível de efeitos contrários ou negativos é aceitável, em função das medidas preventivas ou mitigadoras definidas e respetiva eficácia. A participação dos afetados é fundamental e necessária para esta tomada de decisão.
Identificar e analisar a interação, potenciais sinergias e cumulatividade de riscos e efeitos do projeto com outros projetos existentes ou previsíveis	Identificar outros projetos, existentes ou previstos, com intervenção e efeitos na área de intervenção influência do projeto. Analisar potenciais sinergias no sentido da promoção do bem-estar e florescimento humano. Definir ações que aproveitem e potenciem essas sinergias. Identificar potenciais riscos e efeitos negativos cumulativos entre os projetos. Definir medidas de prevenção e mitigação dos efeitos cumulativos.
Monitorizar e avaliar a eficiência e eficácia das ações de sustentabilidade e das medidas propostas	Acompanhar e monitorizar as ações de promoção do florescimento humano, avaliar a sua eficiência e eficácia, verificar se é necessário promover alterações, melhorias, ou implementar novas ações. Identificar a ocorrência de novas carências e necessidades e verificar da possibilidade de lhes dar resposta. Acompanhar e monitorizar as ações de prevenção ou mitigação de efeitos negativos, avaliar a sua eficiência e eficácia, verificar se é necessário promover alterações, melhorias, ou implementar novas ações. Identificar a ocorrência de riscos e efeitos não previstos anteriormente e definir novas medidas.

11.4.2.5 Avaliação e ciclo de vida dos projetos

A noção de *ciclo de vida do projeto* tornou-se ubíqua na teoria e na prática da gestão de projetos, incidindo na definição do processo, na progressão, ritmo, dinâmica e limites do projeto e, concomitantemente, moldando a própria disciplina e o modo de pensar os projetos e organizar o trabalho. O ciclo de vida representa o caminho desde a origem até à conclusão de um projeto e permite aos gestores controlar e dirigir as atividades de uma forma ordenada, metódica e capaz de responder à mudança. A divisão do ciclo de vida em fases, agrupando sequências e tipos de atividades diretamente relacionadas, facilita a sua visibilidade, controlo e execução. (Dalcher, 2019).

Concomitantemente com a grande diversidade de tipologia e objetivos dos projetos, existem inúmeras configurações dos ciclos de vida e respetivas fases e subfases. Embora os ciclos de vida dos projetos possam resumir-se em quatro grandes momentos (conceção; análise/planificação/projeto; execução/implementação; e conclusão/encerramento), a sua caracterização, ainda que em traços muito gerais, exige uma maior desagregação do respetivo faseamento. No quadro seguinte apresenta-se duas das possíveis representações dos ciclos de vida de dois tipos diferentes de projetos: i) projetos de intervenção social e ii) projetos de engenharia que implicam operações construtivas. Importa referir, porém, que os projetos de desenvolvimento incluem, frequentemente, ambos os tipos de projeto.

Quadro 11.3 – Fases do ciclo de vida de projetos

Projetos de intervenção social		Projetos de engenharia	
Fases	Definição	Fases	Definição
1. Identificação dos problemas e diagnóstico	Identificação, localização e delimitação do problema sobre o qual se pretende intervir. Identificar necessidades, estabelecer prioridades.	1. Conceção	Geração de uma ideia para um novo projeto e elaboração de uma proposta inicial de configuração e localização
2. Definição dos objetivos e estratégias	Definição das finalidades, objetivos, estratégias de trabalho e intervenção	2. Estudo de viabilidade	Avaliação da viabilidade do projeto e otimização da solução a desenvolver em projeto
3. Planificação e programação das atividades	Elaboração de programas e projetos. Identificação das atividades e calendarização. Definição de recursos humanos, técnicos e financeiros.	3. Desenvolvimento e planeamento	Desenvolvimento do <i>design</i> do projeto até à sua configuração final. Planeamento e preparação dos requisitos para a fase de construção.
4. Aplicação / execução	Desenvolvimento, acompanhamento e controlo do projeto.	4. Construção	Operações de pré-construção, construção e/ou montagem do projeto.
5. Avaliação de resultados	Verificação e avaliação dos resultados obtidos.	5. Operação / funcionamento	Testagem e funcionamento pleno do projeto.
Adaptado de Guerra (2000), Serrano (2008)		6. Desativação	Encerramento e desativação.

Adaptado de Labuschagne e Brent (2005), Vanclay et al (2017)

O desenvolvimento dos projetos é muito mais complexo do que a esquematização acima apresentada¹⁵. Não cabe, porém, no âmbito do presente trabalho, detalhar esses aspetos. O propósito da análise geral dos ciclos de vida é, fundamentalmente, sublinhar que a avaliação da sustentabilidade social deve estar presente, de forma integrada e coerente, em todas as fases do ciclo de vida.

Em cada uma das fases, devem ser colocadas e respondidas as questões orientadoras anteriormente apresentadas neste trabalho:

- A ação planeada, em avaliação, contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social, *contribui para o bem-estar e o florescimento humano de indivíduos e comunidades?* De que modo? Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?

¹⁵ Considerando, por exemplo, a fase de Desenvolvimento e Planeamento, a Portaria nº 701-H/2008 que estabelece instruções para a elaboração de projetos de obras públicas em Portugal, considera as seguintes fases: Programa Base, Estudo Prévio, Anteprojeto, Projeto de Execução, Assistência Técnica.

- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado?
O que necessita de ser feito?

Só é possível otimizar os projetos, numa perspectiva de sustentabilidade social, se estas preocupações estiverem presentes desde a conceção dos projetos e forem sendo operacionalizadas ao longo de todo o ciclo de vida. Esta perspectiva foi, há muito, integrada nas melhores práticas de avaliação de impactes sociais (veja-se, por exemplo, IGCP,1994). A integração de processos e elementos de avaliação ambiental e social ao longo do ciclo de vida dos projetos tem vindo, aliás, a generalizar-se, ainda que de forma muito diversificada e desigual, no desenvolvimento de políticas governamentais, na prática das organizações empresariais, agências de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais, na procura de alinhar os respetivos processos com os princípios do desenvolvimento sustentável (Labushchagne e Brent, 2005 e 2006, Dreyer et al, 2006, Dalal-Clayton e Sadler, 2014).

A conceção de sustentabilidade social como processo de florescimento humano, adotada no presente trabalho, não poderia, por maioria de razões, deixar de inserir-se nesta tendência, ainda que adotando uma perspectiva crítica.

É legítimo, porém, inquirir se todos os projetos devem cumprir as mesmas exigências de promoção do florescimento humano ou se o âmbito e dimensão dessas exigências dependem da tipologia, características e objetivos específicos de cada projeto.

Em termos práticos, e tendo em conta os dois tipos de projetos cujo ciclo de vida foi acima analisado, se poderá ser evidente que aos projetos de intervenção social, por definição, se colocam exigências de promoção do florescimento humano: i) Será que aos projetos de engenharia deve ser exigido o mesmo? ii) Um projeto cujo objetivo específico seja a construção de uma estrada ou de uma linha elétrica está obrigado a ir para além deste objetivo e integrar, nos seus objetivos, processualidade e execução, fatores e ações de promoção do florescimento humano que vão para além dos benefícios sociais resultantes da funcionalidade, adequada e segura, da estrada ou da linha elétrica? iii) Sendo os recursos, nomeadamente financeiros, sempre limitados, colocar essas exigências não poderá pôr em causa a viabilidade do próprio projeto, encarecendo os custos e, no caso de projetos de iniciativa privada, reduzindo ou anulando a sua rentabilidade?

A resposta às duas primeiras questões só pode ser afirmativa, mas, considerando a terceira, tem que o ser com base no princípio da proporcionalidade. Ou seja, enquanto que num projeto de intervenção social as exigências de promoção do florescimento humano são inerentes, num projeto de engenharia essa promoção deve ser incorporada, como objetivo pleno e não como objetivo menor ou eventual, mas na medida das possibilidades permitidas pela configuração do projeto. Isto implica, necessariamente, que as fases de conceção e análise de viabilidade do projeto incorporem, desde logo, preocupações de sustentabilidade social, de modo a que estas possam ser consideradas e orçamentadas, na sua proporcionalidade. Como refere Dalcher (2019), os estádios iniciais de um projeto são um momento-chave para a definição e configuração de um projeto e a perspetiva dos ciclos de vida deve ter em devida atenção a importância e os impactos das decisões iniciais.

Como já discutido anteriormente, nenhum projeto, seja ele de carácter público ou privado, pode eximir-se à sua responsabilidade social (e ambiental) e ignorar o contexto em que se insere e as repercussões que tem no ambiente, no território, nas comunidades e nas pessoas.

O conceito de ciclo de vida dos projetos não pode, portanto, limitar-se a uma racionalidade meramente instrumental, traduzida num modelo prescritivo e universalmente válido (Dalcher, 2019).

Nesta perspetiva, é a própria gestão de projetos que se vê confrontada com novos desafios e direções de pesquisa, no sentido da adoção de novos modelos e teorias que reconheçam a complexidade dos projetos e da sua gestão, bem como do meio em que se desenvolvem, que conceba os projetos não como processos instrumentais, mas como processos sociais, com um âmbito mais amplo, mais abrangente, multidisciplinar, com fins múltiplos, nem sempre predefinidos, mas permeáveis, contestáveis e abertos a renegociação, e envolvendo profissionais que não tenham apenas formação técnica, mas pratiquem a reflexividade (idem, ibidem).

11.4.2.6 Estrutura analítica e dimensões de análise da realidade social

Uma vez analisados os passos fundamentais do processo metodológico geral de avaliação e discutida a questão da sua aplicação ao ciclo de vida do projeto, analisam-se seguidamente dois aspetos centrais do designado nível conceptual: o quadro de análise das

dimensões de sustentabilidade social e a explicitação, desagregação e proposta de operacionalização destas dimensões e subdimensões e a sua conversão em *critérios de sustentabilidade*

11.4.2.6.1 Quadro analítico

Qualquer modelo de avaliação social de um projeto implica, necessariamente, a análise e conhecimento da realidade social em que o projeto vai inserir-se e modificar. O modelo de avaliação, como acontece com qualquer investigação social, tem, assim, que recorrer a um quadro analítico que lhe permita investigar, caracterizar e compreender, suficientemente, os níveis, as estruturas, dinâmicas e fatores da realidade social que forem pertinentes em função das características do projeto, do território e da realidade social da área de intervenção e de potencial influência do projeto.

Esta estrutura analítica consiste na abstração da realidade em determinadas dimensões e categorias que funcionam como outros tantos pontos de entrada e acesso à realidade. Esta operação de abstração tem consequências que importa ter em conta, a principal das quais é a potencial reificação que resulta da transformação de uma realidade processual, complexa e multiescalar, num conjunto de dimensões relativamente estáticas e autonomizadas.

Esta operação parte, explícita ou implicitamente, de determinada conceção ontológica da realidade, e conseqüente perspetiva epistemológica.

Ora, como já referido anteriormente, em qualquer processo de avaliação com participação pública defrontam-se, potencialmente, diferentes visões do mundo e diferentes epistemologias. O confronto entre epistemologias, como refere Santos (Santos, 2019) pode não só originar incomensurabilidades entre formas de conhecimento, interpretação e valorização da realidade, como também o predomínio da epistemologia dominante e a subalternização de epistemologias não dominantes.

Num processo de avaliação que se pretende socialmente sustentável esta incomensurabilidade tem que ser ultrapassada. É, então, necessário, configurar e utilizar uma estrutura analítica que seja compreensível quer para promotores, técnicos, decisores políticos, quer para as pessoas comuns das comunidades locais, seja qual for o contexto social e político e o local do planeta em que o projeto em avaliação vai ser implementado.

É neste sentido que Smyth e Vanclay (2017) propõem, no campo das avaliações de impacto social, um “modelo social conceptual mas prático para apoiar na avaliação, planeamento e gestão dos impactes sociais dos projetos”.

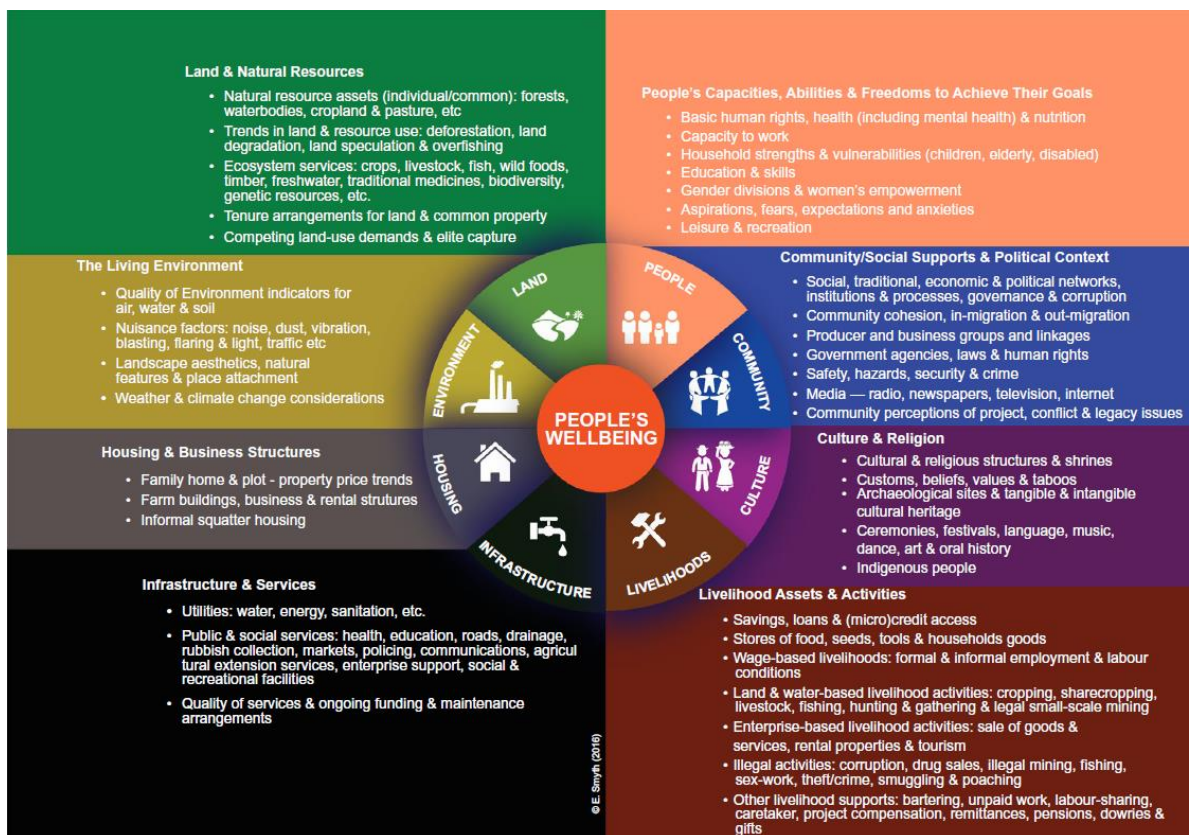
Este quadro analítico, representado na Figura 11.4, inclui 8 dimensões e algumas dezenas de subdimensões, para além de uma configuração visual que procura facilitar a sua compreensão e aplicação em processos participativos, e foi construído com base em critérios como:

- A inclusão de ideias e elementos de outros modelos e perspetivas, entre as quais o *capability approach* de Amartya Sen;
- A compatibilidade com a abordagem dos direitos humanos;
- O alinhamento com os principais standards e melhores práticas internacionais;
- A contribuição para alcançar objetivos sociais desejáveis, como, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Ser prático e participativo.

No âmbito da avaliação da sustentabilidade social encontram-se disponíveis diversos outros modelos ou quadros analíticos, alguns dos quais já referidos e analisados nos capítulos 4 e 5 do presente trabalho, como é o caso do SSAF de Colantonio e Dixon (2011), para a sustentabilidade em meio urbano, o de Lamorguese e Geneletti (2015) ou o de Eisenberg e Jabareen (2017), entre muitos outros.

O quadro de análise que se apresenta adiante, constitui uma proposta, em cuja construção foram integrados contributos de vários destes modelos, principalmente do modelo de Smyth e Vanclay.

Figura 11.4 – Quadro analítico de Smyth e Vanclay para a avaliação do impacto social de projetos



Fonte: Smyth e Vanclay (2017)

Como acima referido, para além de outros contributos, o quadro analítico proposto no presente trabalho adota e integra uma parte dos contributos do interessante modelo de Smyth e Vanclay, nomeadamente, a centralidade do bem-estar humano, a importância do *capability approach* (embora mais na versão de Marta Nussbaum do que na versão Amartya Sen), a perspectiva dos direitos humanos, a referência aos standards e melhores práticas internacionais, e a perspectiva participativa e prática.

Uma das principais diferenças com o modelo de Smyth e Vanclay e outros acima referidos reside, porém, no alcance da perspectiva crítica e de sustentabilidade social que, no presente trabalho, pretende, e procura, ir mais longe, no que respeita aos objetivos de promoção do florescimento humano, a nível individual e relacional, coletivo.

Recordamos que, na Parte II deste trabalho, a demanda pelo significado e sentido do conceito de sustentabilidade social nos conduziu à conceção de sustentabilidade social como *processo de florescimento humano* e como *processo de cuidar*. Enquanto processo

de florescimento humano, implica a promoção do bem-estar, do desabrochamento e diferenciação das potencialidades e capacidades humanas, a superação de subalternidades, a emancipação, das pessoas e comunidades, num processo relacional e não individualístico. Enquanto processo de cuidar, porque o florescimento humano implica uma intrínseca consideração das vulnerabilidades e não é separável de relações de respeito, dignificação, comunhão e de cuidado entre os seres humanos.

A perspetiva crítica assume-se como uma posição crítica sobre determinadas estruturas e práticas sociais, nomeadamente as configuradas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado (Santos, 2018).

Neste contexto geral, a economia não é entendida como um ‘ pilar’ ou esfera autónoma, mas como uma forma particular de relações sociais e de relações entre sociedade e natureza, ou seja, de relações sociais de produção da vida material. Deste modo, a economia é recolocada no seu ‘ lugar’ de forma histórica de relações sociais, e a sua configuração atual não pode ser reificada e considerada como uma forma eterna e ‘ natural’, tão natural como a própria natureza.

Neste sentido, a sustentabilidade social está no centro da sustentabilidade socioambiental. A perspetiva crítica implica, portanto, uma particular atenção à análise das estruturas sociais e culturais e aos poderes causais, negativos ou positivos, que exercem sobre o florescimento humano, enquanto processo emancipatório e processo de cuidar.

Finalmente, de referir que esta perspetiva é, necessariamente, sistémica.

As consequências desta perspetiva para a avaliação da sustentabilidade, são, portanto, as seguintes:

- a) A centralidade da análise crítica das estruturas sociais e culturais e dos seus modos, dinâmicas e fatores de insustentabilidade (vulnerabilização, opressão, subalternização, exploração, alienação);
- b) O foco sobre as situações de vulnerabilidade e processos de vulnerabilização, e a centralidade da valorização das relações de cuidar, de dignificação, solidariedade e todas as dimensões positivas das redes de relações sociais (e crítica das dimensões negativas);
- c) A centralidade da valorização das dimensões de justiça, equidade e igualdade;

d) A centralidade da valorização das dinâmicas de capacitação, *empowerment*, emancipação;

e) A centralidade do respeito pela natureza.

A Figura 11.5 apresenta a configuração global da estrutura analítica e o Quadro 11.4 apresenta as dimensões de análise, desagregadas em várias subdimensões de operacionalização.

A unidade de análise primária são os indivíduos, visto que, como referem Smyth e Vanclay (2017), se verificam significativas desigualdades no âmbito da família, das comunidades e outras esferas, unidades de análise estas que, portanto, não podem ser tomadas como homogêneas.

Porém, é fundamental relevar que não se trata de indivíduos isolados e abstratos, mas de pessoas nas suas configurações relacionais, processos, tempos e modos de vida, contextos socioculturais e territoriais, e estruturas sociais.

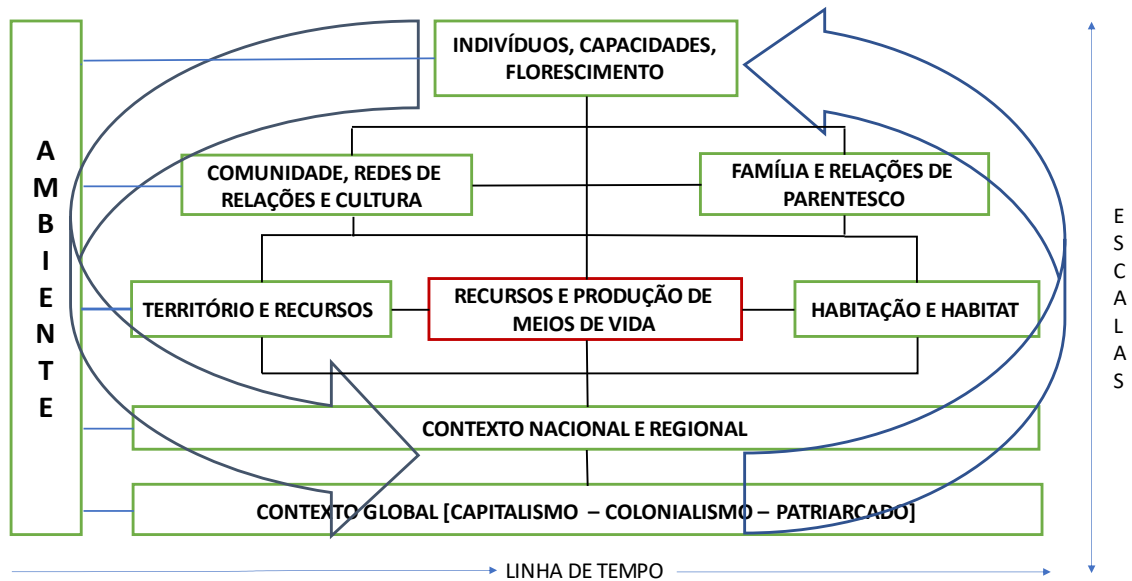
A figura 11.5 procura traduzir a configuração geral da perspectiva sistémica adotada. A análise dos indivíduos e relações sociais, nas diversas dimensões, deve considerar, na medida do possível, as determinações e interdeterminações, resultantes do contexto global, estruturado pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado e respetivas estruturas de poder e dominação, e a forma, transversal, como se traduzem, expressam e reproduzem nas escalas nacional, regional e local, bem como os limites colocados pelo ambiente natural que se colocam igualmente de forma transversal.

No centro do sistema está o trabalho humano (Litig e Grießler, 2005) e, de forma mais ampla, as relações sociais de produção da vida material (Marx, 1976, 1978, 1981, 1982).

Importa, ainda, ter em conta que a partição da realidade em dimensões é um exercício de abstração e que, por conseguinte, na realidade, as dimensões se encontram, ontologicamente, numa relação de articulação e interdeterminação.

Para que ocorram processos de florescimento na dimensão individual, é necessário que esses processos tenham correspondência e suporte nas restantes dimensões e que, por sua vez, se repercutam nelas, num movimento permanente, iterativo e evolutivo, nas escalas espaciais e na escala temporal.

Figura 11.5 – Estrutura analítica



No quadro seguinte, as dimensões de análise são desagregadas em subdimensões que permitam a posterior operacionalização quer no que se refere à caracterização e diagnóstico da situação existente e de processos em curso na área de influência do projeto quer para avaliação da sustentabilidade dos projetos, com base nos respetivos critérios.

As dimensões e subdimensões apresentadas são fatores de investigação e análise, ainda não são objetivos e critérios de sustentabilidade, embora estes estejam implícitos.

Considerando cada uma das dimensões e o conjunto das que forem pertinentes para a avaliação do projeto, trata-se de:

- a) Investigar e averiguar que aspetos estruturais, fatores e dinâmicas da realidade social contribuem ou podem contribuir para o florescimento humano ou, pelo contrário, o obstaculizam, o impedem ou exercem um efeito negativo, contrário ao florescimento;
- b) Em função da análise anterior, fazer um diagnóstico da situação e a identificação de necessidades, em termos de sustentabilidade social / florescimento.
- c) Verificar e avaliar de que modo o projeto pode contribuir positivamente para a satisfação de necessidades e promoção do florescimento e, por outro lado, que efeitos negativos irá exercer ou poderá vir a exercer sobre a sua área de intervenção e influência.

- d) Em função de a), b) e c), definir os objetivos de sustentabilidade que o projeto deve incorporar e implementar e os critérios de sustentabilidade para monitorizar e avaliar se os atingiu.

Em função da configuração concreta dos projetos e dos contextos específicos em que se inserem, as dimensões e as subdimensões apresentadas são abertas, num duplo sentido:

- a) As dimensões e subdimensões podem ser complementadas por outras;
 b) Nem todas as dimensões terão que ser analisadas, mas apenas as que são pertinentes, em função de cada caso específico e respetivo contexto.

São abertas, também, numa perspetiva ética e normativa, logo, ‘política’. Ou seja, quando selecionamos dimensões e subdimensões para análise e avaliação não estamos, apenas, a fazê-lo numa perspetiva técnico-científica, em função do tipo de projeto e das necessidades de contexto, estamos também a selecioná-las em função das nossas convicções éticas e dos nossos objetivos de intervenção e transformação, no sentido da sustentabilidade. Não há ‘biombo’ técnico-científico atrás do qual possamos ‘ocultar’ essas opções, e nos exima de as tomar! Assim sendo, é necessário afirmá-las e assumi-las, quer clarificando a perspetiva que informa e enforma a avaliação quer justificando as opções tomadas e as razões subjacentes às escolhas e omissões.

Quadro 11.4 – Sustentabilidade social: dimensões e subdimensões de análise

Dimensões	Subdimensões
<p>Indivíduos, capacidades e florescimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Habitação digna - Saúde física e mental - Vulnerabilidades e estados de deficiência ou incapacitação - Estados de violação de direitos humanos, risco, opressão, violência, discriminação, exploração, subalternização, repressão, medo e ansiedade - Trabalho digno e produção de meios de vida - Acesso a educação de qualidade, nos diversos níveis de ensino - Acesso a formação profissional - Liberdade de afirmação e expressão de identidades de género, orientação sexual, étnicas e religiosas - Liberdade de movimentos e meios de mobilidade - Acesso à cultura, fruição e expressão cultural - Oportunidades de exercer, expressar e desenvolver os poderes criativos - Oportunidades de desenvolver e exercer um espírito crítico, construir uma visão do mundo e definir uma orientação ética de respeito pelo outro, de dignificação e de solidariedade - Liberdade e oportunidades de participação na vida comunitária e na vida pública, liberdade de associação e intervenção - Dignificação do Outro e ligação aos outros, relações de suporte, apoio e cuidado - Oportunidades de lazer e recreio

Dimensões	Subdimensões
Família e relações de parentesco	<ul style="list-style-type: none"> - Família nuclear (composição, estrutura etária, parentesco, vulnerabilidades) - Relações de parentesco (família alargada) e obrigações familiares - Casamento, dote e estratégias familiares e interfamiliares - Relações de poder, dominação, subalternidade e dependência
Habitação e habitat	<ul style="list-style-type: none"> - Casa (tipo, qualidade construção, água, saneamento, eletricidade, áreas exteriores) - Espaços de atividades complementares (vendas, pequenas lojas e quiosques, quintal/horta) - Tipo de posse da terra e das estruturas e construções (propriedade, arrendamento, ocupação informal) - Disponibilidade de habitação, qualidade e nível de preços - Ambiente (qualidade do ar, qualidade da água, ruído e vibrações, tráfego, contaminação de solos, exposição a resíduos perigosos, riscos de erosão, de inundação e outros riscos naturais, clima e vulnerabilidade a alterações climáticas, paisagem)
Território e recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Relação atual e tradicional com o espaço; apego ao lugar; locais sagrados e com valor simbólico). - Recursos naturais e antropizados (solos, florestas, corpos de água, pastagens naturais, produtos florestais não lenhosos e frutos silvestres, plantas medicinais, madeira e lenha) e pressões sobre os recursos (degradação dos solos, desflorestação, especulação imobiliária, apropriação de espaços comunitários, captura pelas elites) - Coesão territorial, territórios marginalizados ou discriminados
Recursos e formas de produção de meios de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Salariado (emprego formal e informal; níveis salariais; discriminação profissional e salarial, de género, étnica, religiosa, de orientação sexual); condições de trabalho, higiene e segurança; trabalho infantil. - Modos de vida baseados no cultivo da terra (tipo de posse e usufruto da terra, edifícios, construções e estruturas, partilhas, culturas e plantações, criação de animais, autoconsumo e produção para o mercado). - Caça, pesca, apicultura, recolha de produtos florestais não lenhosos. - Garimpo e mineração de pequena escala. - Produção artesanal. - Acesso a microcrédito. - Grau e tipo de inserção na economia de mercado. - Atividade empresarial (indústria, comércio, serviços, turismo). - Atividades ilegais: corrupção; tráfico de drogas; caça, pesca, e exploração florestal ilegais; trabalho sexual; contrabando; roubo/crime. - Outras formas de suporte aos meios de vida: troca de produtos; troca de trabalho por produtos; prestação de cuidados e assistência; indemnizações; remessas de emigrantes; pensões; dotes; dádivas.
Comunidade, infraestruturas, recursos, relações socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas e relações de poder, dominação, dependência e subalternidade - Organização política e administrativa, estruturas participativas - Lideranças comunitárias (tipo, forma, legitimação, funções, poderes, obrigações) - Desigualdades sociais e vulnerabilidades - Infraestruturas básicas (água, saneamento e drenagem, eletricidade, recolha de resíduos, acessos viários, transportes, telecomunicações) - Equipamentos (ensino, saúde, cultura, religião, espaços de lazer, espaços comerciais), qualidade e quantidade - Serviços públicos descentralizados (extensão agrícola, emprego, apoio social, justiça, segurança pública), qualidade e quantidade - Terras comunitárias e recursos naturais comunitários - Espaços comerciais e de abastecimento de produtos - Estruturas e espaços de sociabilidade - Redes de cooperação e entreajuda

Dimensões	Subdimensões
	<ul style="list-style-type: none"> - Discriminações de género, orientação sexual, raça, etnia, casta, religião ou nacionalidade - Criminalidade e segurança comunitária - Fluxos de emigração e imigração - Coesão social, inclusão e exclusão social - Vitalidade social - Cultura, religião e identidades (estruturas culturais e religiosas; costumes, crenças, valores, tabus; saberes tradicionais e locais; património cultural tangível e intangível, santuários, cerimónias, festivais, música, dança, arte, línguas e dialetos, tradição oral) - Organizações sindicais - Organizações Não Governamentais, associações - Meios de comunicação social - Povos indígenas
Contexto nacional e regional	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Corpus</i> legislativo pertinente para a avaliação - Sistema político - Organização político-administrativa - Poderes locais e regionais - Principais características da estrutura económica - Diversificação, desenvolvimento regional e coesão territorial - Políticas, programas e planos pertinentes para a avaliação - Diversidade social e cultural, incluindo <i>povos indígenas</i> (ver Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas) - Desigualdades sociais e níveis de pobreza - Fluxos migratórios
Contexto global	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção no sistema de relações internacionais e esferas de influência geopolítica - Adesão a organizações internacionais - Adesão a Tratados e Convenções - Inserção na divisão mundial do trabalho, presença de multinacionais - Índice de desenvolvimento humano e outros - Presença e atividade de organizações internacionais de apoio ao desenvolvimento

Fontes: Adaptações parciais de Labuschagne e Brent, 2006; Colantonio e Dixon, 2011; Nussbaum (2011); Lamogerse e Geneletti, 2015; Smyth e Vanclay (2017).

A explicitação, desagregação e proposta de operacionalização destas dimensões e subdimensões e a sua conversão em *critérios de sustentabilidade* é efetuada na subsecção seguinte.

11.4.2.6.2 Dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade

Na presente secção retoma-se a questão das dimensões e subdimensões de sustentabilidade, definidas no Quadro 11.4 da secção anterior, no contexto da discussão sobre a configuração da estrutura analítica do modelo de avaliação, procurando avançar na sua desagregação e operacionalização, através de critérios gerais de sustentabilidade. Importa ainda lembrar que estas dimensões e subdimensões procuram concretizar os princípios e objetivos gerais de sustentabilidade apresentados no Quadro 8.3, da secção 8.2.

Pretende-se que haja, deste modo, uma relação de coerência e uma relação sequencial, de progressiva concretização, entre os conteúdos do Quadro 8.3, do Quadro 11.4, e do Quadro 11.5, que se apresenta de seguida.

Como já referido, o conteúdo de cada um destes quadros e o seu conjunto, constituem uma proposta aberta que, aliás, não faz sentido fechar porque:

- a) Cada situação concreta tem especificidades que não podem ser exaustivamente antevistas ou previstas.
- b) Porque se trata apenas de uma porta de entrada ou esquema estimulador da capacidade analítica e avaliativa e não de uma *checklist* de aplicação acrítica e automática. Antes pelo contrário, as questões colocadas sendo instrumentos de entendimento da realidade, são também formas de nos interrogarmos a nós mesmos perante essa realidade e em função da situação de intervenção em que nos encontramos.

O Quadro 11.5 insere-se no processo metodológico geral delineado anteriormente no Quadro 11.2.

Pressupõe, portanto, que alguns passos já foram dados anteriormente, designadamente:

- Análise e compreensão do projeto;
- Determinação e delimitação da área de intervenção e influência do projeto;
- Análise e compreensão inicial de fatores relevantes de contexto (local, regional, nacional, internacional).

O conteúdo do Quadro 11.5 focaliza-se, portanto, nos momentos centrais do processo de avaliação, designadamente nos seguintes:

- Dimensões e subdimensões/temas de sustentabilidade (orientados por princípios de sustentabilidade social) a considerar e analisar;
- Caracterização da situação existente e dinâmicas, na área em que o projeto irá intervir e influenciar, no âmbito das subdimensões consideradas que sejam aplicáveis e pertinentes nos contextos e situações concretas;
- Diagnóstico de necessidades numa perspetiva de sustentabilidade social, isto é, de bem-estar e florescimento humano, e de objetivos de sustentabilidade social;

- Identificação dos objetivos de sustentabilidade social que são relacionáveis com o projeto, em função das características deste, da sua localização e áreas de intervenção e influência.
- Avaliação da configuração, performance e efeitos do projeto, com base em critérios de sustentabilidade social que traduzem os objetivos de sustentabilidade social identificados na sequência do diagnóstico efetuado, e que o projeto, em função das suas características, já incorpora ou pode e/ou deve incorporar.
- Avaliação dos efeitos negativos do projeto, atuais ou potenciais, nas dimensões de sustentabilidade social, causando perdas ou riscos de insustentabilidade, e definição de medidas e ações tendentes a evitar, reduzir ou compensar esses efeitos negativos e riscos.

Para além do que está expresso no quadro, a concretização da avaliação implica uma desagregação dos critérios de sustentabilidade e a sua operacionalização por meio de indicadores, qualitativos e/ou quantitativos, em função das características de cada projeto específico e cada realidade concreta. Os resultados da avaliação devem ser traduzidos numa escala de avaliação. Estes aspetos são analisados na secção seguinte (11.4.2.6.3).

As subdimensões e categorias de análise incluídas no quadro têm um espectro largo, de molde a poderem ser aplicáveis em qualquer parte, embora não se tenha a veleidade, aliás, inútil, de ser exaustivo, pretendendo-se, apenas, tipificar.

Importa, também, lembrar que a estrutura e o conteúdo do Quadro 11.5 estão configurados para a função do avaliador, no contexto do que anteriormente se designou por *nível conceptual*, que é o objetivo da presente secção deste trabalho.

Essa estrutura pode, e deve, ser adaptada para servir de instrumento no âmbito do que se designou por *nível configuracional*, ou seja, num contexto, participativo, de interação entre promotor, avaliador, decisor, e pessoas e comunidades afetadas ou interessadas no projeto.

Importa, ainda, sublinhar, que a estrutura do quadro está desenhada para uma fase em que o projeto já foi objeto de uma primeira configuração, mas pode ainda ser objeto de alterações antes de ser implementado, uma vez que este é o tipo de situações que mais frequentemente se apresentam à avaliação, na prática corrente de avaliação de projetos.

No entanto, a estrutura deverá, também, ser adaptada a cada uma das fases do ciclo de vida do projeto, como analisado na secção anterior deste trabalho.

É particularmente importante aplicá-la na fase de conceção do projeto, de modo a integrar, à partida, os objetivos de sustentabilidade como objetivos a concretizar pelo projeto. Nesta fase, em função do diagnóstico de sustentabilidade efetuado, pode definir-se, desde logo, quais os objetivos de sustentabilidade que podem ser integrados na configuração e planificação global do projeto, ao longo do seu ciclo de vida.

Para a leitura, compreensão e eventual utilização do conteúdo do Quadro 11.5, importa ainda ter em atenção ou voltar a insistir nos seguintes aspetos:

- a) O quadro não pretende ser, não é, nem pode ser, exaustivo, na medida em que não é possível, em abstrato, antecipar todas as situações, dimensões e problemas que se colocam em cada dimensão de sustentabilidade, em cada avaliação concreta e em cada caso específico.
- b) Deste modo, não se trata de uma *checklist*, nem deve ser utilizado como tal. Aliás, as próprias *checklists* não dispensam a reflexão e aplicação crítica. Trata-se, portanto e fundamentalmente, de um quadro que se destina a estimular a reflexão e a orientar a análise de caracterização, o diagnóstico e a avaliação, que terão que ser desenvolvidos e operacionalizados em função das realidades e especificidades de cada caso concreto.
- c) As dimensões de análise propostas (*Indivíduos, capacidades e florescimento; Família e relações de parentesco; Habitação e habitat; Território e recursos; Recursos e produção de meios de vida; Comunidade, infraestruturas, recursos, relações socioculturais*) e as respetivas subdimensões, são vias, perspetivas, 'lentes', 'portas de acesso', de natureza epistemológica, diversas mas complementares, para o conhecimento de uma realidade concreta que é ontologicamente complexa e na qual estas dimensões se articulam de forma interconexa, em múltiplos níveis e escalas.
- d) Nem todas as subdimensões (e, nalguns casos, as próprias dimensões) terão que ser analisadas, mas apenas as que são aplicáveis e pertinentes, em função de cada caso específico e respetivo contexto. Dificilmente um projeto, mesmo com grande

dimensão e área de influência, convocará a análise de todas as subdimensões de sustentabilidade. Tal não significa que a seleção das subdimensões a analisar resulte do 'gosto' ou arbitrariedade de cada avaliador ou equipa de avaliação. Tal como não se trata de uma *checklist* também não se trata de um menu. O avaliador deve, portanto, explicitar quais as razões que justificam as escolhas e as omissões. Dando um exemplo de fácil compreensão, uma análise e avaliação de sustentabilidade social relativa à subdimensão *povos indígenas* (tomando como referência a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas), apenas faz sentido se na área de intervenção e/ou influência do projeto existirem, permanente, sazonal, ou temporariamente, povos indígenas ou se, não estando presentes, mantêm com esse território ligações afetivas, simbólicas, espirituais.

Quadro 11.5 – Dimensões de análise e critérios de sustentabilidade social

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
Indivíduos, capacidades e florescimento	Habitação digna	<ul style="list-style-type: none"> - Direitos e titularidade da posse da terra, das edificações e construções. - Qualidade da habitação. - Preço da habitação. - Qualidade do ambiente. 	<p>1. Caracterização da situação atual e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto dispõem de habitação digna? - Quais as lacunas e carências existentes? - Como se articula e estrutura a sua situação habitacional nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a melhoria do acesso e usufruto de habitação digna?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.</p>
	Saúde física e mental	<ul style="list-style-type: none"> - Estados e níveis de saúde - Nutrição - Histórico de morbidades 	<p>1. Caracterização da situação atual e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de condições adequadas a uma boa saúde física e mental? 	<p>O projeto contribui para a melhoria das condições e estados de saúde física e mental?</p> <p>1) Sim:</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Capacidade de acesso a sistemas e serviços de saúde	- Quais os estados de saúde física e mental? - Como é que as condições e estados de saúde têm evoluído ao longo do tempo? - Quais as lacunas e carências existentes? - Como se articula e estrutura a sua situação de saúde nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.
	Vulnerabilidades e estados de deficiência ou incapacitação	- Fatores de vulnerabilidade pessoal: idade, género, estados de incapacitação, necessidade de cuidados, situações de	1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto encontram-se em situação de vulnerabilidade e/ou risco? - Como se articula e estrutura a sua situação de vulnerabilidade e/ou risco nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal?	O projeto contribui para a superação ou melhoria dos estados de vulnerabilidade e risco? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		migração, pobreza, exclusão, discriminação, dependência, opressão, violência, exploração, criminalidade. - Fatores de risco e vulnerabilidade externa: riscos ambientais, situações de desrespeito pelos direitos humanos, conflito social, insegurança, repressão, migrações, discriminação, exclusão, pobreza, violência baseada no gênero, condições de trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as causas subjacentes às situações de vulnerabilidade e risco? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	Trabalho digno e produção de meios de vida	<ul style="list-style-type: none"> - Modos, formais e informais, de produção de meios de vida. - Sectores e ramos de atividade. - Emprego / desemprego. - Oportunidades de trabalho, condições de trabalho. - Rendimentos e nível de vida. 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto encontram-se em situação de produzir os seus meios de vida de forma digna? - Quais as lacunas e carências existentes? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a melhoria das condições de produção de meios de vida para uma vida digna?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.</p>
	Acesso a educação de qualidade, nos diversos níveis de ensino	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de literacia. - Níveis de escolarização. - Capacidade de acesso aos 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto têm acesso a educação de qualidade? - Quais as lacunas e carências existentes? 	<p>O projeto contribui para a melhoria do acesso a uma educação universal e de qualidade?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria.</p> <p>2) Não:</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		<p>sistemas de ensino.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Situações de discriminação de gênero, étnica, económica, de orientação sexual, de deficiência física ou intelectual. - Qualidade dos equipamentos. - Qualidade do ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.</p>
	Acesso a formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de formação técnica e profissional. - Capacidade de acesso aos sistemas de formação. - Situações de discriminação de gênero, étnica, económica, de orientação sexual, de deficiência 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto têm acesso a formação profissional de qualidade? - Quais as lacunas e carências existentes? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? 	<p>O projeto contribui para a melhoria do acesso a formação profissional de qualidade? O projeto contribui para a existência de apoios e oportunidades de trabalho após a formação?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		física ou intelectual. - Qualidade dos equipamentos. - Qualidade da formação técnica e profissional. - Apoios e oportunidades de trabalho após a formação.	2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.
	Liberdade de expressão e afirmação de identidades de género, orientação sexual, étnicas, culturais e religiosas	- Contextos: regime político, corpo legislativo, direitos humanos, composição étnica e religiosa. - Pessoas na área de influência do projeto: Liberdade de expressão, aceitação social e inclusão ou discriminação, repressão, e exclusão	1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de liberdade de expressão e afirmação de identidades de género, orientação sexual, étnicas, culturais e religiosas? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais os obstáculos e limitações existentes a essa liberdade? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social	O projeto contribui para a existência de condições de liberdade de expressão e afirmação de identidades de género, orientação sexual, étnicas, culturais e religiosas? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Liberdade de movimentos e meios de mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de mobilidade. - Sistemas de transporte. - Liberdade e capacidade de deslocação em segurança. - Mobilidade geográfica. - Acesso a meios de transporte público adequados e de qualidade. 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de liberdade de movimentos e meios de mobilidade? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais os obstáculos e limitações existentes a essa liberdade? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a existência de condições de liberdade de movimentos e meios de mobilidade?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Acesso à cultura, fruição e expressão cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de fruição cultural. - Acesso a equipamentos culturais. 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto têm acesso à fruição e expressão cultural? - Quais as lacunas e carências existentes? 	<p>O projeto contribui para a melhoria do acesso à fruição e expressão cultural?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Oportunidades de expressão cultural	- Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.
	Oportunidades de lazer e recreio	- Acesso a espaços, estruturas e equipamentos de lazer e recreio	1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto têm acesso a espaços, estruturas e equipamentos de lazer e recreio? - Quais as lacunas e carências existentes? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais as causas dessas lacunas e carências? - Quais os obstáculos e limitações para sua superação?	O projeto contribui para a melhoria do acesso a espaços, estruturas e equipamentos de lazer e recreio? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para essa melhoria. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para essa melhoria.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			<p>- Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquela melhoria.</p>
	Oportunidades de desenvolver, exercer e expressar os poderes criativos	- Contextos: a) políticas educativas, de desenvolvimento cultural, de formação profissional; b) contextos de trabalho, possibilidades e oportunidades de criatividade no trabalho; c) contextos familiares; d) contextos associativos e comunitários.	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de liberdade, recursos e oportunidades de desenvolver, exercer e expressar os seus poderes criativos? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais os obstáculos e limitações existentes a essa liberdade?</p> <p>- Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a existência de condições de liberdade, recursos e oportunidades de desenvolver, exercer e expressar os seus poderes criativos?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Pessoas na área de influência do projeto: liberdade, recursos e oportunidades de desenvolver, exercer e expressar os poderes criativos		c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Oportunidades de desenvolver e exercer um espírito crítico, construir uma visão do mundo e definir uma orientação ética de respeito pelo outro e de solidariedade	- Contextos: políticas educativas, de desenvolvimento cultural; políticas e práticas de empoderamento; políticas e práticas de inclusão e solidariedade social; contextos familiares e comunitários. - Pessoas na área de influência do projeto: condições e	1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de condições de empoderamento, de condições para o desenvolvimento e exercício de um espírito crítico, construção de uma visão do mundo e uma orientação ética de respeito pelo outro e de solidariedade? - De que estruturas e relações de suporte, apoio e cuidado usufruem? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais os obstáculos e limitações à existência de condições e oportunidades para tal? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social	O projeto contribui para o desenvolvimento e exercício de um espírito crítico, o empoderamento, a construção de uma visão do mundo e uma orientação ética de respeito pelo outro e de solidariedade? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		oportunidades de desenvolver e exercer a capacidade reflexiva, o diálogo com os outros, e o respeito pelo outro. - Existência de estruturas e relações de suporte, apoio e cuidado.	Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Liberdade de participação na vida pública, de associação, intervenção	- Contextos: regime político, direitos humanos, políticas e práticas de empoderamento; contextos familiares e comunitários. - Pessoas na área de influência do projeto: liberdade, recursos e	1. Caracterização da situação e tendências - Em função da análise efetuada (categorias), as pessoas na área de influência do projeto usufruem de condições de empoderamento, liberdade, recursos e oportunidades de participação na vida pública, liberdade e oportunidades de associação e intervenção? - Como se articula e estrutura a sua situação nos contextos relacionais (ambiental, territorial, familiar, comunitário, societal, global) e na escala temporal? - Quais os obstáculos e limitações à existência de condições e recursos para tal? - Que estruturas, potencialidades, atividades e oportunidades existem para melhorar a situação?	O projeto contribui para a existência de condições de empoderamento, liberdade, recursos e oportunidades de participação na vida pública? O projeto contribui para a existência de condições de liberdade e oportunidades de associação e intervenção? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: a) Não se aplica ao projeto Explicar porquê. b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		oportunidades de participação na vida pública, liberdade e oportunidades de associação e intervenção.	2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
Família e relações de parentesco	Agregados familiares (composição, estrutura etária, parentesco, vulnerabilidades)	- Estrutura, composição e dimensão da unidade familiar. - Existência de vulnerabilidades e necessidades especiais (pobreza; doenças; famílias monoparentais; chefes de família mulheres, crianças ou idosos vivendo sós)	1. Caracterização da situação e tendências - Qual a estrutura, composição e dimensão dos agregados familiares na área de influência do projeto? - Existem situações de vulnerabilidade e necessidades especiais (pobreza; doenças; famílias monoparentais; chefes de família mulheres, crianças ou idosos; crianças ou idosos vivendo sós)? - De que modo e em que medida essa estrutura familiar limita, condiciona ou favorece o bem-estar e o florescimento de cada um dos membros do agregado familiar? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social	O projeto contribui para a eliminação, redução ou compensação de situações de vulnerabilidade dos agregados familiares e dos seus membros? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Redes de parentesco e obrigações familiares	- Redes de relações familiares alargadas (próximas e à distância), relações e funções de apoio e dependência, obrigações.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - De que forma, a que nível (local, terras de origem, situações de emigração) e em que tipo (funções de apoio, dependência e obrigações) de redes de relações familiares se integram os agregados familiares da área de influência do projeto? - De que modo e em que medida essas redes e relações alargadas limitam, condicionam ou favorecem o bem-estar e o florescimento de cada um dos membros do agregado familiar? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para assegurar ou promover situações e dinâmicas de bem-estar e florescimento, proporcionadas pelas redes de relações familiares aos agregados familiares e aos seus membros?</p> <p>1) Sim:</p> <p>Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Casamento, dote e estratégias matrimoniais	- Formas e prevalência de casamento legal e tradicional.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais as formas, legais e/ou tradicionais, formais e informais, que assume a instituição casamento nos 	<p>O projeto contribui para assegurar e promover o respeito pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres e das crianças, para assegurar e promover dinâmicas de bem-estar, emancipação, e florescimento,</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		<ul style="list-style-type: none"> - Casamento infantil. - Dote e estratégias matrimoniais. - Alianças familiares, vínculos e obrigações. - Efeitos positivos ou negativos, no bem-estar e florescimento de pessoas e famílias. 	<p>agregados familiares da área de influência do projeto?</p> <ul style="list-style-type: none"> - De que modo e em que medida as formas de casamento estabelecem e reproduzem relações de poder, dominação e subalternidade no interior da família? - Qual a prevalência de casamento infantil? - Qual a prevalência de casamento pré-combinado ou forçado? - Que formas e funções assume o dote? - Qual a sua importância nas estratégias familiares de casamento? - Que tipo de alianças familiares, vínculos e obrigações, relações de dependência e poder se estabelecem por intermédio do casamento? - De que modo e em que medida os fatores e processos anteriores impedem, limitam, condicionam ou favorecem o bem-estar e o florescimento das pessoas, e em particular das raparigas e mulheres? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>no contexto das estruturas e formas de casamento prevalentes na área de influência do projeto?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	Relações de poder, dominação e subalternidade	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas patriarcais ou matriarcais. - Papéis e poderes. - Direitos de herança. - Contributos para os meios de vida, e tipo e formas de gestão do orçamento familiar. - Trabalho infantil. - Responsabilidades e divisão do trabalho doméstico. - Responsabilidades nas relações de cuidado. - Violência baseada no género. 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que tipo de estruturas, patriarcais ou matriarcais, prevalecem na área de influência do projeto? Quais os papéis, poderes de decisão e ação? - Que tipo de direitos de herança, legais e tradicionais, são praticados? - Qual a estrutura e responsabilidades dos contributos para os meios de vida do agregado familiar? - Qual a dimensão do trabalho infantil? - Qual a distribuição de responsabilidades no trabalho doméstico? - Qual a distribuição de responsabilidades nas relações de cuidado? - Quais os níveis de prevalência de violência baseada no género? - Quais os níveis de prevalência de violência sobre crianças ou idosos? - Que instituições e mecanismos de apoio às vítimas existem? Qual a sua eficácia? - Que tipo de discriminações (de género, etário, de vulnerabilidade física ou mental) existem no interior dos agregados familiares relativamente à distribuição de recursos e ao acesso ao ensino e formação? - De que modo e em que medida os fatores e processos anteriores impedem, limitam, condicionam ou favorecem o bem-estar e o florescimento das 	<p>O projeto contribui para assegurar e promover o respeito pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, das crianças, dos idosos, e dos portadores de deficiência, para assegurar e promover dinâmicas de bem-estar, emancipação, e florescimento, no contexto das estruturas familiares prevalentes na área de influência do projeto?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Violência sobre crianças ou idosos. - Discriminação de gênero na atribuição dos recursos, acesso ao ensino e formação.	<p>peessoas, e em particular das crianças, raparigas e mulheres, idosos e portadores de deficiência? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	
Habitação e habitat	Casa – habitação (tipo, qualidade construção, água, saneamento, eletricidade, áreas exteriores)	- Habitação: tipologia, área, materiais utilizados, espaços exteriores, infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento, energia, acessos. - Situações de ausência de habitação e abrigo.	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Qual a tipologia, a área ocupada, os materiais utilizados na construção, das habitações existentes na área de influência do projeto? - Qual a dimensão e características dos espaços exteriores? - Que sistemas e infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento, energia, acessibilidades servem as habitações? - Os fatores e aspetos anteriores configuram condições de habitação e habitabilidade dignas? - Que situações existem de ausência de habitação e abrigo?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p>	<p>O projeto contribui para melhorar e promover a habitação e habitabilidade, de forma equitativa, na área de influência do projeto?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Casa - espaços de atividades complementares (vendas, pequenas lojas e quiosques, quintal/horta, descanso e lazer)	- Espaços complementares à habitação: tipologia (vendas, pequenas lojas e quiosques, quintal/horta, descanso e lazer) e área.	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Qual a tipologia (descanso e lazer, comercial/produtivo, campos familiares) e funcionalidade (vendas, pequenas lojas e quiosques, quintal/horta) dos espaços complementares à habitação e qual a respetiva área? - Qual a importância das atividades desenvolvidas para a formação dos rendimentos familiares, para a fruição do espaço, e qual a importância espiritual?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para preservar ou melhorar a qualidade e funcionalidades dos espaços complementares à habitação na área de influência do projeto?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Tipo de posse da terra e das estruturas e construções	- Políticas e legislação de posse e usufruto	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Qual o tipo de titularidade da posse da terra, das construções e edifícios (propriedade, arrendamento,</p>	<p>O projeto contribui para eliminar ou reduzir a precariedade e promover uma posse segura da habitação, em especial dos aglomerados familiares mais vulneráveis?</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	(propriedade, arrendamento, ocupação informal)	da terra e da propriedade. - Titularidade da posse da terra e das construções e edifícios (propriedade, arrendamento, ocupação informal) e tempo de posse ou ocupação.	ocupação informal) prevalente nos agregados familiares da área de influência do projeto? - Qual o tempo de posse ou ocupação exercido pelos agregados familiares? - Quem detém a posse no âmbito da família? - Quais os direitos das partes, em caso de separação ou divórcio? - Quais os riscos associados ao arrendamento e à posse informal, no contexto local e nacional, sobretudo para os agregados familiares mais vulneráveis? - De que modo os fatores anteriores contribuem para a segurança ou para a precariedade da posse de habitação? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Disponibilidade de habitação e nível de preços	- Políticas de habitação e promoção de habitação. - Disponibilidade e condições de acesso à	1. Caracterização da situação e tendências - Quais as condições de disponibilidade e oferta de habitação digna na área de influência do projeto? - Quais as condições de acesso à habitação, nível de preços (propriedade, arrendamento), especialmente por parte dos mais vulneráveis?	O projeto contribui para assegurar ou promover a existência de condições adequadas de acesso a habitação digna para todos, em especial para os mais vulneráveis? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		habitação, nível de preços (propriedade, arrendamento)	<p>- Os fatores anteriores configuram condições adequadas de acesso a habitação digna para todos, em especial para os mais vulneráveis?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>2) Não: a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Ambiente (qualidade ambiental e riscos ambientais)	- Qualidade ambiental e riscos ambientais do território em que a casa se insere (qualidade do ar, qualidade da água, ruído e vibrações, paisagem tráfego, contaminação de solos, exposição a resíduos perigosos, riscos de erosão, de	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Quais os níveis de qualidade ambiental nos espaços habitacionais da área de influência do projeto (qualidade do ar, qualidade da água, ruído e vibrações, qualidade paisagística)? - Quais os níveis de risco ambiental nos espaços habitacionais da área de influência do projeto (tráfego, contaminação de solos, exposição a resíduos perigosos, riscos de erosão, inundações e outros riscos naturais, clima e vulnerabilidade a alterações climáticas)?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p>	<p>O projeto contribui para assegurar ou promover a existência de condições adequadas de qualidade ambiental e para reduzir os riscos ambientais?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		inundação e outros riscos naturais, clima e vulnerabilidade a alterações climáticas).	Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
Território e recursos	Relação atual e tradicional das pessoas e comunidades com o território; apego ao lugar; locais sagrados e com valor simbólico.	- Formas de apropriação e uso tradicional e comunitário do território. - Lugares sagrados ou com valor espiritual. Território como mediação e expressão da relação com os antepassados. - Ligação afetiva e apego aos lugares.	1. Caracterização da situação e tendências - Quais as formas de apropriação e uso tradicional e comunitário do território (espaços de produção, recolha, pastoreio, festa e celebração) na área de influência do projeto? - Existem lugares sagrados, com valor espiritual ou ligação ancestral? - Qual o nível de ligação afetiva e apego aos lugares por parte das pessoas e comunidades? - Qual a importância dos fatores anteriores, nos modos de vida e na cultura, na construção de identidades e sentimentos de pertença? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	O projeto respeita e salvaguarda as formas de apropriação e uso tradicional e comunitário do território, os lugares sagrados ou com valor espiritual, a ligação afetiva e o apego aos lugares por parte das pessoas e comunidades? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: a) Não se aplica ao projeto Explicar porquê. b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	Recursos e serviços dos ecossistemas	- Políticas de conservação, promoção e aproveitamento de recursos naturais. - Disponibilidade de recursos naturais e serviços dos ecossistemas. - Aproveitamento de recursos naturais e serviços dos ecossistemas pelas comunidades locais.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual a disponibilidade de recursos naturais e serviços dos ecossistemas (solos, florestas, corpos de água, pastagens naturais, produtos florestais não lenhosos e frutos silvestres, plantas medicinais, madeira e lenha). - Quais as formas e dimensão do aproveitamento de recursos naturais e serviços dos ecossistemas, por parte das comunidades locais, em função dos contextos locais e das políticas nacionais? - Esse aproveitamento é ambientalmente sustentável? - Qual a importância desse aproveitamento na produção de meios de vida e subsistência de pessoas e comunidades? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para formas de aproveitamento, social e ambientalmente sustentável, dos recursos naturais e dos serviços dos ecossistemas?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Pressões sobre os recursos e captura dos	- Políticas de conservação, promoção e aproveitamento	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais as formas e dimensão do aproveitamento intensivo e extensivo, de caráter empresarial, de 	<p>O projeto contribui para assegurar formas de aproveitamento, social e ambientalmente sustentável, dos recursos naturais, em respeito pelos direitos, modos</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	recursos pelas elites	de recursos naturais. - Pressões sobre a sustentabilidade dos recursos. - Pressões sobre espaços e direitos tradicionais comunitários. - Captura pelas elites.	recursos naturais, em função dos contextos locais e das políticas nacionais? - Esse aproveitamento é social e ambientalmente sustentável? - Que pressões são exercidas sobre a sustentabilidade dos recursos (degradação dos solos, desflorestação, extrativismo, especulação imobiliária, apropriação de espaços comunitários). - Que eventos e processos de apropriação privada de territórios e recursos comunitários e de povos indígenas se encontram em curso, aconteceram no passado ou são previsíveis no futuro? - Que efeitos esses processos tiveram, têm ou podem vir a ter nos modos de vida e cultura e na produção de meios de vida e subsistência de pessoas, comunidades locais e povos indígenas? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	de vida e cultura das comunidades locais e dos povos indígenas? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Coesão territorial, territórios	- Políticas e ações de coesão territorial.	1. Caracterização da situação e tendências - Como se insere no território a área de influência do projeto, em termos de coesão territorial (políticas e	O projeto contribui para a coesão territorial na sua área de influência? 1) Sim:

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	marginalizados ou discriminados	- Diferenciação do território em termos de recursos e acesso a recursos, acessibilidades, equipamentos sociais e infraestruturas, níveis de saúde e bem-estar.	medidas sectoriais e de coesão territorial, recursos naturais, acessibilidades, equipamentos sociais, infraestruturas, emprego e meios de vida, pobreza, saúde e bem-estar)? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esse objetivo. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esse objetivo. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aquele objetivo.
	Qualidade ambiental (à escala do território)	- Políticas e legislação ambiental. - Qualidade ambiental e riscos ambientais do território (qualidade do ar, qualidade da água, ruído e vibrações, paisagem tráfego,	1. Caracterização da situação e tendências - Que políticas e ações de proteção ambiental e redução do risco ambiental incidem sobre o território em que a área de influência do projeto se insere? - Quais os níveis de qualidade ambiental no território em que a área de influência do projeto se insere (qualidade do ar, qualidade da água, ruído e vibrações, qualidade paisagística)? - Quais os níveis de risco ambiental no território em que a área de influência do projeto se insere (tráfego, contaminação de solos, exposição a resíduos perigosos, riscos de erosão, inundação e outros riscos	O projeto contribui para assegurar ou promover a existência de condições adequadas de qualidade ambiental e para reduzir os riscos ambientais? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		contaminação de solos, exposição a resíduos perigosos, riscos de erosão, de inundação e outros riscos naturais, clima e vulnerabilidade a alterações climáticas).	naturais, clima e vulnerabilidade a alterações climáticas)? - Que tendências de mudança é possível identificar? Em que sentido? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
Recursos e formas de produção de meios de vida	Emprego; condições de trabalho, higiene e segurança; trabalho infantil.	- Políticas e práticas de trabalho e emprego. - Emprego formal e informal - Níveis salariais e meios de remuneração - Discriminação de género, étnica, religiosa, de orientação sexual, no acesso ao trabalho e nos níveis salariais.	1. Caracterização da situação e tendências - Quais os níveis de emprego e desemprego existentes na área de influência do projeto? Como se distribuem por sectores de atividade económica? - Quais os níveis salariais e os meios de pagamento (dinheiro, géneros)? - Que condições de trabalho, higiene e segurança existem? - Quais os níveis de trabalho infantil? - Quais os níveis de trabalho escravo, semi-escravo, forçado? - Quais os níveis de discriminação de género, étnica, religiosa, de orientação sexual, no acesso ao trabalho e nos níveis salariais? - Quais os níveis de trabalho informal? Como se distribuem por sectores de atividade económica?	O projeto contribui para assegurar ou promover condições dignas de emprego e remuneração, de condições de trabalho, saúde, higiene e segurança, ausência de trabalho infantil, escravo ou forçado, ausência de discriminações, ausência de assédio, abuso e exploração sexual? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		<ul style="list-style-type: none"> - Condições de trabalho, higiene e segurança. - Trabalho infantil. - Trabalho forçado e escravo. - Assédio, abuso e exploração sexual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os níveis de assédio, abuso e exploração sexual? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto. 	<p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u></p> <p>c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.</p> <p>c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Modos de vida baseados na posse e cultivo da terra	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas e legislação de posse e usufruto da terra e da propriedade. - Políticas de fomento agrícola. - Titularidade da posse da terra (propriedade, arrendamento, ocupação informal) e tempo de posse ou ocupação. - Tipo de posse de edifícios, 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual o tipo de titularidade da posse da terra, das construções e edifícios (propriedade, arrendamento, ocupação informal) prevalente nas explorações agrícolas familiares da área de influência do projeto? - Qual o tempo de posse ou ocupação exercido pelos agregados familiares? - Quem detém a posse no âmbito da família? - Quais os riscos associados ao arrendamento e à posse informal, no contexto local e nacional, sobretudo para os agregados familiares mais vulneráveis? - De que modo os fatores anteriores contribuem para a segurança ou para a precariedade da posse da terra? - Dimensão das explorações. 	<p>O projeto contribui para melhorar as condições e os meios de produção agrícola e pecuária, a produtividade, o acesso aos mercados, com particular atenção às explorações familiares mais carenciadas, pobres ou vulneráveis?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p>a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p>b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p>c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		construções e estruturas. - Formas de partilha da terra e do usufruto da terra. - Culturas e plantações, criação de animais. - Produção para autoconsumo - Produção para o mercado, venda formal e informal, obtenção de rendimentos.	- Tipo de culturas, condições de produção, produtividade. - Tipo de produção animal. - Disponibilidade de água para rega. - Produção para autoconsumo. - Produção de subsistência, produção para o mercado, venda formal e informal. - Condições de acesso aos mercados. - Níveis de rendimento. - Acesso a serviços de extensão agrícola. - Quais as dinâmicas de alteração dos usos do solo? - De que modo essas dinâmicas pressionam a disponibilidade de solos para agricultura? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Caça, pesca, apicultura, recolha de produtos florestais não lenhosos.	- Recursos existentes, tipo e forma de acesso aos recursos. - Sustentabilidade dos recursos e pressões sobre os mesmos.	1. Caracterização da situação e tendências - Que recursos estão disponíveis? - Que tipo de aproveitamento é feito? - De que modo as regulações legais condicionam esse aproveitamento? - Que tipo de atividades são desenvolvidas na recolha e aproveitamento dos recursos, localização no espaço e no tempo (sazonalidade).	O projeto contribui para melhorar ou reverter as condições das atividades de aproveitamento de recursos, principalmente pelas famílias mais carenciadas, pobres ou vulneráveis? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de regulação legal, limitações e condicionamentos. - Importância para os modos de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Há apropriação dos recursos por elites? - Que pressões (ambientais, económicas, sociais) se fazem sentir sobre os recursos e a sua sustentabilidade? - Qual a importância do aproveitamento dos recursos para os meios de vida de pessoas, famílias e comunidades, principalmente para as mais pobres e vulneráveis? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>2) Não:</p> <p>a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p>b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p>c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Garimpo e mineração de pequena escala.	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos existentes, tipo e forma de acesso aos recursos. - Sustentabilidade dos recursos e pressões sobre os mesmos. - Tipo de regulação legal, limitações e condicionamentos 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que recursos mineiros estão disponíveis? - Que tipo de aproveitamento é feito? - De que modo as regulações legais condicionam esse aproveitamento? - Que tipo de atividades são desenvolvidas na recolha e aproveitamento dos recursos, localização no espaço e no tempo (sazonalidade). - Há apropriação dos recursos por elites? - Que pressões (ambientais, económicas, sociais) se fazem sentir sobre os recursos e a sua sustentabilidade? 	<p>O projeto contribui para melhorar ou reverter as condições das atividades de aproveitamento de recursos, principalmente pelas famílias mais carenciadas, pobres ou vulneráveis?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p>a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p>b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Importância para os modos de vida.	- Qual a importância do aproveitamento dos recursos para os meios de vida de pessoas, famílias e comunidades, principalmente para as mais pobres e vulneráveis? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Produção artesanal.	- Características e formas de produção artesanal. - Tipo de produtos e valores de uso. - Formas de circulação dos produtos. - Importância para os modos de vida.	1. Caracterização da situação e tendências - Quais os tipos de organização produtiva (individual, familiar, cooperativa)? - Qual o tipo de artefactos e respetiva finalidade (produtos utilitários, de expressão cultural)? - Que tipo de materiais são incorporados e qual o acesso a esses materiais? - Quais são as formas de circulação dos produtos (troca, venda, oferta)? - Qual a importância da atividade na formação dos meios de vida de pessoas, famílias e comunidades? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social	O projeto contribui para melhorar as condições das atividades de produção artesanal, principalmente pelas famílias mais carenciadas, pobres ou vulneráveis? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Acesso a microcrédito.	- Sistemas e condições de acesso a microcrédito. - Importância para a formação de meios de vida.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que sistemas e condições de acesso a microcrédito estão disponíveis? - Que tipo de apoios complementares (gestão, produção, comercialização) são concedidos? - Qual o balanço/avaliação dos sistemas disponíveis e dos resultados obtidos? - Que riscos comportam para as famílias mais pobres e vulneráveis? - Qual a importância do microcrédito na formação dos meios de vida de pessoas, famílias e comunidades? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para dar apoio (literacia financeira, gestão, organização produtiva, comercialização, etc.) às famílias mais carenciadas, pobres ou vulneráveis, que recorreram ou pretendem recorrer a sistemas de microcrédito?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Atividade empresarial (indústria,	- Estrutura e diversidade empresarial.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual a distribuição espacial das atividades económicas? 	<p>O projeto contribui para promover o emprego, a formação profissional, as condições de trabalho, a equidade de género, e assegurar o respeito pelos direitos</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	comércio, serviços, turismo).	- Sectores e ramos de atividade. - Empresas multinacionais. - Volume de negócios e volume de emprego. - Condições de trabalho, equidade de género e direitos humanos. - Fluxos migratórios associados às atividades económicas.	- Qual a distribuição das empresas pelos sectores e ramos de atividade económica? - Qual a distribuição das empresas por volume de pessoal ao serviço e por volume de negócios? - Qual a importância na estrutura do emprego local? - Qual o nível de dependência das comunidades locais relativamente ao emprego em determinadas empresas? - Quais as principais normas legais sobre condições de trabalho, equidade de género e direitos laborais? - Quais as condições efetivas de trabalho, equidade de género e respeito pelos direitos laborais? - Qual o tipo, características e sazonalidade dos fluxos migratórios associados às atividades económicas? - Quais as condições de vida e de trabalho dos imigrantes? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	laborais e os direitos humanos, incluindo os direitos de imigrantes? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Atividades ilegais: corrupção; tráfico de drogas; caça,	- Tipo de atividades existentes. - Grau de dependência de	1. Caracterização da situação e tendências - Qual o tipo de atividades ilegais existentes e sua distribuição no território? - Qual o grau de importância que as atividades ilegais têm para a formação de meios de vida de pessoas e	O projeto contribui para dar apoio a pessoas e comunidades, principalmente as mais carenciadas, pobres ou vulneráveis, envolvidas, dependentes ou vítimas de atividades ilegais?

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	pesca, e exploração florestal ilegais; trabalho sexual; contrabando; roubo/crime).	<p>peças e comunidades.</p> <p>- Riscos e perigos associados às atividades ilegais.</p>	<p>comunidades, principalmente as mais carentes, pobres e vulneráveis?</p> <p>- Quais os riscos e perigos associados às atividades ilegais, para as pessoas e comunidades?</p> <p>- Quais os níveis de violência baseada no gênero?</p> <p>- Quais os níveis de exploração de trabalho, nomeadamente de trabalho infantil?</p> <p>- Que sistemas e mecanismos de apoio às vítimas estão disponíveis?</p> <p>- Qual o papel e grau de intervenção das forças de segurança pública?</p> <p>- Qual o papel e grau de intervenção de forças de segurança privada?</p> <p>- Que potencialidades existem para a estruturação e implementação de atividades alternativas?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a estruturação e implementação de atividades alternativas às atividades ilegais?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p>a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p>b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p>c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Outras formas de suporte aos meios de vida: troca de produtos; prestação de	- Atividade informal de recolha e reaproveitamento de resíduos e lixo.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <p>- Que outras formas de suporte aos meios de vida existem na área de intervenção do projeto?</p> <p>- Que grau de importância têm para a formação de meios de vida de pessoas e comunidades,</p>	<p>O projeto contribui para reduzir a precariedade e insegurança, melhorar as condições de produção de meios de vida e dar apoio às pessoas e famílias, particularmente as mais carentes, pobres ou vulneráveis?</p> <p>1) Sim:</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	cuidados e assistência; indenizações; remessas de emigrantes; pensões; dotes; dádivas.	- Tipo de produções não mercantis (serviços domésticos, prestação de cuidados e assistência, troca de produtos). - Prestações sociais (pensões e subsídios) e indenizações. - Remessas de emigrantes. - Dotes, dádivas.	principalmente as mais carenciadas, pobres e vulneráveis? - Quais os níveis de risco, precariedade, insegurança e vulnerabilidade associados a essas atividades? - Que condições e oportunidades existem para melhorar as situações e formas de suporte à produção de meios de vida? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
Comunidade, infra-estruturas, recursos, relações socioculturais	Infraestruturas básicas (água, saneamento e drenagem, eletricidade, recolha de resíduos, acessos viários, transportes, telecomunicações)	- Sistemas de abastecimento de água. - Sistemas de drenagem e saneamento. - Sistemas de recolha e tratamento de resíduos.	1. Caracterização da situação e tendências - Qual o nível cobertura das redes de abastecimento de água? - Qual o nível de tratamento da água para consumo? - Os níveis tarifários são segmentados em função do rendimento familiar, com tarifas sociais para os mais pobres e vulneráveis? - Qual o nível de cobertura dos sistemas de drenagem e saneamento? - Quais os sistemas de recolha e tratamento de resíduos e respetivo nível de cobertura?	O projeto contribui para promover a melhoria dos sistemas e taxas de cobertura de abastecimento de água, saneamento, eletricidade, recolha e gestão de resíduos, telecomunicações, com preços acessíveis aos mais pobres e vulneráveis, e promover a melhoria da rede viária e dos transportes? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não:

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas de abastecimento de energia elétrica. - Sistemas de telecomunicações - Rede viária e sistemas de transportes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual o nível de cobertura e qualidade dos sistemas de abastecimento de eletricidade? - Os níveis tarifários são segmentados em função do rendimento familiar, com tarifas sociais para os mais pobres e vulneráveis? - Qual o nível de cobertura e qualidade dos sistemas de telecomunicações? - Quais as características, nível de serviço, cobertura e estado de conservação da rede viária? - Qual o tipo, qualidade e cobertura dos sistemas de transporte? - Quais as principais carências e necessidades? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Equipamentos (ensino, saúde, cultura, religião), espaços de lazer, diversidade, qualidade e quantidade	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos sociais. - Espaços de lazer. 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quais as características, qualidade e quantidade de equipamentos sociais (ensino, saúde, cultura, apoio social, religião) disponíveis? - Quais as características, qualidade e quantidade dos espaços de lazer e sociabilidade? - Existem boas condições de acesso e segurança? - Quais as principais carências e necessidades? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p>	<p>O projeto contribui para reduzir ou suprir as carências em equipamentos sociais e espaços de lazer e sociabilidade?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	<p>b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p>c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo e diversidade - Propriedade - Acessibilidade - Função social - Utilização 	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que meios de comunicação de massas estão acessíveis às pessoas e comunidades? Quais as suas características e expansão? - Existem meios de comunicação comunitários (rádio, jornal, jornal de parede, boletim, outros)? - Existe cobertura de sinal para comunicações móveis? - Existem postos públicos de acesso à internet? - Qual o grau de utilização de internet e redes sociais? - Que funções sociais desempenham os diferentes meios de comunicação? - Quais as principais carências e necessidades? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p>	<p>O projeto contribui para reduzir ou suprir as carências em meios de comunicação, incluindo meios comunitários?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. c) <u>Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Serviços públicos descentralizados	- Serviços de extensão agrícola. - Serviços de emprego e formação profissional. - Justiça. - Segurança social e apoio social. - Segurança pública.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existem serviços de extensão agrícola? - Existem serviços de emprego e formação profissional? - Existem serviços de justiça? Quais as condições de acesso à justiça, nomeadamente dos mais pobres e vulneráveis? - Existem serviços de segurança social e apoio social, serviços de apoio a vítimas de violência de género, serviços de apoio às crianças e aos idosos? - Serviços de segurança pública. - Qual a diversidade, diferenciação, qualidade, quantidade, fiabilidade, equidade de acesso dos diversos serviços existentes? - Quais as principais carências e necessidades? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para reduzir ou suprir as carências, para melhorar os serviços públicos descentralizados e assegurar o acesso de todos aos serviços, particularmente os mais pobres e vulneráveis?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Espaços comerciais e de	- Espaços existentes na comunidade para	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que espaços estão disponíveis na comunidade para abastecimento de produtos de consumo, insumos 	O projeto contribui para reduzir ou suprir as carências e melhorar o acesso e funcionamento de espaços de

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	abastecimento de produtos	abastecimento de produtos e para venda de produtos. - Tipo, diversidade e condições (área, logística, higiene e segurança)	agrícolas e outros produtos necessários aos modos de vida locais? - Que espaços estão disponíveis na comunidade para venda de produtos agrícolas e outros produtos locais? - Quais as características, diversidade condições de higiene e segurança, desses espaços? - Quais as principais carências e necessidades? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	abastecimento comunitário e de venda de produtos locais? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Terras comunitárias e recursos naturais comunitários	- Terras comunitárias, tipo, área e regime de aproveitamento. - Riscos e ameaças sobre a propriedade comunitária.	1. Caracterização da situação e tendências - Existem terras de propriedade e/ou gestão comunitária? Qual o tipo, área e regime de aproveitamento? - Que riscos ambientais e pressões sociais e económicas se fazem sentir sobre as terras comunitárias? - Ocorrem processos de apropriação de terras comunitárias por elites?	O projeto contribui para assegurar a manutenção e boa gestão das terras comunitárias, a sustentabilidade do aproveitamento comunitário de recursos naturais, e reduzir ou eliminar os riscos e pressões sobre as terras comunitárias e os recursos? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Recursos naturais de uso comunitário, tipo e regime de aproveitamento. - Sustentabilidade dos recursos, pressões sobre os recursos.	- Que tipo de recursos naturais são objeto de uso comunitário? Qual o regime e forma de aproveitamento? - Qual a sustentabilidade dos recursos e que tipo de pressões sociais e económicas se fazem sentir sobre os recursos? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Organização política e administrativa, estruturas participativas	- Sistema político. - Organização político-administrativa e formas de poder local. - Estruturas participativas e formas de tomada de decisão.	1. Caracterização da situação e tendências - Qual o tipo de sistema político, o nível e a forma de exercício de direitos democráticos? - Qual a estrutura do sistema político-administrativo, órgãos de poder político descentralizado e formas de poder local? - Como se articulam os órgãos de poder descentralizado e de poder local com as formas e práticas de liderança tradicional e comunitária existentes? - Qual o tipo de estruturas participativas, direitos de participação, acesso efetivo à participação e formas de tomada de decisão? - Existem formas e práticas de discriminação (social, cultural, de género, etárias ou outras)?	O projeto contribui para assegurar ou reforçar formas de participação democrática e de empoderamento das pessoas e comunidades locais, nomeadamente dos mais vulneráveis e subalternos? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			<p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Estruturas comunitárias e relações de poder, dominação, dependência e subalternidade	<p>- Organização comunitária, sistemas de liderança e poder.</p> <p>- Estruturas participativas e de tomada de decisão.</p> <p>- Relações de dominação, dependência e subalternidade.</p>	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Quais as principais instituições, formas de organização comunitária, sistemas e práticas de liderança e poder, incluindo instituições, formas e lideranças de tipo tradicional? - Que importância e papel têm as estruturas participativas e de deliberação democrática? - Que formas de discriminação ou exclusão, de base racial, étnica, de género ou etária, são praticadas no âmbito dos processos de liderança, participação e deliberação? - Que relações de dominação, dependência e subalternidade estão associadas ou resultam das instituições, formas de organização e liderança comunitárias?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p>	<p>O projeto respeita as instituições e formas de liderança local e tradicional e promove o seu envolvimento no projeto? O projeto promove a discussão e reflexão crítica sobre as instituições e práticas que sejam violadoras de direitos humanos, promovam a discriminação ou exclusão de base racial, étnica, de género ou etária? O projeto valoriza as instituições e formas de liderança que promovem a participação e a deliberação coletiva?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: a) <u>Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. b) <u>Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Cultura, religião e identidades. Estruturas e espaços de sociabilidade.	- Instituições culturais e religiosas. - Mundivisões, costumes, crenças, valores, tabus. - Saberes locais e tradicionais. - Estruturas e espaços de sociabilidade, festividade, santuários e outros lugares sagrados ou com valor espiritual. - Cerimónias, festividades e festivais. - Património cultural material e edificado.	1. Caracterização da situação e tendências - Que tipo de instituições e práticas culturais, incluindo as de tipo religioso, estão presentes na área de influência do projeto? - Quais as mundivisões, costumes, crenças, valores e tabus, prevalentes? - Qual o repertório de saberes locais e tradicionais e respetivas formas de transmissão? - Quais as principais dimensões do património cultural imaterial, línguas e dialetos, tradição oral, música, dança, arte? - Qual a tipologia e localização de elementos e sítios de património cultural material e edificado? - Qual a tipologia, localização, e características dos espaços de sociabilidade, festividade, celebração religiosa e outros lugares sagrados ou com valor espiritual? - Qual a periodicidade e duração das cerimónias, festividades e festivais? - Quais os principais atores no âmbito das instituições e práticas culturais? Como se estrutura a sua posição e influência social?	O projeto respeita as instituições e práticas culturais ocorrentes na sua área de intervenção e influência? O projeto contribui para a salvaguarda e valorização dos saberes locais e do património cultural, material e imaterial? O projeto promove a discussão e reflexão crítica sobre as instituições e práticas culturais que sejam violadoras de direitos humanos, resultem em violência e subalternização das mulheres, violência sobre as crianças e as pessoas vulneráveis, segregação social e racial? O projeto valoriza as instituições e dimensões culturais de cariz emancipatório e empoderador de pessoas e comunidades? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: a) Não se aplica ao projeto Explicar porquê. b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Património cultural imaterial, línguas e dialetos, tradição oral, música, dança, arte.	- Quais as características, tendências e dinâmicas principais das dimensões culturais anteriormente referidas? - Que elementos de controlo, regulação ou emancipação estão presentes e funcionais nas instituições e práticas culturais? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Redes de cooperação e entreajuda	- Estruturas, formas e processos, legais e ilegais, de cooperação e entreajuda. - Obrigações, reciprocidade, assimetrias de poder e dependência.	1. Caracterização da situação e tendências - Que tipo de redes de cooperação e entreajuda existem nas comunidades da área de influência do projeto? - Têm estrutura formal ou informal? - Funcionam numa base legal e com práticas e atividades legais ou numa base não legal, considerando a legislação vigente? - Que tipo de obrigações (reciprocidade, dependência, obediência, subalternização, exploração) impõem? - Que dimensões de empoderamento e emancipação suportam? - Que tipo de apoio (económico, social, psicológico, jurídico, outro) disponibilizam?	O projeto promove e valoriza as redes de cooperação e entreajuda que não impõem obrigações lesivas da liberdade e dignidade, disponibilizam apoio e cuidado e promovem o empoderamento e emancipação de pessoas e comunidades? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			<p>- Que importância têm para os modos de vidas das pessoas e comunidades?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Desigualdades sociais e vulnerabilidades	<p>- Estratificação e assimetrias sociais. - Situações de pobreza e vulnerabilidade (social, económica, de género, física, psicológica)</p>	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Qual o nível de estratificação e assimetria social prevalente na área de influência do projeto? - Quais os níveis de desigualdade social? - Quais os níveis de pobreza, absoluta e relativa? - Que outras dimensões e situações de vulnerabilidade (social, género, física, etária, psicológica) são prevalentes? Quais os níveis de vulnerabilidade?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto contribui para a redução dos níveis e situações de desigualdade social, pobreza e vulnerabilidade?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	Organizações sindicais	- Diversidade, características, representatividade e e atividades.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual o tipo, número, sectores de atividade das organizações sindicais existentes? - A que problemas procuram responder? - Qual o tipo de federação em que se inserem? - Qual a sua representatividade, reconhecimento social, nível de atividade e ações desenvolvidas? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social</p> <p>Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social</p> <p>Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto respeita as organizações e promove o seu envolvimento no projeto?</p> <p>O projeto apoia as atividades das organizações sindicais que promovem a sustentabilidade social?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não:</p> <p><u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê.</p> <p><u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Organizações Não Governamentais, associações	- Diversidade, características, representatividade e e atividades.	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual o tipo, número, sectores de atividade das organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil existentes? - A que problemas procuram responder? - Qual a sua representatividade, reconhecimento social, nível de atividade e ações desenvolvidas? 	<p>O projeto respeita as organizações não governamentais e promove o seu envolvimento no projeto?</p> <p>O projeto apoia as atividades das organizações não governamentais que promovem a sustentabilidade social?</p> <p>1) Sim:</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			<p>- Qual o tipo de federação em que se inserem? - Que resultados foram obtidos nos projetos e ações desenvolvidas? - Quais as principais entidades financiadoras?</p> <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>
	Criminalidade e segurança comunitária	<p>- Tipologia e níveis de criminalidade. - Níveis de segurança. - Estruturas e meios, formais e informais, de segurança pública ou privada.</p>	<p>1. Caracterização da situação e tendências - Qual a estrutura e meios dos sistemas e dispositivos de segurança pública? - Em que medida os sistemas de segurança pública se encontram capturados por elites? - Qual a estrutura e meios dos sistemas e dispositivos de segurança privada legalizados? - Que tipo de grupos informais (jovens, antigos combatentes, praticantes de artes marciais, grupos organizados de vigilância e autodefesa) atuam ao nível da segurança, no seio das comunidades?</p>	<p>O projeto contribui para promover a melhoria dos níveis de segurança de pessoas e comunidades, em respeito pelos direitos humanos?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u></p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
		- Grupos organizados de autodefesa.	- Quais os principais tipos, formas de organização, áreas de atividade e níveis de criminalidade prevalentes? - Quais os níveis de segurança de pessoas e comunidades? - Quais os principais problemas e necessidades de pessoas e comunidades em termos de segurança? 2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto. 3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.	Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.
	Fluxos de emigração e imigração	- Fluxos de emigração e relações com as comunidades emigradas. - Fluxos de imigração, origem, características culturais, inclusão e exclusão social.	1. Caracterização da situação e tendências - Quais os níveis de emigração, os locais de destino e as tendências dos fluxos emigratórios? - Que tipo de redes de emigração, legais e ilegais, operam na área de influência do projeto? Como se organizam? - Que causas e motivações estão subjacentes à emigração? - Quais os riscos e custos associados aos processos de emigração? - Que tipo de relações existem entre as comunidades locais e os emigrados? - Quais os níveis de imigração, os locais de origem e destino e as tendências dos fluxos imigratórios?	O projeto contribui para defender e promover os direitos dos migrantes, proporcionar apoio às suas organizações, promover o apoio e proteção social, a proteção e segurança no trabalho, e outros objetivos de sustentabilidade social? 1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos. 2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
			<ul style="list-style-type: none"> - Que tipo de redes de imigração, legais e ilegais, operam na área de influência do projeto? Como se organizam? - Que entidades governamentais, organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil dão apoio aos imigrantes e comunidades imigradas? - Quais as formas de auto-organização, entreajuda e afirmação identitária das comunidades imigradas? - Que tipo de meios são mobilizados e que atividades são desenvolvidas em apoio aos imigrados e a novos imigrantes? - Quais as condições de alojamento, acesso ao trabalho e de trabalho dos imigrados? - Qual o grau e formas de inclusão ou exclusão social dos imigrados? - Que estratégias de integração social são desenvolvidas pelos imigrados? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos.</p> <p><u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u></p> <p>c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos.</p> <p>c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>

Análise da sustentabilidade social de projetos				
Dimensões de análise	Subdimensões	Categorias	1. Caracterização/ análise/ da situação atual, tendências e dinâmicas, sem projeto. 2. Diagnóstico de sustentabilidade 3. Objetivos de sustentabilidade	Análise da intervenção/ações do projeto (Critérios de avaliação da sustentabilidade social do projeto)
	Povos indígenas	Povos Indígenas (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 2007)	<p>1. Caracterização da situação e tendências</p> <ul style="list-style-type: none"> - A área de influência do projeto inclui comunidades e/ou território de povos indígenas? - Que tipo de ligação coletiva, específica e histórica têm com o território e os recursos naturais? - Quais os principais fatores identitários e aspirações? - Quais as principais características da sua cultura e instituições sociais? - Que saberes tradicionais detêm e praticam? - Quais os seus modos de vida? - Qual o seu estatuto social, económico e legal no contexto da sociedade em que se inserem? - A que formas de discriminação e exclusão social estão sujeitos? - Quais as suas vulnerabilidades? - Que riscos naturais e pressões sociais se fazem sentir sobre o seu território e modos de vida? - Quais as suas principais carências, necessidades e aspirações? <p>2. Diagnóstico de sustentabilidade social Elaborar o diagnóstico e identificar necessidades relacionadas ou relacionáveis com o projeto.</p> <p>3. Objetivos de sustentabilidade social Em função das necessidades identificadas, definir os contributos/objetivos de sustentabilidade social para o projeto.</p>	<p>O projeto respeita a identidade, autonomia, dignidade, cultura e modos de vida dos povos indígenas? Promove a sua plena participação no âmbito do projeto? O projeto obteve o Consentimento Prévio Livre e Informado das comunidades ou povos indígenas? O projeto contribui para promover os direitos dos povos indígenas, valorizar a sua cultura e saberes tradicionais? O projeto contribui para o bem-estar das pessoas, comunidades e povos indígenas?</p> <p>1) Sim: Explicitar de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto contribui para esses objetivos.</p> <p>2) Não: <u>a) Não se aplica ao projeto</u> Explicar porquê. <u>b) Não contribui, mas também não tem efeitos negativos</u> Definir de que modo, em que fase, a que nível, a que escala e por meio de que medidas concretas o projeto poderia vir a contribuir para esses objetivos. <u>c) Tem potenciais riscos e/ou efeitos negativos</u> c1) Definir medidas e ações tendentes a evitar ou mitigar esses riscos e efeitos. c2) Definir de que modo, em que fase, a que nível, e por meio de que medidas concretas o projeto poderia ser (re)configurado para contribuir para aqueles objetivos.</p>

11.4.2.7 Operacionalização dos critérios de sustentabilidade e indicadores

Os critérios de sustentabilidade apresentados na coluna da direita do anterior Quadro 11.5 necessitam, ainda, de ser desagregados nos seus elementos componentes ou subcritérios e operacionalizados por meios de indicadores. Os indicadores, quando necessário, podem ser agregados em índices.

Tomando, como exemplo (Quadro 11.5), o critério ***O projeto contribui para a redução dos níveis e situações de desigualdade social, pobreza e vulnerabilidade?*** na subdimensão *Desigualdades sociais e vulnerabilidades*, dimensão *Comunidade, infraestruturas, recursos, relações socioculturais*, o quadro seguinte resume a sua operacionalização.

Quadro 11.6 – Operacionalização dos critérios de sustentabilidade social

Critério	Subcritérios	Conceitos	Indicadores	Índices	
<i>O projeto contribui para a redução dos níveis e situações de desigualdade social, pobreza e vulnerabilidade?</i>	Desigualdade social	- Definir os conceitos. - Identificar áreas de sobreposição, contiguidade ou complementaridade.	Indicador 1 Indicador 2 Indicador n	Índice(s)?	Índice(s)?
	Pobreza		Indicador 1 Indicador 2 Indicador n	Índice(s)?	
	Vulnerabilidade		Indicador 1 Indicador 2 Indicador n	Índice(s)?	

Não é objetivo do presente trabalho aprofundar e explorar esta fase da avaliação. O principal objetivo consistiu em refletir sobre os caminhos e processos que conduzem até este momento, uma vez que, se existe uma grande profusão de trabalhos dedicados à construção de indicadores e índices numa perspectiva de sustentabilidade, o mesmo não acontece relativamente à discussão dos fundamentos da sustentabilidade social e dos processos da sua avaliação.

Atualmente, encontram-se disponíveis, a nível mundial, variadíssimos *frameworks* e indicadores sobre temas e dimensões de sustentabilidade social, seja no âmbito das Nações Unidas e sua rede de instituições, da União Europeia, de Governos, dos diversos Bancos de Desenvolvimento, da atividade empresarial, económica e financeira, como o *Socially Responsible Investment* e o *Corporate Social Responsibility*, de organizações não governamentais e outras organizações, bem como nos campos da avaliação de impactes

sociais e da avaliação da sustentabilidade social. Labuschagne e Brent (2006) e Colantonio e Dixon (2011) identificam mais de três dezenas, a que se poderiam acrescentar outros. Sendo necessário ter em conta as especificidades de âmbito e objetivos, a sua complexidade e outras características, é possível recorrer a vários dos indicadores disponíveis ou criar novos indicadores, em função das necessidades e particularidades de cada processo de avaliação e respetivos contextos. Pode optar-se por indicadores de natureza qualitativa ou quantitativa, os quais podem ser utilizados de forma complementar. Na escolha ou criação de indicadores, o que é fundamental, porém, é manter uma perspetiva crítica e ter em conta os limites e as limitações de cada indicador. A perspetiva da avaliação da sustentabilidade social, defendida no presente trabalho, é uma perspetiva crítica, participativa e que confere particular atenção aos mais vulneráveis e subalternos.

Esta perspetiva privilegia, conseqüentemente, a escolha de indicadores cuja compreensão possa ser acessível e explicável a qualquer pessoa, seja qual for o seu nível de instrução. Nesta base, a utilização de indicadores, sejam de natureza qualitativa ou quantitativa, não dispensa uma análise e descrição qualitativa das realidades que é suposto os indicadores representarem.

Uma das limitações apontadas aos indicadores é o seu caráter reducionista relativamente àquilo que representam, o que pode resultar em distorções, simplificação de realidades sociais complexas, e mesmo manipulação por parte de quem está em posições de poder (Hale et al, 2019).

Embora frequentemente considerados como representações precisas, os indicadores são signos que requerem interpretação (Reid e Rout, 2020) e contextualização. Os autores sublinham que a construção de indicadores é frequentemente efetuada a partir de um paradigma tecnocrático e com base em modelos mecanicistas, tratando a complexidade dos sistemas socio-ecológicos de forma reducionista, ignorando as suas propriedades intangíveis, privilegiando a quantificação, a standardização e a aplicação universal, em detrimento das especificidades dos contextos, o que distorce as avaliações da sustentabilidade. A perspetiva tecnocrática e mecanicista é pouco compatível com modelos de avaliação participativos e “transparentes”, nos quais os participantes

expressam claramente os seus valores e identificam indicadores quantitativos e qualitativos que permitam determinar a mudança em função destes parâmetros (Reid e Rout, 2020).

11.4.2.8 Avaliação e classificação

As avaliações traduzem-se, normalmente, em classificações que procuram expressar o grau e nível de performance dos projetos com base na aplicação dos critérios definidos.

Relativamente às técnicas de avaliação e classificação, e na perspetiva de processos, abertos e participativos, colocam-se as mesmas preocupações de simplicidade, compreensão e facilidade de utilização que se colocam à escolha e utilização de indicadores.

É possível recorrer a técnicas de avaliação baseadas em análises multicritério (Omann, 2004; Munda, 2003, 2005) ou a técnicas menos complexas, entre as quais as matrizes de avaliação, de uso corrente em processos de avaliação de impacto ambiental, impacto social, sustentabilidade social, em que as ações do projeto são avaliadas atribuindo uma classificação de desempenho em função de cada critério de avaliação definido.

No caso da avaliação da sustentabilidade, a classificação é atribuída em função do desempenho do projeto em cada critério de sustentabilidade, e da agregação geral dos resultados obtidos em cada critério.

Vanclay et al (2017), no âmbito da avaliação de impactos sociais, propõem uma escala de risco, de 1 a 5, para os impactos negativos, em que: 1 – Risco insignificante; 2 – Risco reduzido; 3 – Risco moderado; 4 – Risco elevado; 5 – Catastrófico.

Gibson (2006), no âmbito de uma avaliação da sustentabilidade, utiliza uma escala de I a IV, em que: I – O projeto é totalmente benéfico em termos de ganhos de sustentabilidade, não sendo expectáveis danos ou efeitos negativos significativos; II – O projeto proporciona ganhos líquidos, em termos de sustentabilidade, mas implica alguns efeitos negativos que, porém, podem ser mitigados; III – O projeto não assegura ganhos líquidos, em termos de sustentabilidade, e efeitos negativos ou riscos significativos são prováveis ou possíveis; IV – O projeto implica perdas líquidas, em termos de sustentabilidade, incluindo efeitos negativos ou riscos significativos que não podem ser adequadamente mitigáveis.

Colantonio e Dixon (2011), em projetos em meio urbano, utilizam uma escala de 1 a 5, para classificar o contributo dos projetos em termos de sustentabilidade social, em que: 1 – Muito negativo; 2 – Negativo; 3 – Neutro; 4 – Positivo; 5 – Muito positivo.

Trata-se de meros exemplos, entre muitos outros.

As escalas de avaliação são escalas de valor, ou seja, baseadas em valores ou valorizações que atribuem às ações do projeto uma determinada importância (positiva ou negativa).

Em processos participativos, esta valorização pode variar em função dos valores e interesses dos participantes, e terá que ser consensualizada.

No entanto, baseia-se também em alguns parâmetros objetiváveis, utilizados recorrentemente nos processos de avaliação ambiental e social de projetos, como sejam a duração temporal da ação (pontual, curto, médio ou longo prazo), a escala em que se faz sentir (local, regional, nacional, transnacional), a sua dimensão quantitativa (quantidade, volume, área), entre outros fatores.

O facto de os projetos serem avaliados em função de cada critério de sustentabilidade coloca questões de avaliação global, considerando a agregação das avaliações em cada critério. Uma avaliação agregada baseada em médias simples significa que é conferida igual importância a todos os critérios, o que dificilmente corresponde à realidade e às necessidades de cada situação concreta de avaliação. A utilização de médias ponderadas implica a definição e aplicação de critérios de ponderação.

Finalmente, uma questão central é a gestão de *trade-offs* entre os contributos positivos em termos de sustentabilidade social e os riscos e efeitos negativos. Até que ponto, e em que medida, os riscos e efeitos negativos são aceitáveis, inclusivamente, num projeto que tem contributos positivos significativos? Estão em causa escolhas, num contexto de decisão sobre a configuração e, inclusivamente, a viabilidade do projeto. As regras propostas por Gibson (2005, 2006) constituem uma base para a gestão de *trade-offs*, como já analisado anteriormente neste trabalho (ver Quadro 10.4, secção 10.2).

11.4.2.9 Cumulatividade de efeitos e monitorização

O processo metodológico esquematizado no Quadro 11.2, inclui ainda dois momentos de grande importância e que fazem parte dos diversos tipos de avaliação ambiental e social:

- A análise de efeitos sinérgicos ou cumulativos do projeto em avaliação com outros projetos com intervenção ou influência na área de estudo;
- A monitorização dos efeitos, bem como das ações e medidas implementadas.

Estes dois momentos são fundamentais, nomeadamente, a monitorização, mas não são aprofundados no âmbito do presente trabalho, para além das indicações gerais já apresentadas no Quadro 11.2.

11.4.3 Considerações finais

O objetivo central do capítulo 11 do presente trabalho consistiu em procurar clarificar de que forma os princípios e objetivos de sustentabilidade identificados no capítulo 8, na sequência de uma demanda pela sustentabilidade social e de um processo de análise crítica do conceito, poderiam ser considerados e operacionalizados em processos de avaliação da sustentabilidade social de projetos.

Deste modo, e considerando os limites de uma tese de doutoramento, no capítulo 11 privilegiou-se a operacionalização ao nível dos critérios de sustentabilidade, relativamente à definição de indicadores e técnicas de avaliação e classificação, cuja abordagem foi muito sumariada.

Privilegiou-se também o que se designou por *nível conceptual*, na perspetiva do avaliador, relativamente ao que se designou por *nível configuracional*, onde se processa o relacionamento das partes envolvidas na avaliação.

Desta forma, o *nível configuracional* foi abordado nos seus aspetos gerais, mas não foi objeto de análise aprofundada, o que seria matéria para uma outra tese de doutoramento. Importa, porém, sublinhar que se trata de um tema de importância central nos processos de avaliação, porque é a este nível que o processo social de avaliação e de tomada de decisão assume configuração e consequências efetivas e, muitas vezes, definitivas e irreversíveis.

12. Conclusões

A presente Tese de Doutorado teve como motivação próxima a prática profissional que o doutorando realiza no campo das avaliações ambientais e sociais, e a procura quer de algumas respostas para os problemas e dificuldades com que essa prática se confronta quotidianamente quer de reconfiguração e evolução dessas práticas, numa perspectiva de sustentabilidade socioambiental, em geral, e de sustentabilidade social, em particular.

Neste contexto, o presente trabalho teve como tema e objeto central o conceito de *sustentabilidade social* e a procura da sua operacionalização num modelo de *avaliação da sustentabilidade social*, um modelo não apenas reativo, mas orientador e pró-ativo, que avalie, mas também promova, a sustentabilidade das ações planeadas (políticas, planos, programas ou projetos).

A relativa novidade do campo das avaliações numa perspectiva de sustentabilidade, e a complexidade dos temas envolvidos, determinou, à partida, uma investigação de natureza eminentemente exploratória, em que a revisão de literatura e do estado da arte, e a reflexão e elaboração críticas a partir dos elementos nela recolhidos constituíram tarefas fundamentais.

Sendo a sustentabilidade social o assunto central da tese, o tratamento do tema não poderia deixar de se iniciar pela sua contextualização no âmbito, mais geral, da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. A Parte I da tese foi, assim, dedicada à análise, numa perspectiva crítica, das noções de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade.

Procurou-se analisar o processo de construção da conceção dominante de *desenvolvimento sustentável*, as suas principais características e as contradições estruturais que comporta.

A análise efetuada forneceu algumas bases para fundamentar a perspectiva de que existe uma contradição dialética entre as preocupações e anseios expressos no conceito de *sustentabilidade* e os constrangimentos colocados pela visão do mundo e ideologia dominantes que consideram indiscutível e insubstituível o atual modo de produção, apropriação, troca e consumo. Estes constrangimentos refletem-se nas limitações da conceção e das políticas de desenvolvimento sustentável, e respetivas orientações

programáticas, propostas e medidas de ação que, frequentemente, oscilam entre o voluntarismo, a boa vontade e a mera recomendação, e cujos resultados ficam muito aquém das necessidades expressas nas preocupações e anseios de sustentabilidade.

Na Parte II, sem perder a perspetiva geral da sustentabilidade socioambiental, a análise foi centrada na noção de *sustentabilidade social*, objeto específico da tese, procurando, por um lado, compreender como emergiu no âmbito da problemática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável e, por outro, como os temas que mobiliza emergiram também no âmbito de outros campos, mais ou menos próximos ou confluentes. Seguidamente, iniciou-se uma demanda em busca de um entendimento do significado da noção de *sustentabilidade social*. Foram analisadas várias propostas de definição e de operacionalização da noção, bem como outras propostas que, não estando diretamente referidas à sustentabilidade social, abordam, de facto, a sua problemática, como os *direitos humanos*, o *capability approach* de Amartya Sen e Marta Nussbaum, a perspetiva do *buen vivir*, e a atualização do conceito aristotélico de *eudaimonia* desenvolvida pela corrente do realismo crítico. Das análises e discussões desenvolvidas, numa perspetiva crítica, resultou uma proposta de conceção de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano* e como *processo de cuidar*, compreendendo, necessariamente, uma dimensão atual e uma dimensão utópica, entendendo como utopia, seguindo Karl Mannheim, a procura da concretização de futuros desejáveis, emancipatórios e realizáveis, num horizonte de possibilidades.

O caminho percorrido em demanda da sustentabilidade social foi orientado por uma perspetiva crítica, já presente e expressa na Parte I, entendida como incluindo a valorização da reflexividade, uma posição crítica sobre determinadas práticas e estruturas sociais, uma crítica de posições e justificações ideológicas dominantes dessas práticas e estruturas.

Esse percurso incluiu a passagem por vários pontos centrais, como a necessidade de ultrapassar dicotomias como sociedade/natureza, indivíduo/sociedade, estrutura/ação, factos/valores, objetivo/subjetivo.

Embora este trabalho e o percurso nele desenvolvido se centre no social, há um outro aspeto que é estruturalmente valorizado: o envolvimento com o mundo natural, ou seja, a

necessidade de ultrapassar a dicotomia sociedade/natureza e a assunção de que as relações sociais são inseparáveis das relações com a natureza.

A superação da dicotomia individual/social constituiu outro ponto central, valorizando o indivíduo, mas também relações sociais e as sociabilidades, na medida em que não há bem-estar e florescimento que não sejam sentidos e vividos, necessariamente, a nível individual, tal como não há bem-estar nem florescimento individual fora das estruturas, contextos e processos de socialização e sociabilidade, dos seus estímulos e dos seus condicionamentos ou bloqueios.

Porém, se as redes de relações sociais e as sociabilidades são indispensáveis para o bem-estar e o florescimento, a qualidade das relações e das sociabilidades não depende apenas do facto de existirem, nem apenas de valores morais, da vontade individual, da ‘razão prática’ e ‘ação prática’. Essa qualidade, ou seja, se as redes de relações e as relações sociais são um fator de bem-estar ou de mal-estar, é também resultante das estruturas sociais, nomeadamente pela forma como estruturam a produção e reprodução das desigualdades, das relações de dominação e subalternidade, que influenciam, condicionam e, por vezes, determinam a configuração das relações sociais e a natureza das interações.

Assim sendo, o percurso não poderia deixar de passar pelo ponto crítico da configuração das relações estruturais (sociais e entre sociedade e natureza), no modo de produção capitalista.

Concluindo este percurso, a conceção de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano* e como *processo de cuidar* foi configurada num conjunto de *princípios de sustentabilidade social* e num conjunto de *objetivos de sustentabilidade social*, resultantes daqueles princípios, apresentados como uma proposta aberta.

Este conjunto de princípios e objetivos, de natureza ética, propostos no final da Parte II, constitui uma base matricial para a orientação normativa da ação prática e, concomitantemente, um *referencial de valores* para a *avaliação da sustentabilidade social das ações planeadas*, objeto específico da tese de doutoramento.

Esta avaliação e a respetiva processualidade prática foram o tema da Parte III, na qual, finalmente, se abordou a temática das avaliações ambientais e sociais de ações planeadas, mas à luz das discussões havidas nas Partes I e II.

Considerando aquele referencial de valores, simultaneamente, como alicerce, bússola e horizonte, avançar na aplicação prática da avaliação da sustentabilidade social implicava, então, que cada ação planeada, cada política, cada plano, cada programa, cada projeto, pudessem ser interpelados de forma a obter resposta às seguintes questões:

- Contribui para a concretização dos objetivos de sustentabilidade social? De que modo? Com que amplitude? Em que medida? Tal contributo é suficiente ou deve ser aprofundado e amplificado?
- Se não contribui, por que razão/razões tal acontece? O que necessita de ser alterado? O que necessita de ser feito?

Este passo implicava, naturalmente, operacionalizar os princípios e os objetivos de sustentabilidade social em *critérios de avaliação*, e considerar a questão dos *indicadores*. Importava, por outro lado, discutir e definir a *configuração dos processos de avaliação, enquanto processos sociais* e enquanto *processos metodológicos*.

A discussão destas questões teria, necessariamente, que ser feita no contexto dos processos de avaliação ambiental e social de ações planeadas que constitui o campo em que o presente trabalho se insere e, particularmente, no modo como, nesse campo, a perspetiva da sustentabilidade tem sido integrada e desenvolvida.

Deste modo, abordou-se o modo como a avaliação ambiental e social, com base em princípios e objetivos de sustentabilidade, está no centro das perspetivas que emergiram neste primeiro quartel do século XXI e que preconizam a *avaliação da sustentabilidade* enquanto terceira geração dos processos de avaliação, sucedendo-se à mais antiga e consolidada *avaliação de impacte ambiental e social*, e à também já institucionalizada *avaliação ambiental estratégica*.

O presente trabalho insere-se neste contexto geral das avaliações ambientais e sociais e, particularmente, no âmbito da emergência da *avaliação da sustentabilidade*. O contributo que pretende dar é, principalmente, ao nível do conteúdo e objetivos da avaliação da dimensão social da sustentabilidade.

Para concretizar esse contributo foram tratados nos capítulos e secções da Parte III vários aspetos, começando por uma perspetiva geral da emergência de várias gerações de

avaliação ambiental e social, seguindo-se uma análise mais detida sobre a perspetiva da *avaliação da sustentabilidade*.

O foco dirigiu-se, então, para as avaliações da dimensão social, sendo proposto um contributo para os modelos de avaliação da sustentabilidade social de projetos e respetiva operacionalização.

Enquanto proposta, assume-se como uma de muitas outras possíveis e, enquanto contributo, construiu-se, em larga medida, integrando elementos de outras propostas existentes, procurando acrescentar algo mais, numa perspetiva, crítica, de florescimento humano.

Após recolocar as questões de partida que motivam a avaliação da sustentabilidade social e discutir a legitimidade da sua aplicação a qualquer tipo de projeto, começou-se por refletir sobre a configuração mais geral dos processos de avaliação, estruturados em dois níveis de análise e ação, interligados, mas distintos, que traduzem a dupla natureza dos processos de avaliação participativos: a de instrumento de análise e avaliação, e a de processo social.

Ao primeiro nível, que se designou por *nível conceptual*, colocam-se exigências de tipo analítico, científico e técnico, mas também de tipo ético-normativo.

O segundo nível, que é *emergente* em relação ao primeiro, configura um processo social de comunicação, discussão e deliberação, estruturado por interesses, valores e poderes, ao qual se colocam exigências de representatividade, informação/comunicação, expressividade, comensurabilidade entre formas e modos de pensar e conhecer, e de deliberação democrática. Este processo é habitualmente designado por participação pública ou envolvimento de partes afetadas e interessadas. No presente trabalho, recorrendo-se ao conceito de *figurações* de Norbert Elias, preferiu-se designá-lo por *nível configuracional*, de modo a fazer sobressair as características de processo estruturado, em que as interdependências e interações entre pessoas ou grupos, das quais resulta o decurso da ação, são regidas por relações assimétricas de poder(es) (social, económico, cultural, político), num entrançado flexível de tensões.

A identificação e reconhecimento destas assimetrias, respetivas lógicas e condicionamentos que introduzem nestes processos é fundamental para que a interação

entre pessoas e grupos seja o mais possível equilibrada e dela possam resultar consensos e acordos.

Considerando a complexidade dos temas, os limites e os objetivos específicos do presente trabalho, o *nível configuracional* não foi objeto de aprofundamento.

O tema central da Parte III foi, então, o *nível conceptual*, ou seja, o nível em que, na posição e na perspetiva do avaliador, se estrutura o processo de conhecimento sobre a realidade na qual o projeto se irá inserir e que irá alterar, o nível em que se estruturam os critérios de avaliação que possibilitam determinar o valor positivo, negativo ou neutro das ações avaliadas, numa perspetiva de sustentabilidade social, o nível em que são propostas e estabelecidas ações no sentido de assegurar e/ou promover a sustentabilidade social. Em suma, o nível em que se configura e concretiza a metodologia de análise e avaliação da sustentabilidade social de projetos, na perspetiva do avaliador.

Neste âmbito, tendo presente e integrando elementos dos processos metodológicos de outras formas de avaliação social e ambiental, como a avaliação de impacte ambiental e a avaliação ambiental estratégica, foram feitas algumas considerações sobre a perspetiva estratégica em avaliação da sustentabilidade, foram referidas algumas das principais diferenças entre avaliação da sustentabilidade social e avaliação de impactes sociais, indicaram-se os principais momentos do processo metodológico, e abordou-se a questão da avaliação ao longo do ciclo de vida dos projetos.

A análise centrou-se, então, nos aspetos que constituem a motivação principal da Parte III do presente trabalho: o quadro analítico, as dimensões, subdimensões e critérios de sustentabilidade social que orientam a avaliação, procurando operacionalizar, ao nível e escalas da avaliação da sustentabilidade social de projetos, os princípios e os objetivos de sustentabilidade com os quais se concluiu a Parte II.

A Parte III foi concluída com uma referência a outros momentos e aspetos do processo de avaliação que não foram objeto de aprofundamento, como a questão dos indicadores, a análise de efeitos cumulativos e a monitorização dos processos.

Em síntese, os eventuais contributos que o presente trabalho possa ter aportado, situam-se, principalmente, nos seguintes aspetos:

- i) Análise crítica do discurso dominante sobre *desenvolvimento sustentável* e das suas contradições estruturais;
- ii) Valorização do potencial transformador e emancipatório do conceito de *sustentabilidade*;
- iii) Procura de fundamentos teóricos e proposta de construção e definição do conceito de *sustentabilidade social* como *processo relacional de florescimento humano* e como *processo de cuidar* e, enquanto tal, como processo *emancipatório* e *utópico*, no sentido da atualização de futuros possíveis e desejáveis, a partir da intervenção nas condições do presente;
- iv) Configuração do conceito de sustentabilidade social traduzindo-o e desagregando-o em *princípios e objetivos de sustentabilidade social*, normativamente orientados para a *promoção da sustentabilidade* das ações humanas;
- v) Proposta de um *modelo de avaliação da sustentabilidade social de projetos* que integre e operacionalize aqueles princípios e objetivos, designadamente, no *processo metodológico*, na estrutura analítica geral e no *quadro analítico e normativo* (dimensões, subdimensões, categorias e critérios de análise, diagnóstico, promoção e avaliação da sustentabilidade social).
- vi) De uma forma mais geral, o presente trabalho constitui-se, sobretudo, como um mapa de problemas e obstáculos, e um guia de reflexão sobre eles, com algumas propostas de orientação e rumos possíveis numa perspetiva de promoção da sustentabilidade social num horizonte de sustentabilidade socioecológica.

Este percurso, longo, tentativo, com uma dimensão exploratória e incontornavelmente incompleto, não seria o mais recomendável para uma tese de doutoramento, mas era, porém, o único que poderia motivar o doutorando, no momento atual do seu percurso profissional, a 'recuar' da *empíria* para a teoria, de modo a melhorar a própria prática empírica.

A um avaliador ou equipa de avaliação ambiental e social, tal como acontece com outras práticas profissionais de intervenção social, os problemas e as respostas exigidas

(geralmente dentro de um espaço temporal limitado) colocam-se sempre de forma holística e interconexa, em várias dimensões da sua complexidade, apelando a estruturas e práticas interdisciplinares, cuja realidade e visibilidade parece ser, porém, inversamente proporcional à frequência com que são valorizadas e preconizadas.

O presente trabalho procurou encontrar algumas orientações e caminhos neste amplo mar de complexidades.

Os resultados obtidos ao longo deste processo, ainda que limitados, tiveram já o condão de modificar a prática profissional do doutorando, na qual a perspectiva de sustentabilidade social vem sendo progressiva e significativamente aprofundada, espera-se que em benefício de pessoas e comunidades, a quem é dirigido este trabalho, mas também dos próprios projetos.

Se, ademais, o presente trabalho puder contribuir para estimular a reflexão e a procura de caminhos, por parte de outros profissionais, numa perspectiva de sustentabilidade social, e se puder ser de utilidade para todos aqueles que se confrontam e interessam pelos caminhos da sustentabilidade então, terá, efetivamente, valido a pena.

Bibliografia

- Acosta, A. (2010), *El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo. Una lectura desde la Constitución de Montecristi*. Fundación Friederich Ebert, Quito, Ecuador.
- Albuquerque, R. L. S. (2008), *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta, Lisboa.
- Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., Zucman, G. (Coord.) (2018), *World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab, WIR2018.WID.WORLD.
- André, P., Enserink, B., Connor, D., Croal, P. (2006), *Public Participation International Best Practice Principles*. International Association for Impact Assessment, Fargo, USA.
- Archer, M. S. (Ed.) (2013), *Social Morphogenesis*. Springer, Dordrecht, Netherlands.
- Archer, M. S. (Ed.) (2017), *Morphogenesis and Human Flourishing*. Springer International Publishing, Switzerland.
- Aristóteles (2012), *Ética a Nicómaco*. Quetzal, Lisboa, tradução do grego por António Castro Caeiro, 4ª edição.
- Asian Development Bank (ADB) (2012), *Handbook on Poverty and Social Analysis, A Working Document*. ADB, Mandaluyong City, Philippines.
- Asian Development Bank (ADB) (2012a), *Strengthening Participation for Development Results. An Asian Development Bank Guide to Participation*. ADB, Mandaluyong City, Philippines.
- Aucamp, I, Woodborne, S., Perold, J, Bron, A., Aucamp, S.-A. (2011), Looking beyond impact assessment to social sustainability. In, Vanclay, F., Esteves, A.M. (eds.) (2011), *New Directions in Social Impact Assessment, Conceptual and Methodological Advances*. Edward Elgar, Cheltenham, UK, Northampton, Ma, USA, pp 36-56.
- Audouin, M. (2009), *Modernism, Environmental Assessment and the Sustainability Argument: Moving towards a New Approach to Project-based Decision-making in South Africa*. Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Stellenbosch, South Africa.
- Audouin, M. e de Wet, B. (2012), Sustainability Thinking in environmental assessment. *Impact Assessment and Project Appraisal*, Vol. 30, N. 4, December 2012, 264-274.

- Audouin, M., Preiser, R., Nienaber, S., Downsborough, L., Lanz, J., Mavengahama, S. (2013), Exploring the implications of critical complexity for the study of social-ecological systems. *Ecology and Society* 18(3):12.
- Austin (2020), *A Universal Declaration of Human Well-Being*. Palgrave MacMillan, Cham, Switzerland.
- Baker, S. (2006), *Sustainable Development*. Routledge, London.
- Becker, C. U. (2012), *Sustainability Ethics and Sustainability Research*. Springer, Dordrecht, Heidelberg, London, New York.
- Bensaid, D. (2002), *Marx of Our Times. Adventures and Misadventures of a Critique*. Verso, London, New York.
- Bhaskar, R. (2010), Contexts of Interdisciplinarity. Interdisciplinarity and Climate Change. In, Bhaskar, R., Frank, C., Hoyer, K. G., Næss, P., Parker, J. (Eds.) (2010), *Interdisciplinarity and Climate Change. Transforming Knowledge and Practice for your Global Future*. Routledge, New York, USA.
- Blewitt, J. (2015), *Understanding Sustainable Development*. Routledge, Abingdon, UK, New York, USA.
- Bond, A. J. e Morrison-Saunders, A. (2013), Challenges in determining the effectiveness of sustainability assessment. In, Bond, A. J., Morrison-Saunders, A., Howitt, R. (eds.) (2013), *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London.
- Bond, A. J., Morrison-Saunders, A., (2009), Sustainability appraisal: jack of all trades, master of none? *Impact Assessment and Project Appraisal*, 27:4.
- Bond, A. J., Morrison-Saunders, A., Howitt, R. (eds.) (2013), *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London.
- Bond, A., Morrison-Saunders, A., Pope, J. (2012), Sustainability assessment: The state of the art. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 30:1, 53-62.
- Bourdieu, P. (1984), *Questions de Sociologie*. Les Éditions de Minuit, Paris, France.
- Bourdieu, P. (1986), The forms of capital. In Richardson, J. (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, pp. 241-258, New York, Greenwood.
- Bostrom, M. (2012), A missing pillar? Challenges in theorizing and practicing social sustainability. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, Special Issue, 8(12), 3-14.

- Boström, M. (2012), A missing pillar? Challenges in theorizing and practicing social sustainability. Introduction to the special issue. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, Special Issue, 8(12), 3-14.
- Bowles, R. T. (1981), *Social Impact Assessment in Small Communities. An Integrative Review of Selected Literature*. Butterworths, Toronto, Canada.
- Boyer, R. H. W., Peterson, N., Arora, P., Caldwell, K. (2016), Five Approaches to Social Sustainability and an Integrate Way Forward. *Sustainability*, 8, 878, www.mdpi.com/journal/sustainability.
- CD (1974), *Cocoyoc Declaration*. UNEP Digital Library, <https://digitallibrary.un.org/record/838843> [12 Setembro de 2021].
- Cameron, E., Levitan, T. (2014), Impact and Benefit Agreements and the Neoliberalization of Resource Governance and Indigenous-State Relations in Northern Canada. *Studies in Political Economy*, 93:1, 25-52.
- Cascadden, M., Gunton, T., Rutherford, M. (2021), Best practices for Impact Benefit Agreements. *Resources Policy* 70 (2021) 101921, pp 1.10.
- Cashmore, M. e Kjørnø, L. (2013), The changing theory of impact assessment. In Bond, A. J., Morrison-Saunders, A., Howitt, R. (eds.) (2013), *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London, pp 18-32.
- Catton, W. R., Dunlap, R. E. (1978), Environmental Sociology: A New Paradigm. *The American Sociologist*, 13, pp.41-49
- Cilliers, P. e Preiser, R. (Eds.) (2010), *Complexity, Difference and Identity. An Ethical Perspective*. Springer, Dordrecht, Heidelberg, London, New York.
- City of Vancouver (2005), *A Social Development Plan for the City of Vancouver: Moving Towards Social Sustainability*. Administrative Report A7, Vancouver, Canada.
- Colantonio, A., Dixon, T. (2011), *Urban Regeneration & Social Sustainability*. Wiley-Blackwell, UK.
- Comissão das Comunidades Europeias – CCE (1990), *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento*. EU, Comissão Europeia.
- Comninel, G. S. (2019), *Alienation and Emancipation in the Work of Karl Marx*. Palgrave Macmillan, New York, USA.

Cournil, C., Colard-Fabregoule, C. (Dir.) (2012), *Alterações Ambientais Globais e Direitos Humanos*. Edições Piaget. Título da edição original : *Changements Environnementaux Globaux et Droits de L'Homme*. Éditions Bruylant, 2012.

Dalal-Clayton e Sadler (2014), *Sustainability Appraisal. A Sourcebook and Reference Guide to International Experience*. Earthscan, London and New York.

Dalcher, D. (2019), Moving beyond project delivery: reflecting on the life cycle concept as way for organising project work. *PM World Journal*, Volume III, Issue I (January).

Damásio, M. (2017), *A Estranha Ordem das Coisas. A Vida, os Sentimentos e as Culturas Humanas*. Temas e Debates – Círculo de Leitores, Lisboa.

Dean, H. (2009), Critiquing capabilities: The distractions of a beguiling concept. *Critical Social Policy*, 29 (2), pp 261-273.

Deneulin, S. & Shahani, L. (eds.) (2009), *An Introduction to the Human Development and Capability Approach. Freedom and Agency*. Earthscan, London, Sterling, VA.

Deneulin, S. (2010), *Development and the limits of Amartya Sen's The Idea of Justice*. Bath Papers in International Development, The Center for Development Studies, University of Bath, Bath, United Kingdom.

Deneulin, S. (2012), *Justice and Deliberation about the Good Life: The Contribution of Latin American Buen Vivir Social Movements to The Idea of Justice*. Bath Papers in International Development and Well-Being nº 17, The Center for Development Studies, University of Bath, Bath, United Kingdom.

Deneulin, S. (s/d), *The Capability Tradition: A Note on Two Interpretations*.

DIHR – The Danish Institute for Human Rights (2020), *Human Rights Impact Assessment Guidance and Toolbox*. The Danish Institute for Human Rights, Copenhagen, Denmark.

Dillard, J., Dujon, V., King, M.C. (eds.) (2009), *Understanding Social Dimension of Sustainability*. Routledge, London, New York.

Disterheft, A., Caeiro, S., Azeiteiro, U., Leal Filho, W. (2013), Sustainability Science and Education for Sustainable Development in Universities: A Way for Transition. In, Caeiro, S., Leal Filho, W., Jabbour, C., Azeiteiro, U. M. (Eds.), *Sustainability Assessment Tools in Higher Education Institutions. Mapping Trends and Good Practices Around the World*, Springer, Heidelberg, New York, Dordrecht, London.

Dreyer, L. C., Hauschild, M. Z, Schierbeck, J. (2006), A Framework for Social Life Cycle Impact Assessment. *The International Journal of Life Cycle Assessment*, 11, 88-97.

Dunning, E., Hugues, J. (2013), *Norbert Elias and Modern Sociology. Knowledge, Interdependence, Power, Process*. Bloomsbury, London, New Delhi, New York, Sydney.

Egelston, A. E. (2013), *Sustainable Development. A History*. Springer, USA.

Eisenberg, E., Jabareen, Y. (2017), Social Sustainability: A New Conceptual Framework. *Sustainability*, 9, 68, www.mdpi.com/journal/sustainability.

Elias, N. (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2ª edição. Edição original *Die Gesellschaft der Individuen*, Suhrkamp Verlag, 1987.

Elias, N. (2011), *Introdução à Sociologia*. Edições 70, Lisboa, 3ª edição. Edição original *Was ist Soziologie?* Juventa Verlag, Munique, 1970.

Elling, B. (2008), *Rationality and the Environment. Decision-making in Environmental Politics and Assessment*. Earthscan, London, UK, Sterling, USA.

Esteves, A. M., Vanclay, F. (2009), Social development needs analysis: adapting SIA methods to guide corporate-community investment in the minerals industry. *Environmental Impact Assessment Review*, 29 (2), 137-45.

Esteves, A. M., Franks, D, Vanclay, F. (2012), Social impact assessment: the state of the art. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 30:1, 34-42.

Expert Group on the Urban Environment – EGUE (1996), *European Sustainable Cities*. European Commission, Directorate General XI, Environment, Nuclear Protection and Civil Protection, Brussels.

European Commission – EC (2009), *Sustainable development Indicators. Overview of relevant FP-funded research and identification of further needs*. European Commission, Brussels.

European Investment Bank – EIB (2020), *Guidance note for EIB Standard on Stakeholder Engagement in the EIB Operations*. EIB, Luxembourg.

Fairclough I. e Fairclough N. (2012), *Political Discourse Analysis*. Routledge, London and New York.

Fleetwood, S. (2008), Institutions and Social Structures. *Journal for the Theory of Social Behaviour* 38:3, pp 241-265. Blackwell Publishing, Oxford, UK, Malden, MA, USA.

- Fromm, E. (1947), *Man for Himself*. Routledge, Abingdon, UK. Second Edition, 2003.
- Fromm, E. (1956), *The Sane Society*. Routledge, Abingdon, UK. Second Edition, 1991.
- Fromm, E. (2010), *La conception de l'homme chez Marx*. Payot, Paris. Título original, *Marx's Concept of Man*, Frederick Ungar Publishing Co, New York, 1961.
- Gaillard, E. (2012), Para uma abordagem sistémica, complexa e prospetiva dos direitos humanos. In Cournil, C., Colard-Fabregoule, C. (Dir.) (2012), *Alterações Ambientais Globais e Direitos Humanos*. Edições Piaget, pp 47-71. Título da edição original : *Changements Environnementaux Globaux et Droits de L'Homme*. Éditions Bruylant, 2012.
- Gibson, Robert B. (2005), *Sustainability Assessment, Criteria and Processes*. Earthscan, London, UK, Sterling, VA, USA.
- Gibson, Robert B. (2006), Sustainability assessment: basic components of a practical approach. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 24:3, 178-182.
- Gibson, Robert B. (2013), Why Sustainability Assessment? *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London, 3-17.
- Giddens, A. (1989), *A Constituição da Sociedade*. Martins Fontes, São Paulo, Brasil. Título original, *The Constitution of Society: Outline of a Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press; Berkley, University of California Press, 1984.
- Giddens, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*. Celta, Oeiras. Título original, *The Consequences of Modernity*, Blackwell, Oxford, 1990.
- Gorski, P. (2017), Human Flourishing and Human Morphogenesis: A Critical Realist Interpretation and Critique. In Archer, M. S. (Ed.) (2017), *Morphogenesis and Human Flourishing*, Springer International Publishing, Switzerland.
- Gudynas, E. (2011), Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *America Latina en movimiento*, nº 462, año XXV, II época, Quito, Ecuador.
- Guerra. I. C. (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Principia, Cascais.
- Guerra. I. C. (2006), *Participação e Acção Colectiva*. Principia, Cascais.
- Giddings, B., Hopwood, B., O'Brien, G. (2002), Environment, economy and society: Fitting them together into sustainable development. *Sustainable Development* 10(4):187-196.

Hailey, J. (2008), *Ubuntu: A Literature Review*. Paper prepared for the Tutu Foundation. London, UK.

Hale, J., Legun, K., Campbell, H., Carolan, M. (2019), Social sustainability indicators as performance. *Geoforum* 103, 47-55.

Haq, Mubhub ul (1995), *Reflections on Human Development*. Oxford University Press, New York, Oxford.

Harvey, D. (2011), *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Lisboa, Bizâncio. Edição original, Harvey, D. (2010), *The Enigma of Capital – And the Crisis of Capitalism*, Profile Books, London, UK.

Harvey, D. (2014), *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. Oxford University Press, UK.

Hicks, D. (2013), *Dignidade. O papel que desempenha na resolução de conflitos*. Bizâncio, Lisboa. Edição original, Hicks, D. (2011), *Dignity – The Essential Role It Plays in Resolving Conflict*. Yale University Press, New Haven, CT, USA.

Hopwood, B., Mellor, M. & O'Brien, G. (2005), Sustainable Development : Mapping Different Approaches. *Sustainable Development*, nº 13, pp 38-52.

Howitt, R. (2013), Contested spatiality: geographical scale in sustainability assessment. *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London, 68-84.

International Finance Corporation - IFC (2007), *Participação dos interessados: Manual de Melhores Práticas para Fazer Negócios em Mercados Emergentes*. IFC, Washington D.C., USA.

Interorganizational Committee on Guidelines and Principles (IGCP) (1994), Guidelines and Principles for Social Impact Assessment. *Impact Assessment*, Volume 12, No. 2, 107-152.

Jijelava, D. (2019), *Application of the concept of 'Social License to Operate' beyond infrastructure projects*. University of Groningen, Netherlands.

Kemp, L., Vanclay; F. (2013), "Human rights and impact assessment: clarifying the connections in practice", *Impact Assessment and Project Appraisal*, Vol. 31, Nº2, 86-96. Taylor & Francis, London, UK.

- King, M.C. (2009), An antidote to a partial economics of sustainability. In, Dillard, J., Dujon, V., King, M.C. (eds.) (2009), *Understanding Social Dimension of Sustainability*. Routledge, London, New York, 83-94.
- Kirsten, M., Shinn, C. (2009), Emergent principles of social sustainability. In, Dillard, J., Dujon, V., King, M.C. (eds.), *Understanding Social Dimension of Sustainability*. Routledge, London, New York, 15-44.
- Kuhn, T.S., (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 3th Edition, 1996.
- Labuschagne, C., Brent, A. C. (2005), Sustainable Project Life Cycle Management: the need to integrate life cycles in the manufacturing sector. *International Journal of Project Management* 23, 159-168.
- Labuschagne, C., Brent, A. C. (2006), Social Indicators for Sustainable Project and Technology Life Cycle Management in the Process Industry. *The International Journal of Life Cycle Assessment*, 11, 3-15.
- Lamorgese, L. e Geneletti, D. (2015), Equity in sustainability assessment: a conceptual framework. In, Morrison Saunders, A., Pope, J. e Bond A. (Eds.) (2015), *Handbook of Sustainability Assessment*, Edward Elgar, Cheltenham, UK, Northampton MA, USA.
- Lee, M.Y.K. (2008), "Universal human dignity: some reflections on the Asian context", *Asian Journal of Comparative Law*, 3(1), pp. 1-33.
- Lélé, S. M. (1991), Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*, Vol. 19, No. 6, pp. 607-621.
- Lélé, S. M. (2013), Rethinking Sustainable Development. *Current History*, November 2013.
- Lengfelder, C. e Cazabat, C. (2016), *Review of conceptual and measurement innovations in national and regional Human Development Reports – 2010-2016*. 2016 UNDP Human Development Report Background Paper.
- Litig, B., Grießler, E. (2005), Social sustainability: A catchword between political pragmatism and social theory. *International Journal of Sustainable Development*, 8(1/2), 65-79.
- Löwy, M. (2016), *Utopias*. Ler Devagar / edições unipop, Lisboa.

- Lyotard, J. F. (1984), *The Postmodern Condition: a Report on Knowledge*. Manchester University Press. Título original, *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.
- Lima, H. M., Vasconcelos, L. (2006), Integração da participação no processo de tomada de decisão referente a projetos de engenharia. *Ambiente & Sociedade* – Vol. IX, nº 2, jul./dez.
- Magis, K e Shinn, C. (2009), Emergent Principles of Social Sustainability. In, Dillard, J., Dujon, V., King, M.C. (eds.) (2009), *Understanding Social Dimension of Sustainability*. Routledge, London, New York.
- Mandel, E. (1978), *Late Capitalism*. Verso, London, UK.
- Mandel. E., Novack, G. (1973), *The Marxist Theory of Alienation*. Pathfinder Press, New York.
- Mannheim, K. (1936), *Ideology and Utopia. An Introduction to the Sociology of Knowledge*. Routledge, London, UK.
- Manzi, T., Lucas, K., LLOYD-Jones, T. & Allen, J. (eds.) (2010), *Social Sustainability in Urban Areas, Communities, Connectivity and the Urban Fabric*. Earthscan, London, Washington, DC.
- Martinez-Alier, J. (2002), *The Environmentalism of the Poor. A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Edward Elgar, Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA.
- Martinez-Alier, J. et al. (2010), Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological Economics* 69 (2010) 1741-1747.
- Martins, J.J. (2014), Avaliação da sustentabilidade: aproximações à temática com particular enfoque na noção de sustentabilidade social. Comunicação à 5ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, CNAI 2014, Instituto Politécnico de Viseu.
- Martins, J.J., Nuno, C. (2004), Componente social da AIA: propostas básicas para uma prática mais efetiva, substantiva e edificante. *Atas da 1ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes, CNAI 2004*, Centro de Congressos de Aveiro, pp. 114-128.
- Marx, K. (1976), *Capital. A Critique of Political Economy. Volume 1*. Penguin Books in association with New Left Review, England, USA, Canada, Australia, New Zealand.
- Marx, K. (1978), *Capital. A Critique of Political Economy. Volume 2*. Penguin Books in association with New Left Review, England, USA, Canada, Australia, New Zealand.

- Marx, K. (1981), *Capital. A Critique of Political Economy. Volume 3*. Penguin Books in association with New Left Review, England, USA, Canada, Australia, New Zealand.
- Marx, K. (1982), Para a Crítica da Economia Política. Prefácio. In, Marx e Engels, Obras Escolhidas, Edições “Avante!”, Lisboa.
- Maschi, T. (2016), *Applying a Human Rights Approach to Social Work Research and Evaluation. A Rights Research Manifesto*. Springer, New York, USA.
- Meadows, D. H, Meadows, D. L., Randers, J., Behrens III, W. W. (1972), *The Limits to Growth*. Universe Books, New York, USA.
- Midgley, G. (1992), Pluralism and the Legitimation of Systems Science. *Systems Practice*, Vol. 5, No. 2.
- Missimer, M., Robèrt, K-H., Broman, G. (2017), A strategic approach to social sustainability – Part 1: exploring the social system. *Journal of Cleaner Production*, 140 (2017) 32-41.
- Missimer, M., Robèrt, K-H., Broman, G. (2017a), A strategic approach to social sustainability – Part 2: A principle-based definition. *Journal of Cleaner Production*, 140 (2017) 42-52.
- Morin, E. (2008), Introdução ao Pensamento Complexo. Instituto Piaget, Lisboa. Edição original, Edgar Morin, *Introduction a la pensée complexe*, ESF Éditeur, 1990.
- Morin, E. (2011), *La Voie. Pour l’avenir de l’humanité*. Fayard, Paris.
- Munda, G. (2003), Social multi-criteria evaluation: Methodological foundations and operational consequences. *European Journal of Operational Research*, 158, 662-667.
- Munda, G. (2005), “Measuring sustainability”: A multi-criterion framework. *Environment, Development and Sustainability*, 7:117-134.
- Murphy, K. (2012), The social pillar of sustainable development: a literature review and framework for policy analysis. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, Special Issue, 8(12), 15-29.
- Murphy, K. (2012), The social pillar of sustainable development: a literature review and framework for policy analysis. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, Special Issue, 8(12), 15-29.
- Nussbaum, M. (2000), *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Nussbaum, M. (2011), *Creating Capabilities. The Human Development Approach*. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge Massachusetts and London, England.
- O'Connor, J. (1998), *Natural Causes. Essays in Ecological Marxism*. The Guilford Press, London, New York.
- O'Faircheallaigh, C., Howitt, R. (2013), Better engagement. *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London, 199-215.
- Ollman, B. (1976), *Alienation. Marx's concept of man in capitalist society*. Cambridge University Press, second edition, Cambridge, UK.
- Ollman, B. (2003), *Dance of the Dialectic. Steps on Marx's method*. University of the Illinois Press, Urbana and Chicago, USA.
- Ollman, B. e Smith, T. (Eds.) (2008), *Dialectics for the New Century*. Palgrave Macmillan, New York, USA.
- Omman, I. (2004), *Multi-Criteria Decision Aid as an Approach for Sustainable Development Analysis and Implementation*. Dissertação para a obtenção de Grau de Doutorado em Ciências Sociais e Económicas, Karl-Franzens Universität Graz, Alemanha.
- Overseas Development Institute – ODI (1978), *Basic Needs*. Briefing Paper nº 5, December 1978.
- Padget, B. (2007), *Marx and Alienation in Contemporary Society*. Continuum, New York, USA, London, UK.
- Paquerot, S. (2012), Reler a Declaração Universal à Luz das Questões Ambientais. In Cournil, C., Colard-Fabregoule, C. (Dir.) (2012), *Alterações Ambientais Globais e Direitos Humanos*. Edições Piaget, pp 133-153. Título da edição original : *Changements Environnementaux Globaux et Droits de L'Homme*. Éditions Bruylant, 2012.
- Partidário, M. R. (2012), *Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE*. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais (REN), SA, Lisboa.
- Partidário, M. R. (2015), A Strategic Advocacy Role in SEA for Sustainability. *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, Vol.17, No. 1, pp 1550015-1/8.
- Partidário, M. R. (2020), Transforming the capacity of impact assessment to address persistent global problems. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 38-2, 140-150.

- Passé, R. (1979), *L'Économique et le Vivant*. Payot, Paris.
- Piketty, T. (2019), *Capital et Idéologie*. Les Éditions du Seuil, Paris, France.
- Pinto, T. C. (2004), Qualidade de Vida. Reflexões e Debates em Torno de um Conceito. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 9, 2004, pp. 99-120.
- Pope, J, Annandale, D., Morrison-Saunders, A. (2004), Conceptualizing sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 24, 595-616.
- Pope, J, Bond, A., D., Morrison-Saunders, A. (2017), Reconceptualizing sustainability assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, 62, 205-215.
- Porpora, D. V. (1989), Four Concepts of Social Structure. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 19:2 June 1989.
- Porpora, D. V. (2013), Morphogenesis and Social Change. In Archer, M. S. (ed.) (2013), *Social Morphogenesis*, Springer, Dordrecht, Netherlands.
- Psarikidou, K, Szerszynski, B. (2012), Growing the social: alternative agrofood networks and social sustainability in the urban ethics foodscape. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, Special Issue, 8(12), 30-39.
- Reid, J., Rout, M. (2020), Developing sustainability indicators – The need for radical transparency. *Ecological Indicators* 110, 105941, pp. 1-7.
- Robeyns, I. (2017), *Wellbeing, Freedom and Social Justice. The Capability Approach Re-Examined*. Open Book Publishers, Cambridge, UK.
- Rogers, D.S., Duraiappah, A.K., Antons, D.C., Munoz, P., Bai, X., Fragkias, M., Gutscher, H. (2012), A vision for well-being: transition to social sustainability. In, *Current Opinion on Environmental Sustainability*, 2012, 4:61-73. Elsevier B.V.
- Sadler, B. (1999), A framework for environmental sustainability assessment and assurance. In, Pets, J. (ed.), *Handbook of Environmental Impact Assessment*. Oxford, Blakwell, pp 12-32.
- Sandbrook, R. (1992), From Stockholm to Rio. In, Quarrie, J. (ed.) (1992), *Earth Summit'92*, The Regency Press Corporation, London, pp 15-16.
- Santos, B. S. (2012), Public Sphere and Epistemologies of the South. *Africa Development*, Vol. XXXXVIII, No. 1, pp 43-67.
- Santos, B. S. (2018), *O Fim do Império Cognitivo*. Almedina, Coimbra.

- Santos, B. S. (2020), *O futuro começa agora. Da pandemia à utopia*. Edições 70, Lisboa.
- Sayer, A. (2010), *Method in Social Science. A Realist Approach*. Routledge, UK, Revised Second Edition.
- Sayer, A. (2011), *Why Things Matter to People. Social science, Values and Ethical Life*. Cambridge University Press, Cambridge, UK, New York, USA.
- Sayer, A. (2012), Capabilities, Contributive Injustice and Unequal Divisions of Labour. *Journal of Human Development Capabilities*, 13:4, 580-596. Routledge, UK.
- Sen, A. K. (1999), *Development as Freedom*. Oxford University Press, Oxford, UK.
- Serrano, G. P. (2008), *Elaboração de Projectos Sociais. Casos práticos*. Porto Editora, Porto.
- Sheate, W. R. (2009), The evolving nature of environmental assessment and management: linking tools to help deliver sustainability – tools, techniques & approaches for sustainability. In, Sheate, W.R. (ed.), *Tools, techniques and approaches for sustainability: collected writings in environmental assessment policy and management*. Singapura, World Scientific, pp 1-29.
- Smyth, E., Vanclay, F. (2017), “The Social Framework for Projects: a conceptual but practical model to assist in assessing, planning and managing the social impacts of projects”, *Impact Assessment and Project Appraisal*, Vol. 35, Nº1, 65-80. Taylor & Francis, London, UK.
- Soromenho-Marques, V. (1994), *Regressar à Terra. Consciência Ecológica e Política de Ambiente*. Lisboa, Fim de Século.
- Soromenho-Marques, V. (2005), “Crise Ambiental e Condição Humana. Três Questões Fundamentais”. In *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 171-181.
- Soromenho-Marques, V. (2007), Utopia and Ecology. *Spaces of Utopia: An Electronic Journal*, nr. 4, pp. 135-143.
- Soromenho-Marques, V. (2017), A UTOPIA de Thomas More: Um modelo de imaginação política e social na encruzilhada de Antigos e Modernos: *Poliética*, v. 5, n. 2, pp. 72-91.
- Soromenho-Marques, V. (2020), “Walden”: A Tale on the “Art of Living”. *Configurações*, 25 | -1, 25-35.

Springett, D. & Redclift, M. (2015). Sustainable Development. History and evolution of the concept. In, Redclift, M. & Springett, D. (eds.) (2015), *International Handbook of Sustainable Development*. Routledge, Abingdon, UK, New York, USA.

Stoegleher, G., Neugebauer, G. (2013), Integrating sustainability assessment into planning: benefits and challenges. *Sustainability Assessment: Pluralism, Practice and Progress*. Routledge, London, 245-262.

Stratoudakis, Y, Farrall, H., Vasconcelos, L. (2019), Collaborative lessons towards marine sustainability: a long-term collective engagement. *Sustainability Science* 14:1147-1160.

Streeten, P. (1995), Foreword. In, Haq, Mubhub ul (1995), *Reflections on Human Development*. Oxford University Press, New York, Oxford.

Streeten, P. e Burki, S. J. (1978), Basic Needs: Some Issues. *World Development*, Vol. 6, N. 3, pp 411-421.

Streeten, P., Burki, S. J., e Stewart, F. (1981), *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*. The World Bank, Washington D.C..

Stufflebeam, D. L. e Coryn, C. L. S. (2014), *Evaluation, Theory, Models and Application*. Jossey-Bass, San Francisco, USA.

Talbot L. M. (2008), The Quest for Environmental Sustainability. The Coevolution of Science, Public Awareness, and Policy. In, Rockwood, L. L., Stewart, R. E., & Dietz, T. (eds.) (2008), *Foundations of Environmental Sustainability. Coevolution of Science and Policy*. Oxford University Press, New York, USA.

TESE – Associação para o Desenvolvimento (2008), *Necessidades em Portugal: Tradição e Tendências Emergentes – Enquadramento Teórico-Methodológico*. Documento interno, Setembro 2008.

The World Bank (WB) (2021), *COVID-19 to Add as Many as 150 Million Extreme Poor by 2021*. WB, [COVID-19 to Add as Many as 150 Million Extreme Poor by 2021 \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org) [20 Setembro 2021].

Therivel, R., Christian, G., Craig, C., Grinham, R., Mackins, D., Smith, J., Sneller, T., Turner, R., Walker, D., Yamane, M. (2009), Sustainability-focused impact assessment: English experiences. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 27:2, 155-168.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development (2011), *The Road to Rio+20 – 1992-2012. For a development-led green economy*. United Nations, New York and Geneva.

United Nations – UN (2000), *Human Rights Training. A Manual on Human Rights Training Methodology*. UN, New and Geneva.

United Nations - UN (1992), *Agenda 21. United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June, 1992*, <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf> [20 Setembro 2021].

United Nations – UN (1992a), *Report of The United Nations Conference on Environment and Development – Annex I – Rio Declaration on Environment and Development*. United Nations, General Assembly, 12 August 1992.

United Nations – UN (1992b), *Report of The United Nations Conference on Environment and Development – Annex III – Non-legally binding authoritative statement of principles for a global consensus on the management, conservation and sustainable development of all types of forests*. United Nations, General Assembly, 14 August 1992.

United Nations - UN (2002), *Report of the World Summit on Environment and Development. Johannesburg, South Africa, 26 August - 4 September 2002*. United Nations, New York.

United Nations - UN (2007), *Indicators of Sustainable Development. Guidelines and Methodologies*. United Nations, New York.

United Nations - UN (2012), *Report of the United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro, Brazil, 20-22 June 2012*. United Nations, New York.

United Nations - UN (2015), *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations General Assembly, 18 September 2015.

United Nations Economic Commission for Europe (2009), *Measuring Sustainable Development*. UN, New York and Geneva.

United Nations Development Program – UNDP (1990), *Human Development Report 1990*. Oxford University Press, New York and Oxford.

United Nations Development Program – UNDP (2000), *Human Development Report 2000*. Oxford University Press, New York and Oxford.

United Nations Development Program – UNDP (2014), *Human Development Report 2014*. UNDP, New York.

United Nations Development Program – UNDP (2019), *Human Development Report 2019*. UNDP, New York.

United Nations Development Program – UNDP (2020), *Human Development Report 2020*. UNDP, New York.

UNO - United Nations Organization (1992), *Earth Summit'92*. The United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro. Regency Press, London.

Vanclay, F. (2003), *Social Impact Assessment, International Principles*. International Association for Impact Assessment, Special Publication Series, nº 2. Edição em português, *Avaliação de Impactos Sociais, Princípios Internacionais*. International Association for Impact Assessment, Edições Especiais, nº 4, 2006.

Vanclay, F. (2020), Reflections on Social Impact Assessment in the 21st century. *Impact Assessment and Project Appraisal*, vol.38, nº 2, 126-131.

Vanclay, F., Esteves, A. M. (2011a), Current issues in social impact assessment. In, Vanclay, F., Esteves, A. M. (eds.), (2011), *New Directions in Social Impact Assessment, Conceptual and Methodological Advances*. Edward Elgar, Cheltenham, UK, Northampton, Ma, USA.

Vanclay, F., Esteves, A. M. (eds.) (2011), *New Directions in Social Impact Assessment, Conceptual and Methodological Advances*. Edward Elgar, Cheltenham, UK, Northampton, Ma, USA.

Vanclay, F., Esteves, A. M., Aucamp, I, Franks, D. M. (2015), *Guidance for assessing and managing the social impacts of projects*. International Association for Impact Assessment, Fargo, USA.

Vasconcelos, L., Caser, U., Pereira, M. J. R., Gonçalves, G., Sá, R. (2012), MARGOV – building social sustainability. *Journal of Coastal Conservation*, 16:523-530.

Vasconcelos, L., Silvia, F. Z., Ferreira, F. G., Martinho, G., Pires, A., Ferreira, J. C. (2021), Collaborative process design for waste management: co-constructing strategies with stakeholders. *Environment, Development and Sustainability* (<https://doi.org/10.1007/s10688-021-01822-1>).

WCED - World Commission on Environment and Development (1991), *O Nosso Futuro Comum*. Meribérica, Lisboa. Edição original *Our Common Future*, United Nations, 1987.

Weaver, A., Pope, J., Morrison-Saunders, A., Lochner, P. (2008) Contributing to sustainability as an environmental impact assessment practitioner. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 26:2, 91-98.

Weber, M. (1990), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Editorial Presença, Lisboa, 3ª edição. Título original, *Die Protestantische Ethik*.

Weber, M. (1997) *Économie et Société*. Éditions Pocket, Paris. Título original, *Wirtschaft und Gesellschaft*, Tübingen, Mhor, 1956.

World Bank (WB) (2017), *Environmental and Social Framework*. The World Bank, Washington DC, USA.

World Commission on Environment and Development (WCED) (1987), *Our Common Future*. Versão em português, *O Nosso Futuro Comum*. Meribérica, 1991.

WVS – World Values Survey (2020), <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp> [20 Setembro 2021].

(The) World Watch Institute (2013), *State of The World 2013. Is Sustainability Still Possible?* Island Press. Washington, Covelo, London.